

Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos

Juventude, Violência e Cidadania

Ana Luisa Fayet Sallas • Rafael Duarte Villa

Maria Tarcisa Silva Bêga • Pedro Rodolfo Bôde de Moraes

Celena Amaral • Carla Coelho de Andrade • Sônia Luiza Coelho Silva

Paulo Ricardo Bittencourte Guimarães • Júlio Jacobo Waiselfisz



**Os Jovens de Curitiba:
Esperanças e Desencantos**

Juventude, Violência e Cidadania

Edições UNESCO Brasil

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Borges
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Ciências Sociais e Desenvolvimento Social

Júlio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Maria das Graças Rua
Stelio Dias

Assistente Editorial

Rachel Dias Azevedo



Representação no Brasil
SAS- Quadra 5 – Bloco H – Lote 6
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º Andar
70070-914 – Brasília – DF – Brasil
Tel: (55 61) 223 8684
Fax: (55 61) 322 4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org
Copyright © 1999, Edições UNESCO Brasil

Ana Luisa Fayet Sallas (coordenação local)
Rafael Duarte Villa, Maria Tarcisa Bega, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes,
Carla Coelho de Andrade, Sônia Luiza Coelho Silva,
Paulo Ricardo Bittencourte Guimarães

Assistentes de Pesquisa: Celena Amaral, Rivaldo Lins Machado

Auxiliares: Ana Klamas, Louise Ronconi de Nazaré, Celeste Fernandes,
Fernando Felizardo Nicolazi, Gustavo Silveira Rosa Pinheiro,
Douglas Franco Costa

Supervisor Técnico: Júlio Jacobo Waiselfisz

Os Jovens de Curitiba: Esperanças e Desencantos

Juventude, Violência e Cidadania

Copyright © 1999, Edições UNESCO Brasil

Revisão: Antônia Schwinden
Diagramação: Maria Laura Zocolotti

Capa: Edson Fogaça

Os jovens de Curitiba : desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania
/ coordenação de Ana Luisa Fayet Sallas et al. - Brasília :
UNESCO, 1999. (Edições UNESCO)

Inclui referências bibliográficas.

1. Juventude - Curitiba - Conduta 2. Violência 3. Cidadania I. Sallas, Ana
Luisa Fayet, coord. I. UNESCO II. Série

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução desta publicação desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

A todos os jovens de Curitiba que generosamente dispuseram de seu tempo e compartilharam suas experiências e histórias.

A todos os professores, pais e policiais que trouxeram com suas falas, dúvidas e expectativas o enriquecimento fundamental e necessário para este trabalho.

A todas as instituições governamentais e não-governamentais que abriram suas portas e apoiaram efetivamente a concretização deste desafio.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE QUADROS	XIV
LISTA DE GRÁFICOS	XV
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21
1 METODOLOGIA	31
1.1 ABORDAGEM EXTENSIVA	31
1.1.1 Plano Amostral e Pesquisa Domiciliar com Jovens	31
1.1.2 Amostra com Profissionais de Educação	32
1.2 ABORDAGEM COMPREENSIVA	33
1.3 O CAMPO	36
1.4 DOCUMENTO FINAL	38
2 “CIDADE HOLOGRAMA”	43
2.1 VISÕES DOS JOVENS SOBRE A CIDADE	48
2.1.1 O Que Mais Gostam	48
2.1.2 O Que Detestam em Curitiba	54
2.1.3 Os Jovens Avaliam Algumas Características da Cidade	65
2.2 COMO OS JOVENS SÃO VISTOS NA CIDADE	74
2.2.1 Visão dos Profissionais de Educação	74
2.2.2 Visão dos Pais	82
2.3 CURITIBA OU CURITIBAS?	85
3 TEMPO E ESPAÇO DO JOVEM	89
3.1 GRUPOS IDENTITÁRIOS E TERRITORIAIS	89
3.2 RELIGIÃO	97
3.3 LAZER	100
3.4 USO DE DROGAS	104
3.5 SEXUALIDADE	108
3.6 TRABALHO E OPORTUNIDADES DE SUCESSO	112
4 VIDA FAMILIAR	123
4.1 ORGANIZAÇÃO FAMILIAR	126
4.2 VALORES, NORMAS E LIMITES	133
4.3 VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA	158
5 O MUNDO DA ESCOLA	171
5.1 UNIVERSO ESCOLAR	173
5.2 O QUE É A ESCOLA E PARA QUE SERVE	180

5.3	QUAL O PAPEL DA ESCOLA?	187
5.4	VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	198
5.5	RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	205
6	OS MITOS DA MÍDIA	213
6.1	O LUGAR DA TV	213
6.2	O QUE OS JOVENS VÊEM NA TV?	216
6.3	A IMAGEM DO JOVEM NA TV	219
6.4	A TV ESTIMULA A VIOLÊNCIA?	223
7	CIDADANIA: ENFRENTANDO AS DIFERENÇAS	231
7.1	O PRECONCEITO	233
7.2	O PRECONCEITO TERRITORIAL E SOCIAL E AS MINORIAS	236
7.2.1	O Preconceito Espacial	236
7.2.2	A Questão das Minorias: Homossexuais e Prostitutas	240
7.3	O PRECONCEITO RACIAL	249
7.4	O PRECONCEITO SOCIAL	257
7.5	PROFESSORES E PAIS IDENTIFICAM O PRECONCEITO DOS JOVENS	262
8	CIDADANIA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES	269
8.1	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	269
8.2	O POLÍTICO	272
8.3	INSTITUIÇÕES	274
9	SEGURANÇA PÚBLICA	281
9.1	VIOLÊNCIA E VISÃO DO JOVEM SOBRE A POLÍCIA	281
9.2	A VIOLÊNCIA POLICIAL	283
9.3	JOVENS E POLICIAIS: O ADESTRAMENTO DO OLHAR	290
9.4	O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	296
10	OS AGENTES DA VIOLÊNCIA: GEOGRAFIA, NATUREZA E LEGITIMIDADE	303
10.1	CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA	304
10.1.1	Relação Cidade e Violência para os Jovens	304
10.1.2	Profissionais de Educação e a Violência na Cidade	317
10.2	A NATUREZA DA VIOLÊNCIA	322
10.3	O QUE SIGNIFICA A VIOLÊNCIA E QUANDO É LEGÍTIMA	331
10.4	QUE FAZER PARA DIMINUIR A VIOLÊNCIA?	335
	CONCLUSÃO	339
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	347

LISTA DE TABELAS

1.1	BASE AMOSTRAL, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	40
1.2	DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS SEGUNDO O SEXO	40
1.3	JOVENS DE CURITIBA SEGUNDO A COR	40
1.4	JOVENS DE CURITIBA SEGUNDO A RELIGIÃO	41
1.5	PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SEGUNDO O SEXO	41
1.6	PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SEGUNDO A COR	41
1.7	PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SEGUNDO A RELIGIÃO ..	42
1.8	FUNÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	42
2.1	POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARANÁ - 1960/96	46
2.2	O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM NA CIDADE	49
2.3	O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA	55
2.4	AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA PELOS JOVENS ÀS CARACTERÍSTICAS DA CIDADE	66
2.5	NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS OFERTADOS	71
3.1	PARTICIPAÇÃO EM GRUPO/TURMA	89
3.2	VOCÊ SE REÚNE COM SUA TURMA/GRUPO PARA FAZER O QUÊ?	90
3.3	PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM GRUPO/TURMA, SEGUNDO OS PROFESSORES	90
3.4	QUAL A SUA RELIGIÃO?	97
3.5	AFILIAÇÃO RELIGIOSA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	98
3.6	COM QUEM OS JOVENS SAEM	101
3.7	O QUE OS JOVENS QUE SAEM COSTUMAM FAZER	101
3.8	VOCÊ JÁ UTILIZOU ALGUMA DESSAS DROGAS?	104
3.9	VOCÊ JÁ TEVE RELAÇÕES SEXUAIS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA	108
3.10	VOCÊ JÁ TEVE RELAÇÕES SEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	109
3.11	EM SUAS RELAÇÕES SEXUAIS VOCÊ PREOCUPA-SE MAIS COM:	109
3.12	COM RELAÇÃO A AIDS, QUAL A SUA OPINIÃO ENTRE AS AFIRMAÇÕES LIDAS?	109
3.13	O PRINCIPAL CUIDADO EM RELAÇÃO À GRAVIDEZ	110

3.14	DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS QUE TRABALHA(RA)M, SEGUNDO ATIVIDADE E ESTRATO SOCIOECONÔMICO...	116
3.15	AVALIAÇÃO DOS JOVENS E DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SUCESSO OFERECIDAS PELA CIDADE DE CURITIBA	119
4.1	ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS JOVENS	126
4.2	ATIVIDADE DOS PAIS	127
4.3	COM QUEM MORAM	128
4.4	COM QUANTAS PESSOAS VOCÊ MORA?	130
4.5	NOTA PARA INSTITUIÇÕES	132
4.6	O QUE EXERCE MAIOR INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS JOVENS	132
4.7	RELAÇÃO FAMILIAR	135
4.8	DIÁLOGO NA FAMÍLIA	139
4.9	TEMAS QUE DISCUTEM NA FAMÍLIA	140
4.10	A FAMÍLIA PERMITE	141
4.11	SOBRE ÁLCOOL	142
4.12	FAMÍLIA PERMITE QUE TOME BEBIDA ALCOÓLICA EM CASA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	142
4.13	VIDA SEXUAL	146
4.14	NÚMERO DE GRAVIDEZ DE ADOLESCENTES	148
4.15	VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO O SEXO	150
4.16	VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	151
4.17	VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO A RELIGIÃO	151
4.18	SONHOS E EXPECTATIVAS DE FUTURO	154
4.19	VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA	161
4.20	VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA	162
4.21	AGRESSÃO FÍSICA ENTRE PAIS	162
5.1	ESTUDANTES DE PRIMEIRO GRAU	173
5.2	ESTUDANTES DE SEGUNDO GRAU	173
5.3	ESTUDANTES DE TERCEIRO GRAU	174
5.4	ESCOLARIDADE, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	174
5.5	RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	175

5.6	RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO O SEXO	175
5.7	RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO A COR	175
5.8	POR QUÊ NÃO ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?	176
5.9	POR QUÊ NÃO ESTÁ ESTUDANDO, SEGUNDO A COR	177
5.10	ESTUDANTES POR TIPO DE ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A COR	178
5.11	PERCENTUAL DA QUALIDADE DO ENSINO, SEGUNDO TIPO DE ESTABELECIMENTO	178
5.12	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO, SEGUNDO TIPO DE ESTABELECIMENTO	178
5.13	A ESCOLA DEVERIA, SEGUNDO OS ALUNOS	187
5.14	NA SUA OPINIÃO É PAPEL DA ESCOLA/ UNIVERSIDADE DISCUTIR	190
5.15	O QUE FAZ NA ESCOLA ALÉM DE FREQUENTAR AULAS?	191
5.16	VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA DEVERIA	192
5.17	VIOLÊNCIA NA ESCOLA	199
5.18	CAUSAS DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS, SEGUNDO PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	202
5.19	ATOS VIOLENTOS NA ESCOLA NO ÚLTIMO ANO	202
5.20	REAÇÃO DOS PAIS FRENTE AOS PROBLEMAS DE VIOLÊNCIA DOS FILHOS NA ESCOLA	204
5.21	RAZÕES DO RENDIMENTO INSATISFATÓRIO DOS ALUNOS	205
5.22	SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ALUNOS, SEGUNDO CONHECIMENTO DOS PROFESSORES	210
6.1	ITENS DE CONFORTO INDICADOS	214
6.2	O QUE FAZ NOS MOMENTOS DE FOLGA?	216
6.3	QUE TIPO DE PROGRAMA PREFERE?	218
7.1	AS VISÕES PRECONCEITUOSAS DOS JOVENS	234
7.2	DISTRIBUIÇÃO DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O ESTRATO SOCIOECONÔMICO (MAIOR = DEZ)	236
7.3	MANIFESTAÇÃO DO PRECONCEITO ESPACIAL	237
7.4	O SUL É MEU PAÍS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	240

7.5	PRECONCEITO CONTRA OS HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	241
7.6	PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO A RELIGIÃO	245
7.7	HUMILHAR HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	245
7.8	PRECONCEITOS CONTRA NEGROS, SEGUNDO A COR	250
7.9	PRECONCEITOS CONTRA NEGROS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	250
7.10	A QUEM OS JOVENS RESPONSABILIZAM PELAS PIORES CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRETOS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	253
7.11	POBRES E RICOS NÃO PODEM FREQUENTAR OS MESMOS LUGARES, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	258
7.12	A SEPARAÇÃO, POR BAIRROS, DAS PESSOAS DE NÍVEIS SOCIAIS DIFERENTES, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	258
7.13	FREQÜÊNCIA COM QUE OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO ESCUTAM ALGUMAS FRASES PRECONCEITUOSAS DOS JOVENS	263
7.14	EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ENTRE OS ALUNOS, SEGUNDO OS PROFESSORES	263
8.1	FREQÜÊNCIA COM QUE OS JOVENS DISCUTEM COM OS PAIS ALGUNS TEMAS	270
8.2	INCENTIVO DA ESCOLA A DISCUTIR ALGUNS TEMAS, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO ...	271
8.3	RAZÕES PELAS QUAIS UMA PESSOA TEM DIREITO DE SE IMPOR A OUTRA	273
8.4	QUE NOTA VOCÊ DARIA PARA AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES?	275
9.1	NOTA CONFERIDA ÀS INSTITUIÇÕES	284
10.1	LOCALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DO MORADOR DO BAIRRO DE RESIDÊNCIA	306
10.2	MÉDIAS DE VIOLÊNCIA ATRIBUÍDAS PELOS JOVENS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	308
10.3	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA ATRIBUÍDO PELOS JOVENS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (MAIOR = DEZ)	309

10.4	POSICIONAMENTO DOS JOVENS SOBRE AS RAZÕES DA VIOLÊNCIA EM CURITIBA	313
10.5	RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA RMC, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	316
10.6	ONDE SE LOCALIZA A VIOLÊNCIA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	317
10.7	LUGARES MAIS VIOLENTOS DA CIDADE PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	318
10.8	RAZÕES DA VIOLÊNCIA EM CURITIBA, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	319
10.9	RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	321
10.10	PROPORÇÃO EM QUE OS JOVENS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA	323
10.11	JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO O SEXO	324
10.12	JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO A IDADE	324
10.13	JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO A COR	324
10.14	SITUAÇÕES EM QUE É CORRETO AGREDIR OUTRA PESSOA	333

LISTA DE QUADROS

1.1	DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS DOS JOVENS SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	35
1.2	DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS DOS ADULTOS, SEGUNDO CATEGORIAS	36
2.1	O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM EM CURITIBA, SEGUNDO A COR	51
2.2	O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM EM CURITIBA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	53
2.3	O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA - VIOLÊNCIA E AÇÃO POLICIAL, SEGUNDO A COR	56
2.4	O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA - VIOLÊNCIA E AÇÃO POLICIAL, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	57
2.5	O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA, EXCETO VIOLÊNCIA E POLÍCIA, SEGUNDO A COR	61
2.6	O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA, EXCETO VIOLÊNCIA E POLÍCIA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	62
5.1	O QUE GOSTAM E O QUE NÃO GOSTAM NA ESCOLA	181

LISTA DE GRÁFICOS

7.1	O SUL É MELHOR PORQUE FOI COLONIZADO POR EUROPEUS	237
7.2	O SUL É MELHOR PORQUE FOI COLONIZADO POR EUROPEUS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO ...	238
7.3	O SUL É MEU PAÍS	239
7.4	MANIFESTAÇÃO DO PRECONCEITO - HOMOSSEXUAIS	242
7.5	HUMILHAR HOMOSSEXUAIS	246
7.6	NEGROS E BRANCOS SÃO IGUAIS	251
7.7	HÁ MAIS PRECONCEITO DE COR EM CURITIBA	251
7.8	PESSOAS DE CORES DIFERENTES NÃO DEVEM FREQUËNTAR OS MESMOS LUGARES	252
10.1	ONDE HÁ MAIS VIOLÊNCIA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO	305
10.2	RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA RMC, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO BAIRRO DE RESIDÊNCIA	315

APRESENTAÇÃO

A UNESCO e o Instituto Ayrton Senna não tem poupado esforços para desenvolver estudos e pesquisas sobre políticas públicas que dêem conta das questões mais agudas que as sociedades vêm enfrentando. Do conjunto das pesquisas já produzidas, ganham destaques aquelas que buscam reconhecer as múltiplas faces dos jovens, seus dilemas e desafios, suas dúvidas e incertezas, suas alegrias e sofrimentos, sonhos e desejos de futuro.

Para viabilizar tais estudos, e garantir a sua qualidade, o caminho tem sido estabelecer parcerias de credibilidade. Graças a essa prática, podemos contar com estudos como este que procura compreender em profundidade as relações entre juventude, violência e cidadania. Os resultados representam a união nesse empreendimento do Grupo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Paraná e da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Com esse sentido, verifica-se no trabalho a expressão de um olhar compreensivo sobre a realidade dos jovens de Curitiba, “*cidade holograma*”, percebida partida e fragmentada pelos jovens, que para além da sua imagem de Primeiro Mundo, apresenta um quadro de violência como qualquer outro grande centro. No entanto, trás consigo, outros componentes que não podem ser mensurados nas estatísticas de homicídios, roubos, furtos, etc. É o que se procurou apresentar ao focar-se como as diferentes formas que o preconceito e a discriminação: social, espacial, territorial, sexual e racial revelam-se no cotidiano dos jovens curitibanos. Essas formas que geram intolerância e inviabilizam uma cidadania plena são expressas pelos jovens sob as mais diferentes formas que em última instância remetem para a existência de um discurso “*politicamente correto*” frente a práticas sociais conservadoras.

A identificação desse descolamento entre as práticas sociais e suas representações não é aqui apresentado como um problema dos jovens curitibanos do final dos anos 90, mas foi coerentemente associada a uma longa tradição da sociedade brasileira, que foi capaz de produzir um discurso liberal no interior de uma sociedade escravocrata. Assim, procurou-se estabelecer um componente relacional e relativizador sobre algumas idéias que hoje, tendem a identificar os jovens ora como “*rebeldes sem causa*” ou como “*alienados*”.

Os jovens curitibanos vivem como outros de sua idade, buscando conectar-se com seus pares, seja através de suas “*galeras*”, mobilizados pela torcida de um mesmo tipo de futebol, seja pela participação em grupos religiosos. Enfrentam como outros, as dificuldades de expressão de sua sexualidade e da

curiosidade frente as drogas. Tem que confrontarem-se, às vezes precocemente, com os desafios do mercado de trabalho e do desemprego.

Encontramos aqui ainda, os componentes de amor e ódio da vida familiar, em que os jovens e familiares revelam a necessidade constante de negociações em termos de seus valores, normas e limites. Aqui, infelizmente vislumbra-se as dificuldades dos pais em expressarem princípios efetivos de igualdade no tratamento de seus filhos e filhas. Nela situam-se também as práticas que tendem proporcionar as maiores marcas e dores aos jovens, quando da violência familiar.

Na escola, os jovens vislumbram a possibilidade e a esperança de um futuro melhor, em termos profissionais e de ascensão social. Esse desejo dos jovens encontra-se desamparado pelas práticas curriculares e pedagógicas vigentes. A escola representa, para boa parte dos jovens, apenas “*um mal necessário*” destituída que qualquer forma de encantamento. Essa ausência de encantamento pode ser claramente identificada quando do desafio posto aos professores na implementação de práticas que visem a pluralidade cultural e a ética e, ao mesmo tempo, a expressão marcada pelo individualismo - da qualificação e competição no mercado de trabalho.

Ao olhar a mídia, os jovens curitibanos expressaram um sentido crítico agudo, especialmente com relação à TV. Nela identificaram os mecanismos de manipulação e os estereótipos com que apresentam os jovens, responsabilizando-a também pelo culto à violência que existe em nossa sociedade.

A maioria dos jovens de Curitiba já foram vítimas de algum tipo de violência, independente da cor, sexo, estrato social ou idade. Apesar disso, alguns jovens consideram que são eles próprios também os responsáveis pela violência na cidade. No entanto, para a maioria dos jovens não existem culpados pela violência, pois esta inscreve-se num quadro histórico-social mais amplo: “*a história já traz uma história*”.

Mas frente a essa história, a pesquisa revelou um outro quadro, ao identificar a ação dos jovens, em outras esferas que não aquelas da ação política tradicional em partidos ou em grêmios. Ações alternativas e voluntárias em grupos ecológicos, religiosos e atividades junto as comunidades, despontaram aqui e ali, como mobilizadoras de uma pequena parcela dos jovens. Embora ainda incipientes, essas ações juvenis tem revelado no Brasil um potencial para a modificação do quadro de violência e de ausência de cidadania dominantes.

Esperamos que os frutos dessas iniciativas possam gerar também novas utopias transformadoras da sociedade, especialmente à medida que revelem outras formas de ação, que procurem trazer os valores da cidadania e da ética

do campo das idéias para aquele das práticas efetivas. Que os jovens de hoje possam se identificar como protagonistas de sua história, uma outra história a ser contada sobre seu próprio País.

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil

Viviane Senna
Presidente do Instituto Ayrton Senna

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de investigação realizada em Curitiba, no período de junho a dezembro de 1998, e integra-se ao projeto nacional coordenado pela UNESCO “*Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades do Brasil*”. O projeto nacional pretende o tratamento comparativo desta temática num marco de quatro grandes cidades brasileiras. Trata-se de uma experiência mais ampla, que teve como ponto de partida o projeto inicial desenvolvido pela UNESCO em Brasília no ano de 1997, junto com diversos outros organismos nacionais e internacionais e da sociedade civil, tendo sido deflagrado pelo assassinato do índio pataxó Gaudino por cinco adolescentes de classe média e alta de Brasília.

Este projeto da UNESCO busca estabelecer estudo fundamentado, a partir da percepção dos jovens, da questão da violência e cidadania no Brasil, em três grandes cidades: Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba.

Em um mundo atravessado por profundas mudanças tecnológicas, de valores e crenças, formas de relacionamentos e manifestações diferenciadas de sociabilidades, de crise das ideologias, tem se apresentado ao jovem uma nova realidade. Frente a elas os jovens têm dado diferentes tipos de respostas. Uma delas, que tem mobilizado a atenção da mídia, de setores intelectuais, de instituições nacionais e internacionais, tem sido a questão da violência. Como vítima ou vitimador, o jovem ocupa um papel de destaque nesse processo.

É interessante enfatizar que a violência sofrida e exercida pelos jovens não figura como uma espécie de aberração ou ato irracional e sem sentido, ainda que possa parecer quando focamos unicamente o indivíduo. A violência aparece quando vista de maneira mais ampla como um fenômeno cuja racionalidade pode ser desvendada com o objetivo de encontrar as causas de seu surgimento enquanto uma forma “normal” de solução de conflitos, embora ela surja também em outras situações que não a de solução de conflitos.

O contexto das cidades tem sido o *locus* que apresenta de modo intenso e concentrado os maiores indicadores da violência sob as suas mais diversas formas. No entanto, mais do que frios indicadores, é possível considerar que a violência em suas manifestações cotidianas tem exercido papel decisivo sobre as formas de percepção do Outro. Essa questão associa-se diretamente com a idéia de cidadania, como expressão também das diferentes formas de convivência e de apropriação do espaço público.

Para dar conta desta proposta, estruturamos o estudo em 10 capítulos. O primeiro deles apresenta os procedimentos metodológicos, bem como os

critérios de definição do plano amostral da pesquisa quantitativa e sistematização e análise dos grupos focais da pesquisa qualitativa. Essas duas abordagens foram utilizadas concomitantemente durante o trabalho de campo e no decorrer da análise.

A experiência do trabalho de campo nos possibilitou – mediante a realização das entrevistas com jovens, professores, pais e policiais – verificar a importância e a necessidade da existência de um espaço efetivo de “fala”, no qual estes diferentes atores puderam expressar de modo aberto e direto as suas percepções, dilemas e impasses, numa perspectiva dialógica, com vistas à superação da violência e (re)criação nesse espaço de fala de práticas sociais efetivamente éticas e cidadãs. Assim, os jovens, os profissionais de educação, os pais e os policiais são as vozes que interpretam e desvendam a complexidade do tema.

Tendo como ponto central a análise da percepção que os jovens de Curitiba delinearão a respeito da violência, verificamos as formas de sociabilidade, na família, na escola, na mídia e em outros espaços tipicamente juvenis (clubes, *points*, danceterias etc.), que constituem o cotidiano dos jovens, enfocando também suas diferentes formas de associações – turmas, galeras, gangues, e os *ethos* desses agrupamentos.

Identificamos os estilos de vida e visões de mundo, expressos pelos jovens, decorrentes de diferenciações de estrato socioeconômico, de gênero, raça e crença religiosa. O reconhecimento deste universo nos possibilitou tratar densamente da questão da cidadania ligada ao tema mais amplo do preconceito e suas diferentes formas: espacial, social, racial e contra as minorias. Tanto a intolerância à diferença quanto a descrença na política e nas instituições políticas tradicionais demonstraram as dificuldades que os jovens experimentam na atualidade.

Uma das dificuldades vivenciadas pelos jovens que se impôs como tema fundamental no interior da pesquisa foi a segurança pública, particularmente à violência policial. Por isso, buscamos integrar o tema partindo da visão do jovem sobre a polícia e destes sobre os jovens - enfatizando o processo de adestramento do olhar, que tomam por princípio o reconhecimento dos “elementos perigosos” à sociedade. Ainda no interior dessa temática, procuramos apresentar as diferentes perspectivas que os jovens, pais, professores e policiais têm do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para finalizar, identificamos os agentes da violência - sua geografia, natureza e legitimidade. Traçando a cartografia da violência trouxemos à luz a relação entre a violência e a cidade para os jovens e profissionais da educação. Também procuramos reconhecer a natureza da violência a partir da percepção dos jovens, quando ela é aceita como legítima, seu significado e o que deveria ser feito para diminuí-la.

Frente a tal realidade e dentro dos propósitos da pesquisa, procuramos estabelecer alguns pontos de partida, em termos da definição de seus marcos conceituais, com o intuito de que essas reflexões teóricas orientem e iluminem a constelação de significados que os jovens atribuem a cada termo – juventude, violência e cidadania – como prática e representação.

Juventude

Sabemos desde os trabalhos de Ariès (1981) que as noções e percepções da infância e da juventude estão marcadas socio-historicamente, ou seja, elas têm variado no tempo e de uma cultura para outra (e mesmo no interior de uma mesma sociedade se observamos, por exemplo, crianças de classe média com direito ao que entendemos por infância, e as crianças denominadas “*meninos de rua*”). Neste sentido juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica. Compreende-se porque mesmo modernamente a conceituação da juventude não é consensual. Se olharmos para grandes organismos internacionais que trabalham este tema e que refletem este debate, observamos diferenças. Considerando as definições da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde, a adolescência é um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se acelerariam o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange a etapa da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos). O conceito de juventude, por outro lado, seria uma categoria sociológica, que indica o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, abrangendo a faixa etária dos 15 aos 24 anos (WASELFISZ, 1998b, p.17). Ultrapassando os aspectos exclusivamente etários e valorizando o aspecto de que a juventude é um processo, a UNESCO considera a juventude como “uma etapa de transição que processa a passagem de uma condição social mais recolhida e dependente a uma mais ampla; um período de preparação para o ingresso na vida social adulta”.¹ (ABRAMO, 1994)

Para este trabalho, que tem um propósito comparativo, utilizaremos como referência a idade de 14 a 20, conforme utilizada no projeto de pesquisa original de Brasília. Segundo Márcia (1980), autor utilizado pela equipe da UNESCO, a identidade consolida-se nesta fase. É nela que o desenvolvimento físico, as capacidades cognitivas e as experiências sociais coincidem, facilitando ao adolescente rever e sintetizar suas identificações infantis para construir um

¹ CF. consta em WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventude, Violência e Cidadania: os Jovens de Brasília**. São Paulo : Cortez, 1998:154.

caminho realístico no futuro. A partir desta classificação, considera-se a juventude no início da adolescência tardia, consolidando este processo aos 20 anos, quando uma identidade adulta começa a se formar e consolidar.

Ainda que saibamos que existiria um elemento biológico que participa de maneira fundamental na nossa percepção do que seria a juventude, este não resolve em absoluto o que diz respeito a uma definição consensual em torno do tema. Ou seja, questões socioculturais e políticas parecem ser determinantes, muito mais que os processos biológicos próprios daquele período. A discussão acadêmica e científica também varia, e aqueles profissionais da área médica ou biológica dispõem de uma categorização, enquanto cientistas sociais de outra – muito embora pareça que as formulações feitas por estes últimos tenham dado o tom e influenciado de maneira significativa as percepções médicas e biológicas do fenômeno. De tal maneira que alguns autores, médicos, ao tratar do problema simplesmente não tocam nessa discussão de faixa etária e sim do problema da transformação bio-psicológica.

Seja qual for a denominação, “*entrada*” ou recorte, encontramos a demarcação clara entre o processo biológico e o social. Dolto (1990), representando um importante ponto de vista entre psicanalistas e psicólogos, coloca que é necessário ultrapassar, para compreender o problema em toda sua extensão, as faixas etárias. Gennep (1977), em seu texto clássico sobre os ritos de passagem, revela que a existência de uma puberdade social não é coincidente com a puberdade biológica.

Na verdade, este debate insere-se na grande discussão travada por sociólogos e antropólogos que demonstrarão a determinação sociocultural de comportamentos que antes eram atribuídos a uma natureza biológica. Lévi-Strauss por sua vez coloca que:

...a cultura não pode ser considerada nem simplesmente justaposta nem simplesmente sobreposta à vida. Em certo sentido substitui-se à vida, e em outro utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.42)

Outra importante contribuição da antropologia deu-se a partir de etnografias que demonstraram as variações das categorias de idade em outras sociedades. Mas também estudos no interior da sociedade ocidental demonstram estas variações como o feito por Varagnac (1968), que estudando camponeses franceses detectou um sistema de categorização de idade dividido em oito etapas, a saber: “primeira infância (fim do aleitamento); crianças; os jovens e as jovens; os recém-casados; os pais e mães de família; os viúvos e as viúvas; os velhos” e, por último, “os falecidos.”

Tendo por base toda esta discussão, talvez fosse importante colocar de

outra forma o problema da categorização etária, assim como posto por Bourdieu: “as divisões entre as idades são arbitrárias... [e] a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades” (BOURDIEU, 1983, p.67). Ou seja, o significado de ser jovem é relacional a outras categorias de idade. No entanto, dependendo do que se defina como sendo o jovem e a juventude pode-se estabelecer o que seria próprio e “*natural*” a este grupo.

Em todo caso e levando em conta as questões que colocamos anteriormente, podemos utilizar a definição da UNESCO produzida a partir da Conferência Internacional sobre a Juventude, em Grenoble (1964), colocando que:

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são ‘jovens’. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (apud FGV/UNESCO, 1987, p.661)

Violência

Ainda que presente em todas as sociedades e grupos humanos, e manifestando-se de diferentes formas, a violência não é um aspecto inato ao homem, mas contrariamente trata-se de um fenômeno social e diferenciado histórico e culturalmente. É também um fenômeno complexo e dinâmico de caráter bio-psíquico-social, nos termos de Mauss (1978), um fato social total.

Um conhecido conceito de violência define-a como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Isto é, para que haja violência é preciso que existam no mínimo dois agentes envolvidos e que a intervenção física seja voluntária (TESTONI, 1993). Esta definição, ao frisar o elemento físico, em que pese sua importância operacional, mostra-se limitada ao deixar de lado outros aspectos do fenômeno como o fato da violência simbólica ou moral. Marilena Chaui (1999) define a violência em forma multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. Sob esta perspectiva, a violência é valorativamente um fato negativo.

Esta violência, às vezes referida como simbólica, pode ser percebida como constituinte da “*normalidade*” social e não uma espécie de patologia.

Presente, como já posto por Durkheim (1977), desde os momentos iniciais dos processos de socialização por meio da educação que age por toda a vida dos indivíduos e tem por fim formar, dar forma, ao ser social. Não obstante, existem formas de violência que não concorrem para criação de consensos sociais acerca de valores e normas.

Como bem demonstrou Elias (1993), o processo de constituição da civilização implicou uma “grande mudança na conduta e sentimentos humanos”, estabelecendo um tipo de autocontrole que cada vez mais inibia “impulsos e emoções mais animais”, ao mesmo tempo que concorria para o processo de monopolização legítima da violência: “Ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência.” (ELIAS, 1993, p.198)

Desde que legítima, porque resultado e produto de consenso, a violência pode surgir como produtora de coesão social. Por outro lado, se não legítima, implica um questionamento da própria idéia de poder. Como sublinhado por Arendt (1985) violência e poder ao contrário do apresentado pela tradição marxista-weberiana são noções antitéticas. A violência seria a dissolução do consenso social que alavanca a idéia de monopólio legítimo da força. Para Arendt, a violência é destruidora do poder e, portanto, sempre deve ser justificada enquanto instrumento para atingir um determinado fim. Entre violência e poder, este último é o único que pode ser considerado como legítimo à medida que emerge do consenso dos cidadãos.

Norberto Bobbio (1995), nas suas considerações sobre o que ele chama da “lógica da guerra,” distingue a violência institucional, ou seja, a estatal e daí legítima, daquela privada (ilegítima). O filósofo italiano parte da constatação de que nas relações entre ambos os tipos de violência, esta é sempre justificada como partindo do *outro*, o que significaria que, sob essa perspectiva, uma das partes utilizaria um tipo de violência que é injustificada. Entretanto, a utilização da violência atende a um princípio realista de reciprocidade, de acordo com o mesmo autor: quem utiliza a violência de forma ilegítima (seja privada ou institucional) não pode esperar reação menor por parte do outro. Ora, o tipo de sistema político pode agir como constrangimento ao desenvolvimento ilegítimo da chamada violência institucional. No Estado de Direito, isto é, aquele que coincide com o Estado democrático, o uso da violência é utilizado (ou deveria ser utilizado) nos casos extraordinariamente previstos pela lei. O que significa que a lógica de sua utilização não obedece a critérios abstratos e simbólicos que remetem sua utilização a inimigos ideológicos ou sociais.

Esses esclarecimentos teóricos são importantes porque orientam a discussão sobre a questão da segurança pública. Com a Revolução Francesa a segurança passa a ser um direito humano, deixa de ser um privilégio dos grupos

privados (como era no *antigo regime feudal*) para transformar-se num direito a ser garantido pelo Estado de Direito. Esse salto qualitativo está na origem do surgimento da *segurança pública*, a segurança de todos. O Estado moderno serve-se de instrumentos ou instituições coercitivas que visam dar segurança aos indivíduos; dentre estas instituições destaca-se a *polícia*. Mais rigorosamente, a polícia pode ser definida como uma instituição estatal que procura garantir a segurança pública de maneira universal sem discriminação de classe social, sexo, raça ou crenças. Em outras palavras, esta instituição é um dos agentes da violência estatal legítima.

Nos dias atuais, na qual tanto se fala de crise do Estado nacional, um dos pontos fundamentais dessa observação ou hipótese relaciona-se com a utilização de um tipo de violência que é desencadeada pelos agentes da segurança pública. De alguma maneira isso estaria redefinindo a noção weberiana de Estado como um agrupamento político que “monopoliza legitimamente” a violência. De certa maneira, a violência institucional ilegítima e ilegal têm levado a um representação demonizada do fato histórico da violência.

Em recente trabalho Wieworka (1997) já havia alertado para esse aspecto. Em relação ao passado, quando a violência tinha uma valoração positiva, à medida que, por exemplo, a violência política se relacionava com a própria emancipação do indivíduo, a característica notável da contemporaneidade é o amplo consenso da violência como fator social negativo, independentemente de sua natureza. Estamos longe dos dias em que Jean Paul Sartre em seu famoso prólogo ao livro de Franz Fanon, *Os Condenados da Terra*, manifestava que a violência, num sentido quase normativo, deveria ser considerada como fator de recriação do ser humano.

Neste projeto buscaremos focar a violência, podemos dizer, anti-social, analisando seus múltiplos aspectos, destacando aquelas práticas de violação aos direitos humanos e civis, à dignidade, ao respeito, à tolerância e ao processamento democrático da diferença.

Cidadania

Entendendo cidadania “como o estatuto do cidadão numa sociedade, estatuto baseado na regra da lei e no princípio da igualdade” (Dicionário de Ciências Sociais), podemos relacioná-la diretamente ao tema da violência. Neste sentido a violência pode ser entendida, em certos contextos, como uma negação da cidadania, de uma vida na *urbis* baseada numa relação igualitária entre os indivíduos, assim transformados em cidadãos, com garantia de direitos e exigência de deveres, tendo o Estado como regulador, garantido uma existência

democrática em que a relação entre os cidadãos se traduz em princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito às diferenças, justiça, equidade e solidariedade.

No caso brasileiro sempre houve uma defasagem entre a cidadania como processo universal e a prática concreta da cidadania. Poderíamos também dizer a este respeito que a cidadania social é uma conquista do século XX. No Brasil, ela nunca foi um processo acabado, vivenciado por isso de maneira parcial ou, nas palavras de Santos (1994), institucionalizada de forma regulada desde a era Vargas. A esta negação da cidadania acrescentem-se contemporaneamente na sociedade brasileira o recrudescimento e o surgimento de novas formas de violência como uma dimensão a mais nesse processo de erosão dos direitos cidadãos. Aliás esta última, a violência, surge com implicações até mais perversas à medida que suas conseqüências não são somente materiais, mas também simbólicas.

No sentido histórico a cidadania é estritamente falando um processo de conquistas de direitos, sejam estes civis, políticos ou sociais, de acordo com a tipologia de T.S Marshall. No Brasil a consolidação do processo de cidadania é particularmente recente, a universalização dos direitos civis, políticos e sociais é um fato que data deste século. Essa defasagem entre a cidadania como um processo universal e a prática concreta da mesma vê-se reforçada pelo preconceito racial, social e espacial próprias do modelo escravocrata e hierárquico de *casa grande e senzala*.

Contemporaneamente, a cidadania, ainda mal consolidada, é também revista nos aspectos políticos e simbólicos pela figura do mercado. O que abstratamente alguns autores como Bourdieu têm chamado da “demissão do Estado”, corresponde a um estágio histórico no qual a cidadania resulta enfraquecida. Termos como “desmonte do welfare state” correspondem a um diagnóstico neoconservador segundo o qual a ineficiência e pouca flexibilidade do Estado têm por origem amplas demandas sociais. Em outras palavras, o Estado estaria virando, segundo esse diagnóstico, refém das demandas sociais:

[...] passamos, assim, de uma política de Estado que visa agir sobre as próprias estruturas da distribuição para uma política que visa simplesmente corrigir os efeitos da distribuição desigual dos recursos de capital econômico e cultural, isto é, para uma caridade de Estado destinada, como nos bons tempos da filantropia religiosa, aos ‘pobres merecedores.’ (BOURDIEU, 1997, p.218-219)

O paradoxo da regressão da cidadania social, via retirada do Estado, não é um processo que se opera externamente ao Estado. Como Bourdieu identifica, é este um processo que começa no próprio Estado, a partir daquele segmento social que o mesmo autor tem chamado da mão direita do Estado, esses novos mandarins, gulosos e sempre prontos a deixar o serviço público pelo setor privado, que cansados de pregar o espírito de ‘serviço público’ (para

os outros) [...] pretendem administrar os serviços públicos como se fossem empresas privadas. (BOURDIEU, 1997, p.218-219)

Adicionalmente, em alguns aspectos da vida política, produto das promessas não cumpridas da classe política e da própria democracia (para usar uma famosa expressão de Bobbio) está surgindo entre setores da população aparentes sentimentos de apatia e de pouco interesse pelos assuntos públicos que pouco contribuem para sustentar a conquista da cidadania política. Essas formas de desencanto se manifestam desde a negação da política em geral e do político, na escassa participação política e no posicionamento negativo frente a instituições como partidos políticos até na maior parte das instituições estatais nos seus diferentes ramos, Executivo, Legislativo e Judiciário. Em síntese, a regressão da cidadania surge com implicações perversas que abrangem aspectos sociais, políticos e simbólicos.

O início da década de 1990 prefigurava uma juventude brasileira muito promissora quanto a sua participação política. No final de contas a juventude “cara-pintada” contribui decisivamente em 1992 no processo de *impeachment* de um presidente. Entretanto, certos estudos vêm sugerindo que passados alguns anos desde esse acontecimento a participação política e o comprometimento com as instituições e os valores democráticos do jovem brasileiro não encontram ressonância em suas práticas políticas. Na passagem de século teríamos assim um jovem que privatizou sua participação política. A figura do mercado faz com que ele se volte para seus projetos individuais, por isso o futuro das instituições, a democracia e a cidadania parecem irrelevantes nos seus projetos de vida.

É certo que na década de 1990 não chegou a se concretizar a chamada “nova cidadania,” que o processo de 1992 anunciava. Entretanto, é necessário não partir de hipóteses apriorísticas que acabam reduzindo o jovem a uma caricatura de cidadão, apático e indiferente às problemáticas sociais, às instituições e à democracia. Por que não compreender que a mudança nos paradigmas pós-modernos tem operado também sob as formas de exercício da cidadania? Por que não compreender que está havendo uma transformação na postura do jovem quanto a sua participação? Isto significa que seu comprometimento social e político pode estar sendo canalizado para novas formas de participação. Em outras palavras, o jovem procura novos *locus* de inserção cidadã.

Assim procurou-se apreender a visão de cidadania entre os jovens e de outros atores sociais em relação a eles, destacando o papel que assumem na construção da cidadania, as formas de violência física ou simbólica, os preconceitos sociais, raciais e espaciais e a visão das instituições e da participação política.

Em síntese, procurou-se neste trabalho compreender abrangentemente as representações e as práticas dos jovens curitibanos sobre a violência e os vínculos desta com a cidadania. Tratou-se de fazer-se uma construção – sempre com base nos dados quantitativos e qualitativos – da visão do jovem de uma maneira multifacetada: isto é, localizando suas percepções nos diferentes planos nos quais se desenvolve sua vivência, na família, na escola ou nos lugares de socialização de sua cidade.

Pretendemos que este trabalho contribua para que se formulem políticas públicas que atentem para o jovem e suas problemáticas cotidianas. Num segundo nível de preocupações ou aspirações, esperamos que a pesquisa estimule o aprofundamento acadêmico de muitas questões, dúvidas e paradoxos que foram levantados em relação ao jovem. Tarefa que impõe urgentes respostas. De resto, compartilhamos com os princípios estabelecidos no trabalho original de Brasília, que a própria pesquisa some-se ao desafio histórico brasileiro em direção à reconstrução da cidadania como prática social e expressão de identidade.

1 METODOLOGIA

O componente metodológico da pesquisa seguiu os parâmetros estabelecidos no projeto de pesquisa original desenvolvido pela UNESCO em Brasília. Tratou-se da aplicação de duas abordagens complementares: abordagem extensiva e abordagem compreensiva.

1.1 ABORDAGEM EXTENSIVA

Tal abordagem objetiva trabalhar com a representatividade e a capacidade inferencial dos dados, a partir de uma metodologia indutiva, típica dos *survey*. Para tanto, foram tomadas duas populações distintas, com amostras calculadas de forma diferenciada, a saber:

- jovens residentes em Curitiba, na faixa etária de 14 a 20 anos;
- profissionais de educação: professores com atividade efetiva em sala de aula; coordenadores/supervisores e diretores de escolas que oferecem ensino de Primeiro e Segundo Graus, regular e supletivo a esse público de jovens.

1.1.1 Plano Amostral e Pesquisa Domiciliar com Jovens

Em Curitiba estão disponíveis informações do IBGE relativas à população por sexo e faixa etária da contagem feita em 1996, por bairros e setores censitários. Além disso, as informações do Mapa da Pobreza de Curitiba e do Mapa de Risco da Violência (1996) permitem situar, de maneira bastante precisa, os bairros da cidade quanto aos níveis socioeconômicos e de violência.

Com base nessas informações, foram realizadas subamostras, considerando-se a combinação dessas duas variáveis. Tais subamostras tiveram suas populações separadas por setores censitários, que foram escolhidos aleatoriamente para compor o universo básico para realização de uma contagem rápida. O objetivo dessa contagem foi o de atualização das pirâmides etárias e a localização geográfica dos jovens para posterior definição da amostra final.

Na pesquisa domiciliar realizada com os jovens, procurou-se estruturar o plano amostral com base em três grandes estratos que abrangiam toda a cidade de Curitiba. Esses estratos foram construídos a partir de informações contidas no Mapa da Pobreza de Curitiba e no Mapa de Risco da Violência, trabalhos estes elaborados pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Esta estratificação por bairros teve o objetivo de controlar a variabilidade das informações que viriam a ser obtidas pelos diferentes estratos socioeconômicos desta cidade. Assim, utilizou-se uma

classificação dos bairros pela condição social do morador (CSM), índice obtido a partir de diversos indicadores sociais como renda, educação, transporte, saneamento etc. Os estratos foram os seguintes:

- Bairros onde o CSM é considerado bom, num total de 30;
- Bairros onde o CSM é considerado razoável, num total de 20;
- Bairros onde o CSM é considerado crítico/muito crítico, num total de 25.

Definiu-se antecipadamente o tamanho da amostra em 900 entrevistas domiciliares, o que proporcionou um erro de estimativa em torno de 3,3%, considerando-se ainda um nível de confiança de 95%. A metodologia estatística empregada para alocação da amostra foi a Amostragem Simples de Conglomerado em dois estágios. Na aplicação desta técnica procedeu-se primeiramente a um sorteio de bairros, fixados em número de 20, considerando-se a disponibilidade de recursos para esta pesquisa, e em seguida foram sorteadas 5 quadras em cada bairro. Utilizando informações censitárias fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) procurou-se respeitar na amostra as proporções populacionais relativas às variáveis Sexo e Idade dos jovens a serem entrevistados.

Finalmente, entrevistando-se 9 jovens em cada quadra, o plano amostral se consolidou da seguinte forma:

C.S.M	BAIRRO				TOTAL
	MASCULINO		FEMININO		
	14 - 16	17 - 20	14 - 16	17 - 20	
BOA (6 bairros)	54	78	54	84	270
RAZOÁVEL (7 bairros)	63	89	70	93	315
CRÍTICA/ M.CRÍT. (7 bairros)	63	89	70	93	315
TOTAL	180	256	194	270	900
(20 bairros)	436		464		

Na etapa de campo, cada entrevistador preencheu uma cota previamente definida de entrevistas nas quadras sorteadas, por meio de sorteio aleatório dos domicílios, procurando sempre realizar uma entrevista, em caso de residência, e duas entrevistas, em caso de edifício sorteado.

1.1.2 Amostra com Profissionais de Educação

Para reconstruir tal universo foram utilizadas as listagens de escolas, professores e outros profissionais de educação da SEED (Secretaria de Estado da Educação do Paraná) e Associação das Particulares.

Foram consideradas as seguintes variáveis para a escolha das escolas:

dependência administrativa, localização por bairros, tamanho (número de alunos), tipo de ensino (regular, profissionalizante, educação geral ou supletivo), turno, grau de ensino.

Os profissionais de educação foram amostrados a partir da escolha das escolas, mantendo-se a proporcionalidade entre os diferentes tipos de profissionais e tipos de escolas.

Assim, na pesquisa envolvendo os profissionais de educação em escolas que oferecem ensino de 2º grau, procurou-se realizar um sorteio de 40 escolas dentre as 126 existentes, respeitando mais uma vez a classificação de bairros já descrita anteriormente, baseada na condição social do morador, além da dependência (pública ou particular) e do tamanho da escola (pequena ou grande, segundo o número de alunos matriculados).

Sorteadas as escolas, verificou-se junto a elas o número de profissionais de educação lotados em cada unidade, entre professores, diretores, psicólogos, orientadores e supervisores, procedendo-se então a novo sorteio aleatório e definindo-se que o diretor de cada escola sorteada deveria ser entrevistado.

O tamanho da amostra foi definido em 400 entrevistas, o que proporcionou um erro de estimativa de 4,8%, considerando-se um nível de confiança de 95%. O plano amostral ficou assim constituído:

C.S.M	BAIRRO				TOTAL
	PÚBLICAS		PARTICULARES		
	Pequena	Grande	Pequena	Grande	
Boa	2	6	11	4	23
Razoável	5	4	2	0	11
Crit/M.C	1	4	1	0	6
Nº de Escolas	8	14	14	4	40
Entrev. p/ Escola	5	15	5	20	
TOTAL/ Entrevistas	40	210	70	80	400

1.2 ABORDAGEM COMPREENSIVA

A abordagem compreensiva procura o sentido, o conteúdo das manifestações da vida social, própria da atividade de sujeitos que interagem em função de um universo possível de significações (individuais, sociais, culturais etc.) atribuídas tanto à ação quanto à relação com os outros.

Como parte dos procedimentos metodológicos, são utilizadas técnicas grupais com diversos atores considerados relevantes para o objeto da pesquisa: jovens, professores e pais entre outros atores sociais, no sentido de melhor

perceber o conjunto de idéias, valores e representações acerca das temáticas do cotidiano, da violência, cidadania, escola, vida familiar, drogas, preconceito racial entre outras.

A utilização da técnica de Grupos Focais objetiva a emergência de opiniões, preocupações, prioridades, percepções e contradições entre os atores. Tal recurso possibilita a interpretação e reinterpretação de diversas realidades vividas e sentidas pelos atores. Partindo de uma estruturação dialógica, cabe ao pesquisador assumir uma atitude de escuta, de abertura, habilitando-o a recolher de forma o mais neutra possível as crenças, atitudes, valores e diferenças de percepções do grupo alvo.

A validade deste método é que ele permite recolher as percepções dos atores sociais, livre de idéias preconcebidas e de hipóteses preestabelecidas. As categorias e os conceitos analíticos são construídos a partir dos discursos, na compreensão e explicação de determinados comportamentos sociais, na análise de suas causas e efeitos, em que cada ator seja incitado a participar com sua história, expressando o entendimento de cada situação colocada em seus próprios termos.

QUADRO 1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS DOS JOVENS,
SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

GRUPO	BAIRRO DOS ALUNOS	ESTRATO SOCIAL	NÚMERO DE INTEGRANTES DOS GRUPOS
Escolares			
Escola Pública 1	Cristo Rei	C- D+E	12
Escola Pública 2	Cristo Rei	C- D+E	10
Escola Pública 3	Portão	C- D+E	10
Escola Pública 4	Portão	C- D+E	11
Escola Pública 5	Portão	C- D+E	11
Escola Pública 6	Pinheirinho	C- D+E	13
Escola Pública 7	Pinheirinho	C- D+E	12
Escola Pública 8	Centro	C- D+E	12
Escola Pública 9	Centro	C- D+E	12
Escola Particular 10	Batel	A-B	08
Escola Particular 11	Batel	A-B	08
Escola Particular 12	Boa Vista	A-B	07
Escola Particular 13	Boa Vista	A-B	10
Escola Particular 14	Boa Vista	A-B	10
Jovens Negros			
Grupo 1	CIC	C-D+E	10
Grupo 2	CIC	C-D+E	08
Jovens em Situação de Risco*			
Grupo 1	São José dos Pinhais	C-D+E	10
Grupo 2	Jardim Botânico	C-D+E	10
Grupo 3	Jardim Botânico	C-D+E	10
Grupo 4	Portão	C-D+E	11
Grupo 5	Portão	C-D+E	08
Jovens Homossexuais			
Grupo 1	Centro	B-C	10
Jovens de Torcidas Organizadas			
Grupo 1	Água Verde	A-B-C	07
Grupo 2	Alto da Glória	A-B-C	08
Grupo 3	Alto da Glória	A-B-C	07
Jovens Usuários de Drogas			
Grupo 1	Ahu	B-C-D	08
TOTAL			253

Segundo Krueger (1988), o recurso dos grupos focais permite localizar a diversidade de experiências e percepções dos atores, identificando opiniões, idéias, sentimentos que se repetem e que são expressos mediante diferentes palavras e estilos de linguagem. Alerta que do ponto de vista metodológico, aquelas opiniões que aparecem apenas uma vez são iluminadoras, mas não podem ser tomadas como ponto central da investigação. O processo de análise dos grupos focais deve ser preciso e objetivo, permitindo que outros pesquisadores possam chegar aos mesmos resultados.

QUADRO 1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS DOS ADULTOS, SEGUNDO CATEGORIAS

GRUPO	CATEGORIA	Nº DE PARTICIPANTES
Mães e Pais		
Grupo 1	Pais de Jovens de Escola Pública	06
Grupo 2	Pais de Jovens de Escola Privada	14
Grupo 3	Pais de Jovens Usuários de Drogas	09
Educadoras e Educadores		
Grupo 1	Escolas Públicas	08
Grupo 2	Escolas Públicas	09
Grupo 3	Escolas Particulares	10
Grupo 4	Escolares Particulares	07
Policiais Militares		
Grupo 1	Soldados (Mulheres)	11
Grupo 2	Soldados (Misto-08 H e 01 M)	09
Grupo 3	Oficiais (Homens)	07
TOTAL		90

A pesquisa qualitativa por meio dos grupos focais pôde apontar perspectivas e caminhos que ampliaram e redirecionaram a investigação. Foi o que ocorreu neste trabalho ao observarmos a recorrência na fala dos jovens da associação entre o tema violência a violência policial. Esse ponto comum a todos os grupos de todos os estratos socioeconômicos fez com que realizássemos grupos focais com policiais, o que veio a enriquecer grandemente a análise, apontando para a visão que os jovens têm dos policiais e a visão destes dos jovens.

1.3 O CAMPO

Definido o plano amostral da pesquisa quantitativa, foi realizado um

pré-teste com 50 questionários, para verificação da consistência e coerência das questões abordadas. Após a reestruturação e correção de alguns itens do questionário, iniciou-se a fase de campo da pesquisa, com a coordenação de Sônia Luiza Cordeiro Silva. A ela coube a seleção e treinamento dos vinte e cinco (25) aplicadores dos 900 questionários com os jovens, para cobrirem a amostra dos vinte bairros selecionados de Curitiba. No treinamento foi repassado todo o questionário, esclarecendo-se as dúvidas surgidas nesse processo. Cada entrevistador aplicou 45 questionários; a quatro deles coube a tarefa de distribuição dos 400 questionários aos profissionais de educação. Optou-se pela formulação de uma entrevista auto-aplicativa a esses profissionais, em função da pouca disponibilidade de recursos financeiros do projeto.

Nessa etapa de campo, que se iniciou em 18 de julho de 1998, foram estabelecidas cotas diárias para cada entrevistador. No regresso do campo foi feita a checagem criteriosa de cada questionário com o entrevistador no momento da entrega do material. Procurou-se observar o fluxo e coerência das respostas. Os questionários com problemas tiveram retorno ao domicílio para esclarecimento de questões. Os maiores problemas foram verificados com os questionários dos profissionais de educação, porque uma grande maioria deles não demonstrou o menor interesse em responder as questões.

Ainda na etapa de campo, foram checados 20% da amostra por telefone e pessoalmente. Na checagem foram questionados vários itens, principalmente aqueles das questões abertas. Não tivemos nenhum problema quanto à captação das questões e também quanto às visitas dos entrevistadores. Alguns questionários tiveram o contra-cheque (retorno do chegador/coordenador de campo para solucionar o problema em dúvida).

A etapa de campo finalizou-se em 20 de agosto. Com isso, iniciamos o processo de implantação do programa de digitação (Microsoft Access/98) e da tabulação dos resultados, sob responsabilidade de Julio Jacobo Waiselfisz e executado pela coordenação de campo. Foram realizadas algumas correções no programa e iniciou-se a etapa de digitação dos questionários. Nessa etapa contamos com duas digitadoras. A parte de correção dos erros, via listagem, foi executada pela coordenação de campo junto com os assistentes de pesquisa. Foi realizada a correção e codificação dos questionários adotando-se uma numeração simples com o objetivo de facilitar a localização dos mesmos, caso fosse necessário algum tipo de correção complementar de erros de digitação.

Concomitante ao trabalho de campo da pesquisa quantitativa, a equipe de especialistas realizou alguns seminários com o intuito de aprofundar alguns temas fundamentais como definições para violência, cidadania e juventude.

Para a consecução da etapa qualitativa da pesquisa com a realização dos grupos focais, a equipe local obteve treinamento específico de Carla Coelho

de Andrade. O início das entrevistas com grupos focais foi após o término da etapa quantitativa, ou seja, final de agosto de 1998.

Foram realizados 36 grupos focais, sendo que desses 26 constituíram-se basicamente de jovens; e 10 grupos focais divididos entre pais, professores e policiais. O material dos grupos focais, com aproximadamente 80 horas de fitas gravadas, foi submetido ao processo de transcrição. A coordenação supervisionou a checagem das fitas que foram rigorosamente analisadas e corrigidas com o intuito de evitar incorreções interpretativas *a posteriori*.

1.4 DOCUMENTO FINAL

No início de outubro de 1998, foi realizado em Brasília o primeiro **Encontro Interno** da equipe local com o supervisor geral da pesquisa nacional: Julio Jacobo, e sua equipe (Carla Coelho de Andrade e Miriam Abranovay), bem como com a equipe da FIOCRUZ. Nesse encontro foram discutidos e estabelecidos alguns parâmetros comparativos da pesquisa (teóricos e metodológicos) das equipes de Curitiba e Rio de Janeiro. A equipe de Fortaleza como havia recentemente se integrado ao projeto, ficou para receber os resultados dessa reunião posteriormente.

Após o Encontro Interno das equipes em Brasília, a equipe local concentrou seu trabalho em duas direções: na primeira, procurou-se obter pelo programa SPSS a primeira listagem de frequência dos dados da pesquisa quantitativa dos jovens e profissionais de educação (1.300 formulários preenchidos, digitados, checados e corrigidos). A partir da listagem de frequência estabeleceu-se um plano tabular com o cruzamento das variáveis: grupos de idade, sexo, estrato socioeconômico, cor e trabalho. Essas variáveis foram cruzadas com algumas questões do formulário dos jovens, e de tal cruzamento obtivemos 210 tabelas. A equipe local realizou análises preliminares do material quantitativo no sentido de verificação de seus resultados.

Paralelo ao trabalho de análise do material quantitativo, a equipe local tratou da análise do material qualitativo, produzido pelas entrevistas dos grupos focais. O trabalho nesse material foi estruturado a partir das temáticas presentes no roteiro das entrevistas e no roteiro preliminar do relatório final. A análise do material dos grupos focais seguiu o procedimento assinalado por Krueger, em quatro pontos principais:

1. Leitura de todos os sumários dos grupos focais, anotando-se as tendências e padrões;
2. Leitura das transcrições dos grupos focais identificando cada questão e relacionando-a com as questões do roteiro das entrevistas;
3. Leitura das transcrições concentrando-se em cada questão por vez.

Análise do conjunto das respostas para cada questão; elaborou-se um sumário das discussões, identificando-se e localizando-se os temas e padrões a partir dos diferentes grupos, bem como dos temas que se relacionam às respostas dos grupos com características demográficas similares.

Em todo esse processo de identificação dos padrões, temas e do repertório vocabular de cada grupo, procuramos atentar para estes cinco fatores:

- a) identificação das palavras para o estabelecimento das listas de frequências, para a categorização;
 - b) atenção ao contexto a partir do estímulo que os participantes receberam para debater cada questão, o tom das discussões e o modo como ocorre;
 - c) percepção da consistência interna, referente ao fato de que a opinião dos participantes tende a sofrer algumas mudanças com o processo de interação do grupo;
 - d) consideração da especificidade das respostas, quando elas remetem a uma experiência pessoal do participante ou quando se refere a uma opinião mais geral sobre algum tema /questão;
 - e) localização das grandes idéias que emergem a partir do acúmulo de evidências perceptíveis por intermédio das palavras usadas, da linguagem corporal, dos gestos, da intensidade dos comentários.
4. Levar em conta os propósitos da pesquisa. (KRUEGER, 1988, p.114-16)

Finalmente, para operacionalizar o trabalho da equipe, cada integrante ficou com a responsabilidade de um conjunto de capítulos e de temáticas referente a sua especialidade. Posteriormente os membros da equipe levaram a efeito a discussão conjunta de cada capítulo, buscando aprofundamento teórico e analítico.

Na investigação da vida familiar dos jovens, consideramos a perspectiva de nossa amostragem probabilística que teve por universo jovens cujas famílias representassem os diferentes estratos socioeconômicos, pautados no Critério Brasil- ABIPEME. Conforme definição da base amostral da pesquisa, verificou-se o seguinte quadro quanto ao estrato socioeconômico dos jovens entrevistados:

TABELA 1.1 - BASE AMOSTRAL, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ESTRATO	%
A1	9,09
A2	17,83
B1	13,80
B2	19,21
C	26,46
D	12,54
E	1,03

Os 900 jovens entrevistados na pesquisa domiciliar foram separados por grupos etários, posto que são significativas as diferenças de experiências de um(a) jovem de 14 e um de 20. Assim em nossa amostra quantitativa entrevistamos os jovens agrupados em duas grandes faixas etárias: 14-16 anos (representados na pesquisa com 41,6% dos entrevistados) e outra de 17-20 anos (com 58,4% dos entrevistados, sendo que a faixa de 17 anos representou 19,4% da amostra). Dada a importância da separação por faixa etária, ela orientou também a pesquisa qualitativa, na montagem dos grupos de jovens entrevistados. Considerando o sexo, verificamos que:

TABELA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS, SEGUNDO O SEXO

SEXO	ABS.	%
Masculino	436	48,4
Feminino	463	51,4

Quanto à cor, seguindo parâmetro estabelecido pelo IBGE, tivemos um universo representado por:

TABELA 1.3 - JOVENS DE CURITIBA, SEGUNDO A COR

RELIGIÃO	ABS.	%
Branca	655	72,7
Parda/Mulato	201	22,3
Preta	26	2,9
Amarela	12	1,3
Indígena	02	0,2

Tomando por base o local de nascimento, observamos que dos jovens entrevistados 89,1% são paranaenses e destes, 70,5% nasceram em Curitiba. Neste universo, encontramos o seguinte quadro quanto à religião, sendo que do total dos jovens 48,8% afirmaram ser praticantes:

TABELA 1.4 - JOVENS DE CURITIBA, SEGUNDO A RELIGIÃO

COR	ABS.	%
Católica	656	72,8
Pentecostal	108	12,0
Não tem religião	72	8,0
Protestante	33	3,7
Espírita	12	1,9
Budista	2	0,2

Dos 400 profissionais de educação pesquisados, a maioria está composta de mulheres (71,8%), brancas (92,8%), católicas e praticantes, com idade entre 30 a 44 anos (55,1%). A metade tem até 15 anos de magistério e menos de 10 anos de trabalho na escola selecionada para a pesquisa e trabalha mais no período diurno.

TABELA 1.5 - PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, SEGUNDO O SEXO

SEXO	ABS.	%
Masculino	112	28,0
Feminino	287	71,9

TABELA 1.6 - PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, SEGUNDO A COR

COR	ABS.	%
Branca	371	92,8
Parda/Mulato	16	4,0
Preta	5	1,3
Amarela	6	1,5
Indígena	1	0,1

TABELA 1.7 - PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, SEGUNDO A RELIGIÃO

RELIGIÃO	ABS.	%
Católica	316	79,0
Pentecostal	21	5,3
Não tem religião	20	5,0
Protestante	14	3,5
Espírita	18	4,5
Budista	2	0,5

TABELA 1.8 - FUNÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

FUNÇÃO	ABS.	%
Professor	269	67,3
Diretor	14	3,5
Psicólogo	1	0,3
Orientador	46	11,5
Supervisor	21	5,3
Coordenador	19	4,8
Inspetor	4	1,0
Outros	17	4,3

2 “CIDADE HOLOGRAMA”

Cidade Propaganda

Cidade Sorriso

Curitiba ah! ah!

Onde está o Paraíso”

(Cidade Holograma, música do grupo de rap Comunidade Racional)

Dentro dos propósitos deste estudo foram investigadas as percepções dos jovens sobre Curitiba; como se inserem no espaço físico territorial; os aspectos que mais gostam e o que detestam; sua opinião sobre a oferta de serviços públicos e sobre a ação do planejamento urbano. Estabeleceu-se também a relação entre a cidade, tomada em sua dimensão espacial e a percepção dos jovens, profissionais de educação e pais sobre a localização da violência, bem como as possíveis implicações, para o ir e vir dos jovens nesse espaço.

A percepção sobre os serviços públicos e o planejamento urbano mereceram maior detalhamento porque partimos da hipótese de que Curitiba, mais que outras cidades brasileiras, tem na experiência bem-sucedida de planejamento urbano a sua face mais visível. Portanto, antes da análise dos resultados da pesquisa situaremos rapidamente a história do planejamento da cidade, e o peso da intervenção urbanística operada no espaço curitibano, para que possamos entender as colocações posteriores apontadas pelos vários atores desta investigação.

Como é de conhecimento público, Curitiba é uma das cidades brasileiras que mais sofreu os efeitos – no sentido positivo – das ações planejadas para a redefinição do espaço urbano. De uma pequena vila elevada à condição de capital em 1854, encontra-se, na virada do século, com pouco mais de 40 mil habitantes.² Viveu, nas duas primeiras décadas do século, a sua primeira intervenção urbana por meio das ações de Cândido de Abreu, em processo muito semelhante à remodelação urbana ocorrida no Rio de Janeiro. Aqui, a preocupação era no ordenamento e higienização, para evitar, mediante o Código

²O crescimento populacional de Curitiba foi resultado da política de imigração levada a termo por D. Pedro II, no sentido de colonizar o sul do Brasil, combinado com a crise de mão-de-obra que a abolição da escravatura iria provocar. Em 1853, quando da emancipação política do Paraná, calcula-se que Curitiba tivesse em torno de 6 mil habitantes. Entre o início da imigração (por volta de 1860) até as últimas levas em 1948, calcula-se que cerca de 11 mil estrangeiros aqui se fixaram, na sua maioria poloneses, italianos, alemães e ucranianos, além de suíços e franceses. Esses imigrantes ocuparam a parte sul do Estado, concentrando-se no município de Curitiba e arredores (IPARDES, 1979).

de Posturas, que o centro da cidade fosse invadido pela população pobre. Uma série de medidas, como a proibição de habitações multifamiliares e as construções de madeira, ilustra esta proposta.

Nos anos 40, já com 127 mil moradores, ocorre outra grande ação de planejamento urbano, com a vinda do arquiteto francês Alfred Agache, que, dentro da concepção modernista dominante na arquitetura, irá “desenhar” a cidade. Naquele momento, já havia a preocupação de dotar a cidade de amplos espaços para recreação, paisagismo e contenção dos ciclos dos rios, sendo idealizados parques ao longo dos mesmos.

Entre 1940 e 1960 o crescimento populacional do Paraná ocorre mais intensamente nas regiões Norte e Oeste, e a cidade de Curitiba cresce, mas em ritmo menor, estando em 1960 com 180 mil habitantes. Firma-se como pólo regional para o Paraná, sul de São Paulo e norte de Santa Catarina, resultado do grande processo migratório campo-cidade que ocorre em todo o Brasil, mas cujo determinante local é a modernização e tecnificação da agricultura. A avaliação de tal processo, tendo como exemplo as experiências de crescimento “desordenado” de São Paulo e Rio de Janeiro, será a justificativa técnica para a maior intervenção do planejamento urbano já ocorrido na cidade. A conjuntura política do pós-golpe de 64 e o redirecionamento econômico do Brasil, via internacionalização da economia, serão os fatores que permitirão a eclosão do planejamento urbano. Não é o caso detalharmos tal processo, já intensamente estudado por IUPERJ/MINTER (1974), GARCIA (1993 e 1997), ULTRAMARI e MOURA (1994), COUTO (1995) e OLIVEIRA (1995), que reconstróem, em perspectivas diferentes mas complementares, o clima de planejamento vivido na cidade nos anos 60. Em 1965 é executado o Plano Preliminar de Urbanismo e, em 1966, aprovado o Plano Diretor de Urbanismo (PDU).

A partir de 1970, os projetos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) são colocados em prática e, até o final de sua gestão como prefeito (1971/74), Lerner³ inaugura o sistema de circulação e o transporte de massas que iriam redesenhar a paisagem urbana, por meio das vias estruturais norte-sul, dos ônibus-expresso e da definição dos corredores de circulação. É desse período a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (1973), o início da construção dos principais parques, combinados com amplo projeto de revitalização do centro, privilegiando o pedestrianismo, pelo fechamento de um conjunto de ruas centrais ao tráfego de veículos.

³ Jaime Lerner pertencente à primeira geração de arquitetos formados pela UFPR, fará parte do “grupo de acompanhamento local” do Plano Diretor de Urbanismo, será o primeiro diretor do Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC entre 1966/70, será indicado prefeito de Curitiba por duas vezes (1971/74 e 1979/82), perderá a eleição de 1985 para prefeitura, sendo posteriormente eleito pelo voto direto em 1988, cumprindo o mandato de 1989/92.

Em seu terceiro mandato (1989-92), Lerner altera o processo de intervenção na cidade. Se nas outras gestões o lema era urbanizar – com *slogans* como “Curitiba, cidade sorriso”, “Curitiba, cidade-modelo”, “Curitiba, capital brasileira da qualidade de vida” –, agora passa a ser “Curitiba, capital ecológica”, “Capital de Primeiro Mundo”. Mudanças importantes aconteceram nas práticas relativas à intervenção na cidade: da ênfase ao aspecto físico (sistema de circulação, transporte de massas, preservação e ampliação das áreas verdes) e ao setor produtivo (construção da Cidade Industrial de Curitiba, redefinição da localização geográfica das atividades econômicas), passa-se a uma estética do lazer e da cidade-espetáculo, tendências fundamentais que Curitiba vive a partir dos anos 90. Nesse sentido, a cidade passa a ser apresentada (em eventos nacionais e internacionais que aqui se realizam, bem como da intensa propaganda dentro e fora do Estado) como objeto de produção e consumo culturais.

Na posse, em janeiro de 1989, ao apresentar o logotipo de sua administração, Lerner indica a mudança programática a ser implementada. O nome da cidade aparece em preto, sobre fundo branco, perpassado por uma folha verde, tendo abaixo os dizeres: capital ecológica. Sua administração se pautará pela reiteração na imagem de um “governo verde” – entendendo ecologia como o respeito às questões ambientais com qualidade de vida. A maioria de seus projetos reforçam tais expressões: Câmbio Verde (para a troca do lixo por comida nas favelas), Universidade Livre do Meio Ambiente (espaço para treinamento dos funcionários públicos e de empresas privadas em questões ambientais e preservacionistas); Tudo Limpo (programa de emprego temporário, através da prefeitura, para limpeza de ruas e poda de terrenos baldios); Coleta Seletiva de Lixo, cujo *slogan* era “Lixo que não é lixo, não vai para o lixo: SE-PA-RE”, contendo a folha do logotipo da gestão como hífen.

A questão ambiental está ressaltada nas ações executivas, nas obras arquitetônicas, aquelas que se transformam no “cartão postal” da administração. Portanto, é neste período que vamos encontrar alguns dos traços que indicam a dimensão da cidade enquanto bem de consumo cultural. Estações-tubo, Ópera de Arame, Jardim Botânico, Rua 24 Horas, bosques, parques, memoriais e tantas outras construções arquitetônicas só são inovações aceitas e demandadas pelos moradores porque durante 20 anos se consolidou uma cultura de consumo dos bens materiais e culturais produzidos pela administração pública. Análoga ao mercado de produtos materiais da esfera privada, construiu-se, neste período, uma “cultura do consumidor” da e na cidade. Cidade-produto e morador-consumidor: são para tais sínteses que a cidade precisa ser “produzida” nos anos 90.⁴

⁴Essa discussão está presente nos estudos mais recentes sobre a questão urbana, em especial em Harvey (1993), Santos (1987) e em autores que tratam especificamente da questão do consumo/espetáculo como McKendrick (1982), Lipovestky (1989) e McCracken (1990) e Debord (1997).

Paralelamente à intervenção urbanística, Curitiba sofre, em decorrência das transformações ocorridas na economia e sociedade brasileiras, transformações significativas que podem ser observadas na tabela abaixo:

TABELA 2.1 - POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARANÁ - 1960/96

REGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL				
	1960	1970	1980	1991	1996
Curitiba	180.575	361.309	609.026	1.024.975	1.315.035
Outros municípios	136.867	163.348	212.207	416.651	685.035
RMC	317.442	524.657	821.233	1.440.626	2.000.805
Paraná	4.263.721	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.003.804

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem Rápida, 1996

Praticamente dobra sua população a cada década entre 1960 e 1980, e vive pela primeira vez a experiência já conhecida por São Paulo e Rio de Janeiro de crescimento em ritmo maior, da população de suas áreas periféricas. A década de 1970 encontrará na RMC a região que mais cresceu no país, processo que ainda se mantém na década de 1980. Nesta última década, que estamos quase findando, há mudança importante no ritmo de crescimento: Curitiba continua a crescer, consolidando-se como metrópole regional, mas é em seu entorno que há o maior dinamismo populacional, sendo que em cinco anos os outros municípios da RMC ganharam, proporcionalmente, mais população que a cidade pólo. Tais fatos apontam para as mudanças na relação entre Curitiba e os outros municípios da RMC, resultado da integração econômica e da conturbação que o crescimento populacional proporciona, visto tanto positivamente pela população, como negativamente.⁵ A questão de fundo

⁵ Problemas como o deslocamento desta população para a capital em busca de trabalho e serviços básicos têm sobrecarregado o sistema de transportes colocando em xeque o sistema viário da cidade; ocupação das áreas ribeirinhas têm agravado o sistema de abastecimento d'água, devido à poluição dos mananciais que abastecem a região. Invasões de terrenos públicos e privados, restritos até os anos 70 à cidade de Curitiba espalham-se por toda a região, exigindo ações mais integradas dos vários municípios. A par disso, vivencia-se intensa pressão por parte da população quanto aos serviços sociais – educação, saúde – manifesta mediante vários formatos organizacionais da sociedade civil, como por novas exigências junto aos organismos de segurança pública, que têm que redimensionar suas clássicas ações repressivas e preventivas.

que está permeando tais visões pode ser encontrada no processo de ocupação da região, que primeiro ocorre nos municípios limítrofes,

[...] prosseguindo para os mais distantes entre 1980 e 1991. Tal ocupação foi condicionada por vários fatores, dentre os quais: o elevado preço do solo em Curitiba; as restrições impostas pelas legislações de uso do solo em Curitiba; as legislações de uso de solo flexíveis nos demais municípios; a grande oferta de lotes populares em porções territoriais contíguas aos limites administrativos de Curitiba, muitas vezes localizados nas áreas de mananciais de abastecimento hídrico [...] e o acesso ao sistema viário. (MOURA e MAGALHÃES, 1996, p.11)

É neste cenário populacional, combinado com intenso fluxo de investimentos de grandes empresas nacionais e internacionais que iremos encontrar, hoje, a RMC. Se nos anos 70 e 80 o grosso dos investimentos foram direcionados à Cidade Industrial de Curitiba e ao Distrito Industrial de Araucária, capitaneado pela Refinaria da PETROBRÁS, hoje as principais empresas estão vindo para áreas da RMC, por força de política de incentivos fiscais e de atração de empresas levadas a cabo pelo governo estadual. A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico apresentou, em final de 1988, mapeamento dos investimentos privados no Paraná, novos ou casos de expansão, com um total de 131, dos quais 57 estão concentrados na RMC e destes 14 na cidade de Curitiba. O carro chefe de tais investimentos são as montadoras de automóveis Renault, Chrysler, Volkswagen/Audi e expansão da Volvo e mais 22 empresas fornecedoras de autopeças. (SEIC, 1998)

A localização privilegiada de Curitiba frente ao MERCOSUL, a infraestrutura de que dispõe (transportes, comunicação, telefonia e energia) e a qualidade de vida de seus habitantes são os “cartões de recomendação” enfatizados no sentido de habilitá-la ao salto de industrialização, configurando-a como segundo pólo automotivo do país. Discutindo mais detalhadamente o que se entende por qualidade de vida, recorreremos ao Índice das Condições de Vida – ICV, que visa medir o progresso humano na sua dimensão municipal, adaptado à condição brasileira, para o ano de 1991, última data em que temos informações gerais.⁶ Tal índice resulta da combinação de indicadores das áreas de saúde, educação, renda, infância e habitação. Com base nesse indicador sintético temos uma posição muito confortável para Curitiba no ranking⁷ das

⁶Esses indicadores estão disponibilizados no Atlas de desenvolvimento Humano, produzido a partir dos dados censitários de 1970, 1980 e 1991 do IBGE, através de metodologia desenvolvida originalmente pelo PNUD e adaptada às condições brasileiras pela Fundação João Pinheiro/MG; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e IBGE.

⁷Os critérios para classificar os Estados e municípios no ranking brasileiro segue o mesmo padrão adotado para os países, segundo metodologia desenvolvida pelas Nações Unidas: 0,805 a 0,960 → IDH ALTO; 0,500 a 0,800 → IDH MÉDIO e abaixo, temos o IDH Baixo, subdividido em de 0,340 a 0,494 e de 0,185 a 0,339.

capitais, com um índice de 0,835, o segundo maior do Brasil, ficando abaixo apenas de Porto Alegre (0,841), enquanto o ICV para o Brasil é de 0,723.

Analisando cada um dos itens que o compõe, verificamos que os indicadores de renda e de habitação são os mais altos, “puxando” a posição desses municípios para cima. Os indicadores de saúde e de educação são os menos favoráveis, aqui e em todas as capitais, mostrando que as políticas sociais nesses dois campos ainda têm muito terreno a ser percorrido. Consta-se, a partir de tais indicadores, que as grandes cidades, mesmo com os problemas decorrentes da metropolização – poluição, congestionamento de trânsito, longas distâncias entre casa e trabalho e a violência – os benefícios ainda têm um peso muito grande na construção de índices positivos. Nesse sentido, o discurso anti-urbano assume tão simplesmente um papel de recurso ideológico, não podendo ser tomado como algo que tenha conteúdo material tão visível.

É neste cenário que combina transformações econômicas e culturais importantes, novas formas de distribuição populacional, condições sociais bastante heterogêneas, que vamos encontrar a cidade de Curitiba no final dos anos 90. Com certeza é uma cidade consciente de seu novo papel de metrópole, orgulhosa de sua experiência bem-sucedida de planejamento urbano, mas assustada com os efeitos não controláveis desses dois processos – periferização populacional, exclusão social e acirramento da disputa por espaços no mercado de trabalho. Aqui inseridos e percebendo de formas muito diferenciadas de acordo com estrato socioeconômico, sexo, cor e religião, encontramos a população de jovens de 14 a 20 anos e os profissionais de educação – temas centrais desta investigação.

2.1 VISÕES DOS JOVENS SOBRE A CIDADE

2.1.1 O que mais Gostam

As informações relativas à cidade indicam que o jovem curitibano gosta da cidade em que vive, independente de cor, estrato social ou sexo. Isso se explica pelo fato de que 3 em cada 4 jovens terem nascido aqui e, na maioria, nunca moraram em outras cidades. Nesse sentido, os termos de comparação são, de um lado, a vivência cotidiana na cidade e, de outro, informação veiculadas pelos órgãos de comunicação ou relatos de parentes/conhecidos sobre outras cidades. Na pesquisa quantitativa verificamos esta leitura positiva que só não ocorre para 14 jovens e que apenas 42 não souberam responder ou não conhecem a cidade a ponto de emitir algum julgamento.

Esse gostar é assinalado como lugares determinados da cidade, numa

indicação que podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo (SANTOS, 1997, p.251), e se dividem quando comparamos as duas pesquisas. A quantitativa aponta para *as áreas de verdes e os espaços/serviços voltados ao entretenimento e consumo* como o que mais gostam na cidade. Isso fica claro em 68,8% das respostas e pode atingir 87% se agregarmos aí 10,2% que dizem *gostar de tudo, da cidade* de uma maneira geral (tabela 2.2).

TABELA 2.2 - O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM NA CIDADE

O QUE GOSTAM	Abs.	%
Áreas verdes	187	21,0
Parques e shoppings	105	11,8
Tudo/a cidade	92	10,3
Lazer (genérico)	78	8,8
Qualidade de vida	70	7,9
Lazer noturno	63	7,1
Áreas de lazer, pontos turísticos	51	5,7
As pessoas	44	4,9
Algum bairro, própria casa	31	3,5
Calma e tranquilidade	27	3,0
Serviços de consumo coletivo	25	2,8
Clima	24	2,7
Outros	21	2,4
Trânsito/transporte	16	1,8
Nada	14	1,6
Não sabe, não respondeu, não conhece Curitiba	42	4,7
TOTAL	890	100,0

Na pesquisa com os grupos focais o gostar da cidade é evidente, mas permite gradações e manifestações desse sentimento. Verificamos recorrência de falas dos jovens com o seguinte teor: *“Curitiba é massa”*; *“Eu não troco por nada”* (Escola Pública/misto/Manhã). // *“Eu particularmente, adoro esta cidade. Principalmente por causa da infra-estrutura.”* (Escola Particular/Meninos/Manhã)

A relação entre o gostar/local de nascimento fica presente na maioria dos jovens que relacionam a sua aceitação da cidade com o fato de estarem aqui os laços de família e de amizade. Isso é visto, na maioria dos casos como uma coisa positiva, no sentido de reforçar o sentimento de pertencimento à cidade. *“[...] eu acho que é a melhor cidade que tem para morar. Eu não troco a cidade.... eu não troco aqui nem por Rio de Janeiro nem São Paulo, não troco”*. (Escola Pública/Misto/Noite) // *“Eu morei algum tempo na praia, meu pai trabalhava lá, [...] eu queria mais é só praticar esporte que eu fui para lá mesmo, daí, não fez minha cabeça e eu senti muita falta daqui e voltei prá cá”*. (Escola Pública/Misto/Noite)

Mas se isso é verdadeiro para a grande maioria, alguns têm consciência da sua impossibilidade em aprofundar tais julgamentos exatamente por serem naturais da cidade: “*É, eu acho que é o seguinte, porque a gente foi criada aqui, não tem como mudar*”. (Escola Pública/Misto /Noite)

O gostar da cidade, e em especial de alguns de seus aspectos, ganha maior densidade nas falas dos jovens não naturais da cidade, que trazem na sua bagagem a vivência em outra cidade, mas também deve ser atenuada porque migrar, em geral, significa buscar novas possibilidades, o que leva a uma leitura afirmativa sobre o novo local de residência.

“Olha, eu sou de São Paulo, eu nasci em São Paulo e faz 6 anos que eu estou aqui. Eu acho Curitiba dez, acho ótimo para se morar aqui. A diferença que eu vejo de São Paulo para cá é que você pode ir à pé para o teu colégio, você pode ir à pé para o teu Inglês, você pode andar à pé na rua com os seus amigos. Não tem o que fazer, vamos lá embaixo dar uma volta, você se locomove sozinha e se vira sozinha. Em São Paulo não dá mesmo, é um perigo constante você estar na rua” (Escola Particular/Meninas/Manhã). // *“Eu já morei um tempo em Santa Catarina, São Joaquim. Aqui é a melhor cidade. Eu não troco essa cidade por nada nesse mundo. Nós comandamos”*. (Torcida organizada/Misto)

Essa leitura positiva é compartilhada por jovens de escolas públicas e privadas, dos vários turnos, bem como por jovens em situação de risco. Para esse último grupo, embora façam, o tempo todo a relação cidade/drogas, cidade/violência, vêem-na, de maneira geral como bom lugar para se morar. É num grupo de meninas nesta condição que temos a seguinte opinião sobre a cidade: “[...] eu acho que tem mais rapazes bonitos, gostosos, tem bastante shows, tem bastante eventos aqui em Curitiba, Shopping são bonitos, os shopping aqui são bons [...] tem bastante flores, porque aqui é cidade ecológica [...]”. (Jovens em Situação de Risco/Meninas)

Como as informações dos grupos focais sobre os lugares que mais gostam da cidade não apresentaram maior detalhamento além do já explicitado, centraremos a análise nas informações quantitativas que nos dão uma maior gradação da relação entre lugares/ estrato socioeconômico/cor.

As informações relativas a este sentimento positivo pela cidade e pelo gostar das áreas de lazer não se alteram, à primeira vista, quando separamos tais informações pela cor do entrevistado. A maior discrepância entre brancos e pardos/mulatos refere-se à “*qualidade de vida*”. Para 8,8% dos brancos é isso o que mais gostam em Curitiba, enquanto o percentual cai à metade (5,0%) para os pardos/mulatos (quadro 2.1).

Em linhas gerais é a seguinte gradação apresentada, para os “lugares” ou situações que os jovens mais gostam, de acordo com sua indicação de cor:

QUADRO 2.1 - O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM EM CURITIBA, SEGUNDO A COR

BRANCOS	%	PARDOS MULATOS	%	PRETOS	%	AMARELOS	%
Áreas verdes	20,5	Áreas verdes	23,8	Áreas verdes	19,2	Qual. de vida	25,0
Parques e shopping	11,9	Parques e shopping	12,9	Lazer noturno	19,2	Lazer turístico	25,0
Tudo	10,6	Tudo	8,0	Tudo	15,4	Tudo	16,7
Lazer (genérico)	9,4	Lazer noturno	8,0	Nada	11,5	Áreas verdes	8,3
Qual. de vida	8,8	Lazer (genérico)	8,0	Parques e shopping	7,7	Lazer noturno	8,3
Lazer noturno	6,3	Lazer/turísticos	5,5	Trânsito transporte	7,7	As pessoas	8,3
Lazer/turísticos	5,7	Qual. de vida	5,0	Lazer (genérico)	3,9	Serv. consumo coletivo	8,3
As pessoas	5,1	Algum bairro/ casa	5,0	As pessoas	3,9		
Calma tranqüilidade	3,7	As pessoas	4,5	Serviço consumo coletivo	3,9		
Algum bairro/casa	3,1	Clima	4,0	Outros	3,9		
Serviço consumo coletivo	2,6	Outros	3,5				
Clima	2,5	Serv. consumo coletivo	3,0				
Outros	2,0	Calma tranqüilidade	1,5				
Trânsito		Trânsito					
transporte	1,8	transporte	1,0				
Nada	1,5	Nada	0,5				

Tal dado necessitaria de maior detalhamento nos grupos focais em que a clivagem da cor estivesse presente. Porém, nos dois grupos de negros pesquisados, a questão da discriminação, mesmo presente ao longo das falas, não é elemento estruturador para o gostar ou não gostar da cidade.

“Eu nasci aqui, vivi aqui, cresci aqui, então para mim acho que também nunca sai daqui. Máximo que cheguei a ir foi até Antonina, Morretes e não passei desses lugares [...] gostava de mar, tudo, mas eu acho que não trocaria Curitiba por nada”. (Escola Pública/Jovens negros/Noite)

Assim, uma resposta síntese como “qualidade de vida”, embora seja possível de ser dada com maior ênfase por quem não sente nenhum tipo de rejeição da cidade e à cidade, ainda assim aparece entre aqueles que vivem alguma forma de discriminação.

Os pretos também concordam com *áreas verdes*, na mesma proporção que o *lazer noturno*, seguido por **“tudo/a cidade”**. É significativo, no entanto,

nada aparecer em 4º lugar, com 11,5%, quando se verifica que pouco mais de 1% dos jovens assim se manifestaram. Embora não tenhamos ainda elementos para tecer afirmativas consistentes, esse dado indica que há um certo “mal-estar” desses jovens pretos em relação à cidade.

Em termos de **estrato socioeconômico** não há grandes diferenças entre os porquês de gostar de Curitiba. *Áreas verdes, parques e shopping*, “*tudo/ a cidade*”, e *lazer (genérico)* foram as respostas de maior significância para todos os jovens. Embora com respostas em geral concordantes, os jovens do topo da pirâmide social apresentam uma gama maior de lugares ou situações que mais gostam, com certeza pela sua condição econômica que permite indicar tanto áreas verdes até espaços típicos de consumo como Shopping e lazer noturno. Nessa linha de raciocínio, verificamos que à medida que se desce na escala social, aumenta a tendência de a escolha recair em áreas que não exigem dispêndio financeiro para utilizá-las, como é o caso das áreas verdes.

A política de parques e bosques, segundo Oliveira (1996), indicava a ocupação de 20.383.844m² distribuídos em 21 bosques e parques e quase 600 praças, largos e jardinetes, bem como 14 eixos de animação, 5 jardins ambientais e 3 centros esportivos. Toda esta área, até o ano em análise, perfazia 14,51m² de área verde, sob os cuidados do setor público na cidade, acrescentando a ela as áreas particulares não mensuradas em seu estudo. Esses indicam que há, efetivamente, uma política que oferece e mantém tais espaços verdes, e que é percebida e aceita pelos jovens.

Esse dado também nos indica que, além dos aspectos aqui mencionados, a “política do verde” tem penetração em todos os estratos socioeconômicos, uma vez que é desenvolvida e amplamente reiterada pela propaganda oficial, que enfatiza a imagem síntese⁸ de Curitiba como capital ecológica. Esta constatação nos ajuda a entender como grupos juvenis, aparentemente pouco vinculados às questões ambientais, dão respostas tão concentradas nesta direção, mostrando como uma mesma política – a dos parques e bosques – levadas a efeito como proposta inicial de controle de enchentes, altera-se, ao longo do tempo, assumindo características da busca de qualidade ambiental e, se insere, pela via do lazer barato e acessível, em todas as camadas sociais e grupos etários. Torna-se por inúmeras razões, um dos principais pilares da construção da imagem positiva da cidade. Essas informações podem ser melhor visualizadas no quadro 2.2.

⁸ A discussão sobre a construção de uma imagem hegemônica da cidade, por meio da ação do planejamento urbano realizado a partir dos anos 70 foi desenvolvida por GARCIA (1993).

QUADRO 2.2 - O QUE OS JOVENS MAIS GOSTAM EM CURITIBA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

A	%	B	%	C	%	D + E	%
Áreas verdes	15,9	Áreas verdes	19,7	Áreas verdes	25,3	Áreas verdes	24,6
Parques e shopping	15,9	Tudo/a cidade	12,7	Tudo/parques shopping	9,6	Parques e shopping	12,7
Qualidade de vida	15,1	Lazer (genérico)	11,6	Áreas lazer/turísticos	9,2	Tudo	11,0
Lazer (genérico)	8,6	Parques/ shopping	10,6	Lazer noturno	9,9	Áreas de	
Tudo/a cidade	8,2	Qualidade de vida	8,5	lazer/turísticos	7,6		
Lazer noturno	7,8	Lazer noturno	6,3	Algum	7,0	Lazer (genérico)	7,6
As pessoas	6,5	Clima	5,3	bairro/casa	5,7	As pessoas	5,9
Calma, tranquilidade	4,3	Áreas lazer/ turísticos	4,6	Lazer (genérico)	5,2	Lazer noturno	5,1
Serv. consumo coletivo	4,2			As pessoas	5,2		
Áreas de lazer/ turísticos	3,4	Calma		Serv. consumo coletivo	3,5		
tranquilidade	3,2	Qualidade de vida	3,1				
Clima	2,2	Algum bairro/casa	3,2	Outros	4,2		
tranquilidade	2,6	Algum bairro/casa	3,4	Calma			
Trânsito/transporte	2,2	As pessoas	3,2	Trânsito			
transporte	2,6	Qualidade de vida	1,7				
Serv. consumo coletivo	1,7	Serv. consumo				Calma	
Outros	1,7	coletivo	2,5	Outros	1,7	tranquilidade	1,7
Algum bairro/casa	1,3	Nada	2,5	Clima	0,9	Nada	1,7
		Outros	2,1	Nada	0,9	Trânsito	
						transporte	0,8
Nada	0,9	Trânsito transporte	1,4				

Outra questão, talvez uma das mais importantes, é a que diz respeito às percepções sobre uma cidade – local de nascimento e de vivência – para uma população constituída por adolescentes. Independente de cor ou condição social, que tipo de experiências eles têm para julgar uma cidade? Elas se referem ao lugar onde nasceram e onde viveram as experiências da infância – lúdicas por excelência – e onde estão começando as descobertas da vida, dentro de uma sociabilidade típica de jovens, na qual o lazer e a vida grupal ocupam a maior parte do tempo e das percepções. Dessa forma, não tendo passado por nenhuma experiência coletiva traumática, é razoável a leitura positiva da cidade.

Esta busca de unanimidade, explicada pela idéia de síntese, que povoaria de forma hegemônica o imaginário dos cidadãos da urbe é uma atitude compreensível, mas paradoxal, se nos ativermos à discussão apontada por Lynch. Segundo ele: “[...] o design de uma cidade é, [...], uma arte temporal, mas raramente pode usar as seqüências controladas e limitadas de outras artes temporais, como a música, por exemplo. Em ocasiões diferentes, as seqüências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. A cidade é vista

sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis” (LYNCH, 1997, p.1). Nesse sentido, entre todas as possibilidades de leitura e apreensão da cidade destaca-se como dominante aquela que resulta da ação de marketing e repetida constantemente ao longo de quase três décadas. A problematização que introduzimos diz respeito menos ao grupo majoritário que assume como seu tal discurso, mas dos grupos de resistência e de recusas, que se apresentam quando ao jovem foi perguntado o que ele detesta na cidade.

2.1.2 O que Detestam em Curitiba

Tomando as várias respostas sobre o que não gostam na cidade, podemos agrupá-las em:

- a) **violência**, com 22,6% das respostas, e que engloba os seguintes grupos de respostas – ação criminal (bandidos, assaltantes e congêneres), violência (genérico); violência no futebol; violência devido às drogas; violência devido às gangues e ao vandalismo;
- b) **nada**, com 13,6% das respostas;
- c) **gestão pública**, onde foram trabalhados os seguintes grupos de respostas - *trânsito, sistema de transporte coletivo e qualidade dos serviços públicos*, corresponde a 11,9% das opiniões dos jovens;
- d) **clima**, que individualmente responde por 8,9%;
- e) **pobreza e miséria**, com 9,0% das respostas;
- f) **ação ou omissão da polícia**, com 4,8% dos casos diz respeito *tanto à ação violenta da polícia como à falta de ação policial*;
- g) **jeito de ser das pessoas**, com 5,9%;
- h) **outros**, com as seguintes respostas em ordem decrescente: *ausência ou as opções de lazer (3,5%); a política/os políticos (3,4%); algum lugar geográfico definido (2,9%) e discriminação social/racismo (1,3%)*.

Embora para a grande maioria dos jovens - 79,0% - a cidade possua alguma coisa que ele deteste, ao desagregarmos as mais de 20 alternativas encontradas, verificamos que a que obtém a segunda maior representatividade é “Nada”, o que significa que para 13,6% dos jovens Curitiba não apresenta nenhum aspecto negativo (tabela 2.3). Esse dado merece uma maior análise pois a grande maioria é nascida e criada na cidade, e se constitui naquilo que podemos chamar dos “filhos da cidade planejada”. Todos nasceram depois de 1978, quando as principais obras do planejamento urbanístico da cidade já estavam assentados como as vias estruturais, os ônibus-expressos, o fechamento da Rua XV de Novembro e sua transformação em “Rua das Flores”, a construção dos Parques Barigüi, São Lourenço e Barreirinha e a implantação da CIC. A

grande maioria, além de conhecer apenas este aspecto presente da cidade, foi formada sob o efeito de uma intensa propaganda, a partir de 1989, que retrata a cidade como de Primeiro Mundo, Ecológica, ou então como uma das três cidades com a melhor qualidade de vida do planeta. Se considerarmos que o jovem mais velho pesquisado nasceu em 1978 e que em 1989 tinha apenas 11 anos, podemos afirmar que o seu quadro de referência está extremamente pautado nessa estratégia de marketing da cidade. Como as possibilidades de conhecimento de outras cidades e de suas condições de vida, nessa faixa etária, é bastante limitada, pois a grande maioria nunca morou fora de Curitiba e as referências de outras cidades se dá apenas pelas notícias veiculadas na mídia, é fácil entendermos a positividade presente nesses discursos.

TABELA 2.3 - O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA

	Abs.	%
Ação violenta da polícia	30	3,5
Falta de ação policial	11	1,3
Bandidos/assaltantes	32	3,7
Violência (genérico)	117	13,6
Violência no futebol	14	1,6
Violência - drogas	12	1,4
Violência - gangues	7	0,8
Vandalismo	13	1,5
O jeito das pessoas	51	5,9
Trânsito	40	4,6
Miséria/pobreza	78	9,0
Sistema de transporte coletivo	19	2,2
Discriminação social/racismo	11	1,3
Qualidade de serviços públicos	44	5,1
A política/os políticos	29	3,4
Propaganda da cidade	6	0,7
Algum lugar geográfico	25	2,9
Ausência/tipo de lazer	30	3,5
Clima	77	8,9
Outros	32	3,7
Nada	117	13,6
Tudo	4	0,5
Não sabe	64	7,4
TOTAL	863	100,0

Se o peso do *nada* (indicativo de resposta positiva é alto, ele se modifica conforme ao nível de renda e a cor dos jovens: segundo os quadros 2.5 e 2.6 (a serem melhor detalhados posteriormente), quanto mais rico e de pele mais clara, maior é o seu “gostar” da cidade.

Como já afirmado anteriormente, os jovens gostam da cidade, mas têm críticas a aspectos da realidade curitibana, como, por exemplo, que as pessoas são fechadas se comparadas aos moradores de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e cidades do interior. Esse sentimento transparece naqueles não naturais da cidade, que dizem preferir, por exemplo, cidades menores em função do trânsito ser melhor, que há menos violência, que se pode andar sossegado pelas ruas, ou então deixar uma bolsa em cima de uma mesa enquanto se dança em uma festa. Assim, é necessário detalhar esse “não gostar” da cidade.

No caso relativo à **violência**, destacamos que neste capítulo estamos tratando somente da relação jovem/cidade assim as dimensões e os desdobramentos que a problemática da violência impõe, bem como as diversas possibilidades de análise presentes na bibliografia especializada não serão enfocadas neste momento. Apresentaremos a primeira relação que os jovens estabelecem entre cidade e violência, mantendo-nos apenas no aspecto descritivo. Conforme já demonstrado na tabela 2.3, a pesquisa identificou 6 níveis de violência, cujo somatório indica de longe a que os jovens mais detestam na cidade.

Dos jovens pesquisados, 22,6% consideram este aspecto o que menos gostam na cidade. Por cor tal dado adquire mais qualidade porque, se para 21,4% dos brancos a violência é o fato mais negativo, ela atinge 26,4% dos pardos e mulatos e 31,0% entre os pretos. Dessa forma, é possível concluir que **quanto mais escura a pele maior a percepção de que a violência está como o principal problema de Curitiba** (quadro 2.3).

QUADRO 2.3 - O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA - VIOLÊNCIA E AÇÃO POLICIAL, SEGUNDO A COR

BRANCOS	%	PARDOS MULATOS	%	PRETOS	%	AMARELOS	%
Violência (genérico)	13,1	Violência (genérico)	15,9	Ação violenta da polícia	15,4	Bandidos/assaltantes	16,7
Bandidos/assaltantes	3,7	Ação violenta da polícia	5,0	Violência (genérico)	15,4	Ação violenta da polícia	8,3
Ação violenta da polícia	2,6	Bandidos					
assaltante	3,9	Falta ação policial	3,9	Falta ação policial	8,3		
Campos de futebol	1,7	Vandalismo	3,0	Bandidos/assaltantes	3,9	Campos de futebol	
Violência drogas	1,4	Campos de futebol	1,5	Violência drogas	3,9		
Falta de ação policial	1,2	Violência drogas	1,5	Violência gangues	3,9		
Vandalismo	0,9	Falta ação policial	1,0	Vandalismo	3,9		
Violência gangues	0,6	Violência gangues	1,0				

Nos vários estratos socioeconômicos a violência é a razão do “menos gostar” de Curitiba, em relação inversamente proporcional à posse de bens: se é o motivo principal para 14,6% dos jovens do estrato A, aumenta por estrato até atingir 30,4% para os da classe D/E. Esses dados adquirem maior densidade quando comparamos tais percentuais de respostas com a participação desses estratos sociais no conjunto da população amostrada: o estrato A representa 26,9% e a D/E 13,7%. Isso indica que os jovens mais pobres não possuem mecanismos sociais e/ou familiares para se proteger das diversas formas de violência que se manifestam na cidade, com as ações de bandidos, das drogas, das gangues, nos campos de futebol, enfim, em todos os espaços da cidade. Os mais aquinhoados também percebem-na como um problema, mas sua própria condição social funciona como contenção ao contato mais direto com o problema (quadro 2.4).

QUADRO 2.4 - O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA - VIOLÊNCIA E AÇÃO POLICIAL, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

BRANCOS	%	PARDOS MULATOS	%	PRETOS	%	AMARELOS	%
Violência (genérico)	13,1	Violência (genérico)	15,9	Ação violenta da polícia	15,4	Bandidos/assaltantes	16,7
Bandidos/assaltantes	3,7	Ação violenta da polícia	5,0	Violência (genérico)	15,4	Ação violenta da polícia	8,3
Ação violenta da polícia	2,6	Bandidos					
assaltante	3,9	Falta ação policial	3,9	Falta ação policial	8,3		
Campos de futebol	1,7	Vandalismo	3,0	Bandidos/assaltantes	3,9	Campos de futebol	
Violência drogas	1,4	Campos de futebol	1,5	Violência drogas	3,9		
Falta de ação policial	1,2	Violência drogas	1,5	Violência gangues	3,9		
Vandalismo	0,9	Falta ação policial	1,0	Vandalismo	3,9		
Violência gangues	0,6	Violência gangues	1,0				

Nas falas dos jovens é muito presente a verbalização sobre a violência sempre tomada em termos comparativos a outras cidades, principalmente as menores. *“Aqui é bem mais violento. A minha família, os meus parentes todos moram em cidades do interior Paranavaí e Maringá. E a gente geralmente vai prá lá e as minhas primas todas moram lá e eu saio com elas à noite, vou a boates não sei quê. E elas.... a gente tá dançando assim, elas colocam a bolsa delas no chão, colocam a bolsa na mesa e vão sair, e ninguém mexe. E aqui é totalmente diferente, a gente sai do lugar, deixa tua bolsa ali, quando você volta ela não está mais ali”.* (Escola Particular/Misto/Manhã)

Há outras indicações que a cidade está pagando um alto preço – a do

aumento da violência – pelo seu processo de urbanização e crescimento, evidenciando um sentimento ambíguo com relação a isso. Ora é algo inevitável, ora deveria ser contido de forma a preservar uma qualidade de vida cada vez menos garantida, ora depende de cada um e dos lugares que se frequenta.

Aqui, se você comparar com São Paulo rola umas pancadarias massa. Está se expandindo, está ficando violento para tudo quanto é canto. Urbanização, né, meu! Os caras vão ficando pirado já”. (Torcida Organizada/Misto) // “Depende de onde você vai. Se você for num 1250 ou numa Sunset, lógico [...] que você vai encontrar maloqueiro. Lá é lugar onde só dá ralé, só dá gente de Vila, onde só dá tigre” (Escola Pública/Misto/Manhã) // “Eu moro em Curitiba desde que nasci, acho que no centro, acho que o número da população aumentou muito, os carros também, acho que isso agora é que está começando a prejudicar, o centro fica meio poluído, as ruas já estão mais sujas, acho que há violência, acho que uma coisa é consequência da outra. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

É relativamente pequena a proporção de jovens que têm na **ação policial** o que menos gostam na cidade (4,8% dos casos). Novamente aqui as situações se alteram em função da cor: enquanto apenas 3,8% dos jovens brancos vêem a ação policial como o que menos gostam, 6,0% dos pardos e mulatos assim se posicionam. Já os pretos têm uma percepção completamente diferente, subindo para 19,3%. Aqui em Curitiba deve se repetir a conhecida e disseminada prática policial de julgamento das pessoas pela cor, *“quanto mais escura a pele mais bandido o indivíduo é, até prova em contrário”*.

Os jovens mais pobres – D/E – são os que mais colocam a ação policial como o que detestam na cidade, com 8,5% das respostas deste estrato socioeconômico, enquanto para os jovens dos estratos A e B se equivalem com 5,2%. Como estamos tratando tanto de ações violentas da polícia como de sua ausência nos locais onde vivem e frequentam, pode-se afirmar, a partir das representações desses jovens, que a polícia não os protege quando necessário, mas os reprime quando aparece esporadicamente. Isso fica claro pela não referência à ação/omissão da polícia nas falas relativas à cidade entre os jovens de escolas particulares e nem nas públicas do período diurno. Mas, em escolas públicas noturnas aparece em alguns momentos, mas sempre de forma difusa. No entanto, há uma frase síntese: *“A polícia aqui é violenta. A polícia daqui é violenta!” (Escola Pública/Misto/Noite)*

Reforçando essa ação mais “presente” da polícia junto à população negra, em escolas de periferia, do turno noturno, há uma clara referência à violência da polícia frente a negros. De maneira geral, nos grupos focais as referências à ação

da polícia aparecem ligadas a outros temas, como a escola, lazer, família ou avaliação das instituições. Mas, ao falar das práticas policiais, um jovem negro faz uma revelação esclarecedora para que possamos entender “o agir cotidiano” dos policiais quando se defrontam com a população negra, tratando-a como marginal.

Eu cansei de [apanhar], para ir trabalhar, eu e meu irmão, nós estávamos correndo, assim com pressa, prá chegar, pegar carona, prá ir trabalhar. Eles pegar e parar nós ali que não temos nada a ver, tamos ido trabalhar, pegar e bater geral em nós. O cara fica meia hora ali: “por que você tá andando na rua? Olha que hora que é? Você é de maior? Quero ver teu documento. Ó cara, porque você está vestido assim?” Fica implicando com você... você vai falar o quê? (Escola Pública/Meninos/Noite)

Se as ações violentas da polícia ou sua omissão enquanto serviço público de segurança aos cidadãos não são motivos muito significativos para que os jovens negros a escolham como o que mais detestam na cidade, essa fala, pela sua contundência mostra como é viver num espaço territorial que dissimula o preconceito, levando muitas vezes a que ele seja interiorizado. Ao ser interiorizado, reforçará a construção de uma identidade pautada no princípio de baixa auto-estima, que reforçará a visão de que lugares inferiores ou de segunda classe são “normais” para os “cidadãos de cor”. Isso só se reverte pelo processo de tomada de consciência da raça. Nesse sentido, vale lembrar a discussão de Pollak (1989), ao tratar dos silêncios e recusas de um grupo segregado (no caso ele está lidando com memórias de judeus), em que indica que estes silêncios irão construir não o esquecimento,⁹ mas uma memória verdadeira, perceptível não na fala, mas nos gestos, nos hábitos e presente na linguagem do corpo. É o jovem negro que se “encolhe” quando de uma batida policial, na certeza que “vai sobrar para ele”. De toda forma, esse silenciamento dos jovens e a complexidade de comportamentos que envolve, serão melhor explorados no capítulo relativo a preconceito.

Daí, você viu o cara com uma BMW, um carro assim, né... – É preto? Iche...com droga... ou ele é jogador de futebol ou é cantor de pagode. Alguma coisa ele é. – Ou o carro é roubado. Se ver um preto dirigindo, pode saber, alguma coisa ele é. Ou é roubado. A polícia chega e já pára, né? (Escola Pública/Jovens negros/Noite)

⁹MEZAN traz uma discussão muito pertinente sobre o esquecimento, que pode ser utilizada por analogia aos grupos de negros que, ao longo de suas falas, pouco ou quase nada se referem ao preconceito a que estão expostos, sendo os jovens brancos que trarão o tema à baila. Segundo o autor, “esquecer não é um fenômeno passivo, mas uma atividade psíquica como outra qualquer; e o fator ativo que transparece no próprio vocábulo que designa o processo. Esquecer provém de *ex-cadere*, cair para fora. Esquecer é sempre *ex-pulsar*, *ex-territorializar* um conteúdo psíquico, *ex-ilá-lo* para fora do espaço da consciência” devido ao seu caráter doloroso, de desprazer. (MEZAN, 1989, p.73)

Separando dois temas presentes nas respostas – violência e ação policial –, conforme detalhado nos quadros 2.3 e 2.4, percebemos que **quanto mais escura a pele mais a situação detestável se vincula à ação/omissão da polícia**, como resposta que vem ao lado da violência (genérico). Embora não seja objeto deste capítulo esmiuçar as formas de violência indicadas pelos jovens, nem as práticas policiais a eles dirigidas, é importante destacar como bandidos/polícia estão em posições semelhantes no “não gostar” da cidade. O mesmo ocorre por estrato social, sendo que todos – ricos e pobres – listam como o que detestam, violência, em primeiro lugar, seguido do binômio ação violenta da polícia/bandidos assaltantes. Como primeiro resultado é preocupante a indicação da ação violenta da polícia, porque se trata de um serviço público cuja função é a proteção do cidadão e é vista como uma prática que se sobrepõe a qualquer noção de direitos individuais. Associar polícia e bandidos como situações que mais detestam na cidade nos faz pensar sobre a efetividade das ações dos órgãos de segurança, o que será objeto de detalhamento em outros capítulos.

Tomando as outras razões/situações que os jovens detestam na cidade, separadas dos temas violência e polícia, o peso do *Nada*, como já analisado anteriormente, se destaca. Juntamente com ele aparecem miséria/pobreza e clima, presentes em todos os estratos de cor e renda. Mas a questão da miséria/pobreza aparece como uma preocupação maior entre os pardos/mulatos e os estratos C e inferiores. Com certeza a sua vivência nesta condição social ou a sua proximidade como grupo racial os faça mais sensíveis a tal problema, uma vez que a miséria não se distribui homoganeamente pelo espaço territorial da cidade, concentrando-se nas áreas periféricas ou em guetos centrais empobrecidos.¹⁰ Esta distribuição pode ser visualizada nos quadros 2.5 e 2.6.

¹⁰Esses dados estão exaustivamente analisados em vários trabalhos sobre a cidade. Um bom exemplo é o Mapa da Pobreza, utilizado por nós, juntamente com outros trabalhos para definir a amostra da pesquisa quantitativa, que divide os bairros em quatro categorias segundo a condição social do morador: dos 75 bairros, 16 estão em situação muito crítica ou crítica, somando quase 25% da população da cidade em 1991. Há pelo menos dois bairros centrais como São Francisco e Rebouças, além do próprio Centro, que possuem guetos constituídos por cortiços e habitações degradadas, nos mesmos moldes de qualquer outra metrópole brasileira.

QUADRO 2.5 - O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA, EXCETO VIOLÊNCIA E POLÍCIA, SEGUNDO A COR

BRANCOS	%	PARDOS MULTAOS	%	PRETOS	%	AMARELOS	%
Miséria/ Nada	14,0	pobreza	14,9	Clima	11,5	Trânsito	25,0
Clima	9,6	Nada	11,4	Nada	11,5	Nada	16,7
Miséria/pobreza	7,2	Clima	7,5	Miséria/pobreza	7,7	O jeito das pessoas	8,3
O jeito das pessoas	6,2	O jeito das pessoas	4,0	O jeito das pessoas	3,9	Qualidade serv. públicos	8,3
Qualidade serv. públicos	5,6	Qualidade serv. públicos	3,5	Outros	3,9	Outros	8,3
Trânsito	5,2	Outros	3,5				
As opções de lazer	3,9	Discr.					
Outros	3,9	Social racismo	3,0				
A política/ os políticos	3,7	A política/os políticos	3,0				
Algum lugar geográfico	3,5	As opções de lazer	3,0				
Sist. transporte coletivo	2,6	Algum lugar geográfico	2,0				
Discr. social/ racismo	0,8	Trânsito	1,5				
Propaganda da cidade	0,6	Sist. transporte coletivo	1,0				
		Propaganda da cidade	1,0				

QUADRO 2.6 - O QUE OS JOVENS DETESTAM EM CURITIBA, EXCETO VIOLÊNCIA E POLÍCIA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

A	%	B	%	C	%	D/E	%
Nada	16,4	Nada	13,7	Nada	14,0	Miséria /pobreza	9,3
Clima	9,9	Clima	12,0	Miséria/pobreza	12,7	Política/políticos	6,8
Trânsito	9,1	Jeito das		Clima	5,7	Nada	6,8
Jeito das	9,1	pessoas	9,2	Qual. Serviços		Clima	5,9
pessoas		Miséria/	8,1	Públicos	5,2	Outros	5,9
Miséria/pobreza	6,5	pobreza		Opções		Outros	5,9
		Qual. Serviços	5,3	de lazer	4,8	Alguns locais	5,1
Qual. Serviços		Públicos		Política/		Qual. Serviços	4,2
Públicos	5,2	Trânsito	4,6	políticos	3,5	Públicos	4,2
Outros	3,9	Outros	3,2	Outros	3,1	Jeito das pessoas	2,5
		Política/políticos	2,8	Trânsito	2,6	Sist. Transporte	2,5
Alguns locais	3,4	Opções de lazer	2,8	Alguns locais	2,6	coletivo	2,5
Opções de lazer	3,4			Sist. Transporte		Opções de lazer	2,5
		Sist. Transporte	2,5	coletivo	1,7		
Sist. Transporte	2,2	coletivo		Jeito das pessoas	1,3		
Política/		Alguns lugares	1,8	Discriminação			
políticos	2,2	Discriminação	1,1	social/racismo	1,3		
Propaganda		social/racismo		Propaganda			
da cidade	1,7	Propaganda	0,4	da cidade	0,4		
Discriminação		da cidade					
social/racismo	1,3						

Detalhando a análise por grupos temáticos – pobreza e miséria; gestão pública, o jeito de ser das pessoas, a ausência ou opções de lazer, a política/ os políticos e discriminação social/racial -, em primeiro lugar aparece o tema pobreza/ miséria que responde sozinho por 9,0% das respostas entre as 23 elencadas. Os pardos e mulatos são os mais sensíveis a tal fato, indicado por 14,9% deles. É importante ressaltar que esta é a segunda principal resposta para este grupo racial, ficando ligeiramente abaixo de *violência (genérico)*. Os brancos e os pretos vêm em proporções semelhantes a miséria/pobreza como o que menos gostam – pouco mais de 7% cada. Os mais pobres possuem uma percepção mais aguçada que os ricos a tal problema, como pode ser evidenciado por 12,7% do estrato C, caindo para 6,5% para os jovens do estrato A.

Em termos quantitativos não é um dos principais problemas apontados pelos jovens, mas, lembrando que se trata **daquilo que ele detesta na cidade**, pode estar indicando ou um razoável senso de justiça, e uma certa capacidade de se indignar com os problemas sociais tão presentes no país, como pode estar indicando uma forte carga de preconceito, de “tolerância zero” com o outro,

com o diferente, principalmente com os mais pobres.

Nos grupos focais a questão da pobreza/miséria aparece não exatamente como razão para se detestar a cidade, mas como algo inerente, porém mascarado e diminuído pelas campanhas governamentais de promoção da imagem da cidade. Também ocorrem ilações entre a pobreza e a existência de discriminação social e racial. Os jovens universitários e os de escolas particulares, os estratos sociais mais elevados, apresentaram os argumentos mais articulados. Nesse sentido, duas falas merecem destaque. A primeira busca explicar as causas da miséria/pobreza: *“É a falta de perspectiva de vida, por parte dessas pessoas, eles acham que não ter nada para eles fazerem, não vai ter trabalho. [...] emprego está muito difícil, ainda mais para essas classes mais baixas”*. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Outra, também de um aluno de escola particular, estrangeiro, é reveladora, pelos laços ainda não muito sólidos que ele possui com a cidade: *“É uma questão muito complexa, tem que levar em conta que o país do qual vim é um país ex-comunista e que a relação entre as pessoas era muito diferente. Isso que ele acabou de dizer é verdade, classe social, valorização do dinheiro, esnobismo, status, não é uma coisa tão presente no país [Polônia]. Isso é uma das coisas que mais me incomoda aqui, isso... eu me incomodo muito de ver é... as pessoas pobres na favela e me irrita do mesmo jeito vendo o esnobismo, por exemplo, da coluna do Dino Almeida, todo o Domingo na Gazeta [do Povo], não posso deixar de falar disso porque é repugnante”*. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

No conjunto referente à **gestão pública**, temos o *“trânsito; o sistema de transporte coletivo e a qualidade dos serviços públicos”*, que juntos respondem a 11,9% do que os jovens menos gostam na cidade. Relacionando as percepções desse grupo de jovens por seu estrato social e cor, podemos afirmar que os brancos (13,4%) e os de classes mais altas A e B (com 16,5% e 12,4%) são que colocam a gestão pública como o que mais detestam na cidade. À medida que a cor escurece e a renda decresce, diminui a percepção da gestão pública como o que mais detestam, concentrando-se em outros pontos como a violência e a ação policial.

Há uma representação majoritariamente favorável à gestão pública no que diz respeito à execução de serviços públicos, mas os jovens possuem uma visão bastante crítica das ações governamentais que visam promover a imagem da cidade como de Primeiro Mundo, Cidade Ecológica e outros adjetivos. Como este segundo tema será tratado mais adiante, nos centraremos aqui apenas nos serviços públicos. As referências são sempre comparativas a outras cidades, evidenciando que nas capitais maiores os serviços urbanos são de pior qualidade, funcionando, nas diversas falas, como um atenuante para a perda de qualidade

presente em Curitiba. Nesse sentido, Curitiba é colocada como melhor “ *você vai ver a qualidade de vida lá [Salvador], você vê os esgotos saindo da praia.*” (Escola Particular/Meninas/Manhã)

A crítica aos serviços urbanos não se dá somente no sentido da sua ausência, mas principalmente quanto à sua distribuição no espaço da cidade. “[...] *as pessoas estão muito apenas ao centro da cidade, tanto que é difícil você, por exemplo, encontrar um teatro que fica fora do centro, um cinema, então, tudo fica no centro, tudo o que você precisa você vai para o centro, eu acho que isso também influi na segurança que a gente tem sabe. Aqui [no centro] é super assim, tem polícia, tudo, tem os lugares onde não existe, mas tem um círculo que é protegido, só que você vai para os outros bairros é difícil encontrar...*” (Jovens Universitários/Misto)

Essa informação, combinada com outras respostas, permite esclarecer um pouco mais as razões da aceitação do discurso da cidade planejada. Quem se utiliza dos serviços públicos como os transportes coletivos e os serviços de consumo coletivo, vê a cidade de forma mais positiva que aqueles que podem circular com seus carros próprios e possuem serviços privados. Portanto, esta fala expressa uma parcela das opiniões dos jovens: “ *Eu gosto de Curitiba porque é organizada... de qualquer ponto da cidade você anda duas quadras pega um ônibus*”. Da mesma forma uma parcela significativa deve ter sua opinião aqui retratada: “ *Tipo a linha do ônibus assim, você vê lá: Santa Cândida/Centro, Água Verde. Lá é tudo arrumado. Agora você se afasta um pouco, você vai ver o que é a realidade*”. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Outras variáveis aparecem com importância menor, e entre elas destacamos o “ *clima*”, aspecto que 8,9% dos jovens menos gostam na cidade. Nas respostas espontâneas esse tema aparece uma única vez, como ressalva de uma cidade que seria perfeita, não fosse o clima.

O **jeito de ser das pessoas** representa o que 5,9 % dos jovens detestam na cidade. Embora em número pequeno na pesquisa quantitativa, ele aparece como um traço constitutivo da cidade em praticamente todos os grupos focais, em que há uma reiteração do tipo ideal curitibano: indivíduo fechado, que não fala com as pessoas no prédio e no bairro, que não convida seus colegas para frequentarem sua casa, que não dá informação na rua e que discrimina principalmente os migrantes. Dois jovens de classe alta, migrante, estudante de escola particular sintetiza bem esta afirmação ao dizer que “[...] *o curitibano discrimina, é normal você ver isso, até o carro que minha mãe dirige é de São Paulo, que os meus pais são paulistas, sabe, então para a gente vir guiando é difícil. As pessoas, sabe, qualquer errinho já começam a buzinar, a dar sinal de luz*” (Escola Particular/Meninos/manhã). Outro, vindo do interior do Paraná assim se manifesta: “ *O pior é do interior [...], agora o curitibano, meu Deus!*”

mas que ódio de curitibano! O curitibano, ele pode parar no meio da rua. Ele para, ele não quer saber se está vindo mais quinhentos carros atrás, porque ele está na via rápida mas ele faz até coisa errada. [...] mas se é placa do interior. Pronto! - “Ei, não sei o que”... é do interior! (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Também é descrito por alguns jovens como alguém pouco solidário com quem não conhece a cidade, preocupado com a aparência, o status e o “bom nome” das pessoas. Embora um traço constitutivo do curitibano, esse jeito de ser que incomoda tanto os jovens a ponto de verbalizarem com tanta frequência, não os impede de gostar da cidade.

[...] se eu parar para perguntar prum homem uma informação, eu vou fazer o quê pô cara? Eu não vou fazer nada demais com ele. O cara nem me respondeu, assim sabe, ele até respondeu. - Eu perguntei onde fica não sei o quê? - Ele falou, Não sei. Mas foi de uma maneira tão grossa! Ele podia falar: Ah!, eu não sei, desculpa, pergunta prá outra pessoa ali na frente e tal. (Jovens Universitários)

Com menor destaque aparecem “a ausência ou as opções de lazer oferecidas”, “a política/os políticos” e “discriminação social/racismo”. Tais temas estiveram muito presentes nos grupos focais, mas não na questão do gostar/não gostar da cidade, mas nas suas características, sendo analisadas no próximo item.

2.1.3 Os Jovens Avaliam Algumas Características da Cidade

Deste o primeiro quadro de representações dos jovens sobre a cidade (o que mais gosta *versus* o que detesta), podemos afirmar que em geral gostam da cidade onde vivem, embora deslumbrem ser uma cidade real, com pontos positivos e negativos. É necessário esmiuçarmos esta percepção da cidade por respostas estimuladas, buscando verificar como avaliam alguns aspectos da cidade, desde traços físicos, populacionais, culturais, até opiniões sobre a ação do Estado sobre o espaço urbano, uma vez que não se pode dissociar a cidade de sua gestão.

Esta parte do trabalho se desdobra em dois aspectos: no primeiro foram colocados sete aspectos da cidade, propositalmente diversos entre si. No segundo caso, tratou-se explicitamente da avaliação de alguns serviços, na sua maioria públicos, buscando, nos dois casos, adensar mais as respostas sobre o gostar/detestar antes analisados.

As características da cidade foram agrupadas, para fins analíticos, em três grandes grupos, conforme se visualiza na tabela 2.4.

- 1) **traços naturais** - “o clima”;
- 2) **característica da população**: A aparência das pessoas; a facilidade em fazer amigos; a educação das pessoas;
- 3) **ação pública sobre a cidade**: o sistema de trânsito; a ação de planejamento pelos governantes; o título de cidade ecológica.

TABELA 2.4 - AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA PELOS JOVENS ÀS CARACTERÍSTICAS DA CIDADE

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE	BOM	REGULAR	RUIM	TOTAL
O clima	52,5	31,0	16,5	100,0
A aparência das pessoas	69,6	26,4	4,0	100,0
A facilidade em fazer amigos	55,1	27,7	16,2	100,0
A educação das pessoas	37,7	57,7	8,4	100,0
A separação, por bairros, das pessoas de níveis sociais diferentes	18,8	43,8	37,4	100,0
O sistema de trânsito	46,1	38,7	15,1	100,0
A ação do planejamento pelos governantes	28,4	49,3	22,3	100,0
O título de cidade ecológica	71,5	21,3	7,2	100,0

O que se observa da leitura geral dessas avaliações é que o adágio popular que diz que “Curitiba só não é perfeita porque é fria e não tem praia”, não se aplica a essa geração de jovens, pois 52,4% consideram o clima bom e 31% regular. Apenas 16,5% dizem não gostar do clima frio da cidade.

Entre os jovens a questão do clima praticamente não aparece entre as características da cidade que mereçam comentários. Apenas uma única vez, dentro de uma fala que mostrava as vantagens da cidade, há uma frase restritiva: “no geral Curitiba é uma cidade muito boa para se morar, a única coisa que reclamo é o clima” (*Escola Particular/Meninas/manhã*)

No grupo das **características da população**, há uma leitura favorável dos 4 aspectos pesquisados, sendo que o mais pesa positivamente é “a aparência das pessoas”, que é considerado Bom para 69,6% dos jovens pesquisados. É, de todos os aspectos pesquisados, o de menor índice negativo (3,9%). Curiosamente, o percentual de jovens que julgaram ser Boa a facilidade em fazer amigos somou mais da metade dos entrevistados (55,8%). Regular foi a resposta de 27,7% e ruim de 16,3%.

Se os dados quantitativos apontam para uma leitura positiva no quesito

facilidade em fazer amigos, devemos lembrar que a outra metade não considera tal fato como bom, e isso é evidenciado nas falas dos jovens que, de uma maneira geral, se referem ao curitibano como um povo fechado. Isso está presente nas falas dos jovens de escolas públicas e das particulares, entre meninos e meninas, inclusive muito presente nos dois grupos de jovens universitários.

E se você se aproxima de uma pessoa, se você está mal vestida, você se aproxima de uma pessoa e pergunta que seja as horas, a pessoa corre... é a pessoa corre de você, você chega a ficar: Meu Deus! O que está acontecendo? Que nem quando você chega assim, pra tentar pegar amizade com alguém, geralmente são de cara fechada, já te olham torto.... sei lá, o problema de Curitiba é o povo". (Escola Pública/Meninas/Tarde)

É interessante perceber que se a aparência das pessoas foi o quesito de maior concordância, indicando que os jovens julgam os moradores da cidade como pessoas "bem apresentáveis", nas falas dos jovens essa "boa aparência" parece ser um dos anteparos que mascaram a discriminação, principalmente a social.

Mesmo com o discurso recorrente do curitibano como um povo de "difícil acesso", alguns jovens deslumbram a possibilidade de rompimento dessa característica devido às migrações. Como diz um aluno, "[...] o curitibano ele é muito... ele pensa em si mesmo, querendo ou não ele é muito fechado, é uma cultura... é uma região fechada, tanto que, está mudando pelo rápido crescimento e muita migração, a cidade cresceu muito nos últimos 10 anos, ela dobrou de população... e isso não foi a população, foi por causa de migrantes, então, ela tá mudando um pouco o seu aspecto, em termos de pensamentos, e não sei o quê, mas o povo em si, ele é muito fechado, é um povo frio". (Escola Particular/Meninos/Manhã)

É interessante este tipo de respostas, pois se trata de jovens que estão vivendo uma modificação na cidade onde, combinado ao crescimento populacional, uma série de empresas multinacionais ligadas ao setor industrial, bem como redes de comércio, serviços e de entretenimento antes presentes apenas em São Paulo e Rio de Janeiro se instalam na cidade. Dessa forma, talvez pelos efeitos da propaganda inerente a tais investimentos que criou um clima de novidade na cidade, tais jovens percebam a migração como coisa recente. Na verdade, o processo migratório para Curitiba e RMC é bem anterior, conforme mostram uma série de estudos realizados (IPARDES, 1982 e 1983), mas sua característica predominante foi de uma migração de base pobre, de trabalhadores expulsos do campo ou de cidades menores, à busca de

oportunidades de sobrevivência. Esse processo se mantém, embora menos intenso que nas décadas de 1970 e 1980, mas numericamente ainda maior que qualquer outra leva migratória, isto é, a dos executivos ou profissionais de classe média. Alguns jovens, exatamente os de escolas particulares, de classe social mais elevada já verbalizam esse fenômeno: *“Mas você fala migrante? ‘Porque eles não deviam vir para cá, eles tem dinheiro só para comer comida!’ E não é assim, tanto que a migração em Curitiba é muito grande de paulistas...tem muito paulista aqui que tem família aqui e trabalha em São Paulo”*. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Outro traço interessante é o da socialização que a cidade promove, no sentido de uma assimilação desse jeito de ser distante e frio, pelos não naturais da cidade. Como diz um jovem: *“eu nasci em Brasília e senti um pouco de dificuldade, principalmente no começo. Eu acho que em geral se demora para conhecer as pessoas. Eu acho que até influenciou minha personalidade, eu era mais aberto do que eu sou agora depois de morar aqui. [...] eu perdi essa facilidade de conversar com qualquer pessoa na rua”*. (Jovens Universitários)

Se há esta reiteração da cidade como lugar difícil de se fazer amigos/uma cidade fria/ o curitibano como um povo distante, alguns apontam para uma certa atitude de reserva, de distanciamento, enfim uma atitude *blasé*, no sentido sociológico que Simmel lhe dá:

[...] a atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. [...] Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. [...] Essa fonte fisiológica da atitude blasé metropolitana é acrescida de outra fonte que flui da economia do dinheiro. A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar. Isso não significa que os objetos não sejam percebidos,... mas antes que os significados e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentadas como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e fosco: objeto algum merece referência sobre outro.” (SIMMEL, 1979, p.15-16)

Sem julgamento de valor, apontam essa característica do curitibano como algo inerente ao homem urbano, metropolitano, mecanismo de defesa frente aos estímulos externos de seu cotidiano, buscando preservar a sua subjetividade e individualidade.

[...] quando eu cheguei aqui eu não fiz grandes amigos logo de cara, foi difícil... o curitibano mesmo, nossa, você descobre, eu fiz aqui os meus melhores amigos, em quatro anos. As pessoas têm muito pouco a dar, mas o sentimento, eles valorizam muito mais as pessoas e os atos, as coisas que acontecem. Também, por isso, elas se resguardam muito, eu sei lá... eu demorei pouco tempo prá pegar aqui, mas agora não tem

*lugar de Curitiba que eu não passe e não cumprimente uma pessoa.
(Jovens Universitários)*

Ao longo de uma fala, em que argumentava sobre o clichê de cidade de Primeiro Mundo, uma aluna que já morou nos Estados Unidos e na Alemanha, após apontar as mazelas sociais presentes nesta cidade, coloca um argumento a favor da cultura do individualismo, contra a qual outros alunos se posicionavam, que é exemplar:

Nova Iorque tem uma grande vantagem. Hoje as pessoas aprenderam muito a ser individualistas. Nova Iorque é o centro disso! As pessoas olham e pensam: "entre eles e eu. Vivo a minha vida e não devo nada para ninguém!" Isso é uma coisa muito diferente de Curitiba, porque Curitiba olha para o vizinho e já vai te julgando. Nova Iorque não. Você vê pessoas de tudo quanto é tipo. Não só Nova Iorque mas na maioria dessas cidades grandes. São Paulo tá começando a ser. Eu não conheço São Paulo, mas sei que tem uma boa parte assim, entendeu? Quando uma cidade é muito grande as pessoas se acostumam a olhar só para a vida deles. Eu considero isso uma coisa boa. (Escola Particular/Menina/Manhã)

Aqui, o temperamento fechado, distante e de reserva do curitibano, que aparece em todas as falas como algo negativo, típicos de um provincianismo, assume uma outra conotação, positiva, como elemento que pode ajudar na construção dessa cultura do individualismo que tem Nova Iorque como símbolo. Em todas as falas que criticam esse jeito curitibano de ser, transparece tanto um saudosismo de uma cidade que não existe mais, como de cidades pequenas, onde os laços comunitários, o contato face a face, os relacionamentos pessoais se sobrepõem às relações baseadas no interesse. Isso mostra como há um imaginário sobre o modo de vida do curitibano, que se dissemina para todos os moradores, atingindo inclusive este grupo etário. Como já afirmado anteriormente, estamos falando de jovens paranaenses e curitibanos na sua maioria, com poucas experiências de habitar em outros lugares, e que não têm registros em sua memória individual de outro momento da cidade que não o atual.

Assumem como sua a memória coletiva, formada pelas experiências vividas pelo grupo familiar e/ou de vizinhança. Esse processo nos remete à discussão de Halbwachs (1990) sobre a memória, entendida em primeiro lugar como um fenômeno coletivo e social, submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. Mas, como aspecto coletivo, está permeada de individualidades, isto é,

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo.

Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos se aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p.51)

Outros identificam comportamentos diferenciados, seja em função do local de residência, seja pelo estrato socioeconômico. Assim, os moradores de vilas (de ocupação mais recente, migrantes de cidades menores e que reproduzem os laços de sociabilidade dos locais de origem), os mais pobres (que precisam mais dos laços comunitários para sua sobrevivência) e os mais velhos (que viveram numa cidade menor e/ou que têm raízes mais sólidas), possuem um comportamento que foge do típico curitibano: *“Eu sinto uma diferença, por exemplo, as pessoas que moram no centro e as pessoas que moram no bairro, mais em vilas. Eu acho que as pessoas mais simples, assim sabe, de classes mais baixas, elas sempre conversam, no ponto de ônibus, assim, tem um monte de gente mais velha. Também, pessoas mais velhinhas, assim, elas conversam, falam tudo e são Gente, sabe, bem queridas assim. Agora eu sinto uma diferença com as pessoas que tem mais dinheiro assim e tal, elas não falam”.* (Jovens Universitários)

Eu nasci em Foz do Iguaçu, mas só nasci, porque moro aqui há 15 anos [...] acho que uma coisa que eu teria para reclamar de Curitiba são as pessoas, porque eu acho que o curitibano, em si, é uma pessoa fechada, antipática, às vezes muito mal vista por outras regiões do país. É Nordeste, Sudeste, que o pessoal é mais extrovertido, é mais amigo, é mais hospitaleiro, não é tão fechado quanto o curitibano, tanto que as pessoas que vêm de fora para cá encontram uma dificuldade enorme, eu mesma que moro aqui, acho muito difícil de você ter um grupo de amigos, assim, um grupo mesmo, que você possa contar sempre, é muito difícil, eu não sei, acho o curitibano uma pessoa difícil. (Escola Particular/Meninas /Manhã)

Sobre a **educação das pessoas**, a leitura quantitativa não é positiva, com a maioria (53,7%) indicando ser regular. Já nas falas, o tema não aparece diretamente, mas como manifestações de segregação tanto contra o migrante, como em relação às pessoas mal arrumadas, ou então contra os que não detêm um sobrenome famoso. Poucas indicações referem-se diretamente ao tratamento entre as pessoas.¹¹

Já aconteceu comigo de parar para pedir informação na rua quando

¹¹ Nos capítulos que tratarão das diversas formas de violência e da manifestação de preconceitos, a questão das manifestações da gradação do preconceito contra o migrante será aprofundada.

eu vim para cá. Aconteceu duas vezes até. Eu cheguei e perguntei: - Ah! A senhora podia me informar onde fica não sei o quê? A mulher passou direto, não ligou, nem falou, passou direto. E a outra disse assim: - eu não sei. Virou a cara e saiu... (Jovens Universitários)

Se as informações até agora analisadas referem a aspectos gerais da cidade, temos um outro grupo que pode ser agregado genericamente como ação pública sobre a cidade que abarca, além do sistema de trânsito, ação do planejamento pelos governantes e o título de cidade ecológica, também a avaliação dos serviços públicos prestados na cidade (tabela 2.5).

Ação pública pode ser dividida em dois grandes eixos. No primeiro, estão os serviços de uso imediato e diário pela população, tanto no espaço da moradia como no do trabalho. Noutro, estão as imagens síntese da cidade, construídas a partir das ações cotidianas dos moradores e planejadores sobre a cidade, mas não como o negativo de uma foto, à medida que possuem uma relativa autonomia das práticas, centrando-se também nas construções míticas da cidade.

TABELA 2.5 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS OFERTADOS

INFRA-ESTRUTURA	BOM	REGULAR	RUIM	NUNCA USEI
Transporte coletivo	67,9	25,0	7,5	0,5
Rede de água	68,3	26,0	5,5	0,2
Coleta de lixo	80,1	16,1	3,8	
Escola Pública	47,9	32,0	10,2	9,9
Saúde Pública	22,4	43,4	26,1	8,3
Merenda escolar	28,9	30,0	16,8	24,3
Parques e praças	78,4	18,5	2,7	0,3
Segurança	20,4	50,5	26,6	2,5
Diversão e lazer	83,2	13,1	3,5	0,2

O primeiro grupo divide-se em infra-estrutura urbana, voltada principalmente ao mundo da moradia – coleta de lixo, rede de água – com avaliações muito positivas, sendo residual os percentuais para a opção “ruim”. Os serviços voltados ao mundo do trabalho, que se vinculam diretamente às condições essenciais para livre “ir e vir” do trabalhador – transporte coletivo e sistema de trânsito – têm avaliações dispare: o transporte de massa, um dos “carros-chefes” da experiência de intervenção urbanística,¹² possui uma

¹² O Plano Diretor de Urbanismo aprovado em 1966 e implementado de fato a partir de 1970 com a chegada de Jaime Lerner à Prefeitura, fundamenta-se no tripé sistema viário, transporte de massa e zoneamento de uso do solo. Ordena até hoje o crescimento da cidade, e é responsável pelas ações bem-sucedidas de planejamento urbano que Curitiba experimentou.

avaliação muito positiva, com 3 em cada 4 jovens que o consideram “bom”. Já o trânsito, que significa o Sistema Viário em funcionamento foi avaliado como bom por 46,1%, como regular por 38,7% e ruim por 15,1% dos jovens. Não aparece nem como problema nem como solução nas falas dos jovens, o que é surpreendente dada a grande propaganda sobre o sistema repetida desde 1974, quando da inauguração dos ônibus-expressos e a implantação das vias estruturais. As entrevistas nos indicam que as causas do mal-estar dos jovens, bem como das razões de seu amor pela cidade, não têm no sistema de trânsito algo que mereça uma reflexão mais demorada, a não ser quando estimulado como na pesquisa quantitativa.

Quanto aos serviços sociais percebe-se uma posição mais crítica dos jovens, com índices entre ruim e regular que superam a avaliação positiva. Isso vai indicar, em que pese o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Curitiba colocá-la entre as cidades de alto desenvolvimento, os serviços voltados às políticas sociais estão aquém das expectativas dos jovens. No caso da saúde pública, seu índice de avaliação se aproxima ao da segurança – o de pior avaliação – com apenas 22,3% dos jovens que consideram-na “boa”, para 26,1% ruim e 43,1% regular. O recado claro nessas respostas é que precisam ser investidos mais e melhores recursos financeiros e humanos em educação e saúde públicas.

Esse descompasso entre infra-estrutura e serviços sociais fica evidente no conteúdo crítico das respostas em que a metade dos jovens coloca a “ação de planejamento dos governantes como regular, 28,3% boa e 22,2% ruim. Assim, a fala deste jovem sintetiza uma parcela das opiniões: *“Eles só mostram as partes bonitas... o que eles estão construindo de bonito, agora as favelas, as periferias, isso eles não mostram. Só mostram o cartão postal. [...] Dentro disso, se você for analisar, for ver o interior mesmo da cidade, a gente vai ver que não é nada daquilo que eles mostram na televisão, o que a gente vê por aqui.”* (Escola Pública/Jovens negros/Noite). Da mesma forma é também sinalizadora das opiniões presentes entre os jovens, a versão positiva da cidade: *“Você tem escola, tem universidade, tem todos os recursos para viver bem. Aqui você tem infra-estrutura, mas não tem poluição. Eu fiquei um mês em São Paulo e um mês no Rio de Janeiro, mas a vontade era voltar correndo, de voltar para cá, nossa, você não tem paz naquela cidade, é um barulho, uma poluição. Lá, agora seria impossível fazer um debate com um gravador. (Escola Pública/Meninas/Manhã).* Em menor proporção aparece uma posição de cautela, para a qual a ação pública precisa ser retomada urgentemente, sob o risco de as vantagens da cidade planejada desaparecerem: *“Curitiba é boa hoje né, mas daqui a alguns anos vai se tornar... se o governo não melhorar, a*

cidade vai virar igual a São Paulo.” (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Como construção das representações sobre a cidade é um processo dinâmico, ele é, por natureza, contraditório. O excesso de exposição dos benefícios do planejamento tanto é visto de forma positiva como negativamente. No sentido positivo há uma certa inevitabilidade dos efeitos que esta exposição da cidade irá trazer: *“O governo faz a mídia e estimula a mídia. O governo precisa de dinheiro para Curitiba. Aí, ele usa a mídia como um artefato para trazer a gente para cá. Traz gente para cá, vem dinheiro para cá. Mas nem sempre, porque esse êxodo rural chega aqui”.* (Escola Particular/Meninas/Manhã).

Outros aspectos pesquisados referem-se à segurança e ao entretenimento (parques e praças e diversão e lazer). Pela primeira vez aparece, diretamente, a possibilidade de questionamento do jovem a um serviço público extremamente complexo, capaz de despertar as mais diversas posições que é a segurança pública, entendida pelos jovens como a ação policial. Nem sempre compreendem os vários papéis que ela desempenha na sociedade, nem sua organização e hierarquia. Mas, sempre se referem a ela com temor. Demonstram desconhecer que “é uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa por em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais.” (BOBBIO, 1991, p.944)

Vêm-na tão-somente como aparato de repressão, conforme já explicitado na primeira parte deste capítulo, que está ausente em momentos necessários, mas que exacerba sua atuação quando lida com jovens pobres e pretos. É, dessa forma, o serviço público pior avaliado entre os questionados, com apenas 20,3% de casos que consideram-no “bom”, enquanto 26,6% dizem ser “ruim” e 50,5% “regular”.

Entretenimento é avaliado positivamente pelos jovens, reforçando os dados já analisados que mostram ser o que eles mais gostam na cidade, com respectivamente 78,4% e 83,1% de respostas para “bom”. Isso pode ser resultado tanto das expectativas e das práticas desse grupo etário – ainda muito voltado aos aspectos lúdicos – em que as atividades públicas voltadas ao entretenimento são percebidas com maior ênfase que os “serviços duros” do Estado. A avaliação positiva dos parques e praças também resulta da democratização dessa forma de lazer, pela sua localização disseminada por vários pontos do espaço físico. Somam-se a isso os discursos recorrentes sobre a cidade ecológica, em que um dos seus principais apelos é a exaltação dos espaços verdes. Ao investir nas

áreas verdes, mediante uma política de parques e bosques, a administração pública apresenta a originalidade da cidade frente às outras capitais, como a que consegue oferecer, gratuitamente, um dos bens mais escassos às cidades – as áreas verdes.

A partir do material pesquisado já é possível delinear duas posições dominantes entre os jovens. Uma, com leitura favorável, apesar das restrições que porventura possam colocar; outra, bastante crítica, que vê nas ações governamentais um jogo de cena, uma maquiagem da realidade. Opera-se entre os jovens uma disjunção, como se “o título da cidade ecológica” (visto favoravelmente) não fosse a face mercadológica das “ações de planejamento pelos governantes” (que obteve avaliação regular) operadas nos últimos 30 anos. É como se construíssem duas cidades: uma para o público externo, a cidade do verde, positiva, que orgulha os jovens curitibanos quando confrontados com outras pessoas, outra, a cidade do cotidiano, com uma população de educação regular e com ações do poder público que dá bons resultados mas apresenta, atualmente, muitos limites.

Nas falas, alguns jovens explicitam como essa disjunção se processa, ao associarem o discurso sobre a cidade não a ações concretas, mas a recursos midiáticos utilizados à exaustão pelos governantes, como formas de criação e vendagem de uma imagem de “Cidade de Primeiro Mundo”: *Curitiba liga muito para status. Curitiba é uma cidade muito de imagem. As pessoas vivem muito de imagem. (Escola Particular/Meninas/Manhã)*. Ou ainda, dito de forma mais clara: *Qualquer filme que você assista vai falar que Curitiba não tem engarrafamento, não tem lixo (Escola Particular/Meninos/Manhã)*

[...] não é essa imagem assim: “Rio cidade maravilhosa”, o pessoal de fora vem e vê a cidade maravilhosa, aí o camarada chegava lá e ia para a beira da praia e tinha arrastão e tal. Aí a gente vê qual é a realidade mesmo. E em Curitiba está começando a acontecer isso. Curitiba é assim aquela coisa que eles [o governo] falam de “cidade modelo”. Tem a propaganda que eles fazem assim ó “É em Curitiba, aconteceu isso e aquilo, é bem que poderia mudar o Paraná para a minha cidade”. eles fazem esse tipo de coisa. Mas só que eles não olham mesmo para a realidade”. (Escola Pública/Jovens negros/Noite)
// Eu amo Curitiba. Eu passei um ano fora, tive oportunidade de conhecer Munique, Alemanha. Morei um ano lá e acho Curitiba uma cidade maravilhosa, eu não troco por nada. Mas, não dá para culpar só a mídia. Porque quem faz a mídia são as pessoas. Se dá IBOPE é claro que eles vão aumentar. Quem faz o IBOPE são as pessoas. Tem muito problema social, tem muito problema político. [...] Foi uma coisa

em cadeia. É uma bola de neve, vai agravando cada vez mais, e a mídia, claro, colaborou. Mas todo mundo colaborou. Eu, você, ela, entendeu? (Escola Particular/Meninas/Manhã)

2.2 COMO OS JOVENS SÃO VISTOS NA CIDADE

Neste item do trabalho trataremos das representações dos profissionais de educação, dos pais e dos policiais sobre os jovens, isto é, sobre a vida do jovem na cidade, como ocupam o tempo, como é o lazer, enfim, de que forma se situam na cidade. Como estamos tratando da relação jovem/cidade, o enfoque será comparativo com o item anterior. As informações utilizadas são as obtidas nos grupos focais e a discussão “como é para os seus alunos/seus filhos viver em Curitiba” foi a pergunta inicial, o “quebra-gelo” da entrevista, sendo que as respostas têm este caráter de “aquecimento do grupo”. Por tal razão será analisada separadamente das respostas dos jovens, mais densas no aspecto qualitativo e bastante detalhadas no quantitativo.

2.2.1 Visão dos Profissionais de Educação

De maneira geral, os profissionais de educação visualizam um jovem que gosta da cidade onde moram, indicando existir orgulho dos jovens quanto à sua cidade, e associam imediatamente este gostar à comparação que muitos deles fazem com as imagens divulgadas de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo como “terra da violência”. Justificam essa opinião porque a grande maioria é constituída de pessoas que nasceram e se criaram na cidade: “*são bem poucos os alunos que vieram de cidades pequenas como eu disse a maioria é daqui mesmo*”. (*Professores Escola Particular*). São poucas as referências de situações em que os jovens manifestam não adaptação à cidade, em geral verificada entre os migrantes.

Antes de falarem como vêem os jovens na cidade, analisam a cidade e as relações possíveis do cidadão com ela. Os professores apresentam um discurso bem mais articulado e crítico, em que se situam como profissionais preocupados em passar valores éticos que consideram fundamentais como a solidariedade, o respeito ao próximo, a convivência com o diferente, a necessidade de princípios religiosos e/ou morais. Reafirmam o papel da escola em desenvolver o senso crítico dos alunos, tendo como postura pedagógica a busca do treino de um olhar vigilante para os problemas sociais.

A princípio, há um tempo atrás, eles costumavam pôr nos textos, ou

mesmo fazer colocações verbais que era uma capital sem problemas. Daí quando eu começava a questionar, eles tinham como referencial Rio de Janeiro e São Paulo, sempre Rio e São Paulo, Rio e São Paulo. Porque essas duas cidades estão sempre em evidência na televisão, principalmente pela questão de violência. Então nós parávamos, dávamos uma paradinha, e eu perguntava, mas e comparando o tamanho dessas cidades? Por exemplo, se lá existem muitos problemas, se a violência realmente é algo forte, etc. e tal, mas será que nós não estamos sendo até injustos de comparar, né, por exemplo, essas duas com Curitiba... pelo tamanho, né, da cidade. Então, a princípio eu achava que eles eram até meio cegos em relação aos problemas que já se apontavam. Por exemplo, pra mim é violência você andar numa rua de uma cidade que é considerada de primeiro mundo e encontrar crianças pedindo esmola. Então, como nós tratamos muito com textos, 'contextos' e com textos, então eles começaram a perceber que realmente também havia problemas. E se os problemas eram menores (?), isso também tem a ver com o tamanho [da cidade]. (Professores Escola Particular)

Contrapondo-se a esses propósitos – que entendem ser função da escola – a sociedade em geral, desde a família até os meios de comunicação trabalham num sentido contrário, exacerbando os princípios do individualismo, da esperteza e da frouxidão dos limites. Citam exemplos vividos em sala de aula, nos horários de recreio e na convivência diária com os alunos.

[...] nosso adolescente de escola particular, ele está alienado (...), ele desconhece que tem um esgoto a céu aberto a um quilômetro do colégio, por outro lado, os valores familiares, me espanta, me espanta, e me assusta. Um homem, [...] o tapeceiro encontrou quatro mil e quinhentos dólares sob o banco e devolveu, a empresa faturou em cima dizendo: "Nós somos honestos". Eu trabalhei com ele, falei para os alunos, mas a atitude foi assustadora, sessenta por cento: "Não, ele foi bobo, ele não devia devolver". Quer dizer, criamos um individualista, a situação é de criar o indivíduo sem a preocupação [...] com o bem coletivo, do outro, com a sociedade. "Eu livro a minha parte, o resto que se dane". Tá me assustando essa perspectiva do adolescente. (Professores Escola Particular)

Ao se referirem à relação estrita do jovem com a cidade, insistem no fato de a maioria dos alunos ser natural da cidade, o que será o eixo constituinte das visões sobre ela. Dessa forma, é representativo a fala de um professor, referindo-se à normalidade com que os jovens vêem as características da cidade,

sem um maior senso crítico da realidade: *“Os meus alunos pelo fato de não terem nenhum parâmetro para fazer comparações. Eles assimilam com muita facilidade toda a propaganda que o induz a conviver bem com a cidade no sentido de acreditar que ela é realmente uma cidade que é atrativa que ela fornece uma enormidade de atividade de lazer. E eu pelo menos nunca tive aluno reclamando da cidade como um todo, das suas condições de violência que o cerca”.* (Professores Escola pública)

A dificuldade de adaptação do aluno migrante à cidade é ressaltada por uma orientadora ao dizer que: *“quanto à cidade do interior nós temos muitos alunos que vêm do interior eles têm dificuldades, tem uns que até choram de saudades eles dizem ah, eu não gosto daqui, eu queria voltar pra lá sabe, há vários casos assim principalmente na parte de orientação que eu trabalho, então é um trabalho assim difícil chegar lá, fazer o aluno entender que agora mudou a vida dele é aqui, é por aí.”* (Professores Escola Pública)

Os laços de amizade, o fortalecimento da identidade grupal, o sentido de “pertença” à cidade, são aspectos que muitos dos profissionais de educação enfatizam como difíceis de serem desenvolvidos pelos alunos migrantes, principalmente para os migrantes recentes, no mesmo sentido da dificuldade de adaptação indicada pelos jovens. Repete-se a evidência do curitibano como um indivíduo frio, distante e de pouca conversa e, da cidade, como o espaço dos encontros fortuitos e superficiais: *“[...] entre eles adolescentes, eles encontram um pouco de dificuldade em criar novas amizades. Enquanto em cidades pequenas, as amizades eram mais sólidas mais concretas e contava-se mais com o amigo, aqui a amizade é meio que passageira, é amigo de escola e ali encerra termina o ano letivo e se vão se encontrar no ano que vem, tudo bem. Se não se encontram no ano que vem, a amizade acabou por ali mesmo”.* (Professores Escola Pública)

Para os naturais, ressaltam a dificuldade que os jovens têm em desenvolver uma postura crítica com relação à cidade, à medida que encaram como normal o que acontece diariamente e a dificuldade em fazer comparações com outras realidades urbanas, devido sua vivência ter sido apenas em Curitiba. *“Eu trabalho com alunos de segundo grau e eu acho que 95% dos meus alunos nasceram e viveram sempre aqui em Curitiba então não conhecem o outro lado digamos da vida, em uma cidade pequena então para eles tudo que acontece em uma cidade como Curitiba é normal e natural e o dia-a-dia é o corriqueiro. Então é essa a diferença.* (Professores Escola Pública)

Indicam também o peso da propaganda da cidade, das imagens construídas pelo poder público e veiculadas pelos meios de comunicação.

É uma coisa que ele próprio já está descobrindo, eles também gostam

da cidade, mas ele próprio já começa a descobrir que muita coisa aqui se prega, muita coisa que aparece, na realidade é um marketing, digamos assim, de algo do gênero, que ele começa a descobrir com as próprias dificuldades que ele começa a enfrentar quando ele vai atrás do primeiro estágio, quando ele vai atrás de querer sair de noite sozinho, as dificuldades que até então ele não percebia, ele começa a perceber agora, principalmente na idade que ele tá porque quer sair sozinho, não tem mais essa facilidade. (Professores Escola Particular)

A crítica ao modelo midiático construído se aprofunda ao indicar que o Estado ao realizar as intervenções arquitetônicas e urbanísticas na cidade, esqueceu-se do mais importante – a construção de cidadãos de primeiro Mundo. Essa fala se agrega ao argumento dominante entre os professores, de que os serviços sociais, especialmente os de educação e cultura, tenham ficado para segundo plano: “[...] eu acho que Curitiba, como uma cidade de primeiro mundo, pelo seu transporte coletivo, pela sua arborização, pela sua limpeza, é, pelo teatro, pela cultura de Curitiba, mas uma coisa é você ter uma cidade de primeiro mundo, ou você fabricar uma cidade de primeiro mundo, e outra coisa é você ter cidadãos de primeiro mundo.” (Professores Escola Particular)

Assim se referem à população da cidade, como pessoas para as quais se disponibilizou apenas infra-estrutura física, esquecendo-se dos outros componentes de um verdadeiro processo de civilização: “Não são educados ou não foram educados para essa realidade de primeiro mundo. Então foi divulgado em nível nacional e internacional que Curitiba é uma cidade de primeiro mundo mas é, o que foi gasto em marketing e propaganda para divulgar, poderia também ter sido gasto para educar esse povo, o seu povo, o cidadão de Curitiba, não o imigrante, mas o cidadão que por consequência passaria essa idéia, e essa educação e esses princípios de primeiro mundo para aqueles que estivessem vindo a Curitiba. (Professor Escola Particular)

Outra razão apontada para esta leitura acrílica é o isolamento de que as famílias, na tentativa de proteger seus filhos do mundo exterior, lançam mão. Manter os filhos em casa impedindo-os de circular livremente é o que todos tentam fazer, só que os mecanismos para tal distanciamento dos problemas urbanos irá variar de acordo com a classe social. Um professor de escola pública, relatando como as famílias reagiram a um caso de violência contra um jovem, assassinado pelo vizinho é exemplar: “[...]eles mataram o rapaz porque era vizinho deles, então teve enorme impacto na sociedade? Teve. Aí, o que as pessoas fazem? Se retraem mais ainda, e aí a constituição da identidade não se realiza. Então você não soluciona? Não soluciona o problema, você somente joga o problema pra uma instância de repressão maior, e os nossos jovens acabam ficando em casa, criando outro círculo de violência, na medida em

que ele é reprimido, entra um outro círculo de violência sobre ele, em algum momento isso vai explodir, claro.” (Professores Escola Particular)

Nas famílias de classes altas, segundo os professores, a forma básica encontrada para se proteger da violência da cidade é o isolamento espacial, reforçando o que já foi analisado no caso dos jovens, da formação dos espaços segregados. Cabe lembrar que esse processo de segregação urbana tem preocupado vários estudiosos e destacamos a discussão de Caldeira (1997), que mostra ser cada vez mais corrente nas grandes cidades uma nova forma de segregação via enclaves fortificados.

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma das suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os “marginais” e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. (CALDEIRA, 1997, p.155)

Mas, o senso crítico sobre a cidade, como não é um dado da natureza, está sendo construído no cotidiano, pela experiências vividas pelos jovens na cidade. O relato desta construção social é dada por vários professores indicando que o modelo de cidade calma e tranqüila se esboroa, pela vivência de cenas de violência que se tornam rotineiras no trajeto dos alunos para a escola. Se antes os comentários dos alunos era sobre a violência de “fora”, com Rio de Janeiro e São Paulo como referência, agora *“eles já estão tendo uma noção de que está se alastrando também a violência em Curitiba”*(Professores Escola Pública). Cita como exemplo que *“de um tempo para cá não se tinha tanto perigo em sair à noite. Hoje os pais, a grande maioria faz questão de levar, principalmente as meninas e ir buscar, por medo dessa violência”* (Professor Escola Pública). Conclui indicando ser um processo de “desencantamento da cidade”, difícil de ser aceito pelos jovens que percebem a distância entre a cidade da propaganda (da qual eles se orgulham) e a cidade real, com os problemas comuns de qualquer metrópole brasileira.

Nesses “problemas urbanos comuns”, outro tema que aparece com frequência entre os professores é a dificuldade que sentem em lidar com o desencantamento da cidade que o jovem experimenta ao lidar com os temas sociais. Descrevem o “mal-estar” dos alunos com textos e/ou conteúdos que os levam a enfrentar temas como favelas e pobreza, como se a consciência de sua existência na cidade fosse uma traição à (ou da) imagem em que tanto acreditaram. Este diálogo entre professores é esclarecedor:

- Inclusive fizemos alguns trabalhos em Português, eles tiveram, por exemplo, que falar em favelas... muitos não gostaram de falar, porque eles tem muito forte aquela propaganda política que é feita, que tudo é perfeito, que tudo é perfeito, que não é, e que eles próprios têm que

saber se defender (...). Eles também estão correndo risco. //Pra eles está sendo difícil chegar à conclusão de que Curitiba não... //É, eles têm por exemplo muito amor pela cidade e ficam até assustados quando eles percebem que não é aquele mundo que a mídia passava que eles próprios acreditavam. Então eu percebo assim um susto. (Professores Escola Particular)

Nessa crítica à cidade e a constatação do pouco espírito crítico dos jovens, um professor expressa uma visão geral presente entre eles, que é a reiterada crítica à ação da propaganda sobre a cidade, no sentido em que minimiza os problemas sociais. Para eles a imprensa local desfoca os problemas, edulcorando as questões sociais como coisas “menores”.

Outro eixo de preocupações dos professores refere-se à pouca capacidade de Curitiba em oferecer opções de lazer para os jovens das classes populares. Indicam que os jovens de rendas mais elevadas têm condições de utilizar as opções de lazer que a cidade oferece, em geral, em espaços privados e pagos. Aos mais pobres sobram os espaços públicos como os parque e praças, mas que mesmo assim não são utilizados plenamente porque, ou se localizam longe dos locais de residência dos jovens mais pobres e, para acessá-los, são necessários recursos para deslocamento e alimentação. Citam a existência das praças como o local de maior uso que os parques, mas ressaltam a convivência, nesses espaços públicos, de jovens estudantes e trabalhadores que ficam “fazendo nada”, convivendo com traficantes, drogados, marginais de toda espécie. Diz uma professora de escola pública: “[...] o que a gente tem percebido que são, uma escola assim com 3.000 mil alunos né, com segundo grau e com dois cursos profissionalizantes, enfermagem e magistério, o que a gente percebe é que são pouco os que saem dali pra ter uma diversão assim fora. Final de semana eles ficam tudo ali na praça, rodando ali na praça mesmo, que é ao lado da escola.” (Professores Escola Pública)

Nesse tema da diversão é importante lembrar a análise da pesquisa dos jovens que apontam o lazer – espaços para entretenimento e as áreas verdes – como as razões predominantes do “gostar” da cidade. Associando esta frequência com as falas dos professores, podemos perceber que esses explicam de outra maneira a questão desses espaços, qualificando como são utilizados. Utilizar ou não infra-estrutura de lazer, de esporte e de cultura pressupõe, em primeiro lugar, universalização e distribuição, de forma equitativa, pelo espaço territorial.¹³ Logo, quando um jovem diz gostar, não significa necessariamente

¹³ Só para rememorar, o princípio da universalização do ensino fundamental, conquista da sociedade brasileira, só foi possível pela criação de estrutura física, capacitação de recursos humanos e garantia de recursos para despesas de custeio, garantidas em leis municipais, estaduais e federal. Sem esses elementos necessários para execução de política, ela vira letra morta.

frequentar, mas pode estar exteriorizando desde a possibilidade real de uso, manifestando uma vontade de assim proceder, até reafirmando o discurso “politicamente correto” sobre a cidade que lhe foi incutido. Nesse sentido, é conclusiva a fala deste professor:

Curitiba é uma cidade que teve um crescimento acentuado nos últimos tempos e uma diversidade cultural muito grande, os nossos adolescentes se ressentem muito dessa dificuldade, primeiro: de diversão, não é só de sair, mas uma diversão também voltada para uma produção cultural, uma dificuldade de criar uma identidade com a cidade, porque a cidade de Curitiba é uma cidade artificial, todos os grandes monumentos; todos os grandes elementos de visitação pública são artificiais é, isso causa um impacto muito grande no adolescente que está formando uma identidade própria, identidade com a cidade, e parte da constituição da sua própria identidade, então essa barreira é quase intransponível para o nosso adolescente. (Professor Escola Particular)

Além da dimensão cultural a ser enfrentada, a questão financeira emerge de novo, mostrando um lado pouco discutido da cidade que é o acesso aos serviços e equipamentos de lazer. Mesmo os públicos pressupõem, pela localização em alguns pontos do espaço, mecanismos de deslocamentos que, ou têm ônus financeiro às famílias ou então, pelo medo da violência disseminado entre os pais, os jovens ficam proibidos de frequentá-los. Como o espaço de sociabilidade dos jovens está concentrado no bairro onde moram, os professores criticam o privilegiar construção de alguns grandes espaços, dotados de toda infra-estrutura, ao invés de se equipar as praças e pontos de encontro nos bairros. Como dizem os professores, a escola não consegue suprir a necessidade de programação cultural e informações extra-curriculares, embora diga que “[...] a gente tem levado para esses passeios em museus, em parques, e tal, exatamente, pela falta de vivência, de uma coisa mais ampla na escola.” (Professores Escola Particular)

Sugerem alternativas, a seu ver baratas, para uma maior socialização e recreação dos jovens, como a utilização da infra-estrutura das escolas – quadras esportivas, principalmente – nos finais de semana, com recreação direcionada, sob a orientação de monitores. Destacam as “dificuldades” que a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Educação colocam para implementar esse tipo de proposta, vista pelos professores das escolas públicas como fundamental para o direcionamento sadio do tempo ocioso dos jovens. Apresentam tais preocupações à medida que dizem vivenciar o processo de criminalização em que seus alunos, pela falta de opções de lazer e cultura, estão expostos: “daí começam surgir as gangues... as rivalidades... e... os

modelos também.” (Professores Escola Particular)

Eu vejo o seguinte, que eu poderia dividir os meus alunos em dois grupos, e essa divisão é econômica, é, os alunos que tem um nível econômico mais elevado, então, eles vão assistir shows, que tem lá na Pedreira, frequentam as casas noturnas aí que são conhecidas na cidade, e os alunos que não tem essa condição eles ficam... nos espaços do bairro, é... perto do colégio. Perto da minha casa tem uma praça chamada Praça dos Menonitas, então, no final de semana eles vão pra lá... pra encontrar com todo pessoal e lá eles encontram, realmente, os amigos da sala deles, o que é uma coisa até positiva. Mas também encontram ali, com certeza, isso é sabido, encontram ali é... traficantes, encontram gente de toda índole né. Então, eu vejo que um, não, que nos outros que tem uma certa... uma diversão mais elaborada, não vá encontrar esse tipo, mas é menos gritante, é menos escancarada assim né, e o pessoal que tem essa renda menor eles já tem o contato mais imediato com isso [no sentido da marginalidade]. (Professores Escola Pública)

Desse conjunto de visões, entronizam o tema da violência que passa ser dominante em suas falas na relação do jovem/cidade. De maneira geral as suas falas indicam uma percepção muito próxima à dos jovens, apesar do discurso ser muito mais elaborado. Apontam que os jovens gostam da cidade, sinalizando de antemão para a temática da violência a ser trabalhada mais tarde. “*Os meus [alunos] gostam muito da cidade. Inclusive alguns, quando os pais são transferidos, eles ficam muito tristes. Eles não querem sair*” / “[...] *os adolescentes, em geral, eles gostam muito de viver em Curitiba, dizem que é uma cidade tranqüila, é muito bom de sair à noite, só que ultimamente eles estão apresentando queixas de que agora já está ficando mais perigoso, de que Curitiba está virando uma cidade violenta, dizem que tem muitos assaltos [...]*” (Professores Escola Particular).

2.2.2 Visão dos Pais

A posição dos pais é mais emocional que a dos professores. Não tratam de “objetos de trabalho”, mas de seus próprios filhos, dos sonhos e projetos que depositam neles e das dificuldades em lidar com questões como limites, sexualidade, princípios éticos e especialmente do temor da violência e drogas a que eles estão expostos.

Os discursos variam muito, quando confrontamos os pais com filhos em escola pública e escola privada, sendo estes últimos muito mais articulados, indicando nível de informação maior, proporcional à ansiedade que explicitam.

Estamos tomando os dois únicos grupos que conseguimos formar como representativos do conjunto de pais. Como nossa “porta de entrada” eram as escolas, tivemos muitas dificuldades de contatar os pais a partir das escolas. Temos consciência das limitações aqui contidas, mas metodologicamente sabemos que tão importante quanto a coleta de dados é a impossibilidade de seu acesso. Esse fato indica como as escolas e pais estão distanciados, bem como as dificuldades que os pais têm em falar sobre “o que é e como é ser pai nos dias de hoje”.

De maneira geral os pais manifestam opiniões semelhantes à dos professores quando perguntado, “como é ser pais de jovens em Curitiba”, não separando muito a sua opinião da de seus filhos. Insistem que esta cidade já foi melhor, que a vida era mais calma, e reconhecem uma certa inevitabilidade das transformações positivas e negativas de hoje, como diz uma mãe com filho em escola pública.

Já os pais de escola particular apresentam um discurso muito parecido com o dos professores e assim analisam o que significa morar em Curitiba: *“Curitiba mudou muito... Curitiba, nos últimos... só com o anúncio das montadoras deve ter entrado mais de 100 mil pessoas que vieram inchar a periferia... nós tivemos, nos cinco anos anteriores, mais 400 mil pessoas em Curitiba. Nós temos uma nova Londrina em Curitiba criada apenas em cinco anos.”* (Pais de alunos de escola particular)

Todos indicam que a cidade ainda é melhor que outras maiores, mas corre o risco de se igualar a elas no tema violência. Aliás, este é o tema recorrente entre os pais que, quando estimulados, falam sem parar, todos ao mesmo tempo, buscando cada um à sua maneira definir o sentimento de estarem ilhados na cidade. Metaforicamente, poderíamos dizer que os pais se sentem reféns da violência que se dissemina. Um pai de escola particular, com discurso bastante sofisticado, resume bem o dilema vivido:

[...] Ainda é melhor. Curitiba não tem o padrão de Maringá, não tem o padrão de uma cidade do interior de São Paulo... a cidade está... foi deformada nesse processo de metropolização, que seria fatal, e que vai se agravar com a chegada das montadoras, porque nós tendemos, em todos os aspectos, a reproduzir o modelo que houve em São Paulo, e de repente reproduzir o de Minas Gerais. Belo Horizonte é uma cidade que foi planejada, uma das poucas cidades do Brasil que foi planejada, depois da chegada da Fiat, a mudança da qualidade de vida em Belo Horizonte foi terrível. (Pais de alunos de escola particular)

Novamente aparece nas falas a crítica (já exaustivamente explorada na análise sobre os jovens e professores) à ação excessiva da propaganda sobre a

cidade, indicando ser verdadeira a hipótese que apresentamos anteriormente, de um imaginário povoado por duas cidades - a da propaganda e a real. Diferentemente dos jovens, não apresentam nenhum orgulho pela “cidade da propaganda”, sintetizada assim por um pai de escola particular: *“Curitiba não tem nada a ver com a ideologia da cidade. A ideologia é falsa, [...] toda essa projeção, essa construção social da realidade, que é ideológica, manipuladora, ela dá ao cidadão a idéia de que ele vive num lugar bom, [e] não é bom.”* (Pais de alunos de escola particular)

Alguns exacerbam em sua análise sobre a cidade, dessacralizando a sua imagem ao afirmarem que “nós temos uma cidade conformista”, resultado da política oficial. Citam claramente os nomes das autoridades responsáveis pela cristalização desse discurso ufanista de cidade de Primeiro Mundo. Associam ao triunfalismo dos governantes, *“[...] uma tendência principalmente das elites, e da classe média alta, a querer mascarar a realidade.”* (Pais de alunos de escola particular) Na identificação entre os interesses dos gestores da cidade e das elites locais situa-se, na opinião dos pais, o pacto que viabiliza a construção do discurso que espetaculariza a cidade, escondendo os seus reais problemas, que podem ser assim resumidos: *“Nós, proporcionalmente, estamos com uma violência semelhante à Baixada Fluminense.”* (Pais de alunos de escola particular)

Os medos com relação à cidade são da violência, das drogas e da sua própria incapacidade em lidar com essas realidades. Indicam que tanto a escola, como a mídia e mesmo o Estado estão despreparados para tratar do assunto, que na cidade assume uma dimensão muito maior pelo próprio crescimento que ela vive. Têm clareza que é na escola que estes problemas explodem, independente de ser pública ou privada, mas insistem que é na pública que o problema se agrava. Ao buscarem culpados, atiram em todas as direções responsabilizando a administração educacional pela exacerbção da falta de limites entre os jovens.

A escola pública virou um lixo, porque as quadrilhas se formam em torno da escola, tráfico de drogas... Todo mundo sabe disso. Atiram nas pessoas... e ainda vêm os pedagogos, o pessoal do Conselho Estadual de Educação, a dizer que o professor não pode tirar o aluno da sala. Quer dizer, se basear num conceito puramente, num conceito puro de pedagogia, da motivação do aluno/professor, o professor não pode fugir, desertar da sua responsabilidade. (Pais de alunos de escola particular)

Insistem que há uma banalização da violência na cidade, enxergando-a como componente da própria cultura urbana, mas reiteram a influência e

responsabilidade da mídia. *“A banalização da violência é uma consequência de todo esse processo de torpedeamento que nós recebemos diariamente pela televisão. Nós achamos isso aí normal, a violência, e de repente isso entra na nossa casa, introjeta em todos nós que nós vamos ter que... preparar nossos filhos pras lutas marciais, e nós, ao invés de usarmos alguma arma contra a violência... os filtros (?)... que são a família, a escola...”*. (Pais de alunos de escola particular)

Todos têm uma experiência de violência, vivida individualmente, pelos filhos ou por parentes próximos. Este dado é bastante esclarecedor porque evidencia as razões da disjunção entre as duas cidades presentes no imaginário curitibano. Ao viverem alguma experiência de violência física como furto, roubo ou agressão, ou as diversas formas de violência simbólica (desrespeito aos direitos individuais, por exemplo), voltam-se contra a propaganda da cidade, como se tivessem sido traídos: afinal a cidade modelo do cartão-postal, como verbalizado por jovens e professores, está muito distante da cidade real.

Analiticamente falando, é preciso cautela com estas falas porque podem passar a falsa idéia de que estamos frente uma população crítica, capaz de atitudes políticas contestatórias. Ao contrário, ao longo dos últimos 20 anos, em todas as pesquisas de opinião sobre os governantes, Curitiba aparece sempre como uma das cidades onde a administração municipal obtém os maiores índices de aprovação, não importando quem quer que esteja no cargo. Portanto, esta crítica acirrada sobre a cidade e sua imagem deve ser relativizada pelas observações que se seguem, como por exemplo: *“[...] mas isso faz parte do crescimento do país, da cidade”* // *“Eu sou carioca, né, estou há 14 anos em Curitiba, então, pra mim, pelo menos, aqui é 100 vezes melhor de se viver do que no Rio de Janeiro. Eu vou ao Rio uma vez ao ano e (?)... a violência está demais”*(Pais de alunos de escola particular) // *“[...] a violência não é só na cidade de Curitiba, é em todas as cidades. Nós como temos (?) 20 anos já de cidade, a gente já sabe que a violência é em tudo.* (Pais de alunos de escola pública).

Ou seja, já que a violência, a crise, e a sensação de impotência frente aos problemas sociais da cidade estão em todos os lugares, vamos ficar com Curitiba como ela é, buscando, individualmente, juntar as duas cidades em uma só.

2.3 CURITIBA OU CURITIBAS?

Em Curitiba convivem várias Curitiba. Por mais que esta frase seja senso comum, é a melhor síntese que encontramos para expressar as representações encontradas.

Os jovens visualizam mais fortemente a cidade do lazer - espaço do lúdico, que oferece entretenimento e áreas verdes – que a cidade fria, que afasta e oprime os não curitibanos. É a cidade que amam, embora não a isente de críticas. Visualizam predominantemente seus aspectos positivos, como o espaço de sua sociabilidade, mas com problemas sociais. Percebem que vivem um momento crítico, quando a cidade começa a perder a “qualidade de vida”, seu diferencial positivo quando comparada a outras e matriz do “orgulho de ser curitibano”.

A Curitiba dos professores é uma cidade partida. De um lado, a cidade-imagem, filha do planejamento urbano e das intervenções no espaço físico realizada pela sua elite política, visibilizada por uma estratégia bem-sucedida de marketing e vendida como um produto de moda; de outro, a cidade da espoliação urbana,¹⁴ do esgoto a céu aberto, da falta de saneamento básico, da omissão do Estado.

Já a cidade dos pais é a cidade do medo. Medo das drogas, das gangues e dos assaltos. Se pudessem, recolheriam seus filhos em abrigos, deixando-os a salvo do monstro cidadão que não conseguem entender nem administrar. O que fazem? Conversam, mas será que sua linguagem tem conexão com o que os jovens sabem (e querem) ouvir? É um pânico constante, só atenuado quando comparam-na a outras e deslumbram uma cidade que ainda tem seus atrativos, razão primeira do seu gostar.

Qual é o fio condutor em todas essas representações de jovens, pais e profissionais de educação? Talvez a melhor resposta seja a apreensão sobre o futuro, do jovem como indivíduo em formação frente às mudanças que a cidade vive; dos pais, que não conseguem colocar em cena os projetos que traçaram para os filhos; dos professores que vêem seu modelo pedagógico escapar entre os dedos. A incerteza do futuro, numa sociedade em rápida transformação, que substitui os laços comunitários pelos societários, com o predomínio da cultura do individualismo, onde não existem mais valores e regras rígidas em que se espelhar, talvez seja a melhor definição da cidade. Será, enfim, a síntese tão bem exposta pelos estudiosos da cidade que, na busca de um objeto claro e de um conceito generalizador, afirmam ser o espaço do mercado, da lógica do dinheiro, esse equivalente geral que transforma todas as coisas ou seres em mercadoria.

¹⁴ Espoliação urbana é entendida aqui como “a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK. 1982, p.34)

Nesse sentido, vale lembrar e refletir sobre uma das falas de CALVINO em “*As cidades invisíveis*”:

Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos: mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre ele, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília. (CALVINO, 1990, p.30-31)

3 TEMPO E ESPAÇO DO JOVEM

Tratar do tempo e espaço do jovem significa investigar o seu dia-a-dia e as formas como ele o ocupa e o significa. Com isso podemos melhor apreender de que maneira ele constrói, à medida que é construído, o seu cotidiano, nos grupos identitários e territoriais, na religião, no lazer, quanto ao uso de drogas, quanto à sexualidade e no trabalho.

3.1 GRUPOS IDENTITÁRIOS E TERRITORIAIS

Quando indagados sobre a participação em grupo ou turma, curiosamente obtivemos como resposta: de cada 10 jovens, seis não participam de nenhuma forma de agrupamento. Entre os 37,7% que disseram participar de algum grupo/turma, encontramos a seguinte distribuição

TABELA 3.1 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPO/TURMA

GRUPO	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Torcida organizada	37	4,1	306	34
Galera de dança	38	4,2	306	34
Grupo de pixadores	6	0,7	337	37,4
Grupo jovem de igreja	109	12,1	234	26
Grupo de música	48	5,3	295	32,7
Grupo de lutas marciais	19	2,1	295	32,7
Grupo de escola	146	16,2	200	22,2
Grupo de bairro/condomínio	145	16,1	200	22,2
Comando	14	1,6	327	36,3

As denominações que encerram um sentido mais negativo ou que têm sido apontadas como produtoras de violência – pixadores, lutas marciais e comandos –, são as que possuem os menores índices de sim, embora sejam fluidas as fronteiras que separam os diferentes sentidos. A exceção ficaria por conta da torcida organizada, cujos índices aproximam-se dos grupos para dançar e ouvir música.

Os itens que os jovens indicam maior participação são aqueles cuja percepção é mais positiva, grupos de igreja, escola e bairro/condomínio. Estes grupos estariam também mais de acordo com os motivos que levam os jovens a reunir-se, conversar, namorar e torcer por time de futebol.

TABELA 3.2 - VOCÊ SE REÚNE COM SUA TURMA/GRUPO PARA FAZER O QUÊ?

REUNIÃO COM TURMA	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Para conversar	331	94,6	19	5,4
Para brigar com outras turmas	28	8	322	92,0
Para fazer pixação	18	5,1	332	94,9
Para namorar	181	34,8	169	48,8
Para prestar serviço à comunidade	97	27,7	253	72,3
Para torcer por time/futebol				
Para utilizar drogas	16	4,6	334	94,6

As informações sobre o conhecimento dos professores quanto à participação de seus alunos em grupos/turmas:

TABELA 3.3 - PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM GRUPO/TURMA, SEGUNDO OS PROFESSORES

GRUPO/TURMA	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Torcida organizada	214	53,5	186	46,5
Galera de dança	136	34,1	263	65,9
Grupo de pixadores	63	15,8	336	84,2
Grupo jovem de igreja	316	79,2	83	20,8
Grupo de música	295	73,8	105	26,3
Grupo de lutas marciais	141	35,3	258	64,7
Grupo de escola	234	58,6	165	41,4
Grupo Bairro/Condomínio	168	42,1	231	57,9
Comando	45	11,3	354	88,7

A percepção dos professores quanto à participação dos jovens em grupos e turmas contrastada com as informações dos próprios jovens revela interessantes questões, entre as quais destacamos:

- para os professores, os jovens participam bem mais de atividades em grupo do que os próprios jovens assinalam;
- mantém-se uma certa proporção entre as indicações de professores e alunos, assim, grupos com uma carga positiva maior são os indicados pelos professores como os grupos de maior participação;

- c) os itens que possuem maiores índices, a saber, grupo de igreja e de música, não figuram na mesma proporção para os jovens, o que pode indicar um desejo por parte dos professores e/ou maior visibilidade dos jovens que se agrupam por estes propósitos.

Embora os jovens que tenham afirmado pertencer a torcidas organizadas, grupo de pixadores, grupo de lutas marciais e comandos apresentem individualmente baixos percentuais, há que se destacar que os grupos de escola e os de bairros/condomínios podem conter em seu interior estas formas modernas de agregação, de sociabilidade e de construção de identidade. Entre os grupos de jovens, com múltipla denominação, aperece no caso curitibano os **comandos, torcidas, turmas, galeras e gangues**.¹⁵

Em Curitiba, como em outras cidades, é considerada “*atividade de gangue*” desde depredação promovida pelas torcidas de futebol depois dos jogos até crimes praticados por pequenos grupos, que em nada têm de estrutura de gangue, no sentido estrito do termo. Isto ficou evidenciado nas entrevistas que realizamos. Em quase todas indagamos sobre tais organizações e as respostas apontaram sempre para grupos que se associam por território, local de moradia etc., respostas que não podem ser comparadas com a definição de “*gangues*” no sentido sociológico e histórico do termo.

As primeiras definições deste tipo de associação ocorreram nos EUA, produzidas por sociólogos ligados à Escola de Chicago ainda na década de 1920 (Cf. COULON, 1995; ZALUAR, 1997). Dessa época até hoje muitas coisas mudaram inclusive a compreensão do fenômeno, tanto daquele descrito naquele período quanto as formas atuais de organizações que poderiam ser comparadas às antigas.

As organizações, principalmente aquelas constituídas por jovens, que poderiam ser, sociologicamente, chamadas de gangues, não são encontradas assim em Curitiba. Mesmo em outros estados brasileiros cujo crime, principalmente o narcotráfico, encontra-se mais organizado e enraizado, não produziu entre os jovens uma estrutura igual àquela observada por analistas norte-americanos.¹⁶ Coloca Zaluar que:

¹⁵ Que não difere muito das denominações existentes em outras regiões.

¹⁶ Entre os autores que modernamente vêm estudando as gangues norte-americanas gostaríamos de destacar o já referido Martin Sanches-Jankowski, em seu **Island in the street**, um rigoroso estudo sobre estas organizações chamará atenção para o fato de que elas são empresas que com competência administram seus negócios, por isso precisam ser organizadas e sólidas, pois quanto mais o forem, melhor conseguirão vender proteção e a confiança de grandes traficantes (Cf. Sanchez-Jankowski, 1991).

[...] ao contrário das gangues, as galeras cariocas (...) não são organizações com chefia instituída, regras explicitadas e rituais iniciáticos, embora tenham, como as primeiras uma estreita relação com os bairros em que vivem (...). Se praticam atividades ilícitas, os jovens das galeras o fazem de maneira transitória e intermitente, (...) da qual saem com o crescimento, do que da delinqüência assumida e procurada como meio de vida. (ZALUAR, 1997, p.48)

No caso curitibano, como em muitos outros locais, a “*gangue*”, esta instituição demonizada e produtora de muitos medos, é uma construção cuja responsabilidade da imprensa é muito grande. Sanchez-Jankowski aponta que, mesmo no caso americano, a gangue “*é por natureza, um produto midiático*” (1997, p.182). Diógenes (1998) estudando os grupos juvenis em Fortaleza dirá que “a própria difusão do termo gangue acaba por criar a instituição gangue; de modo simplificado, pode-se afirmar que o nome cria a coisa” (p.109). Sobre este aspecto é também interessante o que nos informa Perrot sobre os “*apaches*”, primeiros bandos de jovens na França urbana, principalmente, nos subúrbios e na capital Paris. Indagando-se sobre as origens da denominação ela diz ser controversa, há quem considere “*invenção de jornalista*”, outros xingamento de policial (no sentido em que diríamos pejorativamente “*vocês são uns índios*”), para outros escolha dos próprios jovens. Conclui que “sejam ou não os inventores, os jovens se reconheceram nessa imagem índia, reivindicaram-na para si e adotaram-na como símbolo de sua mobilidade crítica e seu espírito desordeiro”. (PERROT, 1992, p.316)

Passemos a definir, segundo os jovens, o que vem a ser cada um destes agrupamentos juvenis existentes em Curitiba. As passagens selecionadas expressam a tendência mais geral, mas existe uma fluidez nas fronteiras, sejam positiva ou negativa, de cada um destes grupos.¹⁷ Em todos os casos, porém, há um forte elemento territorial, como nos disse uma jovem: “*Parece que é um grupo do seu território disputando com outro de outro território*”(Escola Particular/Misto/Manhã), bem como de identidades distintivas em que cada grupo procura meios - que pode ser um time de futebol, um bairro, uma escola - para diferenciar-se dos demais.

Torcidas

Torcida é um torcedor tá entendendo... um certo tempo ele resolveu pegar e fundar um grupo com um certo nome pra pegar e defender e se divertir no jogo. E daí defender o time dele tá entendendo. É um grupo à parte, formado por pessoa comum. É como se fosse um católico

¹⁷Diógenes (1998) aponta em seu trabalho para esse aspecto, entre os grupos por ela observado galeras tornam-se “gangues”, e vice-versa, mais negativados ou positivados, dependendo do comportamento que venham a ter.

praticante...é um torcedor mais assíduo. E ele resolveu pegar e formar uma torcida por aquele time né, que nem tem o flamengo lá, do Vasco e a Fúria do Paraná e tal. (Escola Particular/ Misto/Manhã)

Galeras

– Cada Vila tem uma galera. // Até bairro... // Bairro também tem de monte. // – Lá onde eu moro tem duas galeras assim... que não se dão bem. Então vivem quebrando o pau dentro da própria vila... (Escola Pública/ Misto/Manhã)

Eu acho que em qualquer lugar do mundo tem a panelinha... // Isso aí em qualquer lugar existe. (Escola Particular/Misto/Manhã)

Eu ando com a minha galera, ele anda c'a dele. Só que os cara que eu ando conhece a dele, então nós se juntamo. Vem ele, ele tem a galera dele, 'ó, aquele cara...' aí vai todo mundo num só, aí já tá uns 40... (Escola Pública/Meninos/Noite)

As galeras que formam os comandos. (Torcida Organizada - Meninos)

Comandos

– Porque, que nem, tem o Comando Norte aqui, são um monte de meninas... Como é que eu posso explicar? Eu acho que é por causa... // – Eu acho que é por causa das torcidas. // Das lideranças. O Atlético, eles são divididos por zona. A Fúria também né, por zona. // – É, por zona. Cada torcida tem um... tipo zona, comando... // A gente se reúne, não só na torcida, a gente sai, a gente faz churrasco... Então, acho que o comando é mais assim na amizade. (Torcida Organizada Comando Feminino)

Quando indagamos para alguns grupos da diferença entre comandos e gangues, tais diferenças aparecem no que diz respeito ao tamanho e local de atuação: O comando é um pouco maior né, e a gangue, tipo, cada Vila tem, mas o comando já é maior. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Como surgia um elemento que por vezes nos levava a ver os comandos, galeras e gangues como muito próximos uns dos outros, resolvemos então perguntar se nas galeras e comandos haveria bandidos:

– Tem de tudo mesmo. // – ... nenhuma bandidagem. // Eu acho que no meio tem de tudo, tem de tudo sim. Maconheiro também não é bandido.../ / – Não. Bandido é uma coisa assim mais ampla, bandido é aquele que

vai para a cadeia e puxa 20 anos de prisão, 5 ou 6 anos de prisão. // – O bandido mesmo ele não anda muito com as galeras, o bandido, a galera do bandido é 1 ou 2 até 5. // Bandido anda sozinho, não com galera. // Nesse caso é bandido esperto, bandido que anda com galera é “laranja”. (Escola Pública/Misto/Noite)

Pela fala dos jovens, percebe-se uma distinção importante entre as galeras e bandidos. Os jovens marcam essa diferença sob dois aspectos: o bandido que anda sozinho é “*bandido esperto*” e aquele que anda com galera é “*laranja*”.¹⁸ A associação destes termos leva, portanto, a uma leitura positiva da ação dos jovens nas galeras, que os distingue daqueles considerados “*bandidos*”.

Em quase todas as entrevistas as definições de galera e comando aparecem com frequência comparadas às das “*gangues*.” Como dissemos, cada um dos agrupamentos ora é positivado, ora é negativado. A “*ganguê*” também aparece desta forma, vejamos:

Eu acho que as gangues são mais pra violência assim - eu acho que o comando não nada a ver com as gangues. (Torcida Organizada/ Comando Feminino)

Uma gangue é um grupo de pessoas, que no caso não tem o que fazer, e se juntam pra roubar, pra planejar em quem vai bater, e pra ficar... fazendo baderneira sendo uma turma de vândalos. (Escola Pública/ Meninos/Manhã)

Vai tudo de vila. A gangue é a galera que vai fazer o fervo mesmo. Pra barbarizar mesmo. // Arrastão... // Os caras precisam de dinheiro pra entrar no estádio.//Os caras não têm condição social pra pagar, como tem gente que tem condição e vai no meio. Pra fazer o terror. (Escola Pública/Misto/ Noite)

A gente entra numa gangue assim, todo mundo protege o outro... // O nosso prédio é uma gangue assim, um protege o outro. // Não é que é gangue, como é que eu vou explicar, nós moramo no mesmo prédio, tipo assim, não é uma gangue que saimo pra roubar, nós somos... // Gangue defensiva. // É, nós somos amigo, somos bem unido, nós andamo na nossa só que se, provocar a gente... se provocar a gente, a gente entende, agora se quer bater na gente é outra coisa. (Escola Pública/ Meninos/Manhã)

¹⁸ É considerado “*laranja*” o sujeito otário, que é levado pelos outros e sempre se dá mal.

– Também tem aquelas pessoas que são confundidas com gangue. As vezes se sai junto, num bar... você não está atrás de briga mas se alguém mexer com um amigo nosso você não vai deixar. // A gente tá se protegendo um amigo que saiu com a gente. (Escola Pública/Meninos/Noite)

As falas dos jovens revelam algumas particularidades referentes ao agrupamento denominado de “gangue”. Para eles, as gangues são grupos mais violentos, que se reúnem para “badernar”, “uma turma de vândalos”, “pra barbarizar mesmo”. São reconhecidos também por uma base territorial “o nosso prédio é uma gangue”, mas procuram diferenciar-se como “gangue defensiva”, que tem a função de proteger os seus integrantes ao invés de “roubar”. Ou seja, eventualmente os jovens pertencentes a “gangues” podem se envolver em brigas “para proteger um amigo” ou se “provocar a gente...”

Quando indagados se seriam bandidos os membros de uma suposta “gangue”, responderam: *Bandido não, delinqüente. (Torcida Organizada/Meninos)*. Existe a percepção para alguns grupos que são classificados menos por rígidos atributos em relação à ação e mais por sua origem social. É assim que grupos de periferia são frequentemente vistos como mais perigosos e denominados “gangues”, enquanto grupos e “filhinhos de papai”, mesmo tendo um comportamento semelhante aos anteriores, são denominados “galeras”.

Vejamos um relato em que a representação da periculosidade estaria dada em função da roupa, do cheiro, do jeito:

[...] a gangue dos punks, eles ficam pedindo dinheiro, é que esses dias eu estava passando ali na rua XV, e um chegou para mim e falou: “ah, vem aqui que eu quero falar com você, e eu falei assim: “oh, eu estou indo embora, tenho que pegar meu ônibus, estou atrasada”, eles são porcos, são fedidos.// – Não tomam banho. (Escola Particular/Misto/Manhã)

Os punks, ao qual se refere o jovem, fazem parte de um grupo que se auto-intitulam anarquistas e pacifistas. Até onde sabemos, não se pode associá-los a nenhum ato de violência ou criminoso; muito ao contrário, eles estão engajados a causas relacionadas às agendas da esquerda e dos direitos humanos, associados à Anistia Internacional e reconhecidos militantes anti-racistas.

No relato dos professores encontramos situações nas quais eles referem-se às “gangues”, mas é no relato das policiais da ronda escolar que percebemos importantes questões relativas à existência de gangues. Durante a entrevista com este comando, em dado momento um dos soldados diz que as policiais são chamados à escola, entre outras coisas, para resolver “brigas de gangues”. A

entrevistadora então insististe *como é essa coisa de gangue na escola, o que acontece?* E a soldado coloca:

Essa palavra veio, as próprias professoras usam esse termo, geralmente são grupos de alunos que estão dentro ou fora da escola, do estabelecimento promovendo desordem. Aí, eles dizem que tem gang promovendo desordem, só que não dizem, não repassam isso prá nós, não informam que são alunos. E nós, quando nós chegamos no local, vemos que são alunos e que a situação deveria ser resolvida dentro da escola, no caso o orientador, a psicóloga e outros funcionários que estariam envolvidos com essa situação, então, eles querem, no caso como já falamos, que a polícia resolva os problemas deles. // - Que às vezes acontece de bairros né, um grupinho de um bairro não gosta do grupinho de um outro bairro. Isso mais nos colégios de bairro. // - Isso entre eles né, alunos que estudam, que moram em bairros diferentes. (Polícia Militar/ Soldados/Feminino)

Tudo indica que como em alguns colégios o problema da disciplina torna-se, por vezes, quase incontrolável; sem ter como resolvê-lo apela-se para a “*gangue*”, que, por já fazer parte do elenco de entidades criminosas da polícia e da sociedade, justificaria uma intervenção policial.¹⁹

Mas também temos ouvido com frequência referências sobre a existência de gangues por parte dos órgãos de segurança. Parece que a gangue tem sido usada por eles justificando um aumento do potencial repressivo e da violência, acabando por incidir de maneira mais efetiva sobre jovens pobres da periferia e funcionando como justificativa para a continuidade de atividades delinquentes ou criminosas para as quais é difícil estabelecer culpas ou responsabilidades.

Para concluir as reflexões sobre a temática das gangues, relatamos um caso exemplar. Um repórter de um jornal paranaense ligou para obter informações sobre a pesquisa. Quem atendeu explicou que a pesquisa estava no seu início, que estávamos em fase de coleta de material e tabulação, e que, portanto, as conclusões ainda eram muito incipientes. De qualquer forma, já naquela época, chamava atenção dos pesquisadores a percepção que os jovens, em sua grande maioria, tinham da polícia. Um dado que, talvez constituísse uma das grandes questões reveladas pela pesquisa. Quanto ao tema “*gangue*” alertamos a jornalista que as coisas também não eram como apresentadas, e que tal temática haveria de ser melhor explorada em nossa investigação. No

¹⁹ Que fique claro que com isso não estamos querendo dizer que não existe delinquência ou crime, mesmo no espaço da escola, passíveis de intervenção policial, mas que associá-los a uma gangue é desproporcional, não correspondendo à realidade.

dia seguinte o jornal estampava em sua capa: **Gangues assustam curitibanos**. Sabemos que parte da imprensa para conseguir mais anunciantes precisam de mais leitores e estes são “*sensibilizados*” por temas “*quentes*”. Sanchez-Jankowski chama atenção para o fato de que “uma reportagem responde a um imperativo econômico preciso: suscitar no público um interesse que o leve a comprar jornal ou assistir ao noticiário numa determinada rede de rádio ou de televisão ao invés de outra.” (1997, p.182)

O tema violência, quanto mais assustadora, desreguladora, mais vendável. As supostas **gangues** encaixam-se muito bem nessas características, desde há muito tempo ocupa entre nossos medos imaginários um lugar de destaque, uma vez que o termo popularizou-se associado às ações dos perigosos mafiosos americanos.

Até aqui podemos concluir que, no caso de Curitiba, existem múltiplas formas de organização dos agrupamentos juvenis, e que estes, por seu turno, constituem-se por limites e fronteiras fluidas com denominações diferenciadas para comandos, galeras e gangues, no que tange ao tipo específico de ações por eles desenvolvidas, podendo assumir ou não conotações ilícitas.

3.2 RELIGIÃO

A religiosidade não é um elemento secundário em uma sociedade resultante de um longo processo de laicização. Para os jovens a religião ocupa um lugar de destaque, conforme verificamos pelo grau de confiança que atribuem às instituições. A religião aparece em terceiro lugar. Observamos também o crescimento de religiões cujo apelo emocional é muito forte. Estudos comparativos nacionais já chamavam atenção para estas tendências (Almeida & Chaves, 1998), demonstrando como religiões protestantes/pentecostais haviam avançado entre os católicos, apesar de este ainda manter a supremacia com maior número de adeptos.

TABELA 3.4 - QUAL A SUA RELIGIÃO?

RELIGIÃO	%
Católica	72,8
Protestante	3,7
Pentecostal	12,0
Espírita	1,9
Afro-brasileira	0,0
Budista	0,2
Não tenho	8,0

Entre os jovens que declararam ter religião, 48,8% afirmaram ser praticante. É interessante observar que o índice dos jovens que afirmaram não ter religião só fica abaixo daqueles que são pentecostais.

Quando esses dados foram cruzados, por sexo, observamos que há um índice maior entre as jovens que dizem ter alguma religião (48,8%) que entre os que afirmam o contrário (43,2%). Quanto à relação entre classe e afiliação religiosa, encontramos a seguinte distribuição:

TABELA 3.5 - AFILIAÇÃO RELIGIOSA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

RELIGIÃO	A		B		C		D/E	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Católica	185	80,8	212	74,9	152	66,9	82	69,4
Protestante	10	4,3	10	3,5	10	4,4	3	2,5
Pentecostal	13	5,6	32	11,3	40	17,6	20	16,9
Espírita	8	3,4	6	2,1	2	0,8	-	-
Budista	-	-	2	0,7	-	-	-	-
Não tenho	13	5,6	21	7,4	23	10,1	13	11,0
TOTAL	229	100	283	100	227	100	118	100

O número de católicos é maior no estrato A, declinando até os estratos D/E. Os protestantes também declinam do A a D/E; com um aumento no estrato C. Já entre os pentecostais observamos uma tendência inversa, é crescente o número de adeptos à medida que nos aproximamos dos estratos sociais mais baixos. É também crescente o índice daqueles que declaram não ter religião, mais baixo o estrato maior o índice.

Outro dado importante em relação à religiosidade dos jovens é a participação em grupo/turma. Como vimos no item relativo a grupos identitários, o grupo de jovens de igreja é o terceiro em frequência com 12,1%, perdendo somente para grupo de escola e bairro/condomínio. Também quando indagamos aos jovens o que costumam fazer em seus momentos de folga 13,8% afirmaram que sempre participam de grupo religioso junto a 18,6% que às vezes o fazem. E entre as atividades que os jovens desenvolvem na escola, além de freqüentar aulas, 8,7% deles afirmaram sempre freqüentar atividades religiosas. Também entre os temas que os jovens costumam discutir sempre com seus pais, a religião aparece em sexto lugar, numa lista de doze temas.²⁰

²⁰Esse dado encontra-se no capítulo de Família, no quadro referente aos temas que os jovens discutem com os pais.

Esses dados da pesquisa quantitativa apontam para a importância que a religião exerce no cotidiano dos jovens. Ao considerarmos o tempo da juventude como um período de descobertas e de escolhas, o fato de os jovens hoje ainda participarem de grupos religiosos pode revelar surpresas futuras. Estas surpresas referem-se ao fato de que na história política brasileira a ação política via grupo religioso marcou e tem marcado a constituição dos partidos políticos, por exemplo.²¹ No entanto, não podemos perder de vista a importância de novos grupos no interior da Igreja Católica, como o da Renovação Carismática, que tem mobilizado os jovens por meio de forte apelo emocional e distante do discurso e da ação política, encontrada na década passada.

Nos grupos focais, apesar de não termos entrevistado nenhum grupo por afiliação religiosa, o tema aparece com frequência e quase sempre é apontado como importante, ainda que os jovens digam não ser praticantes.

Eu sou católica não praticante, a última vez que eu fui na igreja foi há uns três anos atrás mais ou menos, mas eu rezo assim, eu tenho um anjinho bem praticante. (Escola Particular/Menina/Manhã) //... eu fui batizado, não exerço nenhuma religião, é... minha parte do católico, não sou nem católico, não sou nenhuma religião, não exerço nenhuma religião, a única coisa que eu faço, eu mesmo não exercendo eu rezo toda noite, é uma coisa que... eu me acostumei, desde a minha infância, eu rezo toda noite. (Escola Pública/ Menino/Manhã).

Alguns jovens falam de uma frequência que, segundo eles, não os caracterizaria como praticantes, mas à qual eles atribuem um peso significativo:

[...] eu também não sou obrigado, meu pai não me obriga, ele me dá a chance de escolher. Mas eu acho bom ir de vez em quando pra...você sozinho às vezes você não pode se orientar. Às vezes lá dentro da igreja alguém tem a melhor percepção que você e possa te orientar ela pra um caminho mais certo. (Escola Particular/Menino/Manhã) // Na minha família também todo o mundo é católico, mas a gente pratica mais assim, só quando é alguma data importante, Missa do Galo, Sexta-Feira Santa, só de vez em quando. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Os jovens se colocam muito criticamente em relação à obrigatoriedade

²¹Essa questão é muito interessante se considerarmos, por exemplo, os militantes que tiveram sua ação política gestada nos Movimentos Eclesiais de Base, e na própria constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre essa questão ver: SOUZA, Nelson Rosário de. “A Igreja Católica Progressista e a Produção do Militante - Cartografia de Uma Afinidade Eletiva Político-Religiosa”, São Paulo, 1993 (tese de mestrado -USP). Por outro lado, há que se levar em conta também as afiliações vinculadas a grupos com perfil político conservador.

em participar desta ou daquela atividade religiosa, que, parece, acaba tendo efeito contrário ao desejado pelos pais.

Mesmo os não freqüentadores/praticantes fazem crítica às instituições religiosas, não a Deus:

E eu acho errado você ir na igreja e aceitar o que o padre tá te dizendo. A coisa mais absurda que eu acho é eu ter que me confessar com o padre... // Eu também acho um absurdo, porque dá pra acreditar em Deus e acabou. // Eu prefiro me confessar com Deus. (Escola Particular/ Meninas/Manhã)

No conjunto das entrevistas em grupos focais com os jovens, o tema religião apareceu também vinculado a padrões de comportamento e valores diferenciados, que corroboram à adesão e prática religiosa no cotidiano. Foi o que encontramos com freqüência quando indagávamos aos jovens o que faziam em suas horas de lazer? Embora em menor grupo, aqueles jovens que afirmavam “*ficar em casa junto aos familiares*”, “*não beber*”, “*não dançar*” eram aqueles vinculados às igrejas pentecostais. O fato de adotarem um rígido padrão de comportamento de caráter conservador é o que tem marcado a orientação destas igrejas e a ação de seus adeptos, como apontado por Chaves e Almeida (1998, p.678).

3.3 LAZER

Como já referimos, os agrupamentos anteriormente descritos são, para a maioria dos jovens, a base a partir do qual definem suas atividades sociais, entre elas o lazer, que aliás ocupa boa parte do tempo dos jovens.

Em nossa amostra a maioria dos jovens sai *alguns fins de semana*; poucos afirmaram sair *todos os dias*. E esses jovens saem a maior parte das vezes com seus familiares e depois com seus vizinhos, o que mais uma vez reforça a idéia da base territorial como um importante elemento de agrupação. Há os que saem com seus namorado(a)s e aqueles que preferem seus colegas de escola. Devemos lembrar, no entanto, que boa parte destes jovens freqüenta escolas no mesmo local ou próximo do lugar em que moram, sendo também nestes espaços que encontram seus namorado(a)s.

TABELA 3.6 - COM QUEM OS JOVENS SAEM

	SIM		NÃO		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
Amigos de escola	374	41,6	526	58,4	900
Amigos de bairro	595	56,2	395	43,8	900
Colegas de trabalho	79	8,9	821	91,1	900
Namorado(a)	417	46,4	483	53,6	900
Familiares	609	67,8	291	32,3	900
Colegas de Igreja	159	17,8	741	82,2	900
Sozinho	296	33,0	604	67,0	900

A principal atividade de lazer tem sido dançar tanto para os que saem com amigos do bairro, da escola ou com namorados. Já quando saem com a família usam o espaço para conversar. Com os amigos do bairro também saem para conversar, bagunçar e beber.

TABELA 3.7 - O QUE OS JOVENS QUE SAEM COSTUMAM FAZER

GRUPO	DANÇAR		NAMORAR		CONVERSAR		REBEBER	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Amigos da escola	198	53,0	24	6,48	91	24,6	19	5,1
Amigos do bairro	257	43,2	52	0,73	127	22,5	13	2,2
Colegas de trabalho	32	40,5	7	8,9	20	25,3	9	11,4
Namorados	189	45,3	197	47,2	16	3,8	-	-
Familiares	120	19,7	12	1,97	306	50,2	18	3,0
Colegas de igreja	16	10,0	7	4,4	87	54,7	3	1,9
Sozinho	64	21,6	41	13,9	64	21,6	14	4,7

GRUPO	COMER		PRATICAR		REZAR ESPORTES		BAGUNÇAR	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Amigos da escola	4	1,1	15	4,1	1	0,3	22	5,9
Amigos do bairro	7	1,2	49	4,9	2	0,3	18	3,0
Colegas de trabalho	3	3,8	4	5,1	-	-	2	2,5
Namorados	7	1,8	1	0,2	-	-	-	-
Familiares	116	19,0	8	1,3	19	3,1	8	1,3
Colegas de igreja	10	0,6	7	4,4	25	15,7	3	1,9
Sozinho	40	13,5	48	16,2	12	4,1	9	3,0

O consumo de álcool é prática comum, constituinte de boa parte dos processos de socialização dos jovens.²² A afirmação “*sair pra beber*” está presente em quase todas as entrevistas.

Sair para bagunçar é outro elemento que aparece com frequência nos grupos focais, ainda que o bagunçar tenha diferentes sentidos, incluindo desde de depredação, pixação e brigas, normalmente *sempre acaba aprontando... mas nada que sabe...que prejudique.* (Escola Pública/Meninos/Manhã). Bagunçar pode ser: *vamos numa lanchonete, vamos para outra, vamos... onde dá na cabeça... onde dá na cabeça a gente vai* (Escola Pública/Misto/Manhã). Fazer o que dá na cabeça seria então partir menos para ações anti-sociais e mais dispor de seu tempo livre para ficar sem muito compromisso “*a deriva*” (Cf. Zaluar, 1998).

A ida a shopping centers é muito freqüente: “*Shopping... acho que é o básico*” (Escola Particular/Meninas/Manhã). Uma atividade que “*não, só pra quem tem dinheiro*” (Escola Pública/Meninos/Noite). E que se faz quando “*Tipo assim, se não tem lugar massa a gente vai no Estação.*”²³ (Escola Pública/Misto/Manhã)

Quanto a dançar, que é a atividade mais freqüente dos jovens, dança-se e ouve-se de tudo. O que se gosta de ouvir, por outro lado, não determina sempre o tipo de lugar que será freqüentado para dançar. Muitos entrevistados chamam atenção para a multiplicidade de seus gostos musicais, incluindo alguns estilos em detrimento de outros.

[...] eu adoro música tipo new age, blues, jazz e de fato só não gosto de pagode, samba e rock... rock metal, mas ao mesmo tempo que eu só gosto disso, eu também abro pra... porque eu gosto de dançar, gosto de dançar e não sei que, com dance ou seja o que for, pra poder me divertir e sair pra dançar, eu gosto, particularmente eu gosto. (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Ainda assim, a festa e o dançar não superam os preconceitos quanto a origem social dos indivíduos, que por, sua vez, se consubstanciam em estilos e gostos diferentes e distintos. Em grupo de alunos de classe média de um colégio particular esta conversa tomou um interessante e revelador rumo. O grupo bem articulado durante quase toda a entrevista, fez questão de frisar que o

²²Como chamaremos atenção no item que tratará especificamente do problema do uso de drogas legais e ilegais, o álcool é visto por muitos jovens como pior, por mais facilmente induzir a violência que a maconha, por exemplo. De qualquer forma, e ainda que se leve em conta o potencial viciante do álcool, deve-se cuidar para que não se criem políticas proibicionistas que historicamente só tem feito aumentar o consumo.

²³Refere-se ao Estação Plaza Show que propõe-se, explicitamente, ser um “shopping de lazer”.

preconceito de raça ou social era algo “*nada a ver*”, no entanto houve um momento em que ele emergiu – exatamente no momento em que a questão era sobre que discoteca costumavam frequentar e por que.

– *No Cabral, tem o Potato do lado. E daí é assim, no Mil vai as empregadas e os vileiros, no Potato vai gente mais... // - Patricinhas... // - Sei lá, eu vô lá no Potato então a gente vê o contraste. (Escola Particular/Misto/Manhã)*

O contraste está, literalmente, ao lado, onde se vê em uma outra fila de entrada, da discoteca 1250, este **outro** público, esta **outra** gente,

– *Eles tudo lá, daí tem uma fila pra entrar no mil [1250], com aquelas calça florida, as vileira lá. E no Potato já é a gente. Vai a galera meio assim sabe... // - Na moda, digamos assim. // - É, tanto que tem que pagar mais pra entrar. É, o contraste a gente vê, porque eles tão do lado assim. Então lá que a gente pode ver mesmo que... a diferença no caso. // E – E vocês nunca experimentaram entrar no 1250? // - Não (risadas). Só pular carnaval com a irmãzinha. (Escola Particular/ Misto/Manhã)*

Preconceito por origem social, mas também por raça, como sentido por jovens negros, isto no mesmo espaço, o do lazer:

Geralmente lugares assim, tipo assim, lugar de elite, no caso, danceterias assim, tipo assim, pessoal de nível mais alto, e eu fui um dia num lugar, não vou citar o nome do lugar, mais tipo assim, só de gente, mais né, graúda no caso, eu cheguei lá, sinceramente, eu não vi uma pessoa de cor, não vi. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

O sentimento do preconceito nesse espaços talvez seja mais violentamente sentido que em outros, mais efetivamente hierarquizados como o trabalho e a escola, uma vez que seriam espaços de diversão e supostamente menos hierarquizados. A maioria dos jovens negros simplesmente não frequenta tais lugares, mas, para os que vão, o sentimento de estranhamento/exclusão novamente emerge:

A partir do momento que eu entrei ficou todo o mundo olhando para mim assim, eu tava com dois amigos meus brancos né, então o pessoal ficou tudo olhando para mim assim né, e eu não sabia aonde colocar a cara assim. Fiquei meio estranho, ficou estranho né mais... (Escola Pública/Jovens Negros/Manhã)

A manifestação do preconceito racial e social no espaço do lazer é, senão a continuidade de uma prática, transformada em hábito a partir de casa e da família:

– Nós já nascemos com certo preconceito na gente. // – É que tua mãe te ensina a ser tipo, quando eu era pequeno, a empregada morava junto com a gente né, então tinha aquele esquema assim, uma ala social da casa e a senzala que era o quarto da empregada(risadas). Meu pai falava: “vai encher lá a empregada lá? Que cê vai fazer lá?”. Cê já nasce com aquela visão. (Escola Pública/Misto/Manhã)

3.4 USO DE DROGAS

Entre as várias questões levantadas por esta pesquisa, o uso de drogas pelos jovens foi objeto de algumas indagações, orientadas para saber se os jovens as utilizavam, o tipo de droga, com que frequência e as razões do uso. Sobre esta temática encontramos a seguinte tabela:

TABELA 3.8 - VOCÊ JÁ UTILIZOU ALGUMA DESSAS DROGAS?

USO DE DROGAS	SEMPRE		ÀS VEZES		NUNCA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Álcool	84	9,3	553	61,4	263	29,2
Maconha	15	1,7	127	14,1	758	84,1
Cocaína	2	0,2	26	2,9	872	96,8
Éxtase	-	-	5	0,6	895	99,3
Crack	-	-	7	0,8	893	99,1
Remédio como droga	2	0,2	31	3,4	867	96,2
Cola	2	0,2	23	2,6	875	97,1
Ácido (LSD)	1	0,1	8	0,9	890	98,8

Como podemos observar, o álcool é de longe a droga mais consumida, estando presente como um importante elemento nos processos de socialização nos grupos de jovens. Para eles a relação com o álcool estaria associada tanto a um certo elemento de rebeldia como também, principalmente no caso dos homens, a uma postura mais masculina e viril. O álcool tem participação importante nas taxas de morbidade juvenil principalmente no que diz respeito aos acidentes de trânsito, segundo estimativa de Bastos & Carlini-Cotrim mais de 50%.

Na nossa amostra entre os jovens que disseram ter consumido algum tipo de droga antes de dirigir, 80,4% haviam feito uso de álcool, contra 7,8% que haviam utilizado maconha.

O consumo de álcool é maior a partir dos 17 anos, faixa etária na qual

encontramos o ápice do consumo entre aqueles que **sempre** o utilizam. Os homens bebem mais que as mulheres entre os que **sempre** bebem. O consumo de álcool entre os jovens não apresenta variação expressiva nos diferentes estratos socioeconômicos. Tal quadro, guardadas as devidas proporções, é também encontrado entre os jovens que consomem maconha.

O álcool é igualmente apontado pelos professores como a droga responsável pelo baixo aproveitamento, não sendo incomum os casos em que os alunos chegam alcoolizados à escola.

[...] eu tenho vários casos de alunos que vem embriagados pra escola, inclusive meninas em turno noturno, meninas que vem assim falando enrolado, tropeçando as pernas... (Professores Escola Pública)

Foi recorrente nos grupos focais os jovens, ainda que haja um discurso genérico e demonizado sobre as drogas, ter uma postura crítica e indicar o álcool como uma droga perigosa.

Os jovens mostraram-se também críticos ao fato de o álcool, apesar do seu caráter destrutivo, ser uma droga legal e outras drogas não.

– Ah, o álcool é legal entendeu, é a menor droga assim... // – É a primeira droga que todo mundo usa. Quando a gente ia pra casa do meu vô, a primeira coisa que ele me dava era um copo de vinho. // É que eu acho que o álcool pra mim é a pior droga que existe. Que qualquer lugar que cê vai, loja, compra. E álcool destrói todo um relacionamento. O pai de família que é alcoólatra, mata mulher, mata filho, chega bêbado em casa e bate nos filhos. // – Mas o álcool ele tipo...porque quando você usa álcool, cê bebe... você não é tachado como drogado. // É que nem aquela questão de drogas legalizadas e não legalizadas. “Ah, essa aqui é legalizada é legal, podemos usar à vontade, aquela lá não é, não vamos, não pode...”. // Mas é droga do mesmo jeito. (Escola Particular/Misto/Meninos)

Parece-nos haver um certo excesso no exemplo acima: a forma como o avô dispunha do álcool é, certamente, muito diferente do que entendemos como forma abusiva de consumo, no entanto, é assim que os jovens com frequência farão referências ao álcool: uma droga que destrói as pessoas e relacionamentos familiares.

Eu comecei a usar droga quando, desde quando eu nasci meu pai era alcoólatra, pá. Eu já vi altas cenas, ele batendo na minha mãe. E eu, se eu ficasse em casa, eles reclamavam, se eu saísse eles reclamavam. Eles mandavam: “Vai brincar” Daí eu ia. Daí falava que não queria, que eu sabia que os amigos que ia conhecer usava droga, né? Então eu

entrei e esse é o careta dá bola, aí eu comecei e até hoje eu utilizo. Mas eu penso em parar um e dia ser alguém. (Jovens em Situação de Risco/ Menino)// Não, o álcool quando você vicia é a pior droga, o álcool é a pior droga quando vicia, mas se você tiver... (Escola Pública/Meninos/ Manhã)

Não obstante fosse também muito comum a distinção entre o consumo abusivo e outros usos, entre vício e consumo para a diversão, por exemplo:

Quando você tá com grana você toma, quando... que nem, você fica a semana inteira trabalhando, estudando... chega no final de semana... / É a válvula de escape. // É, não pra cair, pra ficar alegre... (Escola Pública/ Meninos/Noite)

A maconha, como vimos acima, foi a droga ilegal que aparece como a mais consumida entre os jovens, e é partir dela que gostaríamos de tecer algumas considerações. Nos grupos focais apareceram todos os lugares comuns em relação às drogas e que refletem a forma mais geral, sensacionalista e demonizadora, com que tais substâncias são tratadas.²⁴ Mas surgiram também depoimentos que relativizam esta visão.

O primeiro deles diz respeito à separação entre quem usou ou usa eventualmente e o viciado, indagados sobre o consumo e a forma um jovem informa que usavam, mas: “*Eles não são viciados, eles fumam um beguinho de vez em quando.*” (Escola Pública/Misto/ Manhã).²⁵ Outros depoimentos de jovens que já haviam utilizado drogas ilegais vão também neste sentido: “*Ah eu fumava maconha, as vezes eu cheirava mas isso foi momentâneo.*” (Escola Pública/Meninas/Tarde). Os jovens questionam os professores por não perceberem essa diferença:

– Eu acho também assim, tipo os professores passam pra gente: ah, quem fuma maconha é maconheiro. Eu não acho isso sabe... // - Eu também não. // – Como, por exemplo, eu já fumei maconha as vezes eu fumo e tal, eu acho que isso não tem nada a ver é da cabeça de cada um sabe. E eles passam pra gente que isso é o quê? Que se você fumar maconha uma vez você vai ficar viciado pro resto da vida, e eles têm que

²⁴ Kopp (1998) chama atenção para o fato de que as pessoas levam em consideração o preço das drogas ao consumi-las, e que a figura do indivíduo irracional que continuaria consumido os mesmos níveis não importando qual a sua disponibilidade orçamentária, e eventualmente roubando e praticando outros delitos, aplicar-se-ia somente aos viciados.

²⁵ Existe uma visão médica de que quem usa estaria fadado a viciar-se e que viciados sempre negam a sua condição. Ainda que a segunda assertiva seja verdade, não concordamos com a primeira, principalmente no que diz respeito à maconha. Pesquisas indicam que não há provas de que o usuário, eventual ou não, transformar-se-ia em um viciado.

se por mais no nosso lugar. Entendeu? (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Os jovens fazem também uma dissociação entre o usuário e o delinqüente/criminoso:

Eu tenho um exemplo vivo, minha irmã tá no segundo ano de História lá na Federal, ela fuma maconha, ela cheira, e ela não é uma marginal. (Escola Pública/Meninas/Tarde)// Maconheiro também não é bandido.../ - Maconheiro, maconheiro, não é porque o cara fuma, a minha galera fumava mas se passasse uma pessoa na rua a gente não ia lá bater... (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Uma das críticas dos jovens é sobre a maneira como o problema das drogas é tratado. Eles desejam, e muito, debater temas relativos às drogas – drogas aparece em segundo lugar entre os temas que deveriam ser discutidos pela escola –, mas demonstram uma certa descrença entre o que os professores e pais assustados colocam e a experiência deles.

Quando, por exemplo, eles abordam sobre drogas assim, é sempre a mesma coisa né. // Entrevistadora: O quê que é a mesma coisa? // Ah, porque droga faz mal pra isso, porque a cocaína faz aquilo, porque não sei o quê. Oh, passa um filme aí! (Escola Pública/Meninas/Tarde)

As drogas aparecem como uma das grandes preocupações para jovens, professores e pais, e aparecerão entre os primeiros temas que a escola deveria tratar. No entanto, ao discutirmos este fenômeno, entramos no terreno dos mais impregnados por um senso comum, preconceituoso e arcaico, corroborado pela ação dos meios de comunicação, que tal como no caso das “ganguês”, por vezes, sacrifica a informação responsável pela vendagem.²⁶ Tomamos o paradigma da repressão como natural, o que tem nos impedido de vislumbrar outras possibilidades. A discussão com muita frequência torna-se deveras emocional, impossibilitando uma reflexão mais fundamentada e racional, que começaria redefinindo o que vem a ser droga. Como chama atenção Bastos & Carlini-Cotrim, até que tais condições possam ser alcançadas,

[...] continuaremos a nos defrontar com incoerências tais como a frouxidão no controle sobre solventes orgânicos (...), as dificuldades quase incontornáveis de regulamentação efetiva da propaganda de psicoativos de maior circulação social e de maior relevância em termos de saúde pública - o cigarro de tabaco e as bebidas alcoólicas, e, por outro lado, as restrições legais à implementação de Programas de Trocas de Seringas... (BASTOS & CARLINI-COTRIM, 1998, p.646)

²⁶ Bastos & Carlini-Cotrim colocam que no caso das drogas é desproporcional a “ênfase dada ao consumo de drogas ilícitas entre jovens na mídia, pródiga em lições de moral e convites ao pânico quando aborda o tema, e da indiferença e omissão desta mesma mídia quando se trata de discutir os inegáveis danos à saúde associados ao consumo de álcool, tabaco, medicamentos e solventes”. (1998, p.646).

A repressão pura e simples tem demonstrado não somente a sua ineficácia na diminuição do consumo de drogas, mas tem constituído ela própria um grande problema.²⁷ A mudança de perspectiva implicaria uma mudança de visão, na expressão de Bertram (1996), do paradigma norteador, do simplesmente repressivo para parâmetros conhecidos como de saúde pública, que implica percepção diferenciada quanto à droga, ao dependente e à maneira de combatê-las. Tais questões parecem-nos de suma importância para uma nova percepção do problema, permitindo tratá-lo de maneira mais racional e menos assustada. Parece que, não obstante o sensacionalismo e o pânico, muitos jovens já percebem e cobram novas explicações.

3.5 SEXUALIDADE

Pretendemos neste momento tratar das questões relativas à sexualidade entre jovens destacando dois itens: gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase para a AIDS. Iniciamos por demonstrar a distribuição dos jovens que mantiveram relação sexual. Entre os jovens entrevistados 52,1% haviam tido relações sexuais.

TABELA 3.9 - VOCÊ JÁ TEVE RELAÇÕES SEXUAIS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA

(Em percentual)

RELAÇÕES SEXUAIS	IDADE SEXUAL						
	14 Anos	15 Anos	16 Anos	17 Anos	18 Anos	19 Anos	20 Anos
Sim	14,5	31,2	39,3	55,2	74,1	73,9	78,6
Não	85,5	68,8	60,7	44,8	25,9	26,1	21,4

Entre os que já mantiveram relações sexuais os homens representam 66,7% e as mulheres 38,2%. A iniciação sexual é também tanto maior quanto menor a classe social dos indivíduos.

²⁷ A literatura tem apontado o "guerra contra as drogas" como a justificativa para todo tipo de violações de direitos humanos e civis principalmente de negros e pobres (BERTRAM, 1997; PROCÓPIO, 1999; RILEY, 1995), bem como forma de controle das classes ditas perigosas (CHRISTIE, 1998) e em alguns casos ainda com características de uma guerra etnocida (HENMAN, 1994).

TABELA 3.10 - VOCÊ JÁ TEVE RELAÇÕES SEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

(Em percentual)

RELAÇÕES SEXUAIS	A	B	C	D+E
Sim	49,5	49,5	50,9	62,4
Não	51,5	51,5	49,1	37,6

Como o nível de escolaridade está também referido ao estrato social (cf. capítulo sobre Educação) do indivíduo, ou seja, quanto menor o estrato menor o grau de escolaridade, podemos supor que há uma relação entre esses dois elementos.

Quanto à maior preocupação ao manter relações sexuais, tanto homens quanto mulheres preocupam-se primeiramente com a AIDS e em segundo lugar com a gravidez, sendo que as mulheres preocupam-se mais com a gravidez que os homens.

TABELA 3.11 - EM SUAS RELAÇÕES SEXUAIS VOCÊ PREOCUPA-SE MAIS COM:

PREOCUPAÇÃO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Aids	216	74,2	114	64,0	330	70,4
Gravidez	67	23,0	62	34,8	129	27,5
Nenhuma	8	2,8	2	1,2	10	3,1
TOTAL	291	100	178	100	469	100

Quando perguntado a todos os jovens (iniciados ou não sexualmente) qual sua opinião com relação à AIDS, verificamos a seguinte tabela:

TABELA 3.12 - COM RELAÇÃO À AIDS, QUAL A SUA OPINIÃO ENTRE AS AFIRMAÇÕES LIDAS?

(Em percentual)

OPINIÃO	CONCORDO	DISCORDO
Não me preocupo, pois só tenho/terei relações com pessoas conhecidas	21,8	78,1
Só transo/transarei usando ou se o parceiro usar camisinha	93,7	6,2
Não me preocupo, pois não estou nos "grupos de risco"	16,5	83,4
Acho que há muito exagero em relação a isto	14,8	85,1

Mesmo que uma parte dos jovens admita não se preocupar com a doença por somente ter relações sexuais com pessoas conhecidas, não compor “*grupos de risco*” ou achar que existe exagero em relação à epidemia, demonstrando desinformação quanto ao problema, a maior parte diz só transar(á) usando camisinha.

Quando, no entanto, a pergunta refere-se ao principal cuidado em relação à gravidez (tanto para iniciados quando não), os jovens majoritariamente declaram usar a camisinha como método anticoncepcional, que aparece com índice de 40,1%, bem distante do segundo colocado – o uso de pílulas anticoncepcionais com 15,5%. Porém, o número dos que relataram aqui usar camisinha fica também distante dos 93,7% que declararam que somente mantêm ou manteriam relações sexuais usando a camisinha.

TABELA 3.13 - O PRINCIPAL CUIDADO EM RELAÇÃO À GRAVIDEZ

CUIDADO	Abs.	%
Usa camisinha	361	40,1
Uso de pílula	140	15,5
Uso de tabelinha	5	0,6
Interrompe o ato sexual	1	0,1
Nenhum	24	2,7
Não pratico ato sexual	369	41
TOTAL	900	100

É nessa questão em particular que gostaríamos de fixar um pouco mais a nossa análise, ou seja, muito embora os jovens informem que usam camisinha em suas relações sexuais, nos grupos focais as coisas aparecem de maneira diferente. Neles o que ficou mais evidente é que o medo de uma gravidez indesejada é maior que o de ser contaminado.

O medo da gravidez antes do medo da AIDS surge mesmo na seqüência das respostas, em grupo exclusivamente feminino. Quando questionadas sobre qual a maior preocupação nas relações sexuais, responderam:

– Gravidez. // – Gravidez. // – Gravidez. // – Também. // – Doença. // – Não, mas eu acho que gravidez... // – É gravidez... // – Eu acho que na nossa idade assim, ninguém aqui tá preparada pra ter filho. // – Só que doença acho que não é... porque geralmente você não vai com qualquer um. Geralmente é mais um namorado de tempos e... gravidez é o que mais pesa. (Torcida Organizada/Comando Feminino)

Isto mesmo entre indivíduos pertencentes a grupos que deveriam ser mais bem informados, como alunos de uma escola particular de classe média:

[...] a gravidez com certeza é o maior problema. // E gravidez sempre é problema das meninas, a menina que tem que arcar. A menina tá grávida, o dela que tem que arcar com tudo, ela que tem que sair do colégio. (Escola Particular/Misto/Manhã)

Ou entre os universitários:

[...] um dos que eu me preocupo mais seja a gravidez porque, a AIDS talvez seja um pouco, não me pesa. // ...você sempre acha que “não vai acontecer comigo.” // ... mas você sempre vê que a AIDS se você pegar, você vai ter um tempão pra você saber que você tá doente, e gravidez você vai ter que parar, vai ter que ter o filho e cuidar, isso é difícil, ia ser um problemão. (Jovens Universitários/Misto)

O final da argumentação do primeiro *verbate*, a saber, o fato de “*não se vai com qualquer um*”, que é aproximadamente o mesmo argumento de que “*somente transa com pessoas conhecidas*”, no questionário aparece com um índice de 21,8% e surge nos grupos focais muito mais comumente. A AIDS aparecerá como uma doença que não se “*pegaria*”, se a pessoa fosse de confiança. Nas falas a seguir, contra a idéia de sexo seguro volta a antiga e falsa questão da promiscuidade:

- AIDS e em quem confiar.. // O grande problema de namoro hoje em dia é isso; porque puta merda, você tá com uma menina e vai saber se ela já ficou com 50, já deu pra 30, 40... A menos essas pessoas que tem caso há muito tempo. Não sei se é o caso de vocês? Meu irmão, por exemplo, namorou quatro anos, é uma pessoa que ele confia. Agora você pegar uma menina daqui... (Escola Pública/Meninos/Noite)

[...] eu sempre confiei nele então... // Eu também só tive um. // Eu acho que pra você ter um relacionamento, só depois que você confia assim; eu acho que, tipo, pra você pegar e transar com um cara assim que você não conhece, eu... eu nunca tive essa experiência. (Torcida Organizada/Comando Feminino)

Outro aspecto em relação ao não uso da camisinha está relacionado ao momento, à oportunidade:

- Minha última transa foi assim: a gente chegou, eu cheguei... foi na praia, aí rolou. Aí ela falou: camisinha, pô daí eu fui na mala e não sabia onde achava a camisinha. Eu sabia que eu tinha, tinha levado com certeza mas não achava a camisinha. Daí depois...

– *Aí não dava pra ir à farmácia mesmo?*

– *Daí foi onde a gente transou. Aí você pensa: puta merda tem que fazer exame... é brincadeira... // Depois você pára pra pensar, no momento não. (Escola Pública/Meninos/Noite)*

Acho que todo mundo aqui tem camisinha no bolso, mas de certo a metade usa. // Na hora do aperto, muito louco... // Quando chega lá vai por... tesourou... // Vai parar para pegar a camisinha a mina já embaça. // É, não rola mais... // Não dá mais tempo, tem que ir no couro mesmo. (Torcida Organizada /Meninos)

Observamos ainda que o fato dos jovens terem utilizado ou não alguma droga, normalmente álcool, influiu no fazer ou não sexo seguro. Em um grupo focal as meninas presentes chegaram a declarar que fazem uma coisa ou outra, ou saem para beber ou para namorar.

– *Tem o lance da bebida também. Se você tá são e vai transar, mesmo movido pelo tesão você pensa : puta merda, olha a AIDS. Aí você vai lá e pega uma camisinha. Você não pega na hora a camisinha. Se você tiver meio bêbado vai assim mesmo.*

E: Quer dizer que vocês não são tão cuidadosos assim? Todos são assim?

Eu acho que é com todo mundo. // Só depois mesmo. // Depois você fala: olha o que fiz... // Eu acho que é pra maioria; 90% na hora não vai parar, mais nunca... // Você vai parar?: deixa eu colocar a camisinha! // É aquele velho pensamento, você acha que nunca vai acontecer com você, depois... //Depois daí você acha que nunca vai acontecer isso comigo, depois você mesmo responde: aconteceu. (Escola Pública/ Misto/Manhã)

Como vimos, a maioria dos jovens está informada a respeito da AIDS, seus riscos e como prevenir a contaminação. No entanto, existe uma distância imensurável entre a intenção e o gesto, ou seja, entre o estar informado e assumir uma prática condizente com a própria informação.

3.6 TRABALHO E OPORTUNIDADES DE SUCESSO

Discutir as oportunidades de sucesso que a cidade de Curitiba oferece, real ou imaginariamente, para os jovens, exige que busquemos, antes de mais nada, entender como eles se inserem no mercado de trabalho, que tipo de atividades desenvolvem, as ocupações que exercem, de modo a que tenhamos

um quadro mais preciso da relação jovem/mundo do trabalho. Somente depois de tal quadro é possível discutirmos, sob bases mais sólidas, as representações dos jovens, assim como as dos profissionais de educação, sobre as oportunidades que a cidade oferece.

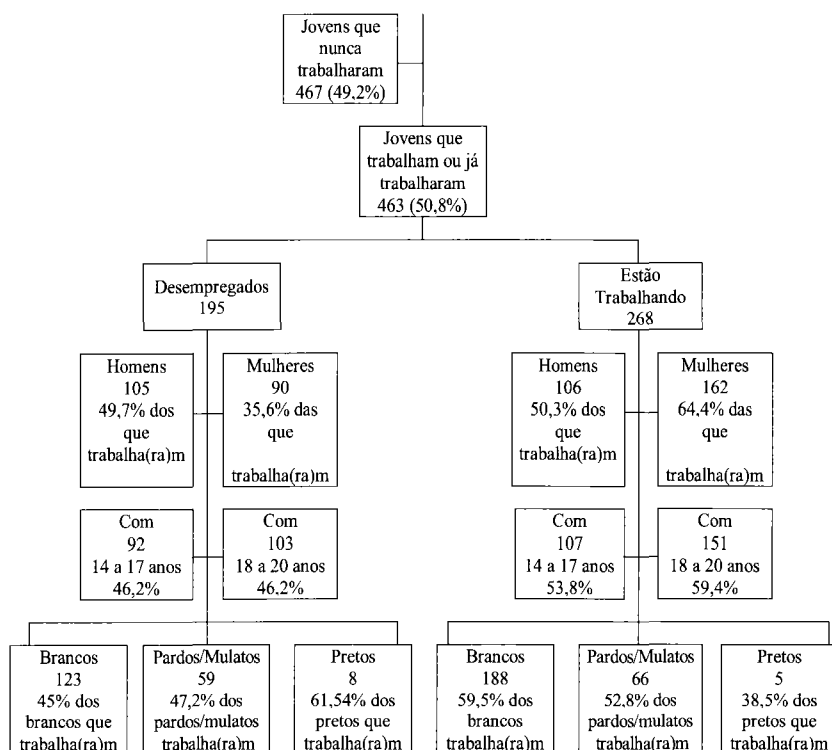
Com relação à sua inserção no mundo do trabalho, esperava-se que esta ocorresse residualmente, considerando a faixa etária pesquisada, na qual o espaço do estudo e do lúdico deveriam ocupar grande parte de suas vidas. Não é isso que encontramos. A metade dos jovens pesquisados já ingressou no mercado de trabalho, configurando um grupo expressivo que estuda e trabalha, dos quais muitos contribuem (24,4%), com sua remuneração, para o sustento da família.

Dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho, parcela significativa (em torno da metade deles) estava, no momento da pesquisa, desempregada. A ocorrência do desemprego está se tornando fenômeno econômico corriqueiro em nossa sociedade, em que pese os efeitos sociais, estando associado sempre a populações mais velhas, trabalhadores que não conseguem acompanhar as transformações na estrutura produtiva, classicamente conhecidos como “*desempregados tecnológicos*”. Este fato é preocupante, se somarmos ao desemprego juvenil o percentual significativo de jovens que não estudam – 16,2%, que podem indicar tanto que as oportunidades de trabalho colocam como condição o abandono da escola, como por outro lado, que ficar fora da escola numa sociedade em rápida transformação pode significar ficar cada vez mais distante das oportunidades de trabalho. No entanto, este desemprego juvenil aqui detectado é sério, devendo ser objeto de discussões mais aprofundadas em termos de políticas públicas específicas para a juventude, assim como de uma tomada de consciência por parte da sociedade civil.

No organograma 3.1 fica clara a distribuição dos jovens pesquisados quanto à sua inserção no mercado de trabalho: os jovens que melhor se inserem ao mercado de trabalho são as mulheres, os que estão na faixa de 17 a 20 anos e os brancos. No quadro dos desempregados, estão os homens, de 14 a 17 anos, e os pretos.

Analisando o tipo de atividade desenvolvida pelos jovens que trabalha(ram), verificamos que sua inserção ao mercado, quando há, é basicamente como empregado em empresas privadas (com predomínio das mulheres). Os homens têm uma participação maior como autônomo, que está significando, pelos dados ocupacionais, atividades na construção civil, jardinagem e outras claramente do mercado de trabalho informal. Somente em alguns casos encontraremos jovens em atividades de treinamento – os bolsistas e estagiários – que deveria ser bem mais significativo considerando a faixa etária, em que mais de 83% dos jovens estudam.

ORGANOGRAMA 3.1 - INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO SEXO, IDADE E COR



A preocupação com o mercado de trabalho fica mais evidente quando se verifica que dos jovens que trabalham ou trabalhavam, 48,6% estão desempregados, 28,2% são empregados em empresas privadas e 13,3% são autônomos. Tais trabalhadores não têm e nem tiveram inserção em funções de grande responsabilidade e boa remuneração, ficando concentrados, pela idade, pouca experiência e provavelmente pela escolaridade incompleta, às funções de auxiliares, serviços gerais e outras de baixa qualificação. Tal situação se confirma na análise dos 19 grupos ocupacionais, com sete sendo responsáveis por 76,6% dos vínculos presentes ou passados. Em primeiro lugar *estão os vendedores ou balconistas no comércio varejista (19,2%), os trabalhadores em serviços domésticos remunerados (13,5%), serviços administrativos (9,2%), office-boy (8,7%), serviços da construção civil (8,5%), serviços de alimentação (5,9%) e outros (11,6%).*

Esses jovens não só ingressaram em grande quantidade no mercado de trabalho como o fizeram com pouca idade, mostrando que o trabalho infantil é realidade também em Curitiba, pois dos jovens que trabalha(ram), 28% começaram a trabalhar com menos de 14 anos, chegamos a encontrar jovens que iniciaram a trabalhar entre 4 a 7 anos. O maior ingresso ocorreu entre 13 e 16 anos, que somam juntos 65,4% do total. É pequeno o número de jovens que ingressou no mercado de trabalho após a maioridade (4,1%), indicando que as necessidades financeiras impedem que grande número de jovens concluam o 2º grau para depois irem ao mercado. O comportamento do grupo etário de 18 a 20 anos é muito significativo: representa 39% da população pesquisada, soma mais de 54% dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho, mas poucos puderam “esperar” os 18 anos para buscar atividades remuneradas.

Se tomarmos tais dados dos jovens que trabalha(ram), por estrato social e compararmos com a distribuição socioeconômica encontrada na pesquisa, verificaremos que a inserção no mercado de trabalho é maior nos estratos mais baixos – ou seja, no C, que representa 26,5% do total dos jovens, encontramos 31,5% dos que trabalha(ram), sendo que para os estratos D/E a proporção é de 13,6% e 19,5% respectivamente. Na outra ponta, os jovens do estrato mais elevado somam 26,9% do total, mas apenas 18,1% dos que trabalha(ram). Mas esses dados, ao mesmo tempo que espelham a realidade social, em que os jovens mais pobres têm que ingressar mais cedo no mercado de trabalho, diminuindo suas chances de ficar integralmente voltados ao estudo, indicam outra situação perversa. Dos que ingressaram no mercado de trabalho, são os do estrato B que conseguem ficar em maior proporção: representam 33% do total dos jovens; 30,8% dos que ingressaram no mercado de trabalho e 36,3% dos que permanecem. Os jovens dos estratos A e B estão em todas as atividades – mas são a maioria (75%) nas ocupações preparatórias para o mercado de trabalho como bolsista/estagiário; 66,5% entre os empregadores; 50% entre os funcionários públicos, 44% entre os autônomos. Esta forma diferenciada de ricos e pobres ingressarem no mercado de trabalho, os mais ricos em atividades de mando ou de treinamento para um futuro profissional, enquanto os pobres engrossam o grupo dos desempregados, dos autônomos e dos empregados em empresas privadas, apenas nos mostram que a posse diferenciada de capital social e econômico demarca os lugares sociais que tais jovens irão ocupar desde cedo e para toda sua vida (tabela 3.14).

TABELA 3.14 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS QUE TRABALHA(RA)M, SEGUNDO A ATIVIDADE E O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ATIVIDADES	ESTRATOS SOCIOECONÔMICOS				
	A	B	C	D/E	TOTAL
Empregado em empresa privada	12,2	35,8	30,1	13,8	100,0
Autônomo	22,7	36,4	38,6	34,1	100,0
Outro	22,7	29,5	31,8	15,9	100,0
Bolsista/estagiário	37,5	37,5	18,8	6,3	100,0
Funcionário público	10,0	60,0	20,0	10,0	100,0
Empregador	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Subtotal (trabalham)	17,5	36,3	30,4	17,5	100,0
Desempregado	15,0	26,2	35,3	23,5	100,0
Total que trabalha(ra)m	18,1	30,8	31,5	19,5	100,0
TOTAL DOS JOVENS	26,9	33,0	26,5	13,6	100,0

Esse retrato parcial da realidade indica que quem mais precisa, provavelmente em função de baixa escolaridade e relações menos influentes, tem menores chances de entrar e ficar no mercado de trabalho que os jovens mais bem aquinhoados. Soma-se a isso a intensa discussão presente na atual conjuntura sobre o futuro do trabalho, as novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, e a necessidade de requalificação dos trabalhadores já empregados e as novas demandas, em termos de qualificação impostas aos novos trabalhadores.

Outra questão que tais dados possibilita é a discussão do significado do trabalho por estrato socioeconômico. Para os jovens dos estratos A e B seu significado é mais pedagógico, como aprendizado para as reais atividades que desempenharão na vida adulta, ao término de seus cursos superiores, representando, para a maioria dos jovens desta condição social, um complemento que fazem à mesada que recebem dos pais. Esta condição faz com que utilizem tais rendimentos com maior liberdade, como *“um a mais”* no final do mês. Para os jovens pobres, que contribuem com sua remuneração para o sustento da família, o trabalho não tem o mesmo caráter libertário, ao contrário, coloca-os de frente às responsabilidades familiares que cedo terão que assumir.

Este quadro, de presente e futuro com intensas mudanças, nos ajuda a entender porque, entre todas as questões colocadas para os jovens sobre o que a escola deveria oferecer, a resposta com maior índice de positividade foi *“preparar para a profissionalização”* com 92,8%. Muito próximo a ela, com

92,5% aparece “preparar para o vestibular”, sinalizando-os como os dois grandes desafios, em termos de futuro profissional para os jovens. A maioria gostaria de continuar seus estudos, num curso superior ou então num profissionalizante de 2º Grau, entendendo ser esta uma das chaves para garantia de seu futuro. Como já vimos na tabela anterior, há uma distância entre o projeto de futuro e as condições reais, dada principalmente pela origem social, mas não de forma determinista. Portanto, nesta faixa etária, ainda é muito difusa qualquer avaliação das condições reais de ingresso no mercado de trabalho, bem como do dinamismo deste mercado. Mas, este é o projeto, e todos “cobram” da escola o “passaporte” para o sucesso.

De maneira geral os jovens dos grupos focais realizam algum tipo de trabalho, mesmo que este seja parcial e, fundamentalmente, no setor de serviços. Evidentemente, os jovens pertencentes aos setores mais abastados tendem a se dedicar fundamentalmente ao estudo e esporadicamente ajudam nas lojas ou empresas de seus pais:

Eu trabalho, na lojinha do meu pai, de vez em quando, quando ele precisa eu vou lá e ajudo/É... eu também, não é um trabalho fixo, assim, mas quando minha mãe precisa de uma ajuda, eu também ajudo. (Escola Particular/ Meninas/Manhã)

Um aspecto interessante a destacar é que os jovens dos grupos focais acabam identificando a escola, e a formação que esta oferece, com a possibilidade de obtenção de um emprego. Neste sentido, a escola seria “*um preparatório para vida profissional, tanto para educação nossa, geral a segunda casa, segundo emprego*”//*Preparar pra conseguir carreira, pra saber o que vai fazer da vida*” (Escola Pública/Meninos/Noite). Os jovens também acham que comparando com o passado, seus pais tinham mais consciência da relação entre educação e trabalho:

Porque a gente não liga muito pros estudos assim, talvez porque a gente tem tudo na mão, tudo mais fácil. No caso deles, eles queriam estudar porque eles sabiam que... // Quando você tiver uns 20, 30 você pensa “puta, porque eu não estudei. // Ninguém pensa no que quer ser e sim em ter dinheiro. Não interessa o resto. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Entretanto, alguns jovens dos setores populares deixam bem claro que a educação que eles desejam como preparatória para o trabalho não passa necessariamente pela Universidade:

Eu acho que faculdade, isso daí é secundário. É melhor fazer um curso bem feito do que superior, do que gastar dinheiro em cursinho. // Faz faculdade, fica 3, 4 anos, depois você vai procurar emprego. Só se tiver... tipo Ciências Contábeis, se tiver... se bancar uma abertura de

um escritório ainda vai. // Mas a maioria das faculdades que a gente faz, que dá pra gente fazer é pra negócio próprio né.” (Escola Pública/Meninos/Noite)

Esse dado mostra que o “*senso de realidade*”, típico dos segmentos populares, sobre os espaços possíveis a eles destinados na sociedade, está presente desde a juventude, exatamente pelo valor atribuído aos cursos profissionalizantes. Enxergam nestes cursos uma das poucas possibilidades para construir um futuro promissor, à medida que este tipo de curso estabelece a ponte com a realidade mais concreta do mundo do trabalho:

Eu acho que deveria ter assim um curso profissionalizante tipo assim, que nem... ou uma entidade que apoiasse a gente, uma escola que colocasse a gente no... que nem tem o comércio, hoje, houvesse mais, em contabilidade, essas coisas. A gente tá estudando uma coisa que não tem nada a ver com o trabalho que a gente vai pegar mais na frente// Eu acho que a gente tinha que ter aquele apoio... que nem um curso de mecânica, que nem ele falou, contabilidade, administração, essas coisa assim. (Escola Pública/Jovens Trabalhadores/Noite)

No que se refere à avaliação dos jovens se Curitiba oferece, ou não, maiores chances de sucesso que outras capitais, os dados da pesquisa quantitativa revelam que dois em cada grupo de dez jovens não sabem; pouco mais de 4 dizem que não oferece e 3,5 acham que a cidade oferece. Entre os profissionais de educação, em torno de ¼ não sabe dizer se Curitiba oferece, ou não, maiores possibilidades de sucesso para os jovens do que outras capitais. Isso é preocupante, pois indica, pelo elevado percentual, um certo descompromisso com o público com quem trabalham, justamente numa função vital que é a de educador. Também pode estar indicando uma certa impotência quanto ao futuro desses jovens, não vislumbrando nenhuma possibilidade de realização de projetos. Utilizando uma expressão de BAUDRILLARD (1994), é como se não houvesse a possibilidade de projetos, sendo uma geração sem futuro, preocupada apenas em viver as sensações do presente. Mais do que as respostas afirmativas ou negativas, é importante desvendar os motivos de tais posicionamentos (tabela 3.15).

TABELA 3.15 - AVALIAÇÃO DOS JOVENS E DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SUCESSO OFERECIDAS PELA CIDADE DE CURITIBA

MOTIVOS	JOVENS		PROF. EDUCAÇÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
SIM, OFERECE	316	45.46	106	34.64
Sim, há mais chance de sucesso	179	25.75	32	10.46
Sim, mais trabalho e serv. cons. coletivo	99	14.24	60	19.61
Sim, há mais valorização do pessoal	20	2.88	7	2.29
Sim, outros	18	2.59	5	1.63
Sim, não sabe por que	379	54.54	2	0.70
NÃO, NÃO OFERECE	151	21.73	200	65.36
Não, falta de empregos/satur. Mercado	71	10.22	30	9.80
Não, outras cidades são iguais.	43	6.19	71	23.20
Não, outras cidades são melhores	38	4.57	17	5.55
Não, porque o sucesso é individual	19	2.73	32	10.46
Não, pelo excesso de propaganda	12	1.73	5	1.63
Não, devido ao crescimento (migrações)	6	0.86	5	1.63
Não, falta pol. governamentais de apoio	21	3.02	12	3.92
Não, Não sabe/Não quis responder	18	2.59	28	9.15
TOTAL DOS QUE RESPONDERAM	695	100.00	306	100.00
NÃO SABE SE OFERECE OU NÃO	205	94		

Dos jovens que responderam, pouco mais da metade (54,5%) diz que a cidade não oferece maiores oportunidades de sucesso que outras cidades, *porque todas as cidades são iguais em termos de chances de sucesso* (21,7%), *outras cidades oferecem maiores chances* (10,2%), ou então *porque há falta de empregos devido à saturação do mercado de trabalho* (6,2%). Nesse caso, é interessante verificar que as respostas indicam que as melhores oportunidades estão em cidades maiores como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ou então aquelas com perfil claramente industrial, sendo citadas várias vezes as cidades industriais do interior de Santa Catarina ou de São Paulo.

O outro lado da mesma problemática do emprego fica evidenciado em igual proporção de respostas de jovens que afirmam que Curitiba oferece maiores oportunidades de sucesso exatamente porque *oferece trabalho aliado a equipamentos de consumo coletivos à população* (25,7%) ou então, *como espaço territorial que proporciona mais chances de trabalho* (14,2%). Isso mostra uma clara divisão dos jovens curitibanos, com mais ou menos 40% de cada lado com opiniões opostas sobre o mesmo fenômeno indicado – o mercado de trabalho.

Os profissionais de educação têm posição mais negativa que a dos jovens, pois, dos que responderam, 34,6% indicam alguma vantagem de Curitiba frente às outras capitais, com 65,4% afirmando o contrário. Embora majoritário, este conjunto de respostas aparecem mais diluídas, sobressaindo a que indica que *todas as cidades são iguais, oferecendo as mesmas oportunidades* (23,2%). Apesar de minoritário, os profissionais que se posicionaram favoravelmente, concentraram-se nas questões relativas ao mercado de trabalho, com comportamento semelhante ao manifesto pelos jovens.

Mas, ao agregarmos as respostas que toma o mercado de trabalho como referência, verificamos que entre os professores o comportamento é semelhante o dos jovens: em torno de 30% das respostas indicam que Curitiba possui um diferencial positivo para o sucesso dos jovens, enquanto outros 30% afirmam exatamente o contrário.

É um comportamento bastante semelhante ao encontrado entre os jovens indicando uma certa divisão nas percepções e expectativas de uns e outros frente ao mercado de trabalho aqui existente como local da obtenção de sucesso. O que se destaca, no caso dos professores é que um número bastante grande relaciona sucesso à capacidade de cada um. Para eles, o meio social não é a condição suficiente para a caminhada rumo ao sucesso. As características individuais como talento, força de vontade, capacidade de vencer os desafios e perseverança aparecem, entre as respostas aqui englobadas.

As outras respostas, positivas ou negativas sobre as oportunidades de sucesso, tornam-se pouco expressivas, merecendo destaque apenas a que indica um atendimento, ou não, de anseios individuais. É o caso, entre os jovens, da resposta positiva que indica que a cidade *proporciona uma maior valorização do ser humano*, porque em seu tamanho pequeno, se comparado a outras metrópoles nacionais, ainda é possível uma vivência mais “humana” na cidade (2,9%). No grupo das respostas negativas, 5,5% dos jovens indicam que *o sucesso independe da cidade, sendo resultado do esforço individual*, passível de ser realizado plenamente em qualquer lugar.

A temática cidade-trabalho aparece também nos grupos focais, em especial naqueles de jovens um pouco mais velhos, que estudam à noite, em que a inserção ao mercado de trabalho deixa de ser futuro, tornando-se tema presente. Entendem que ter uma profissão não é garantia de inserção no mercado: *“Se não tiver oportunidade... pra ele, o futuro dele não tem expectativa, não tem nada”* (Escola Pública/Jovens Trabalhadores/Noite). Isso, por sua vez, está ligado a outro conceito caro para eles, o de trabalho decente. Ter um trabalho decente significa para os jovens a possibilidade de ter um salário que atenda às suas necessidades, que lhes permita construir uma família no futuro e que lhes permita viver com estabilidade, *“Um emprego que dê um*

salário que dê pra mim levar uma vida legal, né? Não ter dificuldade financeira, tudo numa boa, mesmo, com uma família.” (Escola Pública/Jovens Trabalhadores/Noite)

A partir das informações quantitativas e qualitativas, é possível afirmar que a cidade se apresenta, para parcela significativa de jovens e profissionais de educação como um local capaz de absorver esta mão-de-obra que está prestes a ingressar ou já ingressou no mercado de trabalho. Também é importante marcar a relação positiva e direta entre cidade – mercado de trabalho – sucesso, apesar das dificuldades reais que estes mesmos jovens já enfrentem quando vão disputar espaços no mercado de trabalho.

Esta superexposição da temática do trabalho/emprego é compreensível se considerarmos que a faixa etária pesquisada está ingressando ou em vias de ingressar no mercado de trabalho. Como estamos tratando de uma pesquisa do tipo “*survey*”, é importante lembrar que estes dados são datados – vivemos o final dos anos 90, quando a discussão presente em todos os campos, da família à mídia, da escola à igreja, passando pelos partidos políticos e empresários, é o futuro do trabalho, do que irá acontecer com os trabalhadores já (ou ainda) empregados, frente ao desemprego tecnológico que se avizinha; das novas tecnologias e das atividades que o século XXI exigirá, do que fazer com uma população que cresce, enquanto se necessita cada vez menos braços para uma produção cada vez maior.

Para os jovens e os profissionais de educação, ao lado desta questão estrutural de mudança nas relações com o mundo do trabalho, vive-se, localmente, um momento de “*euforia desenvolvimentista e industrializante*”, conforme apontada no início deste trabalho, com o Paraná e em particular a Região Metropolitana de Curitiba recebendo investimentos vultosos visando à construção do segundo parque automotivo do país. Até outubro de 1998 haviam sido firmados protocolos/iniciado construção de três montadoras (Renault, Chrysler e Volvsvagem-Audi), expansão da Volvo, além de instalação/expansão de 18 empresas fornecedoras de peças e equipamentos na RMC, formando as bases para o parque automotivo do Paraná (SEIC, 1998). O volume de recursos aqui alocados representam 29,4% de todo o investimento brasileiro entre 1996 a 2000 destinado a novas fábricas de veículos leves (ATLAS DO MERCADO BRASILEIRO, 1998, p.245). Em função das intensas discussões a favor e contra tal política que tem se desencadeado na cidade, veiculadas pela imprensa, os jovens e os profissionais de educação indicam estar, pela coincidência de respostas dirigidas a cada lado, acompanhando a discussão e se posicionando perante ela.

É este mundo de fim de século, de poucas certezas e de algumas esperanças, que emoldura o quadro social, econômico, político e cultural, em que se encontram os jovens curitibanos de 14 a 20 anos.

4 VIDA FAMILIAR

Ao refletirmos sobre a instituição da família, suas diferentes formas de estrutura e organização, cabe-nos também pensar o papel e a forma que ela assume nas sociedades modernas ocidentais. Nesta pesquisa procuramos desvendar como estão estruturadas as relações familiares, como jovens e adultos a percebem, e, especialmente, qual o papel que desempenham na socialização e formação dos jovens.

Essas questões têm por horizonte teórico o modelo de análise proposto por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, no qual esboça o perfil da família patriarcal brasileira. O modelo gilbertiano enfoca o perfil da família brasileira enquanto representação que tem orientado as práticas sociais, fornecendo um instrumento importante para a análise ideológica, na qual a existência de uma estrutura de relações entre desiguais presente na família patriarcal repercute na esfera privada e na esfera pública, bem como nos padrões de organização política, econômica e de poder.²⁸

Tendo por base tal modelo, pudemos identificar nas estruturas das famílias as representações que se elaboram a respeito delas, especialmente à luz da predominância do indivíduo nas sociedades modernas.²⁹ No ar, ou seja, no senso comum ocorrem idéias como a de que a família deixa de ser a instância socializadora fundamental dos jovens para dar lugar ao espaço ocupado pela escola e mídia. No ar ainda, a idéia de que os jovens filhos de pais separados tornam-se protagonistas privilegiados nas cenas de violência no cotidiano de nossas cidades. Alguns dos dados da pesquisa tentam elucidar um pouco mais esse universo.

Tomando por base a idéia de que as famílias são instituições sociais e que, portanto, não são fatos da natureza humana, mas produtos sociais e culturais, é impossível considerá-la como uma instância produtora de um padrão ideal de organização que seja “*natural*” e “*imutável*”.³⁰ Do mesmo modo que

²⁸ Cf. Angela Mendes de Almeida et alii; o modelo patriarcal que tem por base esse tipo de relação entre desiguais, revela o caráter *sui generis* da exploração e subordinação existente na sociedade brasileira: “a brandura advinda da intimidade entre ‘superiores’ e ‘inferiores’. De modo que todos manuseiam dois códigos a um só tempo; todos são desiguais mas simultaneamente aparecem como iguais.” (1987, p.17)

²⁹ Habermas já indicava que a família burguesa torna-se cada vez mais privada, confrontando-se com o mundo do trabalho e da organização que se tornam mais públicos. Além disso, a família com sua função de formadora do capital abre mão de suas funções na criação e educação dos filhos perdendo o poder de estabelecer comportamentos. (HABERMAS, 1979, p.181-184)

³⁰ Sobre essa questão ver BARROS, Myriam Lins de Barros, **Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

o conceito de “*jovem*”³¹ muda de sociedade para sociedade e de cultura, o conceito de “*família*” também sofre modificações. No entanto, na literatura antropológica a família é pensada em termos culturais e sociais, e apresenta algumas estruturas que podem expressar padrões correntes de organização.³² Como padrão mais geral encontramos a existência da família conjugal monogâmica, que, segundo Lévi-Strauss, tem necessariamente as seguintes características:

1. Tem a sua origem no casamento; 2. Forma-se pelo marido, esposa e filhos; 3. Os membros da família estão unidos por a) laços legais; b) direitos e obrigações econômicas, religiosas ou de outro tipo, c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, além de uma diversificada e variável quantidade de sentimentos psicológicos como amor, afeto, respeito, temor, etc. (LÉVI-STRAUSS, 1980, p.16)

Além do modelo de *família conjugal* (marido-mulher-filhos), legalmente unido e constituindo um lar, é possível ainda a presença de uma forma diferenciada de arranjo familiar que é o da *família consangüínea* (mãe-irmão da mãe-filhos) baseada em laços de sangue em que o casamento não é base para relações sexuais, do lar ou da educação dos filhos, não dependendo fundamentalmente da figura do pai. Finalmente, para a compreensão das estruturas das famílias modernas, há que se considerar ainda a existência da *família doméstica* ou *grupo doméstico*.³³ Esse último modelo, que remonta às antigas comunidades rurais européias do século XIX, tem por característica a propriedade da terra e da habitação, a autoridade paterna e a liderança econômica, correspondendo ao ascendente vivo de mais idade ou à comunidade de irmãos originada desse mesmo ascendente (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.25). Talvez este modelo possa oferecer algum termo de comparação a certas formas de estruturação familiar no contexto urbano, que em certa medida “*recriam*” o

³¹ Cada sociedade estabelece formas mais ou menos ritualizadas para marcar a passagem da infância para a idade adulta. O mundo ocidental definiu esse período no ciclo de vida como “adolescência”. Esse período da vida dos jovens é marcado por uma série de modificações físicas e biológicas (puberdade) que, no entanto, é diferenciado profundamente, não só nas sociedades urbanas industriais, mas também nas sociedades indígenas como o caso dos *Arunta* da Austrália que levam cerca de vinte anos para marcar a passagem do jovem para a vida adulta. (citado em KISSING, 1961, p.381, v.2)

³² Podemos citar alguns estudos sobre família como os de VELHO (1981), WOORTMANN (1976) e (1980), além dos trabalhos de BRUSCHINI (1990), SARTI (1996) e ZALUAR (1982), que abordam as relações de parentesco e sua organização enfocando as diferentes classes sociais.

³³ Roberto Cardoso de Oliveira define Grupo Doméstico como as pessoas que vivem sob o mesmo teto, ainda que não sejam da mesma família. “representando uma unidade concreta das mais significativas, pois abrangem todo o grupo residencial incluindo a família (elementar ou extensa) e os agregados.” (1968, p.83)

universo dos antigos grupos domésticos, embora diferentes quanto ao contexto histórico e social.³⁴

Algumas pesquisas publicadas recentemente têm focado como o modelo familiar tradicional (pai/mãe/filhos) tem cedido espaço para a criação de formas heterogêneas de família. A possibilidade de novos arranjos familiares vem sendo tratada por pesquisadores das áreas de saúde coletiva, que apontam para o fato de a crise do modelo familiar tradicional estar alterando radicalmente os papéis de mãe e de pai em nossa sociedade. A mãe torna-se uma figura poderosa, uma espécie de “mulher maravilha” faz-tudo, enquanto o pai passa a perder espaço (à medida também que deixa de ser o provedor da mulher e filhos) tornando-se vulnerável. Gary Barker, pesquisador americano, denominou o processo de ausência do pai de “fome de pai” entre os adolescentes.³⁵ A esse processo está associado um tipo de “transferência”, visto que jovens criados sem uma figura masculina adotam os colegas de rua como substitutos do pai. Os colegas de rua tendem a fornecer para esses jovens a expressão de relações machistas, adotada especialmente pelos líderes de gangues e do narcotráfico, ao “reproduzirem uma imagem patriarcal, com o homem mais forte, violento e com mais direitos sobre as mulheres”. (FSP, p.3-4, 1º.11.87)

Por outro lado, tem se verificado uma associação entre a ausência de pai e o aumento da delinqüência juvenil. Embora estudos feitos nos EUA apontem para esse quadro, vale destacar a observação de James Levine, do Fatherhood Project de Nova York, para quem a ausência paterna é “parcialmente” responsável pelos problemas de delinqüência juvenil, mas não podem, nem devem ser tomados como uma relação causal absoluta. Esse tipo de perspectiva ilumina algumas das questões tratadas neste estudo, especialmente para o cuidado na formulação de hipóteses e conclusões, para evitar-se a construção de uma imagem satanizada do jovem e do adolescente.

Os jovens de Curitiba fazem parte de uma organização familiar que permite tanto a existência do modelo de família conjugal, dominante em nossa

³⁴ Fomos levados a problematizar esse modelo de grupo doméstico, porque encontramos jovens casados que moravam na mesma casa dos pais, que moravam em casa separada mas no mesmo terreno dos pais, além de jovens que moravam com os pais e vários outros parentes como avós, tios/as e agregados. Todas essas possibilidades nos sugerem justamente a “recriação” de um modelo familiar considerado superado histórica e socialmente, frente talvez ao impacto da situação de pobreza da maioria da população brasileira. A inclusão desse modelo aponta para a perspectiva de futuras investigações, especialmente no âmbito das formas de organização e estruturação familiar que tendem a contrapor-se ao modelo conjugal nuclear.

³⁵ Estudos recentes têm sido publicados nos jornais como: Família, Caderno Especial, Folha de S. Paulo, 20.09.98; “Fome de pai...” Caderno cotidiano, Folha de S. Paulo, 10.11.98; “Garotos Perdidos” Caderno Cotidiano, 20.09.98 entre outros.

sociedade, quanto a combinação dos padrões da família conjugal com aqueles da família consanguínea. Esse modelo *familiar híbrido*³⁶ apresenta como característica fundamental o papel de chefe de família desempenhado pelas mulheres (matrifocal). Elas passam a gerir a vida familiar em todas instâncias, que envolvem a manutenção e educação dos filhos. Por outro lado, a esta figura associam-se alguns parentes como avós, irmãos ou irmãs, que dividem atribuições na orientação dos jovens. Eventualmente algum companheiro (padrasto) pode vir também a desempenhar o papel do pai em algumas instâncias socializadoras dos jovens. No entanto, a figura de padrasto é, pelos relatos dos jovens, um foco privilegiado de situações de conflito e mesmo de violência doméstica. As madrastas são focadas igualmente por alguns jovens como motivo de conflitos familiares e quanto a experiência de violência doméstica. No entanto, tanto madrastas quanto padrastos em alguns casos foram muito mais positivamente avaliados pelos jovens que pai e mãe biológicos.

4.1 ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Para delinear a estrutura e a composição familiar no interior da amostragem dos 900 jovens entrevistados na pesquisa quantitativa e no universo dos jovens entrevistados nos grupos focais, algumas questões fundamentais colocaram-se de antemão, como a referente à escolaridade dos pais e atividade desenvolvida por eles.

Quanto à escolaridade dos pais dos jovens entrevistados, verificamos o seguinte quadro:

TABELA 4.1 - ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS JOVENS

(Em percentual)

GRAU DE ESTUDO	PAI	MÃE
Analfabeto	2,0	3,2
Primário Incompleto	14,2	17,9
Primário Completo/Ginásio Inc.	17,8	20,6
Ginásio Completo/Colegial Inc.	11,9	13,7
Colegial Completo	18,0	19,4
Superior Incompleto	2,8	2,6
Superior Completo	21,1	16,4
Não Sabe	12,2	6,0

É expressivo o percentual de jovens que desconhecem o grau de escolaridade dos pais (6,0% para mãe e um pouco mais do dobro para o pai). Existem três hipóteses para a compreensão desses dados. A primeira refere-se

ao fato do(a) jovem ter os pais separados, sendo levado a desconhecer efetivamente essa informação. A segunda diz respeito ao fato do(a) jovem viver com os pais, mas desconhecer essa informação em virtude do tipo de atividade desempenhada por eles, que eventualmente executem alguma atividade não ligada necessariamente com uma formação escolar definida. A terceira hipótese talvez possa ser a vergonha de mencionar o baixo nível educacional dos pais.

Tomando por base os valores que apontam para o fato de alguns jovens desconhecerem o grau de estudo de seus pais, quando solicitados a informar o tipo de atividade que eles exercem, encontramos no item “*Não se aplica*” também um valor significativo (12,9% para o pai e 2,7% para a mãe). Esses valores podem tanto refletir o fato do os jovens ter um dos pais falecidos quanto a hipótese de os jovens serem filhos de casais separados que eventualmente desconhecem a atividade principal de seus pais.

TABELA 4.2 - ATIVIDADE DOS PAIS

TIPO DE ATIVIDADE	PAI		MÃE	
	Abs.	%	Abs.	%
Empregado empresa particular	223	24,8	140	15,5
Funcionário Público	98	10,9	107	11,9
Empresário/Empregador	73	8,1	40	4,4
Autônomo	238	26,4	137	15,2
Profissional Liberal	28	3,1	20	2,2
Dona de casa	-	-	358	39,7
Desempregado	27	3,0	12	1,3
Aposentado	83	9,2	27	3,0
Outros	13	1,4	35	3,9
Não se Aplica	116	12,9	24	2,7

Profissional autônomo e empregado em empresa particular são as atividades predominantes desempenhadas pelo pai dos jovens entrevistados. É ainda preponderante o percentual das mães dedicadas às atividades do lar, sendo que as atividades de empregada em empresa particular e profissional

³⁰ Utilizamos essa denominação em termos heurísticos de caráter provisório, considerando justamente a possibilidade de mescla dos dois modelos dominantes. A intenção é apontar para a construção de modelos de organização familiar, que, num certo sentido, pode ser contraposto ao assinalado por Malinowsky, no caso dos trobriandeses, cujo casamento é monogâmico, permanente e requer exclusividade sexual, além de comunidade econômica e vida doméstica independente. O pai não é um parente pela criança, pois o parentesco real, sociologicamente reconhecido dá-se por intermédio da mãe, e é o irmão da mãe que é investido da autoridade sobre os filhos. (MALINOWSKY, 1981, p.132-3). No caso brasileiro, ocorre a matrifocalidade (mãe chefe da família), embora se mantenha o patrilinealidade (descendência estabelecida mediante o nome do pai).

autônoma seguem-lhe em importância. Outro dado relevante é o índice de desemprego. Os dados apontam para um elevado índice de desemprego para o pai de família e um índice pouco significativo para as mães, o que pode significar que as mulheres têm encontrado maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho (especialmente no mercado informal e de serviços domésticos).

TABELA 4.3 - COM QUEM MORAM

MORADIA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
Com pai e mãe	282	49,5	287	50,4	569
Só com pai	6	35,2	11	64,8	17
Só com mãe	90	62,9	53	37,1	143
Com pai e madrasta	4	66,7	2	33,3	6
Com mãe e padrasto	11	40,7	16	59,3	27
Com parentes	20	38,5	32	61,5	52
Com amigos/colegas	1	14,3	6	85,7	7
Com irmãos	8	61,5	5	38,5	13
Sozinho	4	57,2	3	42,8	7
Esposa/Marido	9	19,5	37	80,4	46
Outros	2	15,3	11	84,7	13
TOTAL DE JOVENS	437	48,5	463	51,5	900

Dos jovens entrevistados, a maioria mora com pai e mãe. Nas entrevistas em grupos focais, pudemos observar que entre aqueles cujas famílias compõem os estratos A e B é maior o índice dos que moram com os pais. Isso pode ser constatado naqueles grupos de estudantes de escolas particulares. Já nos estratos B e C esse índice é menor e nele a composição familiar composta é extensa, formada de pai, mãe, irmãos além de parentes como avós e avôs, tios e, em alguns casos, irmãs com filhos. Nessa mesma categoria há ainda aqueles jovens que moram junto com a família, mas não na mesma casa, ocupando uma outra casa dentro do lote dos pais. Os entrevistados tendem a considerar muito boa a relação com a família e alguns chegam a expressar de modo positivo o fato de os pais estarem juntos:

Eu moro com meus pais graças à Deus não tem problema assim de separação. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite) //... de vez em quando eles dão uma segurada, né? Nem que você seja tipo de maior, assim, porque você tá dentro de casa, tá na responsabilidade deles, (...) é pra educação, né? Então só um pouco que seguram, tem horas que você fica brabo, mas é pro bem, né, então... tem que relevar. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Numa segunda grande categoria temos jovens que moram só com a mãe. Nesse grupo predominam os meninos mais que as meninas. Eles estão distribuídos nos diferentes estratos socioeconômicos, apresentando maior incidência nos estratos B e C.

Os jovens que moram com parentes e com irmãos representam um terceiro segmento. Nessa faixa encontramos principalmente universitários, cujas famílias moram em outras cidades, certamente motivo para alguns deles morarem sozinhos. Entre esses jovens há, além daqueles que moram com os pais, os que moram com parentes, irmãos e com amigos.

Já os que moram com esposa/marido representam 5,1% dos casos analisados. Nesse grupo há 19,5% de rapazes e 80,4% de moças. No universo das moças casadas aparece o maior índice de jovens que não estão estudando, ou por terem engravidado, ou terem filhos pequenos, ou por estarem amamentando. No entanto, vale lembrar que do universo das jovens que não estão estudando, a gravidez/filhos pequenos é a maior razão para não fazê-lo. Em todos os grupos entrevistados, há apenas uma jovem casada sem filhos que permanecia estudando.

Berquó (1998) identificou a mesma proporcionalidade de jovens casados quando na Região Sul. Separados por sexo e grupo de idade,³⁷ o quadro é de 3,7% de homens na faixa dos 15-19 anos contra 18,7% de mulheres casadas na mesma faixa. Quando referida a vida do jovem e a família, a pesquisa de Berquó apresentou coeficientes próximos daqueles verificados em Curitiba, ao constatar que a maior parte dos jovens solteiros da faixa de 15-19 anos (88%) vive com a família, pai e mãe (72%), ou apenas com um deles (16%). O restante dos jovens (10%) vive com parentes ou agregados a outras famílias. (1998, p.103)

A estrutura familiar revela a organização predominante de um modelo nuclear, variando em sua composição de 3 a 5 pessoas. Esses valores indicam um padrão de organização composto por pai, mãe e irmãos; mãe e filhos ou mãe, filhos e outros parentes (avós, tios, tias, primos ou agregados). Os jovens que são filhos únicos perfazem um total de 7,2% dos entrevistados, indicando que os 12,6% dos jovens que moram com duas pessoas configuram um universo de pai, mãe e filho(a); de mãe e padrasto (3,0%); de pai e madrasta (0,7%) e de só com o pai (1,9%) aproximadamente.

³⁷ Cabe observar que o trabalho de Elza Berquó toma por base o Censo Demográfico de 1991 realizado pelo IBGE no qual foram realizadas tabulações especiais do NEPO/UNICAMP. A base de cálculo do IBGE para a população de jovens divide-se em duas grandes faixas: 15-19 anos e 20-24. Para efeito de comparação com os dados da pesquisa de Curitiba, tomamos por referência apenas o universo dos jovens na faixa dos 15-19 anos. Para maior detalhamento ver: BERQUÓ, Elza. "Quando, Como e com quem se Casam os Jovens Brasileiros" In: **Jovens nas Trilhas das Políticas Públicas no Brasil**. 1998, p.93-107.

TABELA 4.4 - COM QUANTAS PESSOAS VOCÊ MORA?

Nº DE PESSOAS	Abs.	%
1	31	3,4
2	113	12,6
3	228	25,4
4	235	26,2
5	179	20,0
6	61	6,8
7	22	2,4
8	15	1,6
9 a 13	11	1,1

No universo investigado encontramos como padrão a *família conjugal*. Além disso, a existência de irmãos (92,8%) apontam para um modelo de família nuclear tradicional. Considerando o papel da família como uma instância de socialização primária dos jovens, observa-se nela a expressão de relações cada vez mais complexas. A definição de papéis (masculino/feminino) no interior da família tem passado pela necessidade de serem repensados por pais e filhos na construção de um espaço de diálogo e também de exercício de cidadania, pois modernamente tanto crianças quanto adolescentes passaram a ser sujeitos de direito.

[...] e uma galera que mora na minha casa. Eu, meu pai, minha mãe, meu irmão mais velho que tem dezessete anos. Aí do lado da minha casa mora minha irmã que tem vinte e oito, o marido dela e mais dois filhos e do outro lado da minha casa a minha vó.//Daí eu moro com minha mãe, com meu irmão e com a minha irmã e a minha irmã é filha da minha mãe com outro homem e meu pai tem uma filha com outra mulher (risos). Aí lá em casa tem duas irmãs e ele, aí só eu e ele somos do mesmo pai e mãe. Eu tenho contato quase diário com meu pai, converso muito com meu pai, mas eu tenho mais...conversa mais importante e constante é com meu padrasto. (Escola Particular/Misto/Manhã)

Outro dado relevante é o número de jovens que moram só com a mãe (15,9%). Este dado efetivamente sinaliza para um novo formato da família em que a mãe passa a desempenhar o papel de chefe de família. Este não é um

fenômeno recente e corresponde à média nacional para essa categoria³⁸. A mãe como chefe de família aparece em virtude da viuvez, separação e de mães solteiras. Essa organização familiar é percebida pelos jovens de modo ambíguo, pois, de um lado, o fato de os pais serem separados tende a eliminar do cotidiano deles situações de conflito por vezes muito críticas. Por outro lado, a necessidade de reestruturação familiar leva-os a confrontarem a sua situação com um modelo de família que não existe mais:

Eu moro com a minha mãe e com o meu irmão, mas é como se fossem turistas na minha casa, ninguém tem muito horário igual então... e meu pai mora em outro lugar né. Então, essa coisa de família, de mamãe, papai, filhinhos, e tal, então vamos sentar na mesa pra comer, não sei mais tomar um café da manhã, jantar, almoçar, assistir televisão junto, eu não faço a menor idéia, então eu não sei o que é essa coisa de família, o que significa de repente, família... (Jovens Universitários/Misto)

É expressivo também o número de jovens que moram com parentes (5,8%). Para isso, contribuem basicamente três fatores: a ausência dos pais (por falecimento); a transferência dos jovens do interior do Estado para estudar em Curitiba e a falta de condições dos pais de criarem seus filhos, deixando-os sob a guarda de avós em primeiro lugar ou de tios/tias. Outros fatores, como trabalho, gravidez e incompatibilidade com um dos pais ou ambos, podem também agrupar-se como explicativos para os jovens que moram longe dos pais.

Seja qual for o tipo de organização familiar, a família assume centralidade na fala dos jovens, ao configurar-se como espaço de expressão privada de amores e de ódios, de encontros e de conflitos, de guerra e de paz. No entanto, como próprio da juventude, podemos sintetizar aqui a imagem do conflito em termos de papéis públicos e privados e em termos do próprio processo de construção da vida adulta enquanto expressão de identidade e individualidade. Habermas aponta, ao refletir sobre a família, o caráter de aparente autonomia da esfera privada da família burguesa como expressão de sua humanidade, realizada de forma voluntária, pela comunhão de afetos e pela educação. No entanto, a família está em permanente conexão com o espaço público, que passa a orientar a própria construção das moradias, que vão progressivamente se privatizando internamente provocando a redução ou mesmo o desaparecimento do “*espaço familiar*”. No caso das modernas famílias, esse “*espaço familiar*” foi se estreitando, reduzindo-se apenas ao ponto obrigatório de encontro ao redor de uma mesa de refeições (quando muito). A redução do

³⁸ Na pesquisa realizada pelo DATAFOLHA, publicada em caderno especial sobre FAMÍLIA, o índice nacional é de 15% dos entrevistados moram só com a mãe, configurando assim a existência de um modelo matrifocal. (Folha de S. Paulo, 20.09.98, Caderno Especial FAMÍLIA, p.2)

“*espaço familiar*” implica conseqüentemente a redefinição dos papéis sociais atribuídos à mãe, ao pai, à escola e outras instâncias da vida social que têm atuado de modo decisivo sobre a forma de estruturação familiar.

Quando perguntados **que nota você daria para as seguintes instituições?**, o resultado obtido, em média, foi o seguinte:

TABELA 4.5 - NOTA PARA INSTITUIÇÕES

INSTITUIÇÕES	MÉDIA
Família	9.02
Escola/Universidade	7.74
Igreja	7.56
Mídia/Imprensa	5.95
Judiciário	4.99
Polícia	4.99
Congresso	4.49
Governo	3.96
Partidos Políticos	3.07

Dos jovens entrevistados, a maioria confia em primeiro lugar na família do que qualquer outra instituição existente em nossa sociedade. Em termos de confiança, o segundo lugar é ocupado pela escola/universidade, seguida pela igreja.

Quando indagados a respeito do que exercia maior influência na formação dos jovens, a família mais uma vez aparece em primeiro lugar, seguida da escola, TV e religião. Esse dado é muito interessante quando confrontado com a resposta que professores e profissionais de educação deram para essa mesma questão. Para eles, a família aparece em primeiro lugar, seguida pela TV, escola e religião. O dado surpreendente é o baixo percentual que a escola (8,3%) aparece na formação dos jovens, segundo os professores.

TABELA 4.6 - O QUE EXERCE MAIOR INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS JOVENS

INFLUÊNCIA	VISO DOS JOVENS		VISO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Família	397	44,1	200	50,3
Escola	339	37,6	34	8,3
TV	123	13,7	161	40,5
Religião	41	4,6	5	1,0
TOTAL	900	100,0	400	100,0

Em meio ao círculo vicioso das culpas pelo fracasso escolar, pela crise de valores e da família, pela explosão da violência no cotidiano, os jovens tendem a valorizar a família de modo preponderante, mostrando-se aqui tradicionais à medida que têm ainda na família a possibilidade de um refúgio seguro. Indica também um processo maior de reconhecimento e credibilidade na família como instituição privada da sociedade civil. Por outro lado, é estarrecedor que os professores atribuam tão pouco valor ao seu papel na formação dos jovens,³⁹ deixando a escola de colocar-se como instância pública socializadora e moralizadora fundamental em nossa sociedade.

4.2 VALORES, NORMAS E LIMITES

Eu acho assim, eu nunca dei valor pra isso, pra família, daquele almoço de domingo, aquela coisa tradicional, mas a partir do momento que eu sai da minha casa, você começa a enxergar tudo de uma maneira diferente, você vê como que aquilo dali é importante pra você, entendeu, como é... é não assim o fato de tá todo mundo almoçando... é o fato de tá todo mundo almoçando mesmo, sabe, essa coisa de... tá junto sabe, e... muda muito, então eu acho que isso foi muito importante... na minha vida. (Jovens Universitários/Misto)

Os jovens revelaram uma visão de família e dos papéis (mãe/pai/filho) de seus integrantes que aparentemente idealiza um modelo de família antiga/tradicional que não existe mais. O aparentemente refere-se sobretudo a um tipo de distinção mais refinada de família, que passa por diferenciações entre o “viver junto” e o “conviver”, “ser estruturado” e “desestruturado”, “a confiança” e “a desconfiança”, “a harmonia” e a “desarmonia”. Para alguns jovens, a idéia de “harmonia familiar” sugere uma quase utopia, especialmente para aqueles que vêm na vida familiar “um inferno mesmo”.

Cada um desses termos foi sendo evocado nas falas dos jovens ao se referirem à relação que mantêm com seus familiares. Para alguns jovens universitários que moram longe da família, a sua relação foi definida como sendo “maravilhosa, porque não convive com eles”; outro jovem referiu-se ainda ao fato de “morar junto, mas não conviver com eles” não tendo, portanto, propriamente uma relação familiar. Um terceiro definiu a sua casa como “um hotel”, pelo movimento constante do entra e sai dos filhos e dos pais que haviam se separado por um tempo.

Embora esses termos se assemelhem, o viver junto é muito diferente do

³⁹ Nos capítulos referentes à escola e à mídia, estaremos retomando e problematizando essa questão.

conviver. Para os jovens entrevistados, muitas vezes o fato de morarem todos juntos (pai/mãe/filho) não significa a existência de uma convivência saudável, muito ao contrário. É justamente no espaço de uma outra convivência, entendida como diálogo e confiança, que os jovens encontram o diferencial decisivo para qualificarem a sua relação familiar como “*muito boa*” ou “*péssima*”. Essas diferenciações vão sendo estabelecidas frente a outras colocadas pela faixa etária, sexo e classe social ao qual o jovem pertença.

Varia bastante. Têm dias maus, têm dias bons. Têm dias que tá todo mundo na sala dando risada, se divertindo... mas também tem dias que... voando cadeira, vassourada... Com certeza, sempre tem o lado bom e o lado ruim. A vida em si tem isso. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Para os jovens da faixa etária dos 18-20 anos, que eventualmente moram sozinhos ou com irmãos, a família constitui uma referência em termos de “*formação e segurança*”, contrapondo-se ao fato deles terem uma vida mais independente e com liberdade. Viver com a família pode significar exatamente os termos contrários, reconhecidos como *dependência, falta de liberdade* e sobretudo *cobranças* (de horários, com quem sai...). Por outro lado, o fato de os jovens universitários administrarem sua vida com mais autonomia reflete-se também no tipo de relação que passam a ter com os pais, assinalando justamente um momento significativo de expressão da identidade do jovem, em que os pais considerados amigos passam a constituírem-se com confidentes que “*respeitam e aceitam as opiniões divergentes*”.

Mas mesmo entre esses surgem diferenciações quanto ao tipo de tratamento que os pais conferem a seus filhos e filhas. As moças em grande medida continuam sendo mais vigiadas/controladas que os jovens. Mas esse controle não é aceito de modo passivo por elas, pois se o pai exercita a sua autoridade frente à família, será exatamente no âmbito de seu exercício que ocorreram os maiores conflitos (quando sair, aonde ir, se pode ou não namorar). Conforme veremos adiante, existem temas e padrões de comportamento preestabelecidos pela família quanto ao modo de orientar os filhos. Sexo e drogas, temas recorrentes, assumem perspectivas bem diferenciadas quando dirigidos aos filhos ou às filhas.

TABELA 4.7 - RELAÇÃO FAMILIAR

RELAÇÃO	PAI		MÃE		IRMÃOS		OUTRAS PESSOAS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Muito Boa	296	32,5	472	52,4	276	30,6	234	26,0
Boa	426	47,3	375	41,6	491	54,8	427	47,4
Ruim	37	4,1	13	1,4	51	5,7	11	1,2
Péssima	32	3,6	11	1,2	15	7,1	2	0,2
Não se aplica	113	12,5	30	3,3	65	7,2	227	25,2

A relação familiar dos jovens com o **pai** é considerada muito boa (32,5%) e boa (47,3%), índices elevados se comparados aos de ruim (4,1%) e péssima (3,6%). Cabe destacar que 12,5% dos jovens não respondeu a essa questão, revelando a efetiva ausência da figura paterna, que precisaria ser melhor investigada. Embora boa parte dos jovens entrevistados tenha manifestado satisfação com o tipo de relação que mantêm com o pai, verificou-se pela fala dos jovens que a possibilidade de maior diálogo familiar eles encontram com a mãe, pois segundo uma jovem “*é que tem pai que não serve para ser amigo*”. (*Jovens Universitários/Misto*)

Bom, meu pai eu não me dou muito bem. Eu... digamos que ele, ele cobra... ele cobra demais. Eu me dou bem, eu me dou melhor com meu irmão. Coisas que às vezes eu não converso com meu pai, eu converso com meu irmão. (Escola Pública/ Jovens Negros/Noite)

Com a **mãe**, os jovens entrevistados afirmam ter uma relação muito boa (52,4%) e boa (41,6%). Essa relação proporcionalmente muito mais positiva com a mãe do que com o pai, deve-se certamente ao poder e à autoridade exercidos pelo pai no interior das famílias, cabendo-lhe freqüentemente o desempenho do papel de “*quem manda*” e de impor obediência aos filhos. No entanto, o exercício da autoridade do pai vem sendo enfrentado pelos jovens, suscitando conflitos mais abertos no interior das famílias. Num outro extremo, temos a ausência absoluta do pai (devido a separações) – “*o meu pai não vejo há uns dez anos*” – e isto provoca um estreitamento da relação dos filhos com a mãe, propiciando na maior parte dos casos uma avaliação bastante positiva da relação com ela, especialmente para aqueles jovens que são filhos únicos de pais separados.

Em geral, a relação que as moças mantêm com suas mães é considerada “ótima”, “legal”, “super boa”, porque têm uma maior abertura e confiança

para falar determinados assuntos com as mães do que com o pai. Muitas jovens consideram seus pais mais “fechados”, “antigos”, “frios” e “distantes”. Para aquelas jovens que mantêm uma relação boa com a mãe, de confiança, a mãe é “minha melhor amiga, é meu tudo assim, mãe é tudo assim”. (Escola Particular/Meninas/Manhã) Mas também existem conflitos sérios com as mães, especialmente por causa do controle. As jovens denominam de “mãe antiquada” a que regula as saídas e namorados. Já aquelas mães que mantêm um diálogo aberto e franco com as filhas são consideradas “pós-modernas”.

Eu costumo brincar com a minha mãe, muito pós-moderna. Ela chega, ela fala mesmo na cara dura, daí eu falei assim pra ela: quero ver o dia que eu chegar e dizer mãe, eu não sou mais virgem. Ela: “não pelo amor de Deus”. (Escola Pública/Meninas/Tarde)//Olha, lá em casa é uma coisa assim, eu tenho uma relação mais aberta com a minha mãe do que com meu pai, mas ao mesmo tempo eu tenho muita confiança no meu pai também. Eu acho que poderia falar para ele também, mas prefiro falar para minha mãe. Eu gostaria de falar muito mais para ela,(...), sempre que eu vou conversar com ela, a minha mãe é muito estressada. (...), não é aquele papo de amiga, é mais aquele papo “eu sou tua mãe e você é minha filha e pronto”. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Para os jovens essa relação aparece dividida, pois, em geral, eles mantêm uma relação de muita confiança, companheirismo e diálogo com o pai, tendo abertura e sendo estimulados por eles a tratarem de assuntos como sexo e namoro com maior desenvoltura (assuntos tratados com dificuldade pelas mães). Quando eles têm essa relação com o pai, afirmam com satisfação “o meu pai é o meu melhor amigo e eu sou o melhor amigo dele” (Escola Particular/Menino/Manhã). Mas há jovens que conversam mais sobre questões pessoais com a mãe, tendo confiança para tratar de determinados problemas que são mais difíceis de serem tratados com pai.

Agora, eu tipo assim, que nem eu tava falando agora pouco com ele, meu pai é super-aberto, só que com meu pai eu falo mais de sexo, meu pai não fala, ele incentiva mesmo. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Manter uma boa relação com os pais não significa necessariamente que os jovens vão poder ou querer falar tudo com eles. Ou seja, os jovens tratam com naturalidade alguns assuntos com os pais, como sexo e drogas, por exemplo, mas num sentido genérico e não da intimidade de cada um deles.

Ah, eu só tenho a minha mãe, vou falar sobre sexo com a minha mãe?// Eu só converso negócio da família, só, agora assunto pessoal meu, eu não falo nada, guardo pra mim mesmo.//Ninguém vai chegar pro pai e

dizer assim: “Pai, hoje eu fumei, hoje eu cherei. (Escola Pública/Misto/Noite)

No entanto, surge também na fala dos jovens um questionamento quanto à existência das figuras do “pai amigo” e da “mãe amiga”. No geral, eles afirmam ter uma conversa aberta com os pais, com liberdade para falar, mas evitando o que “é pessoal”. As conversas podem ser qualificadas como “básicas”, “informais e não pessoais” ou mesmo apenas “formais” sobre assuntos como sexo e drogas. Alguns jovens consideram falsa a imagem do “pai amigo” pois para eles “pai tem que ser pai” (*Jovens Universitários*). Ou como já destacamos na fala de uma jovem “é que tem pai que não serve para ser amigo” (*Jovens Universitários*). Ora, existe uma diferença profunda entre o falar dos pais sobre drogas e sexo e o falar dos jovens entre si. Para os jovens, apesar de os pais manterem um diálogo sobre esses temas, eles efetivamente preferem confiar num amigo(a), pois se sentem mais à vontade para falar com alguém que, como eles, estejam passando pelo mesmo tipo de experiência. Consideram que o mundo de referência dos pais é muito diferente do deles, apesar de reconhecerem que hoje eles têm muito mais liberdade que os pais tiveram, do tempo “da ditadura militar”. Por outro lado, algumas jovens afirmaram ter toda a liberdade de falar com as mães, mas preferem conversar com as amigas, pois “com a mãe tem vergonha de falar sobre sexo, gravidez...”. (*Escola Pública/Jovens Negros/ Menina/Noite*)

Com os **irmãos**, os jovens dizem ter uma relação muito boa (30,6%) e boa (54,8%) em contraposição aos que têm uma relação ruim (5,7%) e péssima (1,7%). É interessante notar que esses valores aproximam-se dos encontrados com relação ao pai, notando-se apenas que o índice de péssima é ainda maior com o pai (3,6%) do que com os irmãos (1,7%). Os conflitos existentes entre irmãos predominantemente apontam para disputas e ciúmes da atenção dos pais, além de problemas decorrentes de diferenças de idade, sexo e também de paternidade, visto que é comum o nascimento de outros filhos nas novas relações dos pais.

Eu, é tipo porque eu não me dou com meu padrasto. Aí minha mãe quer defender ele aí a gente já briga e não sei quê. Eu também não posso falar nada pro meu irmão, porque meu irmão é filho da minha mãe e do meu padrasto. Tipo assim, um dia eu bati nele, meu padrasto achou ruim e me mandou embora. (Escola Pública/ Misto/Manhã)// Com o meu pai eu me dou super bem, só que com a minha madrasta o negócio é briga todo dia...ela é muito...não é que ela é muito assim tipo sei lá, ela é muito exigente...cheia de querer mandar. (Escola Pública/Misto/Noite)

Embora encontremos na fala de alguns jovens a figura do “*padrasto*” e da “*madrasta*” como expressões dos arquétipos “*do mal*”⁴⁰ das antigas estórias infantis, na realidade, em termos comparativos pudemos verificar num número grande das falas, uma apreciação extremamente positiva dessas figuras. Isto nos leva a inferir que nem sempre a consangüinidade pode definir o âmbito das relações dos jovens que passam a ser consideradas também nos termos das afinidades, seja com os novos companheiros dos pais, seja com os novos irmãos.

Sabe, daí dá aquele problema porque eu acho que ela está me excluindo. Às vezes eu sinto ciúmes da minha irmã que é filha dela com meu padrasto (Escola Pública/Misto/Menina)//A minha madrasta, pra mim, é melhor que uma mãe. Sério. Eu já não me dou bem com meu pai. Meu pai tem mais três filhos com ela e ele, tipo assim, não dá a mínima pra mim e ela é mais que uma mãe. (Escola Pública/Misto/ Manhã)// Bom, eu em casa também não tenho o que reclamar dos meus pais. Tem o meu padrasto que é muito meu amigo, é muito conselho que ele me dá. E eu e minha mãe não conversamos muito. É mais eu e meu padrasto que a gente mais conversa. E altos conselhos que ele me dá, a escola os amigos, drogas, bebida, todos os tipos de droga. (Escola Pública/Jovens Negros/Menino/Noite)//O mais curioso na nossa relação, é que eu sou mais amiga do meu padrasto do que da minha mãe, eu tenho mais confiança nele do que nela; mas no geral assim, a gente se dá bem. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Os jovens dizem ter uma relação muito boa (26,0%) e boa (47,4%) com outras pessoas de sua família (que podem eventualmente morar com eles). Essas pessoas constituem-se basicamente de avós, tias e tios e outros agregados próximos ao núcleo familiar central. Como esse grupo apresenta uma certa mobilidade (avós que foram morar “*por um tempo*” com os netos, por exemplo) e um tipo de constituição que não se define prioritariamente pelo princípio de consangüinidade, mas também por afinidade, nessa categoria encontra-se um foco relativamente apaziguado na dinâmica das relações familiares. Há que se destacar, no entanto, que esta questão não foi respondida por 25,2% dos jovens apontando para a sua inserção no modelo de organização familiar nuclear. Este modelo, embora não seja ainda dominante, contrapõe-se ao da família extensa tradicional.

⁴⁰ Segundo um termo corrente utilizado pelos jovens para explicarem o mundo e suas relações. Existem pessoas do “*bem*” e “*do mal*”, galeras “*do mal*” ou do “*bem*” e assim por diante.

TABELA 4.8 - DIÁLOGO NA FAMÍLIA

DIÁLOGO	PAI		MÃE		IRMÃOS		OUTRAS PESSOAS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Muito	282	31,3	607	67,4	455	50,5	452	50,2
Às vezes	411	45,6	241	26,7	329	36,5	198	22,0
Nunca	101	11,2	22	2,4	52	5,5	21	2,3
Não se aplica	107	11,9	31	3,4	65	7,2	230	25,5

Quanto à existência de diálogo com os pais e irmãos, os jovens que costumam conversar **sempre** com o pai perfazem um total de 31,3% índice que praticamente dobra (67,4%) com a mãe. Com os irmãos esse índice chega a 50,5%. Os jovens que **nunca** conversam com o pai compõe 11,2%, com a mãe 2,4% e com os irmãos 5,8% do total dos entrevistados. Mais uma vez consolida-se aqui a figura da mãe como portadora de uma maior abertura no contato com os filhos, constituindo-se como um canal privilegiado de diálogo e contato familiar. Já a figura do pai afirma-se secundariamente na criação desse espaço ou em sua total ausência, índice reforçado pelo número expressivo de jovens que nunca conversam com o pai. Esse número não traduz a situação de jovens filhos de pais separados, pois a ausência de diálogo ocorre igualmente no interior daquela famílias do tipo tradicional.

[...] eu sempre tive uma educação severa. Na parte da educação, aquela educação limite (...) foi legal. Mas a minha família nunca teve um diálogo aberto. Mas nunca teve assim... diálogo sobre nada. Nem sobre futebol a gente conversa. Por exemplo, quando eu preciso alguma coisa do meu pai eu chego e converso com ele, passamos um pelo outro naturalmente, mas não há diálogo. Os diálogos necessários. (Escola Pública/Jovens Negros/Menino/Noite)

TABELA 4.9 - TEMAS QUE DISCUTEM NA FAMÍLIA

TEMAS	MUITO		ÀS VEZES		NUNCA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Futuro profissional	541	60,0	282	31,3	72	8,0
Relacionamento na família	402	44,6	386	42,8	107	11,9
Problemas familiares	336	37,3	391	43,4	168	18,6
Escola	336	37,3	395	43,8	164	18,2
Problemas econômicos	313	34,7	321	35,6	260	28,9
Relação com amigos	298	33,1	367	40,7	230	25,5
Religião	290	32,2	372	41,3	230	25,5
Esportes	278	30,9	339	37,6	278	30,9
Drogas	266	29,5	326	36,2	303	33,6
Namoro	232	25,7	364	40,4	299	33,2
Sexualidade	166	18,4	334	37,1	395	43,8
Política	109	12,1	297	33,0	489	54,3

Os temas que os jovens discutem **com mais frequência** com seus pais refere-se em primeiro lugar ao futuro profissional; seguido pelo relacionamento entre a família; escola e problemas familiares; problemas econômicos; relação com amigos; religião; esportes; drogas; namoro; sexualidade e por último política. Os temas que os jovens **nunca** conversam com os pais configuram-se justamente numa gradação entre aquilo que é considerado menos importante ou que haja não interesse de ser debatido pela família. Assim, a política aparece em primeiro lugar. A ela seguem-lhe a sexualidade; drogas; namoro; esportes (30,9% - é interessante notar que esse número percentual é o mesmo tanto famílias onde se fala **muito** sobre o tema, quanto por aquelas que **nunca** o tratam, apontando assim para o papel que o tema desempenha como interação e comunicação entre pais e filhos, podendo constituir um veículo importante na constituição da sociabilidade); problemas econômicos; relação com amigos e religião; problemas familiares; escola; relacionamento entre a família e finalmente o futuro profissional.

TABELA 4.10 - A FAMÍLIA PERMITE

PERMITE	SIM		NÃO		EM TERMOS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Converse sobre sexo	566	62,8	184	20,4	150	16,6
Discuta sobre drogas	675	74,9	156	17,3	69	7,9
Transe com namorado(a) em casa	128	14,2	717	79,6	55	6,1
Dirija sem carteira	100	11,1	761	84,5	38	4,2
Use drogas em casa	6	0,7	889	98,7	5	0,6
Chegue em casa a hora que quiser	280	31,1	495	54,9	125	13,9
Tome bebida alcoólica em casa	194	21,5	582	64,6	123	13,7
Fume	153	17,0	726	80,6	18	2,0

A família conversa abertamente sobre sexo com 62,8% dos jovens entrevistados, contra 20,4% que não permite conversar sobre o tema. Esse número apresenta alguns componentes adicionais quando cruzados com variáveis como estrato social. Os jovens dos estratos A e B conversam mais com os pais sobre o tema sexo que os dos demais estratos.

Quanto o tema são as drogas, 74,9% dos jovens afirmam que a família permite a discussão sobre tal tema. Já aqueles jovens em que a família não permite perfazem 17,3%. Ainda dentro dessa temática, 98,7% deles afirmaram que suas famílias não permitem que utilizem drogas em casa.

O tema das drogas é abordado pelos pais no sentido de alertar e orientar os jovens para tal problema. No entanto, ainda que haja abertura em casa para tratar da questão, os jovens revelam que mesmo os pais sabendo que já haviam utilizado drogas preferem às vezes acreditar que os filhos já as abandonaram.

Droga lá em casa... minha mãe já descobriu tudo, quer levar lá na auto ajuda: "ah... vocês tão bem, vocês vão se acabar..." (...) falo que parei faz um ano já, mas ou vou deixar ela sofrendo, ou engano de vez, não sei qual que é pior, então, eu prefiro enganar por enquanto (Jovens Universitários)//O único problema é com droga, assim, ele só pergunta assim, desconfia bastante. É insegurança dele também né, porque ele tem coragem vir de perguntar pra mim, se eu uso...//Eu já é diferente, eu já experimentei e contei pra minha mãe. Só maconha. (Escola Particular/Meninos/Manhã)//Eu também, eu converso com o meu pai, todo o tipo de assunto eu converso com o meu pai, só que é uma decisão própria, eu não uso drogas só que, eu já experimentei, só que eu tenho dificuldade de chegar e falar pra ele. Por que, até acho que ele não

merece ouvir isso de mim, mas experimentei e nunca mais quero usar. Experimentei maconha, só que eu acho que não é o caminho certo. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Entre os jovens entrevistados, 62,9% deles consideram que a bebida alcoólica é um tipo de droga em relação aos 37% que afirmam o contrário. As famílias dos jovens não permitem que eles tomem bebidas alcoólicas em casa para 64,6% dos entrevistados, limitando-se a 21,5% daqueles que têm a permissão da família para beber.

TABELA 4.11 - SOBRE ÁLCOOL

USO	FEMININO		MASCULINO	
	Sim	Não	Sim	Não
A família permite que tome bebida alcoólica em casa	35,2	64,7	35,2	64,6
Você concorda que bebida alcoólica é droga	63,2	36,8	62,6	37,3

TABELA 4.12 - FAMÍLIA PERMITE QUE TOMA BEBIDA ALCOÓLICA EM CASA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

USO	A		B		C		D+E	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	73	29,5	62	22,3	35	15,2	17	17,9
Não	114	49,0	189	64,5	164	71,4	91	73,0
Em termos	46	21,5	36	13,2	31	13,4	10	9,1
TOTAL	233	100	287	100	230	100	118	100

Embora se trate de um valor menor em relação àquelas que não permitem, não deixa de ser expressivo haver maior permissibilidade dos pais para os meninos (18%) do que para as meninas (15,2%). Entre aqueles que **não** permitem não há qualquer tipo de diferenciação entre os sexos. Considerando o estrato socioeconômico, os jovens da classe A representam maior índice entre aqueles que têm a permissão dos pais para beber em casa.

Eu bebo em casa com ela uma cerveja, tudo na boa ela sabe//Meu pai

ofereceu, quer dizer minha família me ofereceu.//Meu pai chegou, me encontrou bêbado, me levou para casa. Daí eu acordei de madrugada...desmaiei, eu tive hemorragia interna e também coma alcoólico. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Depreende-se da fala dos jovens algumas atitudes por parte dos pais quanto à questão da bebida alcóolica. Por um lado, existe uma postura dos jovens que procura enfatizar o fato de que eles vão ter as suas experiências (com álcool ou outras drogas) independente de os pais permitirem ou não que as tenham. Por outro lado, verifica-se pela fala dos pais uma postura mais “liberal”, que permitem/prefiram que os filhos bebam em casa ao invés de fazê-lo na rua. Há ainda que se notar que se 62,9% dos jovens consideram o álcool uma droga, ela é uma droga permitida/aceita/ propagandeada livremente em nossa sociedade, e, portanto, encontra-se livre de proibições/perigos associados a outras drogas (maconha especialmente). Na fala dos jovens esse tipo de problema é percebido, mas não o suficiente para provocar modificações em seu comportamento. Esse “conformismo” dos jovens foi constatado quando indagados sobre o que faziam em suas horas de lazer. A resposta corrente foi “sair para beber/encher a cara”. Essa fala foi repetida por jovens ricos, remediados ou pobres, por brancos e pretos, por meninos e meninas, em todas as faixas etárias – enfim um quase consenso – que só era quebrado e identificado por aqueles jovens que não bebiam e que eram vinculados a alguma das diferentes vertentes das igrejas evangélicas/batistas/protestantes.

Para alguns jovens, o fato de beberem junto com os familiares proporciona uma maior aproximação e abertura, fazendo com que certos temas/problemas que não são tratados de modo aberto no dia-a-dia, possam sê-lo nesses momentos de confraternização; e aí a bebida acaba funcionando como um meio de “quebrar o gelo”, proporcionando a comunicação.

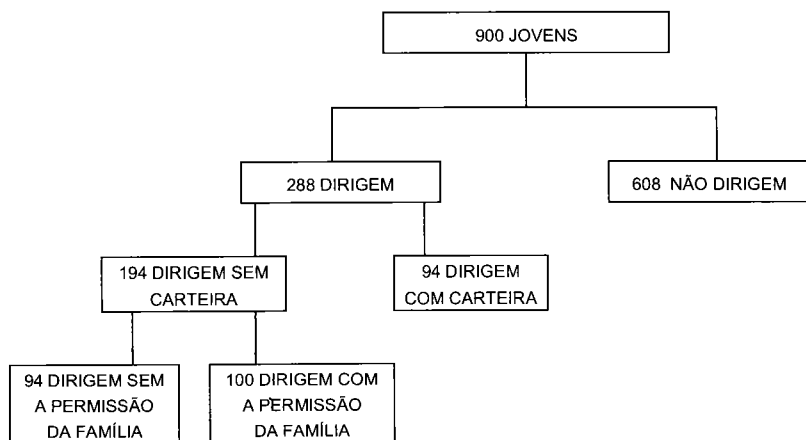
Acho que na maioria das vezes o filho não gosta de conversar com o pai, sei lá, receber conselho, né? Ele nunca aceita um conselho... você pode receber do amigo, assim, mas dum pai, duma mãe, a maioria dos jovens não vai receber (...). só final de semana, daí, ele [o pai] toma algumas, você também toma, daí vocês vão conversar um pouco... Desse jeito, mesmo, eu com meu pai conversamo de tudo, fazemo tudo. ‘Ah, vamo pro bar?’ Vamo nós dois, vamo beber junto. ‘Vamo cair?’ Vamo cair nós dois. ‘Vamo beber até nos conhecer?’ Vamo nós dois. Conversamo de tudo, até que é legal, nesse ponto é legal. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Quando o tema refere-se a normas como dias e horários preestabelecidos para sair, constatamos que 54,9% dos jovens não têm permissão dos pais para

chegar em casa a hora que quiserem e 31,1% deles têm permissão. Desses que têm permissão 65,7% são meninos e 34,2% meninas.

Entre os jovens há 32% deles que dirigem. Desse total temos praticamente o mesmo percentual de jovens com carteira de motorista (32,6%). No universo dos que dirigem, encontramos 79,1% dos jovens que o fazem, sem ter tirado a carteira de motorista e desses, 43,8% têm a permissão dos pais para fazê-lo. Este aspecto está vinculado à questão da formação dos jovens quanto aos limites e à impunidade, visto que recebem o consentimento dos pais para esta prática ilegal (dirigir sem carteira). Entre os entrevistados, 89,2% deles consideram que dirigir em alta velocidade não é normal, e 61,4% concordam que dirigir quando se bebe é um problema.

COMPARATIVO DOS JOVENS QUE DIRIGEM SEM CARTEIRA, COM A PERMISSÃO DA FAMÍLIA



Os jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos A e B apresentam um tipo diferenciado de relação familiar e de diálogo com seus familiares. Em geral, eles são unânimes em considerar a relação familiar sem problemas, sem segredos pelo fato de terem “pais super-liberais”. Os pais permitem que eles freqüentem qualquer lugar, podendo “ir onde quiser” desde que “leve o celular ou o móbi”, para que os pais possam falar com o jovem a qualquer hora. Os pais se preocupam com a segurança dos filhos, com drogas e a AIDS e procuram controlar a vida de modo indireto, adotando as novas tecnologias de controle, como mobs e telefone celular.

Eu considero meus pais super liberais, assim, eles deixam eu ir onde quiser, só que sempre tem que tá com móbi, ou celular na cintura, pra eles conseguirem falar comigo. Eles geralmente, me deixam ir em shows, em discoteca, e essas coisas, só que eles... andam sempre assim: “cuidado com droga, meu filho, cuidado com bebida alcoólica, não se envolva em briga, cuidado que tem gente que não quer só o seu bem// Muitas pessoas falam... mas eu não considero meus pais liberais, o meu relacionamento com eles é bem reduzido, eu diria que se a semana passada, se eu fiquei 24 horas com os meus pais, foi demais, da semana inteira, sabe, eu passo um período muito curto com os meus pais... é o único fato negativo. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

A ausência de convivência com os pais é apontada como um fator negativo na relação familiar de todos os jovens, sejam ricos ou pobres, o que provoca um diferencial qualitativo no tipo de relação que acabam estabelecendo entre si. Essa ausência de convivência é atribuída ao fato de os pais trabalharem muito e terem pouco contato com os filhos. Para os jovens dos estratos socioeconômicos mais baixos, esse tipo de situação deve-se ao fato de os pais e dos próprios jovens trabalharem fora, além das obrigações escolares que estes têm de cumprir. Já o tempo dos jovens de famílias mais ricas é tomado frequentemente por uma série de atividades extra-escolares como cursos de línguas, informática, dança e assim por diante. Muitas vezes, a existência de irmãos/irmãs mais velhos tende a minimizar um pouco a ausência de maior convivência com os pais, fazendo com que os jovens procurem conversar e se orientar com eles.

Uma das razões atribuídas pelos jovens para a existência de uma relação familiar ruim deve-se à divergência de opiniões, ao que é considerado certo pelos pais e errado para os filhos “*o que pra mim é errado pra eles é quando a gente começa a discutir*”. Além dessa divergência, um dado decisivo para a existência de uma boa relação familiar é a confiança que os pais depositam nos filhos. Mas mesmo diante dos acordos estabelecidos, alguns jovens afirmam que os pais acabam “*confiando desconfiando*” dos filhos. Para os jovens confiar é:

- *Cumprir horários*
- *Cumprir acordos*
- *Seguir as regras mesmo não concordando com elas*
- *Criando convivência como amigo*
- *A confiança que eles depositam na gente é da educação que eles deram*

Não só isso, eu acho que é saber ponderar, não vou fazer isso porque minha mãe não vai gostar...e procurar sempre obedecer assim, pra

conquistar a confiança deles pouco a pouco.//Nem sempre o que você gosta é o certo a fazer né.//Eu acho que a confiança que meus pais querem é você se habituar às regras deles. Você tem que se encaixar nos horários que eles querem mesmo que isso não seja bom pra você. (Escola Particular Misto/Manhã)

TABELA 4.13 - VIDA SEXUAL

SEXO	MASCULINO		FEMININO	
	Sim	Não	Sim	Não
Já teve relações sexuais	62,1	37,9	35,5	64,5
A família permite que transe com o namorado(a) em casa	27,5	72,5	13,5	86,5

Os jovens que afirmaram já ter tido relações sexuais representam 52,1%, sendo que 62,9% deles são meninos e 37,7% meninas. Entre os temas tratados com os jovens, buscou-se saber se as famílias permitiam ou não que transassem com o namorado/a em casa. Frente a essa questão 14,2% dos jovens afirmaram que **sim**. Ao relacionarmos esse universo com aquele dos jovens que já tiveram relações sexuais, temos que 27,2% desse conjunto tem a permissão para transar com o namorado/a em casa, representados por 28,1% dos moços e 25,9% das moças. É interessante notar que embora haja maior liberalidade com os meninos do que com as meninas, para aqueles que têm vida sexual ativa e permissão para transar com o namorado/a em casa, a diferença entre os sexos é pouco significativa em seu conjunto.

É justamente no tema referente à sexualidade que encontramos algumas diferenciações significativas entre meninos e meninas. Quando o tema é transar ou não transar, conforme já apontamos em passagens anteriores, o pai tende a ter uma relação aberta com os filhos, orientando-os e até mesmo “*incentivando-os*”. O pai pode desde comprar camisinha e dar para o filho ou dar dinheiro ao filho com esta finalidade. Esse tipo de comportamento é aceito e considerado apropriado, pois os jovens podem assim vir a oferecer aos pais a tranqüilidade quanto ao desempenho do seu papel de macho. Desse modo, torna-se “*natural*” que o pai adote tal procedimento em relação ao filho, mas nunca para aquele que possa eventualmente demonstrar ter outro tipo de preferência sexual.⁴¹

⁴¹ Teremos oportunidade de retomar essa questão ao tratarmos da violência familiar, pois é nesse âmbito que a temática dos jovens homossexuais, que ganha uma dimensão mais precisa frente às atitudes da família na não aceitação da escolha do jovem.

Bem, conversar com o meu pai... eu converso liberado, normal, quando começam a passar as mulheres, assim na rua, ôpa, a gente fica até brincando um com o outro: “não, essa é minha, a mais feia fica com você.” Essas histórias assim... daí hoje ele sempre pergunta, que camisinha que eu vou comprar, sempre oferece dinheiro... nunca... não tem cara fechada. (Escola Pública/Misto/Noite)

Quanto às meninas, a situação torna-se mais complexa, primeiro porque esse tema dificilmente é tratado de modo aberto por parte do pai. As meninas procuram mais a mãe que as orienta e esclarece (quando o fazem), e para algumas jovens esse tema é abordado de modo direto, seja quanto ao uso de camisinha, ou seja de anticoncepcionais. Mas, pela fala das jovens, a questão fundamental é a de uma gravidez indesejada e de aborto. Nos grupos que realizamos com meninos e meninas esse tema foi colocado de modo claro por eles:

*Meu pai não fala nada... nem minha mãe//Lógico né.. Você não tem perigo de aparecer de barriga em casa. Homem pode, mulher é que não//E: **Quer dizer que as meninas são mais controladas?** São bem mais que eles. Os meninos não vão aparecer assim... grávidas. Não tem esse problema. O problema mais pra menino... dizem que é mais pra menino né; tipo assim, o meu pai pensa mais no meu irmão assim... sobre drogas assim... é mais pro meu irmão. (Escola Pública/Misto/Manhã)*

Embora o problema da gravidez seja entendido como mais afeto à mulher, também preocupa os meninos, pois criada a situação, os jovens têm de enfrentar a difícil decisão de ter a criança ou abortar. Ambas as alternativas colocam desafios e são relatadas pelos jovens como experiências traumáticas, especialmente quando a decisão recai sobre a opção do aborto – situação geralmente resolvida entre os jovens, sem o conhecimento das famílias. Há claramente uma falta de perspectiva dos pais, que tendem a “segurar” as filhas e “soltar” os filhos projetando neles a desigualdade existente em nossa sociedade. A ausência de orientação com responsabilidade tem provocado sérios problemas para os jovens, gravidez indesejada, casamentos, traumas decorrentes do aborto, além de situações mais extremas, como de seqüelas físicas irreversíveis para as jovens.

No meu caso, eu tenho mais quatro irmãos, por parte de pai, eles não moram comigo, tenho três irmãs, mais um irmão, porque eu sou do 2º casamento, e o meu irmão pode fazer tudo, e eu não posso nada, então é pai com ciúme, é irmão com ciúme, então eu acho que a educação sexual de mulher para homem, varia muito, eu acho, que o homem sempre vai ter o machismo, tabus, o homem sempre vai ter maior

liberdade que a mulher. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

O fato de os jovens falarem sobre sexo com os pais não significa a existência de um padrão de comportamento quanto à sua própria sexualidade, que tenha um respaldo familiar e que seja efetivamente mais responsável.⁴² O falar dos pais é um “*alerta*”, “*conselho*”, “*orientação*”, “*instrução*”, “*prevenção*” que muitas vezes torna-se inócua para os filhos. Interessados em viver o momento, em desfrutar o prazer da vida e da descoberta da sua sexualidade os jovens tendem a adotar um comportamento pouco responsável para quem pretende dirigir o seu próprio destino. Os dados atuais de gravidez de adolescentes parecem contradizer uma realidade de “*esclarecimentos*” e “*informação*” que os jovens têm recebido.

TABELA 4.14 - NÚMERO DE GRAVIDEZ DE ADOLESCENTES

(Em percentual)

ANO	FAIXA ETÁRIA			
	12-19		20 ou mais	
	PARANÁ	CURITIBA	PARANÁ	CURITIBA
1995	21,4	18,7	76,5	79,7
1996	22,2	19,6	76,1	79,6
1997	22,5	19,7	76,6	80,0
1998*	22,7	19,7	76,5	80,1

FONTES: SESA/ISEP/CIDS/DIS/DEV

(*) Dados preliminares para 1998

Embora o quadro acima revele um índice de gravidez na adolescência em Curitiba, em média (19,5%), um pouco abaixo do índice do Paraná (22%), tanto um quanto o outro representam um resultado elevado. Se tomarmos como exemplo apenas os dados de 1996, pelo fato de podermos confrontá-los com os dados referentes à contagem da população realizada pelo IBGE nesse período, observamos que o total de mulheres existentes em Curitiba foi de 766.744. Considerando apenas a faixa de 12 a 19 anos, temos então um total de 119.240, ou 15,5% da população. Cruzando esses dados com os relativos à gravidez de adolescentes (1996), concluímos que dessa população 4,9% das jovens tiveram

⁴² Conforme vimos no capítulo referente ao tema da sexualidade do jovem (Tempo e Espaço), a maioria dos jovens sabe que precisa usar camisinha, mas no exato momento da relação, ou estão sem ela ou não conseguem colocá-la direito por estarem muito alcoolizados ou drogados.

filhos nesse ano. Pelos dados disponíveis na Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná, a caracterização geral do universo da gestantes aponta para a faixa etária dos 15 aos 24 anos para 51% das gestações e que 58,5% tem o primeiro grau incompleto.⁴³

Para os jovens das famílias consideradas mais liberais, existem algumas diferenças que tendem a favorecer mais as meninas do que os meninos. Por exemplo, quando o assunto é família permitir ou não que os namorados/as transem com eles em casa, constatamos que, contrário aos dados observados acima, na fala dos jovens em grupo focal revela-se um outro aspecto: os pais permitem que os namorados durmam em casa com as filhas, mas o filho não pode fazer o mesmo. Embora esse tipo de questão tenha aparecido em apenas um grupo, revela um procedimento adotado pelos pais à medida que o filho(a) passa a ter um namoro mais estável, de mais tempo.

Lá em casa, essa história de sexo é... minha mãe sempre falou pra minhas irmãs: “faça isso, isso e isso.” E não proibiu nada, então, os namorados iam dormir lá, eu não posso levar mulher mas elas podem... eu reclamo: “pô, não posso levar uma mulher aí, dormir aí em casa?” “Não, não pode!” “Não porquê?” “Não, não pode, você que vá pro motel, depois te pago.” Ih... eu chego lá em casa, dão camisinha pra mim, anticoncepcional pra minha irmã. “Pega isso aqui, que eu não quero ser avó agora, pode levar aí.” (Jovens Universitários)

Assim, os jovens acabam tendo clareza do sentido geral da fala dos pais - do papel formador da família - ao ensinarem aos filhos o que é certo e o que é errado. Esse reconhecimento por parte dos jovens pode ser sintetizado nas palavras de um jovem: “os pais mostram a direção, você escolhe o caminho”. (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

A família é instituto de tudo, se é uma família, por exemplo, que não tenha atenção, não tenha carinho dos meus pais, eu tô completamente jogada no mundo, eu tenho que chamar a atenção de alguma forma...mostrar que eu existo...e os amigos também influem bastante nisso né//E eles assim tipo, eles não me proibem de fazer as coisas, eles me ensinam “isso é certo isso é errado, é assim não é”. Eu acho que eu devo ver o que que eu quero fazer né? O que eu sei o que é certo o que é errado eles me ensinaram, mas não me proibem. Ou então eles me ensinaram e eu faço o que eu acho que eu devo fazer.//É verdade, e meus pais não me proibem assim...fazer o que eu quiser. Porque se for

⁴³Segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Instituto de Saúde do Paraná, 1998.

pra fazer, o adolescente faz. Ele dá um jeito e faz, em qualquer lugar. (Escola Particular/Misto/Manhã)

Tratar dos valores, regras, normas e limites impostos aos jovens por seus pais faz com que apareçam em suas falas algumas idéias acerca do que é ser jovem e também da rebeldia do jovem, considerada como algo inerente a eles. São vários os fatores apresentados para explicar a rebeldia dos jovens, que foi relatada como um “*sentimento que não é agradável pra gente, vai acumulando a raiva assim... a gente às vezes se revolta por qualquer coisa*” (Escola Pública/Meninos/Noite). Aqui os jovens revelam a consciência da juventude como um tempo transitório, um tempo de vida finito.

A gente acumula a raiva e estoura pra cima de alguém. //É lógico, cê sai de casa nervoso. Daí chega, fala ‘aí, piazada, vamo sair hoje.’ ‘Tá bom, vamo sair.’ Cê sai em qualquer lugar, numa briga, você quer descontar tua raiva no cara, não interessa. / //Você bebe um pouco, daí já fica louco, já quer quebrar todo mundo... //Bebe pra afogar as mágoas. (Escola Pública/Meninos/Noite)

TABELA 4.15 - VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO O SEXO

CONDIÇÃO DE VIDA	MASCULINO		FEMININO	
	Abs.	%	Abs.	%
Melhor	288	66,1	285	61,8
Pior	86	19,7	133	28,8
Igual	62	14,2	43	9,4
TOTAL	436	100,0	461	100,0

Quando instados a fazer uma comparação da vida do jovem de hoje com a de seus pais, 63,6% dos jovens entrevistados consideram **ter uma vida melhor** que a de seus pais. Os meninos tendem a suplantar as meninas nessa temática. São 50,2% aqueles que afirmam ter uma vida melhor que os pais, e pertencem predominantemente ao estrato B (32,8%). A grande maioria deles é de brancos e são católicos. Esses jovens revelaram em suas falas a predominância de valores ligados à cultura do consumo, apontando as facilidades que a sociedade lhes oferece modernamente.

TABELA 4.16 - VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

	ESTRATO SOCIOECONÔMICO							
	A		B		C		D+E	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Melhor	162		188		133		66	
Pior	48		60		63		43	
Igual	24		37		33		9	
TOTAL	234		285		229		118	

Entre os que consideram que a **vida do jovem hoje é pior** que a de seus pais, encontramos 24,3% dos jovens, dos quais 60,7% são meninas e 39,2% meninos, pertencentes ao estrato socioeconômico C - 28,7%. É interessante assinalar que entre os diferentes estratos socioeconômicos é pouca a variação para os que consideram a vida pior hoje, estando distribuídos mais ou menos na média em cada estrato. São os brancos e católicos que em sua maioria expressam aqui essa avaliação.

Para os que avaliam a **vida como sendo igual** a de seus pais, encontramos 11,7% dos jovens, sendo 59% dos meninos e 40,9% das meninas; e pertencem ao estrato B (35,2%). São brancos e católicos em sua maioria.

TABELA 4.17 - VIDA DO JOVEM HOJE COMPARADA COM A DOS PAIS, SEGUNDO A RELIGIÃO

CONDIÇÃO DE VIDA	RELIGIÃO											
	Católica		Protestante		Pentecostal		Espírita		Budista		Não tem	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Melhor	438	66,8	19	57,5	55	51,4	9	56,2	1	50,0	47	65,2
Pior	148	22,6	8	24,3	40	37,3	6	37,5	1	50,0	9	12,5
Igual	69	10,6	6	18,2	12	11,3	1	6,3	0	0	16	22,3
TOTAL	655	100,0	33	100,0	107	100,0	16	100,0	2	100,0	72	100,0

Esses dados, ao serem relacionados com a fala dos jovens nos grupos focais apresenta nuances muito significativas, porque expressam em primeiro lugar um exercício de perspectiva para os jovens; exercício esse que tende a relativizar profundamente cada um dos termos colocados, ou seja, o melhor, o

pior ou o igual. **Quando colocada a questão - comparando a vida de vocês, com a dos seus pais, qual é a melhor?**, a resposta imediata é: “a nossa é melhor”. Mas, quando o jovem é levado a explicar o porquê considera sua vida melhor que a de seus pais, a conclusão a que chega é muito diferente. Assim, num grupo de jovens universitários ocorreu essa situação em que um jovem fala da vida do pai, que era da roça, que trabalhou muito para ter o que tinha, que “trabalhou, trabalhou” chegando por fim a afirmar que “eu tenho a mesma coisa que ele tem, eu posso ter mais ainda”. Mas, então, qual é melhor? “A dele”. Por quê? “*você tinha um objetivo na vida*”.

[...] eles falam assim: “o adolescente de hoje é muito rebelde”, mas eu acho que os nossos pais são muito mais rebeldes que a gente.(...) É que antes eles tinham ideais, porque anos sessenta eles queriam...coisas de drogas...fizeram revoluções assim, tipo um monte de ideais que eles queriam alcançar eles tiveram que lutar. Mas eu acho que a gente não tem mais tantos ideais. (Escola Particular/Misto/ Manhã)

É claro que se trata de uma visão um tanto romantizada dos anos 60, apontando para os ideais coletivos que moveram os seus pais. O fato de “*não ter mais tantos ideais*” reforça o sentido dos jovens de hoje considerarem-se também mais individualistas:

Eu me considero. Eu quero montar meu ideal, eu quero ter um bom emprego, eu quero ter dinheiro. Eu não vou pensar nos outros, aí se eu quiser... O mercado de trabalho é uma concorrência. (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Numa outra direção, o “*ter objetivos*” dos pais é visto pelos jovens pela realização de projetos pessoais, avaliados positivamente; posto que os pais, “*naquela época, não tinham tantos medos*”, e este é um diferencial favorável aos pais:

*O objetivo da minha mãe era casar, ter filhos, se formar na faculdade, o do meu pai era o mesmo, de repente eles se encontraram, casaram e pronto. Claro que não acabou aí, mas eles cumpriram o objetivo e agora estão continuando... eu nem sei entendeu, daqui pra frente, assim, eu tenho tantas coisas que...// **E: Tantas coisas que você quer...**// É eu posso virar pra um lado, virar pro outro, eu não tenho um caminho, assim, a seguir... então eu fico meio perdida...// Quando a gente não tem caminho definido é que torna a nossa vida mais legal, porque a gente tem mais oportunidade que eles não tiveram. (Jovens Universitários)*

Esse diálogo traduz um pouco das falas elaboradas pelos jovens na

comparação da vida deles com a de seus pais. Se alguns jovens se sentem “*meio perdidos*”, por outro lado esse mesmo aspecto é tomado de modo muito positivo pela fala da jovem que destaca o “*não ter caminho definido*” como maiores oportunidades de escolhas.

Os jovens percebem ainda que a sua vida é muito melhor que a de seus pais, pois hoje “*tem muita sombra e água fresca para gente*” (*Escola Particular/Meninos/ Manhã*) e os valores de hoje são muito diferentes. Entre esses valores aparece novamente ter objetivos para o futuro.

... ninguém pensa no futuro, “eu vou estudar para amanhã fazer um trabalho sustentar minha família” ninguém pensa... // Antes tinha a preocupação // Os valores já eram diferentes // Já pensava no futuro. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

É muito comum também uma espécie de sentimento de desencanto em função das coisas parecerem “*fechadas*”, e até mesmo uma visão catastrófica. Um jovem fala na possibilidade da IV Guerra Mundial: *É... porque a Terceira acho que já ta né, não por guerras, mas por drogas, tudo, tudo. (Escola Pública/Misto/Manhã)*. A expectativa de um bom futuro e o medo de não atingi-lo estão bem resumidos na fala de um jovem:

Às vezes acontece coisas assim na minha vida que... às vezes são tragédias, às vezes são coisas boas e às vezes eu paro pra pensar, fico longe de tudo e paro pra pensar, o que será? Que futuro que nos espera, né? Será que é alguma coisa de bom, será que eu vou ser especial em algum sentido, mas eu fico pensando assim espero que seja uma coisa boa. Eu pretendo seguir uma carreira, eu sou muito egoísta eu só penso só em mim, eu não penso nos demais, eu acho que, sei lá. Tomara que o meu futuro seja bom, eu espero isso, a gente não sabe o que vem pela frente, né? (Escola Pública/Misto/Noite)

É interessante notar como que o **futuro** surge, às vezes, como algo que nunca chegará para esses jovens. Embora desejem casar, estudar, ter filhos, família, revelando aqui a persistência de valores familiares considerados desaparecidos, o fato alarmante é que “*esse futuro*” não está ao alcance de suas mãos. Quando instados a falar sobre as suas expectativas e sonhos de futuro, verificamos o seguinte quadro:

TABELA 4.18 - SONHOS E EXPECTATIVAS DE FUTURO

QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS E SONHOS DE FUTURO?	Abs.	%
1. Ascender Profissionalmente/Curso Superior/Ter emprego	174	19,4
2. Melhora Social e Financeira (Genérico)	130	14,5
3. Estudar/Ter emprego/Profissão	80	8,9
4. Ter casa/Emprego/Família	77	8,6
5. Melhoria das Questões Sociais com Sucesso Pessoal	70	7,8
6. Ter tudo e Ser Feliz	70	7,8
7. Ascender Profissionalmente/Curso Superior/Família	69	7,7
8. Não tem Sonhos Nem Expectativas/Não Sabe	39	4,3
9. Outros	36	4,0
10. Fazer Carreira de Fama (Esportista/Cantor/Modelo)	34	3,8
11. Ascender Profissionalmente/Curso Técnico	27	3,8
12. Casa/Família (Sem menção a trabalho)	26	2,9
13. Estudar	26	2,9
14. Fazer Carreira Militar/Policial	17	1,9
15. Ter uma casa	10	1,1

Estabelecer nos termos “*melhor*” ou “*pior*” uma comparação entre a vida dos pais e a dos jovens coloca de imediato uma dificuldade: “*porque tem tantas coisas que na época deles eram boas e que hoje são ruins*” (Escola Particular/Meninos/Manhã). Entre essas coisas boas estava a expectativa profissional, que era muito melhor para os pais do que é hoje para os jovens. Mas também hoje, os jovens consideram em grande parte ter muito mais liberdade de expressão, de viver livre. Na fala de uma jovem, cada época tem suas “*dificuldades e suas vantagens*”, pois:

Naquela época, eles não tinham computador, mas também não tinham que ficar se importando com o que o computador traria de mal para eles. Antigamente não tinha tanta cura para as doenças, mas também não tinha tantas doenças devido às coisas que existiam na época que hoje em dia... Antes, não existia tantas drogas. Existiam, claro. Mas não era essa coisa exagerada que tá hoje em dia. Tinha muitos problemas, aqui tem mais. (Escola Particular/Menina/Manhã)

A doença da modernidade é o “*stress*” em que se vive. Existem, na percepção dos jovens, um excesso de informação e uma velocidade muito grande em tudo, gerando distorções pois, nas palavras de uma jovem, “*a coisa tá completamente descontrolada. Uma criança de 5 anos já tá vendo sexo, drogas e rock n’roll na TV e não tem o que fazer contra isso*” (Escola Pública/Menina/Tarde). E aqui é evocada a responsabilidade dos pais “*que deixam o filho de 3*

ou 4 anos assistir filme pornográfico...Isso é coisa que eles criaram...Eles criaram o nosso mundo!". (Escola Particular/Menina/Manhã)

Para algumas jovens há uma percepção do "tempo da mãe" que já eram casadas com a idade que elas estão, que o namoro era muito mais controlado, sendo hoje mais "liberal" pois os pais deixam namorar sem tantos problemas. Naquele tempo "só podia pegar na mão" e não tinha essa de "ficar" como tem hoje. Por outro lado, os jovens afirmam que apesar de haver proibições, pois "as moças tinham que casar virgem", os pais quando jovens faziam as mesmas coisas que eles fazem, só que escondido.

Eu acho que antigamente, que nem você vê hoje em dia, meninas grávidas com 14, 15 anos, independente, namorando mais cedo, hoje em dia as coisas estão bem mais abertas, entende, se você for ver antigamente, perguntar para as avós, elas também engravidaram com essa idade só que as coisas eram por de baixo dos panos, e hoje em dia está mais liberal, está mais esclarecido assim, está tudo na cara, e está sendo um verdadeiro choque, porque os pais falam que antigamente não acontecia, e acontecia, 'ah, eu não fazia isso que vocês estão fazendo', fazia sim, só que era diferente, era uma maneira diferente de se expressar, hoje em dia, o adolescente só não tem mais tantas barreira. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Para os jovens, no tempo de seus pais havia as drogas e a violência, mas "antigamente, as drogas existiam, mas não como hoje, existia pouco assim". (Escola Pública/Meninos/Manhã) e "com o tempo a violência vai evoluindo também". (Escola Pública/Meninos/Noite). Na fala de alguns jovens a vida na cidade⁴⁴ é que acaba causando essas modificações, pois "antigamente no campo" a vida era mais fácil, as famílias mais unidas "onde a maioria dos pais moravam, era diferente, você vivia ali, cada um tinha um sítio, vivia naquele círculo ali". (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Antigamente não existia violência, isso não existia. Existir, existia, mas era diferente.//Falou de existir violência, mas na época dos meus pais, a vida não era fácil não. Hoje você tem vários campos de fuga, se você não ganhar aquilo pode melhorar, mas antigamente não.//A violência de hoje nem se compara à violência passada. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

⁴⁴ Com relação à vida na cidade, os jovens compartilham da memória coletiva sobre a vida na cidade, idealizada com um lugar pacífico e bom de se viver, questão assinalada no capítulo sobre Cidade.

Num dos grupos de jovens que estudam à noite em escola pública, ocorreu a percepção de que a vida do jovem é melhor porque é mais moderna. Hoje existem facilidades, como a tecnologia e a informática que tornam a vida mais fácil de ser levada. Esse pensamento foi expresso também por um grupo de meninas de um colégio particular, que consideram a vida no cotidiano “em termos de praticidade” muito mais fácil.

[...] agora tem tudo...a informática, agora tudo é mais moderno, a gente vai viver no antes? Não podemos, temos que viver agora. (Escola Pública/Misto/Noite)//É mais fácil, em termos, devido à essa evolução tecnológica que a gente tem. Tudo isso faz a nossa vida bem mais fácil. Bem mais prática. (Escola Particular/Meninas/ Manhã)

Mas diferentemente dessas jovens, os adolescentes dos estratos mais baixos destacam que para ter acesso a essas facilidades da vida moderna, precisam começar a trabalhar desde cedo, sendo incentivados pelos próprios pais, pois, segundo eles, é preciso trabalhar para ter dinheiro para comprar o que deseja.

A existência de maior liberdade para os jovens de hoje foi uma fala praticamente unânime nos diferentes grupos focais. Ter maior liberdade significa para eles ter uma vivência maior, mais rica, com mais amplitude, podendo abrir seus horizontes. Para alguns deles, a vida hoje é mais confortável, mas em relação à violência piorou muito. Para os jovens estudantes negros, a comparação com a vida de seus pais leva-os à constatação de que “o regime era outro”, sem liberdade, coisa que eles têm atualmente. Na fala de um jovem o pai achava “aquele tempo” bom porque no “Regime Militar não faltava dinheiro e a comida era barata”, mas considera que hoje tem muito mais oportunidades de “crescer na vida”. É interessante notar que esse grupo de jovens negros foi o único a elaborar uma comparação com “aquele tempo” em termos do regime político, não se limitando a enfatizar a liberdade apenas como possibilidade de se falar sobre sexo ou drogas com os pais.

Mas a consequência disso é que hoje o Regime era outro, meus pais diziam que antes, depois das dez horas não podia andar na rua. Por causa do regime Militar era opressão, tinha uma coisa forte tipo ditadura. Hoje nós temos o direito a votar aos 16 anos, o que prende a gente é o sistema... era o meu avô que dizia para o meu pai é que era o Regime Militar, isto é, era o sistema, não tinha liberdade de expressão como o Racionais prega, você não podia fazer, se você fizesse uma música, a música ia para a censura,(...) Hoje em dia, tem até sobre maconha, tem música sobre tudo. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Ter liberdade para expressar as suas idéias, o que pensa de modo mais aberto, é apontado pelos jovens como um elemento melhor da vida deles, pois os pais, no tempo deles, não podiam falar nada, “*era tudo sigilo*” era só “*sim senhor, não senhor*” e se um filho falasse para o pai, “*não, eu não acho assim*” era “*pá na cara*” (*Escola Pública/Jovens Negros/Noite*). Num grupo de alunas de um colégio particular ocorreu essa mesma percepção de que “*antigamente o tratamento entre pai e filho era muito difícil*”, mas o respeito era expresso em outros termos:

E era muito, havia muito mais respeito. //É, tinha mais respeito, por um lado eles impunham mais respeito. //Era respeito até em exagero. //Eu acho que não era tanto respeito era, mais medo, medo dos pais. //É eles colocavam medo nos filhos, se você fizer aquilo você vai ser mandado embora. (Escola Particular/Meninas/ Manhã)

Entre os valores apontados como “*melhor antigamente*” está o respeito que, segundo os jovens, existia mais entre os jovens com relação aos pais velhos, expresso até no tratamento do pai e da mãe, que os filhos chamavam por “*senhor*” e “*senhora*”. Hoje não é assim, os jovens não respeitam, chamam o pai “*de velho*” a mãe de “*fulana tal*”. Essa questão pode ser sintetizada numa fala: “*digamos que respeitar uma pessoa mais velha...seria bom para nós hoje...pensem no futuro de nossos filhos*”. (*Escola Pública/Misto/ Noite*)

Entre os jovens de um colégio particular, há clareza de que são mais privilegiados. A fala deles enfatiza o fato de terem uma vida muito melhor que a dos pais, de poderem “*curtir*” mais, de ter mais liberdade e opções e de seu privilégio constituir-se exatamente no fato de estarem “*vivendo a vida que eles gostariam de ter tido quando eram adolescentes*” porque “*quando eram adolescentes em 68, por exemplo, toda aquela revolta...*” (*Escola Particular/Meninos/Manhã*). Por outro lado, para esses jovens a vida de seus pais foi melhor porque:

[...] enquanto eles tiveram uma época que não tinha tanta violência e que a infância, era infância mesmo, e que a adolescência era adolescência mesmo, e não a mistura que é hoje, tá com 10 anos e já tá... sabe, medindo forças com um bando de homem, já tá fumando... já tá bebendo, então, essa mistura... que é um ponto negativo na nossa realidade, mas sem considerar esses pontos, eu me considero mais privilegiado.//Eu só acho que a única grande diferença que tem, é que os nossos pais viveram... cada idade deles, na idade deles, nós estamos vivendo o inverso, coisas que os nossos pais viveram aos dezoito, a gente já viveu aos quatorze, acho que é a única grande diferença. (Escola Particular/Meninos/ Manhã)

Para os jovens, é clara a percepção de que hoje eles vivem mais “*precocemente*” coisas que foram vividas pelos pais numa outra faixa etária. Essa precocidade é avaliada de modo negativo pelos jovens, até porque ela tem alterado a própria idéia da “*infância*” e da “*adolescência*”. Embora assinalem que os caminhos de cada época são diferentes, um jovem observa: “*é mais ou menos aquela coisa da Elis Regina, sabe como é, tudo a mesma coisa*”...

Eu acho que a sociedade ela muda, mas a família tá sempre igual. É aquele sentido puro mesmo da família vai continuando, vai ser sempre a mesma coisa //É, a minha tem a mesma coisa que os pais deles transmitiram. //Eu se tiver um filho, eu não quero prender, eu quero ser o contrário. //Você fala assim, mas o dia que você tiver o seu filho...o mundo já tá ruim, mas só que o mundo vai estar pior...e você vai querer que teu filho saia e viva na violência? (Escola Particular/Misto/Manhã)

Esse diálogo sintetiza um pouco das falas apresentadas até aqui, trazendo também a perspectiva da mudança, ou melhor, das coisas que mudam e daquelas que permanecem aos olhos dos jovens. O tempo da juventude é um tempo preenchido de “*agora*” que, quando às vezes abrem de relance, um olhar para o passado é para pensar o futuro, e esse futuro anunciado é o de “*um mundo que vai piorar cada vez mais*”. Pensando num mundo melhor, uma jovem formulou a seguinte questão: “*E se eu fizer alguma coisa para mudar isso? // Só que você é um indivíduo no meio de um monte //Tá, mas e daí? E seu eu quiser ir na frente de um monte lá e fazer? Tá eu não acho fácil, mas tem gente... duvido que não tenha gente em outros lugares que não pense igual a mim...*”

Mas ele também era um sozinho [Cristo]. Ele era um só que ele conseguiu mudar do mundo. //Só que eu acho que existia lá, aquela coisa do... o que tá em cima...tudo lá em cima. É a mesma coisa: sempre desde antes de Cristo. Depois, sempre...aquele que trabalha feito louco e não consegue nada... aquele que consegue subir um pouco e aquele que tá em cima, que é o rei, que não precisa fazer nada e sempre tem dinheiro. Eu acho que isso não mudou. (Escola Particular/Misto/Manhã)

4.3 VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

Embora a violência na família constitua tema tabu em nossa sociedade, a pesquisa pode retratar como o universo familiar dos jovens é permeado de “*pequenas*” e “*grandes*” violências em seu cotidiano, introjetando-se a idéia de que castigos físicos, maus tratos, agressões verbais ou físicas são “*normais*”. Segundo Adorno (1988), a violência é a própria negação dos valores

considerados universais, como liberdade, igualdade e a vida. Esses valores aparecem na filosofia política clássica com determinação e direito “*natural*” do homem:

[...] a violência enquanto manifestação de sujeição e de coisificação só pode atentar contra a possibilidade de construção de uma sociedade de homens livres [...] não é necessariamente a condenação à morte, [...] ela tem por referência a vida, porém a vida reduzida, esquadrinhada, alienada.⁴⁵

Segundo Viviane Nogueira Guerra (1998), a violência doméstica relaciona-se à violência estrutural (entre diferentes classes sociais), mas é “*um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal*” (GUERRA, 1998, p.31). Para a autora, a violência doméstica contra crianças e adolescentes:

[...] representa todo ato ou omissão praticado pelos pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado, uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA, 1998, p.32-3)

Esse tipo de violência tem na família a sua *ecologia* privilegiada, pelo fato de constituir a esfera do privado, encobrendo-se assim de um caráter de sigilo. Habermas ao refletir sobre a instituição família como esfera privada, que se distingue da esfera pública, observa que o espaço da casa havia se tornado mais habitável para o indivíduo, porém restrito e pobre para a família (1984, p.62). À medida que a família reestrutura-se deixando de ter por base relações comunitárias e de integração intergeracionais, perde a matéria das experiências e referências dos mais velhos, redefinindo os papéis de pai/mãe na formação dos filhos. Mas é justamente como esfera privada que a família converte-se num *locus* nebuloso de conflitos entre os interesses dos jovens enquanto sujeitos de direito e a aceitação da autoridade dos pais, abrindo assim espaço para atos de violência doméstica, que são tratados como assuntos privados “*dentro da família*”.

A aplicação de castigos físicos em crianças e jovens era considerada prática corrente e correta tanto pelas famílias quanto pelas escolas, sendo utilizado como recurso pedagógico lícito no processo de disciplinarização. Os últimos trinta anos trouxeram modificações decisivas, transformando radicalmente as práticas pedagógicas elaboradas pelas escolas e a própria família passa a questionar e ser questionada na utilização desse recurso. Agregue-se a isso, que vemos emergir nos últimos anos a figura de crianças e adolescentes

⁴⁵ Citado em GUERRA, 1998, p.31.

como sujeitos de direito, amparados por medidas legais contra qualquer tipo de abuso que viessem a sofrer por parte de pais, professores e demais autoridades.⁴⁶

A ocorrência de violência doméstica dá-se no âmbito familiar pela incapacidade de seus membros gerirem de modo satisfatório os seus conflitos internos. Esses conflitos podem ser qualificados de *geracionais* e de *autoridade*. Para Myriam Barros, o conflito entre visões de mundo e estilos de vida contrastantes no interior das famílias adquire caráter mais aberto e direto quando envolvem relações afetivas. Segundo a autora, esses conflitos não são necessariamente destruidores da unidade social, mas podem, sem dúvida, expressar as dificuldades de relacionamentos na família e da carga afetiva envolvida para seus participantes, sejam eles os pais ou os filhos. (BARROS, 47, p.1987)

Quando indagados que atos consideram violentos em uma família, os jovens referem-se em primeiro lugar às agressões físicas entre os pais, seguidas pelas agressões físicas entre pai e filhos, filhos humilharem pais, agressões físicas entre mãe e filhos, pais humilharem filhos, agressões físicas entre irmãos, discussões entre pai e mãe e discussões entre os filhos. Dessa forma, existe para os jovens uma gradação entre os atos considerados mais violentos (a agressão física) para os menos (a discussão) relacionados a **com quem**. Assim, os jovens consideram mais violenta a agressão física entre os pais do que entre irmãos, mais violento apanhar do pai do que da mãe, e também, qualificam a humilhação como sendo mais violenta do que a discussão. Esta gradação fundamenta-se na percepção da própria violência por parte do jovem, situando assim a agressão legítima como chineladas, tapas e castigos, e a agressão ilegítima.

⁴⁶Esses instrumentos legais de proteção aos direitos das crianças e adolescentes ganharam maior importância a partir da realização da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (20.01.1989) que explicita em seu artigo 19 que as crianças devem ser protegidas contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, estando sob a guarda dos pais, de representante legal ou de qualquer outra responsável por ela. In: GUERRA, 1998, p.39. Os princípios norteadores dessa Convenção forneceram os subsídios para a elaboração no Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente.

TABELA 4.19 - VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

ATOS QUE CONSIDERA VIOLENTOS	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Discussões entre pai e mãe	511	56,7	389	43,2
Discussões com os filhos	418	46,4	482	53,5
Agressões físicas entre irmãos	742	82,4	158	17,5
Agressões físicas entre os pais	846	93,9	54	6,0
Agressões físicas entre pai e filhos	815	90,5	85	9,4
Agressões físicas entre mãe e filhos	785	87,1	114	12,7
Pais humilharem os filhos	778	86,3	122	13,5
Filhos humilharem os pais	797	88,5	102	11,3

Os dados apontam para um questionamento da própria percepção do que é violência, pois encontramos um grupo de jovens que estão entre os 14 e 15 anos, dos estratos B e C, que **não** consideram atos violentos a agressão física entre os pais nem entre os pais com os filhos. Poderíamos ser levados a pensar que dada a faixa etária dos jovens, haveria um componente de imaturidade e também de que nessa faixa eles ainda estão sujeitos a sofrer castigos físicos de seus pais, podendo então considerar esse tipo de situação “natural”, “normal” ou “dentro do padrão das famílias”. A hipótese da faixa etária pode ser plausível, quando comparada com os dados daqueles que consideram os atos violentos na família, justamente jovens que pertencem à faixa dos 17 e 18 anos. Por outro lado, a divisão por sexo torna evidente o fato de que em nossa sociedade os meninos até uma certa faixa etária apanham muito mais dos pais do que as meninas. Isso pudemos também constatar na pesquisa qualitativa dos grupos focais. Pela pesquisa quantitativa não dá para sabermos se os jovens que consideram esses atos como não violentos já sofreram algum tipo de violência na família. Podemos apenas supor indicialmente.

TABELA 4.20 - VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

EXPERIÊNCIAS	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Discussões entre pai e mãe	628	69,7	272	30,2
Discussões com os filhos	693	76,9	207	23,0
Agressões físicas entre irmãos	431	47,8	468	51,9
Agressões físicas entre os pais	129	14,3	771	85,6
Agressões físicas entre pai e filhos	218	24,2	680	75,5
Agressões físicas entre mãe e filhos	228	25,3	672	74,6
Pais humilharem os filhos	151	16,7	749	83,1
Filhos humilharem os pais	125	13,9	775	86,0

Quando lhes perguntamos quais dessas situações acima apontadas como sendo violentas **eles já haviam vivido em suas famílias**, a discussão com os filhos aparece em primeiro lugar, seguida pela discussão entre pai e mãe, agressões físicas entre irmãos, agressões físicas entre mãe e filhos, agressões físicas entre pai e filhos, pais humilharem filhos agressões físicas entre os pais e filhos humilharem pais.

Dos jovens que já haviam vivenciado em sua família as agressões físicas entre os pais (14,3%) quando cruzados com as variáveis de sexo, e classe social revelam que se constituem de 44,9% de meninos e 55% de meninas.

TABELA 4.21 - AGRESSÃO FÍSICA ENTRE PAIS

ESTRATO	VIVENCIOU		NÃO VIVENCIOU		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
A	21	8,7	221	91,3	100
B	31	10,1	276	89,9	100
C	40	16,8	198	83,2	100
D+E	30	24,6	92	75,4	100

Ao relacionarmos os dados referente à agressão física entre pais e entre filhos constatamos que os jovens dos estratos mais baixos presenciaram em maior número atos de violência praticados entre seus pais, o que nos leva a concluir que quanto mais baixo o estrato social dos jovens, maiores são as experiências que têm de violência em seu cotidiano familiar. No entanto, há

que se registrar que nos grupos de jovens pertencentes aos estratos mais elevados (A e B) foram bem poucas as falas que revelavam esse tipo de situação. Os jovens das classes mais baixas acabaram falando mais abertamente sobre esse tipo de situação. Isto pode nos levar a inferir que para aqueles mais ricos, a existência de situações de violência na família tende a se constituir em tema tabu, sendo aberta apenas em casos mais extremos. Esse aspecto merece ser aprofundado. Consultados, por exemplo, os registros da Delegacia da Mulher e da Delegacia da Criança e Adolescente, verifica-se que são os estratos mais baixos que mais apresentam queixa; da mesma forma, verificado nos grupos focais. A violência existente na família pode ser bem ilustrada na fala de uma jovem, aluna de escola particular que a define como “*autoridade desnecessária*”:

Lá em casa já é mais complicado porque meus pais se alteram muito fácil. Eles têm muita facilidade para mudar o tom de voz, para sair do controle. Quando a gente era pequeno, eu não posso dizer que foi tudo na base da conversa, porque não foi. A gente, quando fazia alguma coisa, apanhava. Meus pais não conseguem sentar e conversar: “Tá errado. Pronto! Chega! Não quero mais falar nisso!”. É uma autoridade desnecessária. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Embora a agressão física entre pais represente numericamente um percentual baixo, a intensidade e o grau de violência apontados pelos jovens para esse tipo de situação familiar constituem o sentido de drama a ser vivido por todos os integrantes da família. Matizar essas diferenças só é possível mediante a fala dos jovens que nos revelaram claramente essa gradação.

Eu acho que a violência que eu sofri dentro de casa foi maior, pelo fato de meu pai ter feito da minha mãe um saco de pancada, ele não conversa, primeiro ele já sai gritando, a minha mãe, enfezada, gritava junto... e altas vezes, eu e a minha irmã a gente se escondia embaixo da cama... eu pulava no pescoço do meu pai, com faquinha de plástico, pra matá-lo, porque ele tava batendo na minha mãe... arma rolava dentro de casa, tipo, meu pai apontava a arma pra minha mãe, a gente, criança, vendo tudo. [...] ele me espancou... eu já falei pra ele, que se ele levantar a mão pra mim... ele vai direto na delegacia da mulher. (Jovens Universitários)

Os relatos dos jovens dessas experiências em família apontaram para um tipo de situação vivida por eles geralmente na infância em que a violência física entre os pais redundou na separação do casal.

A única coisa que eu vi eu era bem novinho, porque são separados há

16 anos; eu era pequenininho e eles se separaram e meu pai queria levar a gente, minha mãe queria não sei que, não sei que... aí começaram a brigar, daí meu pai deu um tabefe nela (risos); aí ela deu um tapa nele, ele deu um soco nela, aí ele falou que não queria fazer aquilo e levou a gente. (Escola Pública/Meninos/Noite)

As discussões entre os pais também são consideradas muito violentas para os jovens, especialmente quando eles “*quebravam coisas*”, apesar de não se baterem. As agressões físicas entre os pais podem acontecer por vários motivos. Um dos evocados pelos jovens é a briga por causa de dinheiro (ou pela falta dele). Segundo o relato de um jovem, “*tudo mais se resolve, agora se tiver dinheiro no meio...é porrada na certa*”:

Só que minha mãe usa muito... o verbal e é pior que um tapa né?... aí minha mãe pegou e deu um empurrão no meu pai, aí meu pai pegou e deu um tapão na minha mãe, aí eu já voei em cima do meu pai e separei os dois e... Mas ficaram um bom tempo sem se falar. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Os jovens relatam que em suas famílias é muito comum a existência de discussões entre os pais e também entre os filhos. Esse tipo de discussão aparece sob a forma de “*bate-boca*” e em certa medida é entendido pelos jovens como sendo “*normal*” das famílias. Mas essa situação apresenta alguns componentes que tendem a criar dentro de casa um estado de guerra permanente, pois, para além de “*mera discussão*”, ele pode gerar um quadro de violência psicológica, considerada pelos jovens como sendo “*pior ainda*” que a violência física.

É que na minha casa nunca apanhei, nem meu irmão, nem nada, só que o problema é aquela coisa, entendeu, você não tem violência física, mas é um pé de guerra constante, tá ligado... Tem pressão psicológica... ficam se xingando, se falando um monte de coisa, coisa assim que não precisa falar, que você vai magoar a pessoa, tanto partindo da minha parte, quanto... meus pais, como da parte deles também, eu xingando, minha mãe me xingando, todo mundo berrando e gritando. (Jovens Universitários)

Para os jovens, a “*violência moral às vezes dói muito mais*”, pois “*às vezes, a fala dos pais dói muito mais do que se você estivesse apanhando porque se você apanha é na hora, depois você esquece, só que, se ele fala uma coisa que te magoa, fica remoendo por um bom tempo*”. (Escola Particular/Menina/Manhã) Na categoria de violência moral enquadraram-se também os sermões que alguns jovens recebem dos pais, deixando-os geralmente “*muito envergonhados*” pelos atos que praticaram.

Lá é tipo assim, brigar, às vezes, assim, bater, acho que assim só um castigo normal, nada assim demais, nada de mais, é uma coisa que nós consideramos dentro do padrão. Minha família acha que é normal, assim. É, bate boca, briga, assim uma chineladinha de nada, é uma coisa que nós consideramos normal, faz parte mesmo. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Os jovens tendem também a diferenciar o bater do pai e o bater da mãe. Geralmente quando é o pai que bate “dá soco, murro, chute”, enquanto a mãe é mais na “chinelada normal”. Para eles, a mãe acaba batendo com muito mais frequência do que o pai, e este, quando o faz, torna o seu ato marcante, como na fala de uma jovem que sempre apanhava da mãe e nunca do pai, até que um dia ela “tava enchendo o saco dele, daí ele virou assim e me deu um puta dum tapa na cara” (Escola Pública/Meninas/Tarde) marcando-lhe o rosto com os cinco dedos de sua mão. Num dos grupos realizados, uma jovem relatou uma situação de mais violência vivida com seu pai.

É, sempre foi aquela figura autoritária, mas ele, meu pai também é uma pessoa que tem muito conflito, e nesse dia que ele me agrediu há 2 anos [tinha 16 anos], a gente tava discutindo e ele é aquele tipo de pessoa que não aceita que você responda ele.(...) aí eu respondi ele e ele não gostou e começou a me agredir, mas foi uma situação horrível, assim, inclusive ele se arrependeu e foi chorando depois no meu quarto, me pedir perdão e pedindo pra eu ajudar ele, que ele tava passando por uma fase difícil e tudo mais, mas aconteceu, já várias vezes comigo duas vezes só, mas com os meus irmãos quando eles eram mais novos, crianças, aconteceu mais vezes. (Jovens Universitários)

A fala desses jovens revelam um outro tipo de posicionamento frente à agressão física realizada pelos pais. Há jovens que abaixam a cabeça e aceitam passivamente o poder do pai; e há outros que questionam esse poder de modo direto. Nestes casos a submissão passiva deixa de ocorrer, propiciando justamente o afloramento de situações de violência contra eles, independentemente da idade (os relatos das jovens nos permitem verificar que as meninas apanham dos pais em idades consideradas “**inadequadas**” – 15-18 anos – mais que os meninos). Constata-se também o conhecimento que os jovens vão adquirindo de seus direitos, acionando o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁷ ou mesmo da Delegacia do Menor para fazer frente a atos de agressão perpetrados pelo pai.

⁴⁷ Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estaremos discutindo-o mais profundamente no item 9, no qual enfocaremos as diferentes visões elaboradas pelos jovens, pais, professores e policiais.

Um dia eu ameacei o meu pai de... ele me bateu e eu ameacei de... eu ameacei meu pai, eu falei pra minha mãe: eu vou entregar ele pra polícia. Que eu era pequeno, daí meu pai escutou: “o quê?” E eu falei: nada. Tipo assim, por bater em menor... pai tipo assim...mas daí minha mãe escutou, minha mãe: “olha o que você fala, seu bobo!” (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Com as mães, os jovens têm uma relação em que freqüentemente ocorrem discussões, bate-boca e xingamentos, além das chineladas, tapas e também de surras com “cintos de fivelada”. Na fala de alguns deles, o fato de terem apanhado foi “legal porque assim nunca mais fiz nada errado” ou apanhar dos pais “nunca é excessivo, mas sempre merecido.” (Escola Pública/Misto/Manhã). Os motivos das brigas estão fortemente associados aos irmãos/irmãs mais novos ou mais velhos, nas quais a mãe acaba intervindo ou tomando partido de um dos filhos.

O ano passado minha mãe quebrou o rodo nas minhas costas. Mas também eu quase quebrei minha irmã de pau, quase matei. Não, de susto né, é claro. Ela tinha feito não sei o que lá, ela tava dentro do banheiro e eu arrombei a porta, quebrei a porta do banheiro. Aí minha mãe pegou a vassoura e bum nas minhas costas. (Escola Pública/Meninos/Noite)

O tema briga entre irmãos foi o mais recorrente entre os jovens. Para alguns jovens, as brigas entre irmãos são “naturais, porque meu irmão é enorme e eu sou bocuda”. Para outros, a diferença de idade entre irmãos pode provocar alguns problemas, como o relatado por uma jovem que sistematicamente apanhava do irmão mais velho “ficava cheia de hematons e de marcas”, e agora não se falam há 8 anos (Escola Pública/Meninas/Manhã). As brigas entre irmãos acabam por fazer parte do cotidiano dos jovens, em que “brigar todo dia” passa a ser a regra de convivência:

Lá em casa também, se não tiver briga eu tô doente. Lá em casa, se não der briga entre irmãos – não de dar porrada, assim; nós somos em três, aí pode levar para o hospital que tá tudo doente. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Os motivos para provocar as brigas entre os irmãos são os mais banais possíveis e quando solicitados a expor o motivo de uma briga mais violenta, geralmente respondem: “ah, eu não me lembro...”. As brigas entre irmãos às vezes envolvem a utilização de objetos como vassouras, rodo, ferro de passar roupa, facas, garfos etc., que são lançados entre si. Xingamentos, tapas, chutes, puxões de cabelo, beliscões são todos utilizados quando ocorre um

enfrentamento entre irmãos.

O conflito entre irmãos acaba surgindo também em função dos padrões de comportamento definidos pelos pais. Assim, muitas vezes, o fato de um irmão/irmã ter causado algum tipo de problema mais sério para os pais faz com que acabem penalizando os demais filhos e esses, por seu turno, acabam se revoltando com os pais e com o irmão/irmã que tenha gerado esse tipo de situação familiar “*ela [irmã mais velha] fez errado e eu sofri as conseqüências disso!*” (*Escola Particular/Meninas/Manhã*). Acrescente-se que é rotineiro ocorrerem conflitos entre irmãos em função de ciúmes e disputas pela atenção/afeto dos pais.

Alguns jovens relataram terem agredido o pai “*de mandar ele calar a boca*”. Há também relatos de agressão física à mãe; uma delas apanhou do filho com uma vassoura, outra levou um ponta-pé de botina e outra foi empurrada com violência contra a parede porque:

E uma vez, minha mãe foi derrubar meu som no chão. O volume tava muito alto e eu não queria baixar, eu tinha acabado de ligar o som... ela: abaixa esse som senão eu vou derrubar no chão; e eu: derruba que eu quero ver, derruba. Ela foi lá e derrubou. Até eu quebrei a cadeira no chão, ela veio pra me bater com a vassoura, eu peguei a vassoura e plaf... (Escola Pública/Meninos/Noite)

A violência de filho contra mãe também aparece associada a problemas de droga na família, conforme assinalado no relato de uma jovem estudante de escola pública:

Foi horrível... só morava eu e a minha mãe, daí o meu irmão morava com o meu pai e ele veio pra cá. Na época ele tava usando crack, cheirando, só coisa pesada. Daí ele tava todo errado assim, minha mãe proibiu na sala... daí ele falou pra ela... (silêncio) eu falei pra ela ir pro quarto, ela não quis... ele quase matou ela... (choro)... ele pegou uma faca, queria matar ela, daí eu entrei na frente, parecia que ele tava com um demônio no corpo. Ele falava: “ não, eu não quero matar você, eu quero matar ela, ela me fez sofrer...”. Daí ele esfaqueou ela um monte, ela ficou toda roxa, cheia de negócio. (Escola Pública/Menina/Tarde)

Um outro tipo de violência relatado pelos jovens é a violência sexual. Os relatos apareceram explicitamente em dois grupos. Um, de jovens em situação de risco, no qual citaram estupro e prostituição. Num outro grupo de jovens homossexuais, a violência sexual aparece com gradações, pois apresentou-se tanto de modo direto, perpetrada pelo próprio pai do jovem

(estupro), como revestida de um sentido simbólico tão violento quanto a sua expressão física mais direta.

*Meu pai foi lá me buscar debaixo de cinta, levei 40 cintadas nas costas. Fiquei todo marcado. Aos 14 anos, por causa de um maldito aparelho que eu quebrei, eu e meu pai se enfiamos na porrada lá por causa do meu irmão, cheguei a... ser violentado de novo...// E: **Chegou a que, não deu pra ouvir?**... violentado... Estuprado. Qualquer um pode ser estuprado, mas desde que seja à força. Seria por... próprio pai né, porque... ah, ele tinha uma mania de querer ver o... ah, o [...] [Jovem, 17 anos/Jovens Homossexuais]*

[...] ah, começou quando meu pai pegou eu e meu primo tendo relações dentro do chuveiro, como eu já havia falado né, então...//Então... foi difícil porque meu pai naquele dia ele não se preocupou em me bater,... mas depois daquele dia meu pai com frequência vivia me batendo, uma vez me bateu com fio de luz, é... com facão [...], se eu saía final de semana, que nem agora, quando eu retornasse ele ia examinar meu corpo pra ver se eu não tinha sinais de alguma coisa em meu corpo, é... teve que ficar às vezes nu, muitas vezes de ele ver meu corpo... [Jovem, 18 anos/Jovens Homossexuais]

Nesses dois relatos (e em diversos outros desse grupo) pudemos constatar que a questão da violência generalizada que se dirige aos homossexuais está presente na sociedade, mas principalmente no interior da própria família, dada à intolerância extrema à expressão de uma sexualidade diferente dos padrões “normais” estabelecidos. Os preconceitos contra os homossexuais que serão expressos pelos jovens, são alimentados e realimentados no interior da família e da instituição de um discurso sexista e homofóbico.⁴⁸ A violência simbólica à qual já nos referimos aparece justamente no ato invasivo do pai que procura no corpo do filho, em suas intimidades os vestígios do “pecado” praticado.

Casos de violência sexual também foram relatados pelos professores nos grupos focais. Esses casos são levados a conhecimento tanto pelos próprios jovens quanto pelas mães (com mais frequência) que procuram a escola para expor a situação e eventualmente algum tipo de orientação.

[...] e ele pegava a criança, um menino de... 7 anos de idade, e levava pra casa, e abusava do menino, e uma das noites, uma das tardes, que a mãe chegou em casa, aí diz que... o menino daí estava quietinho, não

⁴⁸ Este tema será tratado mais extensamente no item Cidadania: enfrentando as diferenças.

falava nada, começou a ficar muito... e a mãe aí pressionou e ele contou.
(Professora/Escola pública)

Cada um dos dramas apresentados pelos jovens quanto à existência de violência familiar trazia uma forte carga emocional, e era relatado com grande dificuldade. O fato de serem vítimas diretas ou indiretas de atos de violência doméstica deixou marcas profundas nesses jovens. No entanto, existe um componente da violência doméstica que foi muito bem apontado por Viviane Guerra, é que:

[...] as vítimas da violência física devem aprender que são “responsáveis” por estes quadros de violência, ou seja, as causas do problema são individuais devem ser hipostasiadas como culpa e jamais remetidas a questões mais amplas que se interliguem a problemas familiares, sociais, etc. O resultado deste tipo de prática: **seres humanos que de antemão buscam o erro em si mesmos.** (GUERRA, 1998, p.43) (grifo nosso)

Esse aspecto deve ser destacado à medida que ele vai estar relacionado a um componente da fala dos jovens, quando indagados sobre quem seria o responsável pela violência na cidade. Para alguns jovens, os responsáveis são eles mesmos: “*nós, os jovens*”. Essas falas nos surpreenderam, pois elas também partem de um quadro de referência no qual a violência doméstica coloca-se de modo decisivo. Os desdobramentos desse quadro poderemos verificar nos capítulos que se seguem.

5 O MUNDO DA ESCOLA

Durante o período da pesquisa convivemos com realidades de instituições de ensino diversas da nossa, a universidade, bem como diversas entre si. Frequentamos escolas públicas e privadas, de classes alta, média e populares, e passamos a conhecer mais este universo, que em muitos aspectos assemelha-se ao nosso, da universidade. Nelas e principalmente no espaço da escola pública, pudemos observar o enfrentamento e luta com graves problemas sociais que perpassam a sociedade e conseqüentemente também o espaço escolar. Há um aspecto complicador: a escola é apontada como uma instância solucionadora daqueles problemas e conflitos, e dela exigem-se, em diferentes graus, respostas, que são, hoje, bem maiores. Como coloca Esteve, houve

[...] a transferência por parte da comunidade social e da família, de algumas de suas atividades sociais e protetoras anteriores à escola, sem que essa transferência tenha sido acompanhada das necessárias mudanças na formação profissional dos educadores, preparando-os para enfrentá-las com êxito, nem dos meios de que dispunham para responder às novas exigências; nem, por último, das necessárias mudanças estruturais para adaptar-se às novas circunstâncias. (ESTEVE, 1999, p.28)

Representantes do Estado, no caso das instituições públicas, é nas escolas, bem como em hospitais e outras que estão no *front* do atendimento ao público que podemos vislumbrar a ferocidade com que vem sendo travada a luta entre setores diferentes, com interesses e inserções diferenciados do Estado, entre os interesses “econômicos” e os sociais. A luta entre a “mão esquerda e mão direita do Estado”, como bem coloca o sociólogo Pierre Bourdieu. Diz-nos este autor, comentando a situação de um diretor de escola:

Ele enfrenta contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados ‘trabalhadores sociais’: assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’, que são os vestígios, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. (BOURDIEU, 1997, p.219)

Chamamos atenção para o fato de que o autor está comentando o caso francês, onde a preocupação com uma educação de qualidade e universalizada está instituída há muito tempo, muito diferente do caso brasileiro, onde, salvo algumas experiências de caráter muito restrito, a educação sempre refletiu a nossa brutal desigualdade social.

No Brasil não começou agora o drama que os trabalhadores enfrentam, mas certamente vivenciam hoje um dos mais duros períodos de suas vidas, em função do novo rearranjo da economia mundial, coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, que têm imposto aos chamados “*países emergentes*”

políticas econômicas que objetivamente têm tido efeitos sociais danosos.⁴⁹

Gostaríamos de chamar atenção desde já para essa questão, a saber, do renascimento, com muita virulência e com nova cara, da crença de que o mercado é uma instituição capaz de auto-regular-se pela livre concorrência e pela dinâmica da oferta *versus* procura, devendo, para que a profecia se cumpra, o Estado retirar-se, “*não atrapalhar*”. No caso brasileiro, mais uma vez, aplica-se a fórmula dos economistas e tecno-burocratas: “*crescer para depois dividir*”. Postura que na prática tem como efeito secundarizar as questões sociais em detrimento de duvidosas fórmulas macroeconômicas. Acreditamos, e a história tem demonstrado, que tal equação é no mínimo equivocada. Pensamos como Karl Polanyi⁵⁰ que qualquer que seja o fim e o “*paraíso*” a ser alcançados, se o meio para atingi-los é deletério e destruidor do tecido social, consideramos sua aplicação e implementação questionáveis.

Mas tal quadro atinge a todos, inclusive a escola privada, que não tem como ficar imune aos dramas sociais que cortam toda a sociedade. Assim entre os temas comuns a estas duas instâncias, pública e privada, encontramos a violência, o fracasso e o mercado, assombrando a existência de jovens, pais e professores.

Ao analisarmos os dados desta pesquisa fomos tomados por uma forte sensação de *déjà vu*. Foi comum quando indagávamos e conversamos com antigos professores sobre a atual situação da educação, eles apontarem mudanças algumas boas, como, por exemplo, maior liberdade, no entanto as mais marcantes foram a queda do salário e o brutal desprestígio da categoria, que não foi obra de um único governo, mas de processos de médio e longo prazo.

Essas antigas questões apresentando-se agora em um novo cenário - globalização acompanhada por precarização generalizada do trabalho e dos direitos sociais, entre outras - têm marcado ainda mais a escola, esse “*campo de contradições*” (LELIS, 1997). Em decorrência de tal quadro não é incomum encontrarmos entre os atores deste drama posturas ambíguas e confusas.

O outro lado, aquele representado pela esperança e solidariedade, objetivado na busca de soluções também existe. Em verdade, estes elementos são uma força que atuam contra aquelas outras desagregadoras, e que têm demonstrado possuir uma capacidade de resistência muito grande.

⁴⁹ Sobre esse assunto existe disponível ampla bibliografia de autores das mais diferentes filiações teóricas e políticas, cf. por exemplo: ARRIGHI (1997), BAUMAN (1999), CASTEL (1998), HIRST & THOMPSON (1998) e FIORE (1997).

⁵⁰ Karl POLANYI surge como um autor de fundamental importância para desvelar a dinâmica perversa do sistema de mercado auto-regulável. Sua obra **A grande transformação** (1980) estará informando nossa discussão sobre este tema e a ela voltaremos outras vezes no decorrer do trabalho.

5.1 UNIVERSO ESCOLAR

Segundo a amostra, 78% dos entrevistados estavam estudando e 22% estavam fora da escola. Entre os que estudavam 64,6% estavam na rede pública e 34,4% na rede privada de ensino.

TABELA 5.1 – ESTUDANTES DE PRIMEIRO GRAU

SÉRIE	PRIMEIRO GRAU							
	Regular				Supletivo			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1 ^a								
2 ^a								
3 ^a	1	0,1					1	0,1
4 ^a	3	0,4			6	0,8		
5 ^a	7	0,9			9	1,2	1	0,1
6 ^a	28	3,9			9	1,2		
7 ^a	41	5,8	5	0,7	12	1,7	2	0,2
8 ^a	72	10,2	20	2,8	23	3,2	2	0,2
TOTAL	152	21,5	25	3,5	59	8,3	6	0,8

Podemos observar pela tabela 5.1 que a proporção dos alunos do primeiro grau regular é bem maior que aqueles do ensino supletivo. Por outro lado, constata-se que a proporção dos que estão em escolas públicas do ensino regular e do supletivo domina o conjunto das freqüências. Finalmente ocorre, como era de se prever para o grupo etário investigado, o aumento progressivo das freqüências por série. Considerando a amostra da pesquisa, cujo jovem mais novo tem 14 anos, e levando em conta a adequação idade/série, verificamos os casos referentes às 7^{as} séries e anteriores, indicam situação de repetência/abandono, necessitando da correção de fluxo.

TABELA 5.2 - ESTUDANTES DE SEGUNDO GRAU

SÉRIE	SEGUNDO GRAU							
	Regular				Supletivo			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1 ^a	103	14,6	37	5,2	2	0,2	5	0,7
2 ^a	68	9,6	46	6,5	1	0,1	6	0,8
3 ^a	44	6,2	44	6,2	4	0,5	2	0,2
4 ^a	8	1,1	5	0,7				
TOTAL	223	31,6	132	18,7	7	0,9	13	1,8

Com relação aos jovens estudantes do segundo grau, apresenta-se um aumento significativo dos jovens alunos de escolas particulares em relação àqueles do primeiro grau. No entanto, há ainda o predomínio do ensino público sobre o privado. Por outro lado, no ensino supletivo ocorre uma total inversão do apresentado quanto ao primeiro grau. No segundo grau supletivo, o ensino privado praticamente dobra em relação àquele oferecido no ensino público.

TABELA 5.3 - ESTUDANTES DE TERCEIRO GRAU

SÉRIE	TERCEIRO GRAU			
	Público		Privado	
	Abs.	%	Abs.	%
1	11	1,5	24	3,4
2	7	0,9	11	1,5
3			3	0,4
4				
5				
TOTAL	18	2,5	39	5,5

Quanto ao terceiro grau, encontramos no conjunto dos jovens que estudam um percentual de universitários de 8,0%. Nesta categoria há a dominância de estudantes em universidades particulares, com o dobro do índice apresentado para aqueles das universidades públicas.

TABELA 5.4 - ESCOLARIDADE, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

GRAU	A		B		C		D + E	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1°	39	17,7	66	28,9	91	54,2	39	82,4
2°	124	59,7	149	66,4	75	44,6	20	17,6
3°	44	22,6	10	4,7	2	1,2	-	-
TOTAL	207	100,0	225	100,0	168	100,0	59	100,0

Ao cruzarmos a escolaridade dos jovens com o estrato socioeconômico, encontramos um quadro que nos revela que os jovens dos estratos A e B apresentam uma proporção menor de alunos no primeiro grau, indicando sua adequação entre idade/série, especialmente quando analisamos a proporção daqueles que estão no segundo grau. No que se refere ao terceiro grau, são os jovens do estrato social A que concorrem com os maiores índices de permanência. Já para os estratos C e D+E verifica-se uma distribuição relativamente proporcional entre aqueles que estão no primeiro grau e no

segundo grau, com a preponderância do primeiro. Esse dado indica que os jovens dos estratos sociais mais baixos permanecem em maior número, e talvez por maior tempo, no primeiro grau, sendo portanto os estratos em que encontramos o problema da defasagem idade/série com maior gravidade.

TABELA 5.5 - RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ESTUDANTE	A		B		C		D + E		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Estuda	221	95,5	235	82,7	169	73,5	58	36,7	683
Não estuda	13	4,5	58	17,3	61	26,5	60	63,3	186
TOTAL	234	100,0	287	100,0	230	100,0	118	100,0	(1)869

NOTA: (1) Não foram considerados os estudantes de curso preparatório para o vestibular.

Confirmando algumas observações anteriores, quando relacionamos os jovens que estão estudando e os que não estão com o estrato socioeconômico as maiores frequências para os que estudam aparecem nos estratos A e B, declinando progressivamente nos demais estratos. No sentido inverso, esse índice é reforçado - entre os que não estudam - menor o estrato, maior o índice dos que não estavam estudando.

TABELA 5.6 - RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO O SEXO

ESTUDANTE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
Estuda	347	79,5	354	76,4	701
Não estuda	90	20,5	109	23,5	199
TOTAL	437	100,0	463	100,0	900

Entre os que estudam e os que não o fazem, observamos que para os que estão estudando a variante sexo apresenta uma pequena vantagem para os homens em relação às mulheres. O quadro inverso é observado entre aqueles que não estudam, nele encontramos maior índice para as mulheres.

TABELA 5.7 - RELAÇÃO ESTUDANTE/NÃO ESTUDANTE, SEGUNDO A COR

ESTUDANTE	BRANCA		PRETA		PARDO		AMARELO		INDÍGENA		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Estuda	519	79,2	18	69,2	148	73,6	11	91,6	2	100,0	698
Não estuda	136	20,7	8	30,7	53	26,3	1	8,3	0	0	198
TOTAL	655	100,0	26	100,0	201	100,0	12	100,0	2	100,0	896

Considerando-se a variável cor, constatamos que são os amarelos que apresentam, proporcionalmente, o melhor índice de freqüência, seguidos pelos brancos. Pelas características do universo pesquisado dos jovens, com relação à cor, podemos observar que são os pretos e pardos que concorrem com os maiores índices daqueles que não estão estudando.

Para os que não estavam estudando, à época da pesquisa, entre os motivos apresentados o principal foi o fato de *estar trabalhando*, seguido de *não gosto/não quero, não consegui vaga, filhos/gravidez*. Filhos e gravidez ficam em primeiro lugar como responsável pela evasão de 22,6% das mulheres, e o trabalho surge como principal problema para os homens, sendo responsável por 46,5% pela saída dos homens da escola.

TABELA 5.8 - POR QUE NÃO ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?

MOTIVO	Abs.	%
Não gosto e/ou não quero	35	18,2
Estou trabalhando	60	30,9
Não consegui vaga	28	14,4
Não consegui continuar pagando a escola	8	4,1
Terminou segundo grau	17	8,7
Filhos/gravidez/casamento	24	12,3
Outros	20	10,3
TOTAL	192	100,0

Quando cruzamos este dado com o item cor, observamos que o motivo *estar trabalhando* aparece em primeiro lugar entre brancos, pardos e pretos. Em segundo lugar aparece *não consegui vaga*. Para pardos *não consegui vaga* ocupa, igualado com o *não gosto/não quero*, também o segundo lugar. Ainda entre os pardos o quesito *filhos/gravidez* aparece em segundo lugar. Entre os brancos, em segundo lugar está *não gosto/não quero*.

TABELA 5.9 - POR QUE NÃO ESTÁ ESTUDANDO, SEGUNDO A COR

MOTIVO	BRANCOS		NEGROS		PARDOS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Não gosto e/ou não quero	25	18,8	1	12,5	11	21,1
Estou trabalhando	43	32,3	3	37,5	14	26,9
Não consegui vaga	14	10,5	2	2,5	11	21,1
Não consegui continuar pagando a escola	15	11,2	-		2	3,8
Filhos/gravidez	16	12,0	-		8	15,3
Outros	12	9,02	2	25	6	11,5

Esses dados nos indicam que a necessidade de trabalho tem sido um componente forte para a retirada dos jovens da escola. Isto por sua vez nos remeteria para duas outras questões, uma relativa à falta de uma política de bolsas com densidade por parte da rede privada de ensino e ao fato de que qualquer corte ou queda na qualidade da escola pública atinge direta e imediatamente aqueles que poderiam esperar por meio de um bom ensino ascender socialmente. No caso dos estratos socioeconômicos D+E em que encontramos os maiores índices de jovens fora da escola, parece-nos oportuna e necessária a implementação de projetos do tipo bolsa-escola que têm se mostrado nos lugares onde já existem bastante eficientes no processo de estancamento da evasão.⁵¹

Cabem aqui algumas palavras sobre o programa **Da rua para escola**, da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, que tem se mostrado um excelente instrumento para levar e fixar o jovem à escola, isto para uma população juvenil em situação social mais precária que aquelas que compõem o público de nossa amostragem.

Criado em 1995 beneficiando aproximadamente 1.000 crianças e adolescentes, atingia já em 1997 – 39 mil jovens em situação de risco – envolvidos em trabalho infantil, vivendo nas ruas e prostituindo-se. O programa repassa às famílias uma cesta básica de alimentos, e elas se comprometem em fazer com que os jovens ingressem e permaneçam na escola. Cremos que programa semelhante beneficiando jovens das classes D+E podem surtir efeitos tão ou mais positivos que os observados entre os jovens em situação de risco.

⁵¹ Sobre a análise dos resultados de um programa bolsa-escola e a relação entre a melhoria educacional e a redução da pobreza cf. WASELFSIZ (1998).

TABELA 5.10 - ESTUDANTES POR TIPO DE ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A COR

ESTABELECIMENTO	BRANCA		PRETA		PARDO		AMARELO		INDÍGENA		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Público	319	61,4	17	94,4	108	72,9	5	45,4	1	50,0	450
Privado	200	38,5	1	5,5	40	27,0	6	54,5	1	50,0	248
Total	519	100,0	18	100,0	148	100,0	11	100,0	2	100,0	698

Conforme índice de nossa amostra, para os que estudam há o predomínio da escola pública sobre a escola privada. Considerando a cor, constatamos que nesse quadro são os pretos que em sua maioria encontram-se nas escolas públicas, seguidos pelos pardos. No caso dos amarelos, deve-se apontar que em termos proporcionais encontram-se majoritariamente em escolas particulares.

TABELA 5.11 - PERCENTUAL DA QUALIDADE DO ENSINO, SEGUNDO O TIPO DE ESTABELECIMENTO

QUALIDADE DO ENSINO	BOM	REGULAR	RUIM
Público	70,7	25	4,2
Privado	83,9	14	2

Quando indagados sobre a *qualidade do ensino oferecido pela escola/ universidade*, a maioria qualifica como *bom*, seguido de *regular* e *ruim* 3,5%, que se aproxima quando indagados sobre a *relação com os professores* que será de 83,1% para *boa*, 15,5% regular e 1,4% ruim. Mais à frente faremos algumas observações sobre estes números.

TABELA 5.12 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO, SEGUNDO O TIPO DE ESTABELECIMENTO

QUALIDADE DO ENSINO	BOM		REGULAR		RUIM		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Público	319	70,7	113	25,0	19	4,2	451
Privado	209	83,9	35	14,0	5	2,0	249
Total	528		148		24		700

Das relações possíveis de serem estabelecidas a partir dos dados quantitativos, o índice referente à qualidade do ensino é um bom indicador da avaliação que os jovens fazem da escola pública e da escola privada. A partir dele observamos que o índice **bom** é expresso por 70,7% dos estudantes da rede pública e 83,9% para os da rede privada. Por outro lado, enquanto 4,2% dos estudantes do sistema público consideram-no **ruim**, este índice fica em 2,0% entre os estudantes das escolas particulares.

Ao discutirmos o problema da escola pública e da privada, devemos atentar para a questão da hierarquização da qualidade no ensino, que tudo indica independe de ser pública ou privada. Melhor colocando, existiriam tanto boas quanto péssimas escolas públicas e privadas, ainda que seja possível que, no conjunto, as escolas particulares figurem como melhores.

A avaliação da boa qualidade do ensino, tanto de escolas públicas quanto de privadas, pelos jovens pode ser em alguma medida corroborada pelos resultados apresentados pelo Estado do Paraná na última avaliação (1997) realizada mediante o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse sistema de avaliação é aplicado em alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Alguns indicadores têm apontado para uma melhoria geral da qualidade do ensino das escolas do Paraná, que podem ser verificados por encontrar-se acima da média nacional nas disciplinas de Matemática e Ciências (8ª série do Ensino Fundamental) e Língua Portuguesa (4ª série do Ensino Fundamental). Nas demais disciplinas encontra-se dentro da média nacional.

Mas as principais diferenças apresentadas - quase sempre de maneira genérica entre **pública** ou **do Estado** e **privadas** ou **particulares**, refere-se à infra-estrutura, que seria para os alunos dispor de computadores, laboratórios etc.

Eu gostaria de fazer, não só pra arrumar um emprego melhor, mas na hora que você vai num vestibular, competir com uma Escola Estadual, num ensino regular, com uma Escola Particular, não tem... não tem nem competição... o ensino é muito baixo mesmo. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Não obstante as diferenças entre os dois sistemas de ensino e a existência de um ensino de melhor qualidade em uma parcela da escola privada, chamou-nos atenção o fato de que é freqüente a percepção dos estudantes da escola pública de que são mal vistos por seus colegas da escola particular,

Ah, eu acho assim, tipo o nosso... esse colégio aqui... ele é perto... ó pelo menos quem estuda lá me conta, que todo mundo tem medo desse colégio aqui. Não sei por quê? //Eles acham que só tem maloqueiro aqui. //Porque é colégio estadual.// Elas se acham porque é colégio

particular, dane-se, eu também... (Escola Pública/ Misto/Manhã)

Em relação aos professores, uma parte dos entrevistados nos grupos focais havia passado tanto pela escola pública quanto pela escola privada, e foi dentre aqueles que se identificavam como da escola pública que veio a maior parte das críticas às condições de trabalho. Mas apontam como um dado positivo a liberdade para trabalhar, ao mesmo tempo que criticam duramente seus colegas da rede privada ao afirmar, de maneira genérica, que,

[...] a escola pública é minha paixão não vou pra escola particular porque eu acho que o professor da escola particular é robô e forma muitos robôs, muitos robôs apesar que as dificuldades da escola pública nós temos abertura, nós podemos criar, nós podemos inovar, nós temos liberdade, e isso não tem valor, sabe o nosso aluno da escola pública é capaz de pintar uma rosa azul. (Professores Escolas Públicas)

Por isso esses professores vêem a suposta perda da estabilidade - em função da reforma administrativa e dos novos métodos de contratação - como a maior violência, por acreditarem que com esta nova realidade estarão expostos à rotatividade,⁵² e consideram que esta nova estrutura desvaloriza ainda mais a categoria e entendendo que *o governo quer violentar a carreira do professor. (Professores Escolas Públicas)*

5.2 O QUE É A ESCOLA E PARA QUE SERVE

Sobre *o que é a escola e para que ela serve* obtivemos respostas que variam de acordo com o colégio e a classe dos entrevistados, mas que reúnem certas semelhanças de respostas, como: “*formação do caráter*”, “*estudo é fundamental*”, “*sem estudo a gente não é nada*”, “*no futuro você não é ninguém*”. Alguns de maneira mais radical afirmam “*que a escola é a base de tudo*”. “*Como que você vai ser alguém se você não estudar, não tiver uma escola para você se preparar*”. (*Escola Pública/Menino/Noite*)

⁵² Segundo Márcio POCHMANN a taxa de rotatividade no Brasil é uma das mais altas do mundo 37,1%, contra 7,42 na Argentina e 14% nos EUA. (“O jogo dos três erros”, In: **Carta Capital**, n. 61)

QUADRO 5.1 - O QUE GOSTAM E O QUE NÃO GOSTAM NA ESCOLA

GOSTA	NÃO GOSTA
Base de tudo Garantir o futuro Colegas Amizade	Autoritarismo Falta de democracia Matérias ultrapassadas Rotina Falta de criatividade Desrespeito Violência

Assim, para a maioria dos jovens a escola é um local que auxilia na formação do caráter – precedido somente pela família – e fundamental quando se pensa no futuro e de maneira geral, na futura inserção profissional. O aspecto formador por sua vez está intimamente ligado a um processo disciplinador que, entre outros, prepara para o trabalho. À pergunta se a escola mudou a sua vida, um dos aspectos apontados é *“(ajuda) você ter disciplina em tudo que faz”, “seja no trabalho, seja no lazer.” (Escola Particular/ Meninas/Manhã)*

Existem respostas entre grupos de jovens mostrando menores expectativas e crença na importância da escola, e as respostas têm um tom entre desencantado e jocoso, quando indagados sobre a serventia da escola: *“prá passar de ano”, “fazer moral”, “fazer uma média” (Torcida Organizada/ Meninos)*. Mas mesmo aqui aparece a preocupação com o trabalho: *“ver se dá e arrumar um trampo...”, “arrumar um futuro...” (Torcida Organizada/Misto)*. Mesmo quando dizem não gostar da escola, tal sentimento é relativizado pelas expectativas futuras: *“na verdade,...vou falar bem no fundo, ninguém gosta, gosta, gosta, mas tem de estudar pensando no futuro” (Torcida Organizada/ Meninas)*

Talvez seja exatamente este o nexos que ajuda a compreender um dado que poderia ser conflitante quando confrontados o material quantitativo e o qualitativo. Ao indagarmos aos jovens como avaliam a qualidade do ensino oferecido, no questionário fechado, a grande maioria respondeu ser bom, bem como a relação com os professores. No entanto, nas entrevistas em grupos focais as opiniões aparecem bem mais dividida; parte acusa os professores de portarem-se *“como autoridade...suprema, são autoritários, não escutam a gente, você não tem chance de falar nada” (Escola Particular/Misto/Manhã)*. Para um relacionamento que é considerado ruim, surgem também explicações que ultrapassam a escola, como *“professor vem com mau humor de casa aí descarrega em cima do aluno” (Escola Particular/Misto/Manhã)* Uma outra

parte, a mais freqüente, dirá que: “*depende do professor, varia bastante de professor, ou que todo mundo tem as suas virtudes, todo mundo tem defeitos*”. (Escola Particular/Misto/Manhã). A queixa majoritária dos estudantes é, na verdade, quanto à falta de estímulo e incentivo:

Eu gosto de estudar só que... as vezes não... o próprio colégio não dá incentivo pra gente estudar, as vezes ele só dá aquela matéria, pronto e não dá aquele incentivo de estudar. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Para alguns a falta de incentivo, na verdade, está nas condições em que chegam na escola:

É porque veja só, quando agente fica... o que... 4 horas sentado dentro de uma sala de aula, entra e sai professor a gente fica ali sentado aprendendo... pra um jovem. É muito cansativo, também pra quem trabalha até as 6, daí vem pra aula, chega em casa 11 horas... (Escola Pública/Meninos/Noite)

Outra questão que é apontada como desestimulante estaria dada pelo anacronismo ou pela falta de métodos e técnicas mais eficientes de ensino e pela falta de instrumentos mais adequados aos “*novos tempos*”, e uma ampliação do sentimento do que significaria ser alfabetizado, como é exemplarmente colocado nesta passagem, em que está presente, mais uma vez, o gosto pela escola como produtora de possibilidades futuras:

[...] gosto muito da escola, porque sem ela... no futuro você é um analfabeto não é ninguém, e no futuro como vou ter que aprender computador, esse negócio, aula de computação... também... vai ser analfabeto, então no futuro eu preciso de estudar e agora... começar a fazer novas aulas, novos cursos de computador, inglês, porque se não... no futuro não dá. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Essa percepção de que hoje não saber informática ou controlar um outro idioma significaria estar despreparado para o mercado, faz com que os jovens sintam que é necessário um investimento escolar maior. Mas será que tal investimento, neste quadro de redução e precarização do trabalho, poderia efetivamente assegurar aos indivíduos que suas possibilidades são maiores?⁵³ Tudo indica que os jovens percebem que não basta o investimento escolar. Em relação ainda a este tema existe um grupo que deve ser tratado com destaque pela importância e significado que possui. Trata-se dos estudantes do **Programa**

⁵³ Em outro artigo Márcio POCHMANN chama atenção para o fato de que mesmo que os níveis de formação e escolaridade fossem maiores que os atuais continuaríamos esbarrando no problema do desemprego.

Adequação Idade-Série (PAI-S), também conhecido como correção de fluxo. Este grupo não estava em nossos planos no início da pesquisa, mas ele se impôs pela forma como surgiu nos grupos focais: os alunos do PAI-S sentem-se como inferiores com relação aos seus colegas dos cursos regulares, com os professores, mas principalmente nas imagens que possuem de si mesmos.

O **Programa Adequação Idade-Série (PAI-S)** foi implantado pela Secretaria de Educação em 1995 e tem a intenção de eliminar a defasagem idade-série existente na rede pública de ensino dos alunos matriculados entre a 3ª e 7ª séries do ensino fundamental, que apresentem defasagem mínima de dois anos em relação à série que frequentam,

O objetivo desse projeto é eliminar a defasagem idade-série existente na rede estadual de ensino do Paraná, criando condições para que os alunos multirrepetentes possam retomar com sucesso o percurso regular da escolarização, frequentando a série prevista para seu grupo etário (Projeto de correção de fluxo - CENPEC).

A idéia e intenção do projeto são, sem a menor sombra de dúvidas, das melhores, no entanto, a forma como vem sendo implementada coloca alguns problemas, mesmo porque longe de estar definido somente a partir da escola a questão da multirrepetência nos remete para outras tais como origem social e cor. (PORTELA, 1997)

Em outro dos grupos focais a discussão sobre o pertencimento e a forma como se representam apareceu de forma muito interessante, pois expressa a maneira como os estudantes participantes deste programa acham que são percebidos pelo demais. Em um dado momento da entrevista quando perguntamos quem entre os presentes faz parte do **PAI-S**, após alguma hesitação dá-se um tumultuado diálogo:

E: É diferente ser da turma do PAI-S // É bem melhor. //É muito discriminado. É mais discriminado, sempre exigem mais. A gente é muito rejeitado.//E: Mas por quê?// Eles acham que a gente é anormal./ / Ninguém quer que o PAI-S...// É a turma de revoltados.// A guria disse que o PAI-S avacalha...avacalha! (Escola Pública/Misto/Manhã)

Assim também sentem-se em relação aos professores:

Tem professor que não gosta de dar aula pra gente não sei por quê.// A professora ela chega na sala e fala assim: eu odeio dar aula pra essa sala(...)// Ela chama de marginal, de não sei o quê...// Na verdade, até eles fazem com que a gente se sinta excluído também. Porque chega um professor, ao invés dele dar aula pra gente, fica falando que a gente não presta, que a nossa é a pior sala do colégio, que a nossa sala

é a única que não gosta da aula...// Já que a nossa sala é uma turma mais especial, deveria ter um... a gente ser bem mais especial. Então, o ensinamento da gente deveria ser bem melhor também. Não ser comparado com todo mundo. (Escola Pública/Misto/Manhã)

Utilizamos essas falas por nos parecerem emblemáticas. Como pode depreender, o programa que tenta minimizar o sério problema dos efeitos da repetência é visto como ineficaz para os seus usuários. Nas palavras dos jovens o “ser especial” deveria proporcionar a eles um “ensinamento bem melhor também” e “não ser comparado com todo mundo”.

Talvez seja interessante lançarmos mão de uma questão posta por Bourdieu no que diz respeito aos processos de “democratização” do ensino e que nos parece extremamente procedente. Em recente trabalho, esse autor dirá que se anteriormente o problema do sistema escolar era a exclusão por falta de vagas, agora que o número de vagas aumentou, e conseguiu incorporar setores que estavam “fora”, observar-se-ia que os indivíduos sentem-se excluídos no interior do sistema. Uma vez que, apesar da “democratização”: “com a chegada de novas clientelas, a estrutura da distribuição diferencial dos benefícios escolares e dos benefícios sociais correlativos foi mantida, no essencial, mediante uma translação no efeito global” (BOURDIEU, 1997, p.219). No caso brasileiro, não somente a distância entre a escola e o aluno, mas a proletarização do professorado e a conseqüente queda na qualidade do ensino têm produzido essa exclusão, principalmente nestes processos que visam corrigir problemas relativos à repetência.

Os professores têm se deparado com pressões para aprovar os alunos sem que estes tenham condições para tal. Identificando, no que não estão errados: “*pressões internacionais [...] pressão do mercado internacional*” (*Professores Escolas Particulares*) para melhorar os índices de aprovação.⁵⁴ O resultado apontado por eles é um rebaixamento de exigências e não a melhoria efetiva na qualidade do que é ensinado.

Eu, por exemplo, acho que com relação aos alunos, eles sempre estão apresentando o mínimo. É interessante que o Estado, a postura do

⁵⁴ Tal questão seria evidenciada pelas diretrizes e políticas coordenadas pelo Banco Mundial e FMI e que vem sendo experimentadas e implantadas desde a década de 1970. Além das questões de caráter pedagógico, que têm sido bastante criticadas, tem se questionado as linhas de financiamento daquelas agências como caras e desvantajosas. Para uma visão do projeto educacional brasileiro informado por esta perspectiva cf MELLO (1998). Para críticas ao modelo político e didático-pedagógico COSTA (1995), GENTILI (1994 E 1998). Sobre o financiamento e seus problemas FONSECA (1995).

Estado sempre foi cobrando menos, agora a média é 5, e aluno é assim, se você exigir que ele chegue aqui, você vem aqui, e assim foi acontecendo com o Estado,... infelizmente isso. E o que acontece? Ao invés dele apresentar o que ele tem de melhor, ele sempre faz aquilo como quem diz assim: “Já está bom pra eu passar”. (Professores Escolas Públicas)

Tal questão nos remete novamente para o problema do sentimento de fracasso e falta de incentivo. Não estaríamos tratando com e de algo maior que “*simplesmente*” problemas de métodos? É claro que precisaríamos de uma pesquisa mais detalhada sobre o programa, mas não poderíamos deixar de apontar esta questão e proceder a algumas relações e análises como a que fizemos.

Quando solicitados a avaliar a qualidade do ensino oferecido em sua escola os professores consideram-no **bom** (86,5%), contra 13% que consideram **regular**, e 0,5% que acham que é **ruim**. Quanto ao rendimento escolar de seu alunos 71% qualificam como satisfatório e apenas 29% como insatisfatório.

Na entrevista aberta, no entanto, surgem inúmeras críticas aos jovens que são considerados imediatistas e individualistas por parte dos professores.

[...] eles são muito imediatistas, para eles não existe futuro, quando eles falam da nossa idade chamam a gente de velho, eles não pensam que vão chegar lá, ou, o prognóstico de vida deles assim é, pequenininho, é mínimo, é o agora, nem é o amanhã, né? (Professores Escolas Públicas)

Outros chamam atenção para a falta de expectativa, um interessante exemplo está presente no discurso sobre uma turma que é considerada boa:

Eu fiquei, assim, abismada de ver (...) o nível de baixo auto-estima é muito grande, é muito alto, eles se sentem profundamente infelizes, uma turma, assim, considerada a melhor sétima série, que nós vamos mandar fazer uma faixa no final do ano, parabenizando a turma...eu fiquei abismada de ver como eles se sentem infelizes. (Professores Escolas Públicas)

No entanto, alguns professores atribuem a responsabilidade dos problemas com relação a seus alunos a si mesmos, à falta de tempo, à falta de trabalho coletivo:

[...] eu sinto a escola muito ruim, a escola em que eu estou, ela é uma escola em que a gente... cada um trabalha isolado, teríamos que conseguir fazer da escola um trabalho de conjunto e um trabalho constantemente questionado dentro da sociedade, porque ela está totalmente fora... (Professores Escolas Públicas)

Mas cruzando os dois grupos, professores e alunos, poderíamos entender a falta de estímulo, como já chamamos atenção, como algo maior? Vejamos qual seria a recompensa mais imediata para um estudante - além, é claro, dos amigos e das atividades mais ao gosto dos jovens -, a aquisição de conhecimento, associada à percepção de que estaria preparando o seu futuro, isto em um contexto em que *“nem tudo é prazeroso - aliás, na maioria das instituições civilizatórias.”*⁵⁵ E se a perspectiva de futuro estiver difícil de ser vislumbrada? E se as perspectivas tanto individuais quanto coletivas estiverem brutalmente limitadas? Será que os jovens estariam dispostos a trocar o desprazer mais imediato pelo futuro, uma vez que eles vêem suas chances de sucesso como pequenas?

Ainda nessa linha de raciocínio, os professores fazem questão de apontar que não se trata somente de um problema da e com a Secretária de Educação, na busca da solução. E mesmo aqueles que responsabilizam o governo e a SEED não perdem o referencial de que o problema é maior:

E aqui, no Paraná a gente tá aí... sofrendo na pele aí né, já que estamos dentro da Secretaria de Educação, (...) nós não temos perspectiva nenhuma, nós queremos uma coisa mas, parece que o governo quer outra... é imposto por esse modelo externo aí né, então, eu acho que não é uma coisa ato simples, é uma coisa bem maior que a gente tem que começar a ver, porque, tudo isso tá refletindo na qualidade e na violência, que tem dentro do colégio e seja em qualquer sentido, né. (Professores Escolas Públicas)

5.3 QUAL O PAPEL DA ESCOLA?

Nas questões relativas ao papel da escola encontramos os seguintes dados. A maioria dos entrevistados acha que escola deveria *preparar para a profissionalização*, seguidos por *preparar para o vestibular* e *preparar para formar o cidadão*. Em último lugar encontramos *estimular uma visão crítica*.

⁵⁵Tal questão seria evidenciada pelas diretrizes e políticas coordenadas pelo Banco Mundial e FMI e que vem sendo experimentadas e implantadas desde a década de 1970. Além das questões de caráter pedagógico, que têm sido bastante criticadas, tem se questionado as linhas de financiamento daquelas agências como caras e desvantajosas. Para uma visão do projeto educacional brasileiro informado por esta perspectiva cf MELLO (1998). Para críticas ao modelo político e didático-pedagógico COSTA (1995), GENTILI (1994 E 1998). Sobre o financiamento e seus problemas FONSECA (1995).

TABELA 5.13 - A ESCOLA DEVERIA, SEGUNDO OS ALUNOS

OPINIÃO	SIM	NÃO	NÃO SABE
Estimular a visão crítica	76,6	13,1	10,2
Preparar p/profissionalização	92,8	4,7	2,4
Disciplinar	85,8	11,0	3,1
Orientar o aluno para vida	90,8	6,7	2,4
Preparar para o vestibular	92,5	5,7	1,8
Preparar para formar o cidadão	92,2	4,9	2,7

É por que esta questão teria obtido os menores índices? Curiosamente esta é uma das teclas mais batidas pelas direções, corpo docente, propostas curriculares (como veremos este item possui uma alta frequência entre os professores), entre outras. Mas, a idéia de visão crítica talvez seja a menos compreendida, menos pelo desconhecimento do termo e mais pela repetição e desgaste que a palavra sofreu.

O que significaria ser crítico? Neste contexto, segundo os programas implicaria entre outras coisas ser “capaz de interpretar a realidade do ponto de vista dos processos históricos propiciando uma inserção social mais solidária”. Como equacionar este discurso com práticas em que estaria dito de maneira explícita que as pessoas devem ser cada vez mais competitivas? Como coadunar a pregação da solidariedade e da ética, com a realidade de que para conseguir um bom emprego será necessário competir, ainda que isto signifique em última instância estimular o individualismo?

Os jovens chamam, então, atenção para o papel da escola e dos professores neste processo, bem como expressam o seu “realista” desencantamento.

Eu acho que até o colégio estimula a gente a ser individualista porque eles falam assim: “você tem que estudar, porque você tem que passar no vestibular”. Se você ficar conversando com o teu amigo é tempo que você está perdendo pra você estudar e passar no vestibular, porque hoje em dia o problema pra gente é vestibular, é isso que dá...é o mercado de trabalho. É o mercado de trabalho que tá cada vez mais competitivo. A gente cresce assustada assim sabe. Então para que cê vai ter esse ideal [de mudar o mundo]? (Escola Particular/Misto/Manhã)

O individualismo apontado pela fala do jovem traz os dilemas de adequação de um ideal coletivo contra os imperativos do mercado, que se assenta sobre os princípios da competição desmesurada entre os indivíduos, que acabaria

por produzir o que Robert Castel denominou de “individualismo negativo”, a saber, “formas de individualização [...] que são obtidas por subtração em relação ao encastramento em coletivos” (CASTEL 1998, p.596). Processo este inserido e a serviço desse “deus” moderno, o “moinho satânico”, no dizer de Karl Polanyi: a economia de mercado, fundamentada em um sistema supostamente auto-regulável. Situação em que a economia teria invertida sua posição: ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 1980, p.72). Legitimado por uma crença no progresso espontâneo, consideraria qualquer intervenção no ritmo da mudança como sacrílego. Ainda no dizer preciso de Polanyi a revolução dos ricos em que a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. (POLANYI, 1980, p.52)

Tal dinâmica tem sido apontada por diversos autores como responsável, entre outras coisas, por situações de desagregação social e delinquência juvenil (ZALUAR, 1994 e SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991). Diz-nos Zaluar a este propósito:

Os controles morais que tornam a lei desnecessária pararam de funcionar e não foram substituídos por uma nova ética baseada na liberdade pessoal e no entendimento com os outros pelo diálogo. Portanto, o Brasil é hoje uma economia de mercado em que os controles morais são fracos, a ética não se enraizou no comportamento cotidiano, especialmente dos políticos e dos empresários, e onde a lei não é vista pela população como justa e equânime. (ZALUAR, 1994, p.110)

Voltando para o questionário, os altos índices obtidos pelos itens: **preparar/formar para a profissionalização, vestibular e cidadania**, remetemos novamente para a relação entre escola e abertura futura de oportunidades.

Para indivíduos dos estratos A e B, principalmente, o sucesso no vestibular é um dos mais importantes rito de passagem⁵⁶, ainda que depois possam sentir-se decepcionados e não correspondidos, o que pode ser observado pelos altos índices de evasão. Na fala de um grupo de calouros, ao avaliar seus

⁵⁶ Utilizado na acepção de VAN GENNEP (1977 [1908]) os ritos de passagem são partes constitutivas da vida social e visam permitir e/ou facilitar “*passagens*” entre diferentes espaços (geográfico, inclusive), condições e situações sociais, sendo compostos por etapas que ele denominou de *preliminares (separação)*, *liminares (margens)* e *pós-liminares (agregação)*. Van Gennep chamará atenção sobre o papel destes ritos na separação entre a juventude e a vida adulta, sendo que o vestibular e todo o processo de preparação, prova, comemoração/luto, possui todos os componentes deste ritos.

poucos meses de vida na universidade, colocam que o que estão vivendo “*academicamente não corresponde àquilo que eu imaginava da universidade.*” (*Jovens Universitários/Misto*)

Por outro lado, para os estudantes dos outros estratos sociais o vestibular não se coloca tão imperativamente, começando pelo fato de eles acharem que a escola pública não prepara para este processo, pois como vimos os índices de preparar para o vestibular são próximos do preparar para a profissionalização:

Aqui também tem aluno que até perde sentido, porque tem muita gente que... acha que não tem chance de ir pra universidade... daí a gente vai e pensa, se não tem chance de ir pra universidade... pra poder passar nas provas. (Escola Pública/ Meninos/Noite)

Melhor dizendo, não que o vestibular não seja visto como importante e necessário para jovens de classes populares – até porque cursar uma faculdade abre oportunidades –, mas porque sentem-se incapazes de concorrer com jovens melhores preparados. A preocupação maior é como inserir-se mais rapidamente no mercado de trabalho. Para esses jovens, o primeiro emprego é a grande prova:

A maioria, nesse colégio, não vai fazer um vestibular, né? Quer uma profissão, terminar logo o segundo grau pra daí ter uma profissão, fazer alguma coisa, né, mais própria pra... Contabilidade, tinha Processamento de Dados...(Escola Pública/Meninos/Noite)

Um aspecto fundamental revelado pela fala dos jovens estudantes de escola pública da periferia de Curitiba é o seu assombro, diante do estreitamento efetivo de suas oportunidades de trabalho. Nesse grupo de jovens trabalhadores, a palavra que não foi mencionada foi **Universidade**, que deixa de existir em seu horizonte de expectativas como fato e como representação. Para eles, o que conta é ter o quanto antes uma profissão, e não compreendem o processo de retirada dos cursos profissionalizantes dos currículos nas escolas estaduais de segundo grau, que transformaram seus currículos em Educação Geral.

E a vantagem que o curso técnico dá é que a partir do segundo ano, dependendo do curso, dá pra fazer estágio, também, aprende uma profissão. Agora, Educação Geral, tem que fazer os três anos pra poder fazer um vestibular. (Escola Pública/ Meninos/Noite)

Quando perguntados sobre o papel da escola segundo um rol de temas apresentados, os que obtiveram os maiores índices foram **meio ambiente/ecologia, drogas, respeito/dignidade/liberdade, desigualdade/discriminação, violência e discriminação racial** aparecem empatados.

TABELA 5.14 - NA SUA OPINIÃO É PAPEL DA ESCOLA/
UNIVERSIDADE DISCUTIR

(Em percentual)

TEMAS	SIM	NÃO	NÃO SABE
Meio ambiente/ecologia	93,9	4,2	1,6
Drogas	92,8	5,8	1,3
Respeito/Dignidade/Liberdade	90,0	7,5	2,3
Desigualdade/Discriminação social	87,2	9,2	3,4
Violência	86,9	10,3	2,7
Discriminação racial	86,9	11,2	1,8
Esporte e lazer	84,7	12,5	2,7
Desemprego/Mercado de trabalho	84,6	12,5	2,8
Discriminação sexual	80,0	16,9	3,0
Namoro/Sexualidade	78,9	18,1	2,8
Política	61,5	36,1	2,3
Problemas familiares	47,6	49,4	2,9

Uma interessante questão pode ser aqui levantada: por que os temas que apareceram no questionário com os menores índices entre aqueles que devem ser discutidos na escola, quando foram estimulados ao debate nos grupos focais foram intensamente debatidos e disputados? Vejamos **problemas familiares** e **namoro/ sexualidade** obtiveram juntamente com o **política** os mais baixos índices. A exceção do item **política** (cuja frequência expressa a desilusão com o “fazer política”), as questões relativas a **família** e **namoro/ sexualidade** foram muito debatidas, enquanto **meio ambiente** apareceu secundariamente e de forma transversal.

Observe-se também que o trabalho e o emprego relacionados ao futuro ocupam um lugar de destaque, e foram muito discutidos nos grupos focais, no entanto, a questão **desemprego/ mercado de trabalho** aparece em oitavo lugar entre os temas que a escola deve discutir. O que pode ser compreendido pelo fato de que a escola seria o lugar da discussão da **profissionalização** e não do **desemprego**. Um lugar de investimento, de tentar ver as coisas positivamente, o problema do desemprego figuraria como uma ameaça sempre presente mas ainda não efetivamente vivida, uma vez que desejam acreditar, ainda que não tenham certezas, que a formação escolar ajudará a sanar o desemprego.

A escola é também um importante lugar de encontro e prática de esportes, mas de baixa atividade no que diz respeito à participação em grupos de teatro, solidariedade e de organização estudantil. As atividades com maiores índices são por sua vez aquelas mais espontâneas e “naturais”, ou seja, a escola é reconhecidamente um dos mais importantes círculos de socialização e a prática de esportes não somente está como elemento obrigatório do currículo, mas também incluso neste processo de “fazer amigos”.

TABELA 5.15 - O QUE FAZ NA ESCOLA ALÉM DE FREQUËNTAR AULAS?

(Em percentual)

TEMAS	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Encontro com amigos	43,1	35,6	21,2
Pratico esportes	42,8	24,4	32,6
Freqüento atividades religiosas	10,9	15,4	73,5
Participo de grupo teatral/coral	7,4	8,0	84,5
Participo de reuniões estudantis	8,2	19,1	72,5
Namoro/fico	25,3	25,0	49,6
Participo de grupo de "solidariedade"	7,3	17,0	75,6
Trabalho na escola/universidade	12,6	11,1	76,2

As outras atividades com baixa freqüência dependem de condições diferentes bem como de maior investimento. A participação em grupos de teatro precisa de maior especialização do corpo docente e material. A participação em grupos de solidariedade (que não sejam, por sua vez, resultado de campanhas publicitárias de alcance e mérito discutíveis) necessita de estímulo e está relacionada aos problemas relativos ao baixo grau de solidariedade da sociedade. Finalmente, a participação em atividades de grêmio e outras assemelhadas carece de uma preocupação, digamos, de cunho político no sentido amplo do termo.

Para os professores o papel da escola, semelhante aos dos jovens, seria de *"educar para a vida, para sociedade, não especificamente dentro de um ramo, ou dentro de um nível"* (*Professores Escolas Públicas*). Segundo o rol de questões apresentadas sobre qual seria o papel da escola na formação dos jovens, o primeiro item foi **informar sobre respeito**, os outros em seqüência decrescente foram **drogas, dignidade, liberdade** com igual índice a **estimular a visão crítica, violência, oferecer bom conteúdo**.

TABELA 5.16 - VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA DEVERIA

(Em percentual)

OPINIÃO	Sim	Não
Oferecer bons conteúdo de programa	94	6
Preparar para a vida profissional	87,3	12,3
Preparar para a vida	70,8	28,5
Estimular a visão crítica	96,3	3,8
Ter disciplina rígida	54,8	45,2
Informar sobre sexo	94,2	5,8
Informar sobre drogas	97	3
Informar sobre violência	95,8	4,3
Informar sobre emprego/desemprego	91,8	8,3
Informar sobre discriminação racial	92	8
Informar sobre respeito	97,8	2,3
Informar sobre dignidade	96,8	3,3
Informar sobre liberdade	96,3	3,8
Oferecer formação religiosa	58,3	41,7

Os alto índices para ensinar o **respeito** nos indicaria que ele aparece como um valor fundamental entendido como “*o espaço deles saber não extrapolar o espaço do outro que devem respeitar para serem respeitados*” (*Professores Escolas Particulares*). A idéia de **respeito** aparece quase sempre junto à de **limites**. Os itens **dignidade** e **liberdade** podem ser vistos como uma continuidade, uma condição da respeitabilidade. Nele também estariam contemplados problemas como **discriminação racial**, **violência**, **sexo**, também constantes deste questionário.

O importante de tudo é o respeito.// Eu sou respeitada os alunos me respeitam: “bom dia professora, tudo bem?”. Todos aqueles levados ou o bom eu me sinto respeitada.(*Professores Escolas Particulares*)

Muito certamente a exigência do respeito é algo bem mais amplo, que nos remeteria à idéia de cidadania que está diretamente vinculada à necessidade de respeito a espaços sociais diferenciados, derivados da autoridade, origens sociais diferentes, idade etc. É como se a palavra **respeito** desse conta de toda essa diversidade e da necessidade de compreensão e entendimento do Outro.

As **drogas**, que aparecem em segundo lugar, estão mais uma vez associadas, ainda que por vezes de forma fantasmagórica, a uma falta de respeito para consigo mesmo e propiciando ou encorajando ações desrespeitosas para com os outros, desde uma postura inconsequente até cometer um crime.

A **violência** aparece exatamente como o contrário do **respeito**, nas

palavras de um professor: *“quando você não determina ao outro o limite do meu respeito pelo respeito é uma violência...”* (Professores Escola Particular). Poderíamos dizer que cada vez que se desrespeita estaria sendo cometido um ato de violência e isto aparece como uma verdade, tanto para alunos como professores, mas também para policiais, como veremos a seguir. Ou seja, a postura de respeito estabeleceria as regras da convivência.

Nesta linha é muito interessante observarmos que **oferecer bom conteúdo** não surge entre os primeiros lugares, ou seja, há um claro entendimento de que existem questões que antecedem àquelas mais propriamente identificadas como escolares. Por isso **preparar para o vestibular** aparecerá entre os últimos lugares. É claro que isto não pode ser creditado simplesmente ao fato de que os professores entrevistados não estariam diretamente envolvidos neste processo, não seriam professores de “cursinho”. Como vimos anteriormente, os jovens identificam o processo vestibular, da preparação ao concurso em si, como um exercício de competitividade e individualismo. Mesmo professores que trabalham com turmas que se preparam para o vestibular tecem duras críticas a esse processo, identificando a juventude a ele:

[...] completamente alienada, e é como eu vejo a nossa juventude hoje, totalmente alienada. Então eu não vejo que eles tenha alguma perspectiva de futuro nesse sentido [transformação social]...quando você pega os terceiros anos, que vão já se preparando para o vestibular, eles não têm outra linguagem, a não ser macetes prá vestibular. (Professores Escola Particular)

Diferentemente dos jovens, **estimular a visão crítica** entre os professores aparece com índices que colocam este item em quarto lugar (96,3%). Seguindo nossa linha de raciocínio, para os professores, **estimular a visão crítica** ainda aparece em lugar de destaque, bem como é preocupação de governo, como podemos observar nos projetos de implantação dos novos parâmetros curriculares. Nestas novas propostas, ainda que se fale pouco em crítica, pretende-se entre outras coisas discutir pluralismo cultural (que nos habilitaria a uma melhor compreensão e respeito às diferenças) e a ética, em que a idéia de crítica remeteria agora a esses dois temas. Talvez o grande desafio colocado aos professores seja o de equacionar respeito ao outro e ética, diante de exemplos diários de posturas contrárias a esses princípios.

E os professores colocam isto claramente, por exemplo, ao afirmar que *“o culto à violência [é]..., na verdade um culto ao lucro”* (Professores Escola Particular), ou que numa *“sociedade de concorrência não há lugar para obter ajuda”* (Professores Escola Pública), ou ainda *“não há leis econômicas na selva, o tubarão come todos”* (Professores Escola Pública).

Preparar para a vida profissional, e comparado aos demais itens, aparece também com uma baixa frequência, colocado em 10º lugar. Não restam dúvidas de que existe concordância quanto ao fato de que a escola deve preparar para o trabalho; no entanto, devemos nos perguntar, e parece ser esta a questão posta por estes dados, **que trabalho? Em que condições?** Como equacionar os discursos que estimulam a competitividade desenfreada com solidariedade, ética e justiça social?

Neste sentido ainda é que observamos um interessante debate em um grupo focal em que professores discutiram o lugar da ética e de disciplinas das áreas de humanas (sociologia, filosofia e história). A conversa girava em torno de se o ensino deveria ser mais ou menos técnico e/ou preocupar-se com questões relativas a uma reflexão sócio-histórica.

Uma das primeiras questões colocadas foi:

[...] qual é o caminho da escola hoje, diante dessa situação, que não adianta preparar o cara bem preparado pro trabalho, que não tem trabalho, se houver trabalho a firma prepara, não precisa nós nos preocuparmos com a escola preparar pro trabalho. (Professores Escola Pública)

Ao que outro professor diz que os alunos devem ser preparados para o trabalho, mas a isto deve ser somada uma educação envolvendo disciplinas, digamos, mais reflexivas:

[...] eu vejo que, quem conhece filosofia, hoje, entra numa empresa e tem essa visão mais globalizada, de verificar, de observar, e o técnico não, ele só vai enxergar aquilo que ele enxerga e acabou. (Professores Escola Pública)

Outro, retrucando esta fala, chama atenção para o fato de existirem diferentes tipos de trabalho, neste caso o da “*altas gerências*” e dos “*operários*”, e a exigência para um e outro são bastante diferenciadas:

[...] para a questão do mercado, eu sou obrigado a discordar porque as empresas elas querem alguém preparado, é para técnica dela, a nível de gerenciamento, altas gerências, aí tudo bem, pode até querer uma pessoa que tenha uma visão mais ampla das coisas,(...) mas é se eles querem técnicos, eles querem técnicos mesmo. (Professores Escola Pública)

Tal discussão parece-nos muito importante, uma vez que nos permite melhor entender, segundo a visão dos professores, toda a problemática que envolve as difíceis e complexas relações entre escola e mundo do trabalho. Que a escola deva estar se preparando para o trabalho, não restam dúvidas, mas o que estes relatos nos chamam atenção e para a questão: qual tipo de

trabalho? Qual mercado de trabalho?

Continuando a análise dos outros itens constantes na tabela sobre o papel da escola, também chama-nos atenção que, para os professores, por mais que eles reclamem da indisciplina, **ter disciplina rígida** não seria um estado a ser estabelecido, posto que esse índice encontra-se em último lugar entre aqueles disponíveis quanto ao que a escola deveria fazer. Em relação aos outros itens apontados, 58,3% dos professores consideram que a escola deveria **oferecer formação religiosa** para seus alunos. É paradoxal que entre esses dois últimos itens encontremos os menores indicadores afirmativos da ação escolar, revelando talvez de modo tênue, o porquê de os professores atribuírem tão pouca importância ao seu papel na formação dos jovens (conforme assinalado no capítulo anterior, tabela 4.6).

Outro aspecto destacado refere-se à avaliação que os próprios professores fazem do seu trabalho e do tempo que dispõem para atender às demandas de seus alunos.

Eu acho assim que, hoje nós deixamos muito a desejar, porque, o aluno não encontra em nós, talvez a gente esteja um pouco na retaguarda. (Professores Escola Pública)

Para explicar esse tipo de problema - a gestão do tempo na escola frente às demandas dos alunos - os professores também formulam críticas ao Estado pela exigência dos duzentos dias letivos:⁵⁷

É por causa até dos 200 dias letivos, se a escola não... tiver pelo menos três horas aulas não é considerado dia letivo, por isso, então, das reuniões às vezes acontecerem nas duas últimas...//...eu acho errado isso, em todas as escolas fazem, claro, todas as escolas fazem, mas vocês já perceberam que a gente tem que fazer a coisa da maneira errada para fazer a certa.//É a lei do Gerson, é a lei do Gerson, dá um jeitinho, quer dizer, não tem cabimento. (Professores Escola Pública)

A crítica seria menos pela carga horária e mais pelo fato de que, além do “*jeitinho*” que acabem tendo que dar, no final a norma é: “*trabalhe mais e ganhe menos*” (Professor Escola Pública). Criticam a falta de recursos e de pessoal especializado para lidar com os problemas referidos:

⁵⁷ Esse procedimento está regularizado no Cap. II, seção I, art.24, item I da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que informa que: “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.”

[...] ter profissionais que trabalhem com a gente para que a gente possa superar as nossas limitações, as nossas dificuldades, para poder ajudar essas crianças e ter esse tempo... (Professores Escola Pública)

Ou criticando de maneira mais geral o Estado nos seguintes termos:

O Estado não nos dá as mínimas condições nem em relação à formação e em relação ao tempo necessário para que nós possamos conversar com os alunos, elaborar os projetos com a escola e em geral os professores têm 20, 40 horas sem um tempo disponível que nós chamamos de hora atividade para poder elaborar as aulas que seria a necessidade mais premente, eles não têm esse tempo e quanto mais para poder ter reuniões com alunos sabe, com os próprios professores. (Professores Escola Pública)

As policiais da **patrulha escolar**⁵⁸, indagadas sobre os valores fundamentais a serem aprendidos pelos jovens, dirão como os professores **respeito e limites**, que para eles aparecem como **direitos e deveres**:

Conhecer os seus...os seus direitos e os seus deveres, não só direitos. O cidadão tem que aprender a conhecer não só os seus direitos, mas também os seus deveres, aí sim..// Eu acho que respeito também é fundamental, porque a gente vai nas escolas, o aluno enfrenta a diretora, não quer saber se existem normas dentro da escola, ele quer sair a hora que ele quer, quer mandar e desmandar, quer zonear, para ele não existe respeito, o pai não impõe limites para criança, então ele não sabe qual é o papel da diretora, que a diretora é uma autoridade dentro da escola, que o professor é uma autoridade, que qualquer funcionário tem autoridade mais que ele, dentro da escola. Então eu acho que os valores, os valores de respeito, de limite,(...) isso vem da família. (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Para essas policiais as conseqüências desta “*falta da família*”, entendidas como falta de **respeito e limites**, seria uma dificuldade em respeitar as autoridades, refletindo-se com particular intensidade no interior da escola, como fica claro na fala acima.

Assim, para os policiais, o papel da polícia na escola seria o de tentar resolver os problemas que começariam na família, e a escola também se mostraria incapaz de resolvê-las. Reclamam que são chamados à escola para

⁵⁸ Essa unidade da Polícia Militar criada há aproximadamente seis anos é formada por mulheres e tem como responsabilidade não só fazer uma ronda a partir de um itinerário preestabelecido como atender a chamados para resolver uma grande diversidade de problemas.

resolver não casos propriamente policiais, mas com muita frequência para intervir em questões as mais banais.

Até pra que você tenha uma idéia, tem professora (...) ela quer que até a gente fale para o menino tomar banho. (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Ou substituir as funções específicas da orientação e da supervisão:

Também, nós fazemos a função de orientadora, supervisora, eles não dão conta dos alunos. Ai eles querem e muitas pedem, que a gente vá pôr medo nos alunos, ou então alguma solução. Muitas vezes a gente vê o aluno até praticou algum ato infracional e eles não querem que leve para delegacia, mas que converse com o aluno ali, que dê um jeito nele ali. Então nós fazemos muito essa função, até nas escolas que nós atendemos não precisa de orientação, principalmente orientadora porque elas... nós fazemos a função delas... (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Além disso, a escola como continuidade da família não se empenharia em resolver de maneira efetiva o problema da violência: “[...] porque a violência, ela já vem de casa, já vem da escola, por que o pessoal não faz um trabalho em cima de violência com os alunos?” (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Como a escola não conseguiria resolver com os seus meios o problema da violência, acabam por querer que a polícia tome atitudes que não mais corresponderiam ao seu papel:

Só que as pessoas, elas não têm consciência, elas não sabem nem o que é polícia, elas acham que polícia é aquilo que tinha no mato, tinha que sair correndo atrás de bandido e que todo mundo é suspeito, não é bem assim né, a gente tem que agir conforme manda a lei, não é assim chegar e você é suspeito...vou...inclusive fazer revista de alunos dentro de colégio, é um problema para nós também é um problema. (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Ou ainda:

É mas, muitas vezes eles falam assim:”É mas, nós pagamos a polícia pra fazer esse serviço.” Só que essas pessoas não sabem, nem o direito delas direito. Elas não sabem nem como é o trabalho da polícia,entendeu? A gente tem que ir até onde a lei nos permite que a gente vá. (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Tudo isto com um complicador, o **Estatuto da Criança e do**

Adolescente, sempre duramente criticado, exatamente por não equacionar devidamente direitos e deveres, limites e respeito:

[...] esse Estatuto não está criando pessoas decentes, eles estão criando marginais, essas crianças são os futuros marginais de amanhã. Porque eles sabem o que podem fazer. Eles sabem que tem um livrinho lá que diz que é o direito deles.// Só que muitas vezes eles não conhecem seus deveres, muitas vezes não, a maioria// Na verdade só se fica protegendo aquela criança que é marginal dentro da escola, que apronta, que xinga, que briga, agora, a criança que deveria ser protegida, que tá dentro de casa sendo espancada por pai e mãe, não tá sendo protegida pelo Estatuto, e sim os de rua. (Pólicia Militar/ Soldados Femininos)

Essas falas das policiais com relação ao Estatuto são de maneira geral recorrentes. É interessante notar que a separação feita entre os jovens que estão em casa sendo vítimas da violência familiar em oposição “aos de rua”, parte do princípio como se os meninos e meninas “de rua” fossem filhos de geração espontânea, não tendo tido um dia um pai e uma mãe que os geraram e que por meio das mais tortuosas e complexas razões, os abandonaram. Aqui encontramos também a cristalização de algumas visões do preconceito, pela diferenciação da proteção à vida - os que estão na família em oposição aos da rua - cuja eficácia, enquanto violência simbólica é imensurável.

5.4 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Antes de tudo é bom salientarmos que a violência presente na escola não é senão manifestação de um processo mais geral que começaria na família e teria continuidade nos grupos e relações sociais anteriores à escola. Cardia coloca que:

O comportamento dos jovens nas escolas e no bairro assim como seu desempenho acadêmico e social é afetado pela violência familiar. A literatura revela que a violência familiar, quando combinada com a violência no bairro, agrava os efeitos da violência cotidiana testemunhada. É raro que quando há violência entre os pais que ela não atinja também os filhos. Famílias onde há violência entre seus membros têm alta probabilidade de estarem socializando os filhos para a violência. [...]É difícil dizer o que é pior para os jovens: morar em um lugar violento ou ter uma família violenta. (CARDIA, 1997, p.40)

Quando solicitamos aos jovens que apontassem para as situações de violência vividas na escola, as mais comuns e freqüentes foram as **discussões/ bate-boca**, seguidas pelas **ameaças** e **agressões físicas**. A maior parte dos quais com os seus colegas (uma média de 79% entre estes itens) e depois com professores (11%).

TABELA 5.17 - VIOLÊNCIA NA ESCOLA

(Em percentual)

OPINIÃO	NA SUA ESCOLA VOCE JÁ SE ENVOLVEU EM ALGUMA DESSAS SITUAÇÕES?		
	Muitas Vezes	Às Vezes	Nunca
Discussões/Bate boca	12	44,8	44
Ameaças	1,8	16,6	82
Agressão física	1,3	13,3	85,4
Agressão sexual	0,1	0,5	99,4
Uso de drogas	0,5	3,7	95,8
Venda de drogas	0,3	1,0	98,7

Outros temas como agressão sexual, uso de drogas e venda de drogas aparecem com freqüências abaixo dos outros temas listados, mas não menos preocupantes, até porque é necessário atentar para o fato de que a pergunta referia-se a envolvimento e não simplesmente ter visto.

No geral, somente 12,3% dos entrevistados envolveram-se em alguma situação de violência no último ano, contra 87,7% que não haviam se envolvido. Nos grupos focais a discussão sobre violência nas dependências ou imediações da escola sempre surge em graus diferenciados: “*eu já vi bate-boca. Mas violência, violência não*” (Escola Pública/Misto/ Manhã). Sobre brigas de “*gangs*” dentro, mas principalmente, fora do colégio:

[...] lá tem muito cara na saída que passa para “chutar” o boné, olha as menina lá, os cara que não tem o que fazer, não estudam, não trabalham...//Ano passado acho que foi no final do ano, entrou um pessoal que não era daqui, um carinha começou a bater no outro que era aqui do colégio com o skate assim, bateu com o skate aconteceu várias já. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Aqui é mais briga de rua, aqui não é briga pesada, da pessoa chegar e atirar pelas costa... guerra de tráfico, que a gente fala. Aqui, não corre arma, não corre bomba, os cara se bate até um matar o outro, de tanto dar chute. (Escola Pública/Meninos/ Manhã)

Mas também fica claro para a maioria deles que a violência na escola, como colocávamos, é resultado de uma violência maior:

Violência acho que tem aquela violência no sentido mais puro né, de sair mesmo brigando. Tem aquela violência eu acho, que são muitas palavras é...rudes assim né...acho que essa violência existe bastante,

não só em escolas em todos os lugares. A escola, o ambiente escolar é um reflexo desse golpe. Tudo o que acontece fora da escola é trazido pra dentro da escola. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Quando cruzamos o item envolvimento em violência com o tipo de estabelecimento há uma pequena diferença entre a escola pública e a privada, a saber, 89,2% e 86%, respectivamente. O que serve para minorar a visão corrente de que a escola pública é mais violenta que as particulares. Tal questão está claramente manifestada nas entrevistas:

Apesar do fato da gente estar estudando numa escola particular a gente não tá protegido de vários tipos de violência. (Escola Particular/Misto/Manhã)

É, há uma certa proteção, a escola...acho que a escola particular protege várias coisas que tem em outros lugares, mas as coisas que acontecem lá fora com certeza se repetem aqui. (Escola Particular/Misto/Manhã)

É comum também que a violência seja relacionada com quem seria responsável por combatê-la: a polícia. Um dos mais impressionantes relatos de violência na escola mistura a estes ingredientes o racismo:

*Aí a gente tava na biblioteca fazendo trabalho, aí tinha alunos penetras aqui dentro do colégio e eram alunos brancos, três alunos brancos. Foi chamada a patrulha escolar. Veio. E daí foi dito, né, que eram alunos brancos. Aí foram lá e a gente tava saindo da biblioteca e eles viram a gente, negros, tal, cabeludos assim, jeito de vestir assim, juvenil, né? E aí a gente foi ao banheiro e um policial agrediu fisicamente um amigo meu. Aí a gente veio, veio aqui na secretaria..// **P - Agrediu como?**// É... ele deu um empurrão num amigo meu. Aí a gente veio aqui na secretaria e conversar, né? Com, com os... responsáveis né?(...) Daí os policiais, daí eles falaram: – “Não, foi um engano isso, tal. Foi um engano”. Mas, bem assim porque é negro, assim. Bem, bem racial mesmo, assim. Aí começaram bate-boca, assim, daí a gente, a gente começou a discutir, né? A gente tá no direito da gente dentro do colégio, assim. Ser agredido fisicamente, né? Aí eles falaram assim: – “É, aqui dentro vocês têm direito, lá fora... vocês estão sozinhos, né?” – E daí ficou bem assim, bem... uma situação bem ruim para gente. (Escola Pública/ Jovens Negros/Noite)*

Outro dado significativo que surgiu em praticamente todos os grupos focais diz respeito ao uso de armas, fora da escola, uma prática muito frequente e justificada pela necessidade de autodefesa:

Por causa das briga né, se os cara dessem, eles mandavam fogo // Acho que não, não dá para considerar como bandido, apenas... como posso dizer... //Tem aquilo como proteção, da arma...//... é tipo, leva a arma como proteção, eles só querem sair pra briga, ficar brigando, não é roubar, nem fazer nada, só arranjar briga por arranjar briga. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Verificou-se também que no interior das escolas os alunos portavam basicamente armas brancas como canivetes e facas, mas também, em menor proporção, armas de fogo. Entre os motivos apresentados por eles, aparece em primeiro lugar a autoproteção, e um outro elemento que é o prestígio, “a moral” diante dos outros.

Com faca sim...// Você não pode generalizar uma coisa, assim: “andar todo mundo de faca, não é.”// Mas... muita gente usa, muita... pega sem motivo...Defesa... aposta, quer ameaçar, quer mostrar desde defesa, até pra mostrar que tem uma faca trouxe da Suíça,(...) (Escola Particular/Meninos/Manhã)

E: Vocês já presenciaram porte de arma aqui na escola?// - Eu já vi./
/ E: Que tipo de arma?// - Pistola. // Não que fosse usar, mas tinha bala, tinha tudo.// Agora, uma coisa que é muito comum, que pode ser visto como uma arma, que eu já vi muito aqui no colégio é o canivete./
/E: Por que você acha que o pessoal tem tanto canivete?// - Primeiro porque, dependendo do canivete, é um status. Entre os meninos acontece muito isso. Eu tenho um irmão que tem daqueles “borboleta”, se fura alguém...// Ah. Mas tem muito menino que é assaltado (e) fica possesso, e anda com canivete. Por defesa. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

A venda desses canivetes tipo “borboleta”, cujo uso é popularizado em filmes violentos, não visa a outro uso que não seja como arma. E realmente como podemos constatar são vendidos nas lojas e bazares por R\$ 1,99, sem a menor parcimônia e a qualquer um.

Outra questão posta nesses verbetes diz respeito a uma certa ética masculina, presente também nas disputas territoriais, que legitimaria o comportamento violento e o uso de armas como fetiches do poder e da virilidade, portanto elementos de fascínio dos adolescentes em busca de símbolos de masculinidade. (ZALUAR, 1994, p.119)

É bastante comum entre os professores a percepção de que a violência é um aspecto que invade a escola, ainda que concordem que exista uma violência específica a ela e resultante da falta de diálogo e da impaciência.

Para 83% dos professores os jovens são mais violentos hoje que os de anos atrás, já 11,8% consideram que as coisas estão iguais. Os que responderam afirmativamente acham que assim está em razão das seguintes causas:

TABELA 5.18 - CAUSAS DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS, SEGUNDO PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

CAUSAS	%
Falta de limites e crise de valores	22,1
Falta de limite, diálogo, ausência de família	13,8
Influência da TV, falta de limites e projetos	20,9
Estrutura social	15,8

Como podemos ver, surgem novamente e associados **falta de limites**, presente em três dos quatros itens, que juntos somam 56,8%. Como vimos, a **falta de limites** teria como seu oposto o **ter respeito**, cuja ausência estaria diretamente implicado com atitudes relacionadas à **violência**.

Embora considerem os jovens de hoje mais violentos do que os de anos atrás, os professores em suas falas procuraram relativizar esses dados, pois para eles, maior que a violência que os jovens praticam, está a violência da sociedade. Eles são, segundo os professores, vítimas inocentes de um processo social muito maior do que eles.

[...] os alunos, pelos pais que eles têm, pelo projeto de sociedade que tá aí, pela vida que eles levam. A violência que eles sofrem é muito maior do que a que eles praticam, porque, estão numa sociedade, (...) não dá pra esquecer o internacional, planos de concentração de renda, diretos, piorando cada dia e impondo a todos os países periféricos a aquela sucção de poderosas bombas, que levam todo o nosso dinheiro, (...) salários diminuindo... (Professores Escola Particular)

Indagados sobre se haviam observado no último ano atitudes violentas na escola, encontramos os seguintes dados:

TABELA 5.19 - ATOS VIOLENTOS NA ESCOLA NO ÚLTIMO ANO

ATOS	(Em percentual)		
	MUITAS VEZES	ÀS VEZES	NUNCA
Ameaças	4,5	42,5	51,8
Agressões físicas	3,8	59,5	36,3
Agressão sexual	-	3,5	95,8
Agressão c/arma	-	8	92
Alunos portando arma	0,3	20,3	79,3
Depredações	11,8	45,3	42,3
Uso de drogas	12	46,3	41,3
Roubo	9,5	48,5	42

As atitudes acima elencadas, segundo os professores, foram observadas principalmente entre os próprios alunos, mas em alguns casos, também por outros indivíduos externos à comunidade escolar. **Outras pessoas** foram responsáveis por 21,4% das agressões sexuais; 19,7% das depredações; 12,5% das agressões com armas; 6,6% dos roubos e 2,2% entre aqueles envolvidos com o uso de drogas. Tal questão, o envolvimento destas outras pessoas, em casos de violência na escola nos remete para duas importantes questões, a saber, da relação da escola com a população ao seu redor e do controle ao acesso no seu interior.

Já apontamos que a sociedade espera que escola resolva problemas os mais diversos, simples ou complexos, e tal cobrança aconteceria principalmente pela população habitante no bairro de inserção da escola. Assim sendo, quanto maior for a necessidade no bairro maior poderá ser a demanda pela ação da escola. É claro que tal demanda está subordinada a outras variantes, tais como a existência, no bairro, de movimentos organizados de moradores ou assemelhados. Considerando que boa parte dos estudantes advém do bairro onde a escola encontra-se localizada, a violência por **outras pessoas** pode ser tomada como um indicador, não somente de questões especificamente relacionadas à escola, mas de como vai a relação da escola com a comunidade ao seu redor.

É sabido, e muitos professores e o governo chamam atenção para tal fato, que a escola deveria ser aberta à população transformando-se em centros de irradiação de cultura e conhecimento: *“cada escola, se você pudesse fazer dela um centro cultural, a nossa tem infra-estrutura para ser um centro cultural..”* (Professores Escola Pública). E nisto ela se aproximaria daquela demanda social mais generalizada. Mas para isso a escola precisa estar equipada e o corpo profissional preparado para tanto: *“... o problema é quem toca isso”*. (Professores Escola Pública)

Sobre como se comportam os pais quando a escola solicita o seu comparecimento devido a atos violentos de seus filhos, encontramos as seguintes respostas:

TABELA 5.20 - REAÇÃO DOS PAIS FRENTE AOS PROBLEMAS DE VIOLÊNCIA DOS FILHOS NA ESCOLA

REAÇÃO	%
Demonstram dificuldade em aceitar o comportamento	17
Assuem uma posição de indiferença	0,3
Analizam com o professor e com o orientador a melhor atitude a ser tomada	29,4
Comprometem-se em punir os filhos	3,6
Manifestam conhecimento do problema, mas sentem-se incapazes de resolvê-los	31,7
Não sabe	18,0

Como podemos observar, somente uma pequena parcela dos entrevistados considera que os **pais assumem uma posição de indiferença** (0,3%). Poucos também **comprometem-se em punir** os filhos, o que entendemos como positivo, levando em conta as opções que estão colocadas e o que poderia ser uma punição, campo em que excessos não são incomuns.

Quanto àqueles que têm **dificuldade em aceitar o comportamento** problemático de seus filhos (17%), nos remeteria à questão de por que não concordam com o professor. É certo que uma parte dos pais teria motivos para discordar dos professores, seja por considerar a argumentação do professor insuficiente ou/e a explicação dos filhos mais cabíveis. Não é difícil imaginarmos isto no contexto do cotidiano escolar em que acontecem inúmeros fatos, cujo esclarecimento não deve ser tão simples: quem teria razão em uma briga ou bate-boca, por exemplo. De qualquer forma, este item certamente reflete um certo desprestígio da categoria, como Esteve chama atenção para o fato de que há bem pouco tempo os pais intervinham pessoalmente para explicar ao professor, diante dos próprios filhos, o apoio que lhes ofereciam cegamente perante o menor conflito. Diferentemente de hoje em que, na percepção dos professores, os pais, estão de antemão dispostos a culpar os professores, colocando-se ao lado da criança. (ESTEVE, 1999, p.33)

Os professores também apontam que uma parte significativa dos pais (29,4%) analisa **com o professor e com o orientador a melhor atitude a ser tomada**, que muito certamente se aproxima de uma situação ideal para os professores, uma vez que remete para a desejada interação **pais/professores** ou, de outro modo, **escola/família**.

Mas é impressionante que na percepção dos professores a maioria, 31,7% dos pais, manifeste **conhecimento do problema, mas sentem-se incapazes de resolvê-los**. O que pode ser visto como o outro lado da postura acima citada, que reforça a visão que os professores têm da incapacidade da família em lidar com questões que a ela caberiam.

5.5 RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Na pesquisa quantitativa envolvendo os profissionais de educação, procuramos saber as razões que os professores apontavam para rendimento escolar insatisfatório de seus alunos. As três principais razões apontadas por esses profissionais foram:

TABELA 5.21 - RAZÕES DO RENDIMENTO INSATISFATÓRIO DOS ALUNOS

RAZÕES	%
1 Desinteresse, apatia e falta de motivação dos alunos	23,5
2 Falta de apoio da família	16,0
3 Indisciplina dos alunos	14,8

Os professores percebem assim que existe um certo descompromisso por parte das famílias com relação aos modelos que passam para os jovens, o que nas palavras de um professor de escola particular verifica-se como:

[...] uma falta de compromisso da família, envolvimento dessa família com relação a passar um modelo né, de cidadão; modelo de pai, modelo de respeito mesmo, de diálogo, que não há tempo pra isso mais dentro da família, não há tempo pro diálogo; não há tempo pra você conversar sobre questões que são relativas a; que são próprias da adolescência, adolescente tá aí, ele é um vulcão né, como diz a professora, ele é um vulcão de dúvidas, e de buscas, ele é inquieto. (Professores Escola Particular)

Para os professores, os pais geralmente deixam de perceber o contexto próprio da adolescência, “vulcão de dúvidas” em suas palavras, ou mesmo um ser que está em busca de respostas, de construção de sua identidade. Para uma professora, o grande mal da juventude:

Eu penso que, o grande mal do jovem, da juventude, que afeta a juventude hoje, é a falta de amor, é a falta de amor na própria escola, porque o professor também tá preocupado com sua vida pessoal, particular, ganha pouco, tem que trabalhar feito um desgraçado, de manhã, de tarde, de noite, quando não, de madrugada etc. e tal. (Professores Escola Particular)

Para os professores, a escola aparecerá também como um lugar que

vem erroneamente substituindo a família. Tal fato tem relação com aquilo que dizíamos no início, espera-se que a escola apresente a solução de problemas de amplo espectro. Problemas que deveriam ser tratados prioritariamente pela família.

A família não responde, porque a família acha assim, faz muito de colocar o filho na escola, e levou as responsabilidades que eram delas, para a escola, quem tem que educar os filhos... (Professores Escola Pública)

Soltou o aluno na escola e a escola [que] “faça tudo pelo meu filho” e aí se não fizer.// Porque a escola é criticada quando não, quando não consegue, quando as coisas acontecem né, os problemas acontecem.// A tarefa é toda da escola.// A escola tem que assumir. (Professores Escola Particular)

A impressão que a gente tem é que a escola tem medo...// É isso aí, o medo de chamar os pais, a responsabilidade deles, e na medida que ela se omite nesse sentido, ela começa a sobrecarregar ela tem que fazer o trabalho do pai e da própria escola. (Professores Escola Particular)

A percepção desses problemas aparece aos professores de maneira muito contraditória, uma vez que eles reconhecem que a escola, além de conteúdos específicos, deva dar continuidade à formação que começaria na família, na qual os jovens não encontrariam espaço para um diálogo aberto.

O adolescente ele tá no seu contexto, chega... nós colocamos uma série de situações para o adolescente, só que eles têm a família deles, ele tem uma família que tá..., ele tá num outro contexto, a gente coloca uma situação para ele de melhora, de progressão, só que ele tem uma família que ainda não pensa dessa forma, uma família que é toda retraída e que o aluno quando chega em casa e fala: “Mãe, aconteceu isso”. Ele é punido. (Professor Escola Particular)

[diz uma aluna] “professor, eu acho que estou grávida e o dia que meus pais tomarem conhecimento disso eu acho que eles vão me matar”.//E se a porta se fecha... Então nos servimos também pra que eles desabafem. //É porque não ha nenhuma repreensão porque nós não somos pai nem mãe.// Alguma ou vai aceitar numa boa ou vai fazer barulho. O pai mesma coisa, o pai se for aquele pai muito enérgico vai dizer: fora, rua, não sei se ainda existem pais... Existem. (Professores Escola Pública)

Lembramos das colocações feitas pelo psicanalista Bruno Bettelheim

sobre a importância do exemplo na formação dos indivíduos, a partir de dois estudos suecos, que chamavam atenção para o fato de muitos jovens e

[...] crianças-problema não vinham necessariamente do que se poderia considerar lares indisciplinados ou desorganizados, nem tinham pais visivelmente anti-sociais [...]. Ao contrário, descobriu-se que os pais desses jovens anti-sociais freqüentemente tinham relações desarmoniosas devidas a desacordo sobre valores ou, com mais freqüência, inconsistência com relação a isso; não viviam conforme os valores que professavam e nos quais procuravam manter os filhos. Embora os pais tivessem tentado disciplinar seus filhos e ensinar-lhes o que consideravam valores e comportamento corretos, as crianças não conseguiram internalizar esses valores, precisamente porque os identificavam com as inconsistências de seus pais. (BETTELHEIM, 1988, p.89)

Indo mais além, o estudo mostra ainda que “pouco importava quais valores específicos os pais defendiam – fosse eles conservadores ou progressistas, estritos ou permissivos. O que estabelecia a diferença era o quanto os pais viviam em conformidade com seus valores declarados e com aqueles que tentavam ensinar aos filhos”. (BETTELHEIM, 1988, p.89)

Associado à questão estrita dos valores professados pela família, evidencia-se na fala dos professores a necessidade de reconhecer os limites entre o que é pertinente a cada uma das instituições (Família e Escola) que não ficam muito claros. Isto faz com que os professores oscilem, assumindo, por vezes e voluntariamente, o papel de **pais adotivos**:

Eu também não. Eu trabalho direitinho, sou durona com eles eu sou durona com eles mas eu sou mãezona se sabe dessa divisão de ser enérgica e passar o que precisa para eles. (Professores Escola Pública)

Os motivos das dificuldades relacionais e geracionais entre pais e filhos residiriam, no entendimento dos professores, na falta de diálogo e compreensão, mas que parecem ser consolidados pela falta de tempo, uma vez que em função das atuais condições de vida e trabalho os pais encontram-se muito ausentes. No entanto, mesmo problema da ausência é relativizado, tratando-se menos da ausência e mais da qualidade da presença e do “envolvimento”:

Não é o pai estar presente ou a mãe estar ausente ou presente, que mesmo que seja um tempo pequeno, mas que seja esse tempo com qualidade, é a qualidade desse tempo que eles estejam juntos, porque normalmente é só para cobrar, ou dizer que é proibido, mas nunca explicar o porque que não deve ser feito isso, e eu acho que a própria escola hoje, está assumindo quase que esse papel também, só proibir, mas sem orientar. (Professores Escola Pública)

Os professores chamam atenção para o fato de ser fundamental um maior “entrosamento entre família e escola” (Professores Escola Pública), porque desta maneira alguns problemas podem ser resolvidos satisfatoriamente.

Os professores consideram também que os adolescentes tomam com freqüência o modelo do professor(a) como modelos de homem, mulher, pai e mãe para o futuro, devido sobretudo ao processo de desagregação familiar. A adoção desses modelos funciona para os jovens, segundo os professores, especialmente devido ao fato de que a relação professor/aluno ocorre num espaço muito diferenciado do espaço da família e que, portanto, a relação torna-se mais aberta e baseada na confiança e não na autoridade dos pais.

A questão da desestruturação familiar é explicada pelos professores a partir da contraposição do modelo de vida da cidade grande (como Curitiba) em relação ao das cidades do interior. Nas cidades pequenas eventualmente as mães não trabalham fora, podendo dispor de mais tempo com os filhos, além do fato de que nas pequenas cidades ainda é possível a existência de laços familiares mais sólidos e próximos, criando assim uma rede de solidariedade e de sociabilidade mais rica e menos dispersa e fragmentada. Para os professores, os jovens hoje em dia ficam totalmente “*soltos*”, cabendo, deste modo, à escola desempenhar funções que antes eram realizadas no interior das famílias.

A participação da família na escola torna-se um diferencial para os professores na classificação de seus alunos. Existe aquele jovem que a família superprotege e aquele em que a família é ausente. Mesmo para o jovem superprotegido pela família, os professores consideram que os pais acabam cobrando muito dele ou, no extremo, adotando uma atitude em que os próprios pais dão cobertura aos filhos, que podem fazer coisas erradas, mas que a família acaba julgando corretas. Outro extremo verificado pelos professores é que os pais ausentes acabam procurando minimizar este fato dando dinheiro em excesso para os jovens, o que segundo esses profissionais gera problemas maiores, pois o dinheiro não compensa a carência afetiva encontrada nesses jovens.

Então, isso é um problema muito sério, porque eles têm respaldo, então alguém falou aqui, e eu vejo talvez como um começo de solução, a retomada da família na escola também, porque a família nesses últimos anos se afastou muito da escola, e muitas famílias jogaram pra escola a responsabilidade da educação do seu filho. Então, quando que eles vão na escola? (Professores Escola Particular)

Podemos constatar que existe uma unanimidade entre os professores quanto à necessidade de a família entrosar-se mais com a escola, para que possam juntas desenvolver um trabalho com os jovens. A queixa corrente dos professores é a de que a família afastou-se totalmente da escola, deixando a responsabilidade da educação das crianças com eles, pois os pais não têm mais tempo de educar os seus filhos. Os jovens estão, nesse sentido, abandonados por seus familiares. Os professores de escolas públicas trazem alguns relatos

significativos a esse respeito:

“Mas como?” A gente fala - você vai voltar pra casa, vai encontrar alguém lhe esperando? - “Professora, na minha casa ninguém me espera, eu nem sei se tem o que eu comer quando eu voltar pra casa, né, de repente eu não tenho nem o vale transporte pra voltar”. // Aí a gente tem problemas seríssimos com adolescentes nossos, adolescente dezesseis, dezessete anos, que... os filhos saem de casa e vão... almoçam um dia na casa de um colega, outro dia na casa do outro, janta na casa de um terceiro, ou tá não sei onde, e quando, os pais... a mãe, geralmente a mãe que vem chorando, até tua sala pedindo: “por favor, onde que eu devo buscar, eu vou levar esse caso pro conselho tutelar, e como buscar uma ajuda, se minha filha tem dezesseis anos, e resolveu sair de casa.” (Professores Escola Pública)

Essa questão deve ser pensada ao considerarmos o que é o correto para a escola e para a família. O fato de os professores trazerem em suas falas a questão de que a família se afastou da escola deve ser analisado sob duas perspectivas, para sabermos o quanto ela é de fato verdadeira e o quanto é o resultado de um processo histórico mais amplo, que tem perpassado a sociedade, atingindo fundo essas instituições como a escola e a família, exigindo delas um constante repensar e redefinição de seus papéis. O mal-estar expresso claramente na fala dos professores traz o sentimento de estarem diante de um processo sob o qual eles não têm nenhum tipo de controle. A culpabilização de ambas as instituições não tem sido capaz de reverter um quadro de distanciamento da família da escola e também da escola com relação à sociedade da qual faz parte.

Conforme já havíamos mencionado em passagens anteriores, esses dados apontam para uma visão do jovem e da família bastante problemática, uma vez que revelam um descompasso total entre a vida dos jovens, seu cotidiano na escola e na família e a percepção que os professores têm de seu papel no processo de formação dos jovens. As falas desses profissionais revelam também nuances no tratamento desses problemas. De um modo geral, podemos afirmar que embora os professores na pesquisa quantitativa tenham apontado para seu papel limitado (8,3%) na formação dos jovens, esse dado torna-se incongruente quando confrontado com todas as falas dos professores que assumem o fato de estar com grande parte da responsabilidade na formação dos jovens. Na fala de uma professora, que pode em grande medida sintetizar a percepção de seu papel, é que a família simplesmente: *“soltou o aluno na escola e a escola, que faça tudo pelo meu e ai se não fizer...é muito criticada quando os problemas acontecem.” (Professora Escola Pública)*

Quando perguntados se tinham conhecimentos de alguns dos problemas abaixo relacionados, envolvendo seus alunos, os professores responderam afirmativamente ter conhecimento de:

TABELA 5.22 - SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ALUNOS, SEGUNDO CONHECIMENTO DOS PROFESSORES

SITUAÇÃO	Abs.	%
1 Violência doméstica	168	42,0
2 Violência sexual	61	15,3
3 Aborto	88	22,1
4 Gravidez	274	68,7

Nos grupos de professores que realizamos, encontramos cada um desses problemas mencionados. Em maior ou menor grau existe um consenso de que o “descaso” e a “ausência” são problemas tão sérios e recorrentes quanto aqueles de violência doméstica, sexual, aborto e gravidez. No entanto, alguns professores observam que não é o fato de o pai ou a mãe estarem presentes ou ausentes que vai definir o tipo de relação e envolvimento familiar. O importante seria basicamente a qualidade da relação, construída pelo tempo que estão juntos, convivendo de modo mais rico.

Os professores das escolas particulares relataram com maior frequência a existência de problemas relativos ao uso de drogas entre seus alunos. Problema recorrente com o qual os professores sentem-se incapazes de lidar. Associado a isso, surgem então relatos de violência doméstica e até de casos extremos como o de suicídio de aluno (dois casos relatados).

Ele era um aluno dependente de drogas e acho que estava com dificuldades financeiras, não tinha dinheiro para comprar drogas e acabou também acho que agredindo mãe, irmãs, quebrando tudo que tinha em casa e se enforcou e a seguir um outro aluno fez esse desabafo também numa redação e disse que a vida dele era uma droga e ele ia se matar. (Professora Escola Pública)

Para os professores de escolas públicas, existe de imediato a constatação da diferença de estrato social da comunidade. Aqueles jovens de maior estrato social tendem a restringir o diálogo com os professores, enquanto os de estrato social mais baixo buscam efetivamente consolidar esse diálogo, tentando orientar-se frente a esses problemas. Por outro lado, os professores afirmam

serem muito freqüentes os casos de violência familiar, como espancamento por parte de mãe e do pai, passando para a escola um certo sentimento de impotência diante desses fatos. A compreensão das mais diferentes formas de violência familiar fornece aos professores uma chave para o entendimento de alguns comportamentos extremamente agressivos por parte de seus alunos.

Além da gravidez gente, ainda há a violência, ainda essa semana uma menina veio pedir socorro. O que ela faria pois ela estava fora de casa pois o marido tinha batido e colocado, estava fora de casa uma menina nossa do colégio. O que ela faria então, a gente encaminhou vai na delegacia de mulher a gente dá todas as orientações porque a vida dela estava em perigo. (Professora Escola Pública)

Diferentemente do que fora apontado na pesquisa com os jovens sobre os temas que conversam com os pais como drogas, sexo, gravidez, Aids etc., os professores afirmam que são muito solicitados por seus alunos para tratar desses temas. Assim, os professores observam que os jovens procuram informar-se e dialogar com eles porque não existe nenhum tipo de repressão, porque “*não somos pai nem mãe.*”

Todos os professores entrevistados revelaram a dificuldade de ação junto aos adolescentes quando considerado o contexto familiar no qual eles vivem. O descompasso entre escola e família propicia a formulação de modelos absolutamente conflitantes entre aquilo que a escola procura passar para o jovem e a realidade das famílias. A questão do exercício pleno da cidadania vem ocupando um espaço significativo na agenda dos professores, com um resultado que ainda é considerado muito restrito.

Para os professores, a violência encontrada nos jovens de hoje tem origem na própria família, na ausência ou na falta de compromisso com seu papel social.

Primeiro de tudo: o seio da família. Então, se isso que acontece... problemas no casamento, dentro da família, violência ali dentro gera crianças violentas, ou seja, sem rumo. Então se não há um bom convívio dentro da sua casa, do lar, isso já vai gerar uma criança com problemas, sem parâmetros, influenciadas cada vez mais pela televisão, pelas más companhias, por aquelas personalidades ruins... (Professora Escola Particular)

Apesar do tema ausência dos pais apresentar-se de modo recorrente na fala dos professores, eles constatarem também que o importante é a qualidade do relacionamento, pois a necessidade de os pais trabalharem fora é um dado de nossa sociedade. Isto justamente aponta para a existência de um longo processo e redefinição dos papéis e atribuições para romper-se definitivamente com o fosso existente entre escola e família, cada uma, por seu turno, a lançar responsabilidades e culpas recíprocas.

6 OS MITOS DA MÍDIA

A televisão não estimula só uma pessoa, estimula às vezes até uma massa inteira e até um país inteiro. A mídia faz o mito. (Menina/Escola Particular)

6.1 O LUGAR DA TV

A mídia tem sido objeto de reflexões e debates contínuos nas últimas décadas, especialmente pelo papel que tem ocupado no espaço público da moderna sociedade de massa. Os meios de comunicação de massa como a televisão, rádio, cinema, jornais e revistas semanais, constituíram objeto de uma reflexão pioneira em Adorno e Horkheimer que em 1947, em sua obra *A Dialética do Esclarecimento*, cunharam o termo “*indústria cultural*” referida justamente a esse tipo de produção, na qual os objetos da cultura transformam-se em mercadorias. Mais do que apresentar um elenco diversificado de produtos a serem consumidos, a indústria cultural promove a homogeneização e a padronização, simulando a diversidade, dentro de um repertório preestabelecido de escolhas. Além disso, o poder da indústria cultural fundamenta-se também por fornecer aos consumidores os meios de assimilação de seus produtos, não se limitando assim a dizer *o que* vai ser consumido, mas *como* o será.

As pesquisas que se desenvolveram desde então procuram entender mais profundamente a relação entre esses meios de comunicação de massa e o público-espectador-ouvinte, enfocando desde o meio técnico (TV, rádio, cinema), suas mensagens (o que é veiculado) até ao efeito provocado no público (padrões de comportamento e consumo, além de crenças e valores).

No âmbito de nossa pesquisa, procuramos focalizar o papel da mídia no cotidiano dos jovens. Dado a importância da TV como instância dominante em termos dos meios de comunicação de massa, constitui-se num veículo privilegiado pelo qual podemos analisar: o que os jovens vêem na TV; quais as suas preferências em termos de programação; qual a percepção que têm da TV na construção da imagem do jovem e finalmente como avaliam o papel da TV na relação com a violência.

Cada um desses aspectos será objeto de uma reflexão que apresenta a juventude com um olhar profundamente crítico com relação à TV, mais do que em qualquer outro tema, no interior deste trabalho. Dentro da perspectiva elaborada por Adorno, é importante enfatizar que a televisão constitui-se em “[...] uma imagem que alcança todos os órgãos, o sonho sem sonho; ao mesmo tempo, permite introduzir furtivamente na duplicata do mundo aquilo que se

considera adequado ao real.” (ADORNO, 1987, p.346)

TABELA 6.1 - ITENS DE CONFORTO INDICADOS

(Em percentual)

ITENS	1	2	3	4	5 OU +	NÃO SE APLICA
Televisores	23,3	36,7	20,3	12,3	5,5	1,8
Rádios	26,7	34,6	19,3	10,2	7,9	1,1
Videocassete	51,2	11,7	2,7	0,4	-	33,7

No universo entrevistado, constatamos que, pela pesquisa quantitativa, dos 900 jovens entrevistados em seus domicílios, apenas 1,8% deles não possuíam TV em casa. O rádio aparece mais ou menos na mesma proporção que a TV entre os itens que os jovens possuem em suas casas. Do total de entrevistados, apenas 1,1% não possuíam rádio.

Já o equipamento de videocassete apresentou um outro tipo de distribuição, pois apresentou 33,7% de jovens que não o possuíam. Aqueles que dispunham de um videocassete representavam 51,2% (461 casos).

Esses dados indicam que 98% dos jovens possuem em suas casas aparelhos de TV e um pouco mais desse valor para os que têm rádio. Aqui confirma-se uma tendência verificada no Brasil e em todos os países da América Latina, o aparelho de TV constitui um equipamento de consumo básico, mesmo entre os setores populares, diferentemente do rádio, já estabelecido como um item tradicional de consumo. Por outro lado, a posse menos expressiva de videocassetes, com um índice de 66%, aponta para o fato de que a TV acaba cumprindo a função de satisfazer a preferência em termos da programação, posto que os filmes aparecem em primeiro lugar (28,1%) entre aquilo que os jovens vêem na TV.

O fato de os jovens possuírem em suas casas mais de um aparelho de TV (74,7%) expressa a realidade das modificações que esse equipamento provocou em termos do espaço que ocupava no interior dos lares. Quando a TV apareceu no final dos anos 50 assumiu o centro de atenção das famílias, ocupando espaço de destaque na sala de visitas, a ponto de os móveis serem ordenados ao seu redor. Com o passar do tempo a TV incorpora-se à sala de refeições, como mais um personagem a partilhar dos momentos de reunião da família, proporcionando um tipo de comunicação inusitada, pois passou a orientar a atenção das pessoas e determinar os assuntos que passam a ser conversados “*em família*”. Dos anos 80 em diante, verifica-se uma outra

modificação, com a TV sendo deslocada para os quartos dos filhos e também dos pais, privatizando e atomizando ainda mais as possibilidades de interação familiar.

Por outro lado, a própria programação da TV passou a ser diferenciada para crianças e adolescentes. Num outro sentido, com as TVs nos quartos dos jovens, as famílias perderam definitivamente o controle sobre o tipo de programação a que eles assistem.

Numa outra perspectiva, está colocada a questão da TV transformar os cidadãos em consumidores. Sobre o eixo estruturador do consumo, duas questões merecem destaque pelo papel que desempenham no interior das reflexões apontadas por esta pesquisa: a questão do individualismo e a da violência. Vale aqui reportarmos-nos a Wieviorka quando analisa a questão do individualismo contemporâneo associado à violência.

Por um lado, o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado. Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser, no entanto, obrigado a fazê-lo. Ele pretende, por exemplo efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se. (WIEVIORKA, 1997, p.23)

Essa dupla perspectiva do indivíduo, como consumidor e produtor de sua existência associa-se à violência, seja em seu aspecto instrumental, pelo desejo de consumo dos produtos que os meios de comunicação de massa lhe apresentam, seja também em seu aspecto extremo, enquanto “produção de sentido, esforço para produzir por meios próprios aquilo que antes lhe era dado pela cultura ou pelas instituições”(idem). Essas reflexões de Wieviorka iluminam algumas das questões referidas à imagem que a TV constrói dos jovens e a influência que exerce com relação à violência. Embora as falas dos jovens contenham um sentido extremamente crítico com relação à TV, pudemos encontrar nelas uma zona de silêncio quando se refere aos seus padrões de consumo. Ou seja, os jovens percebem a influência da TV com relação ao consumo, ao que pode ou deve ser consumido, mas, por outro lado, deixam de ter a perspectiva da ação do consumo, da criação dos desejos – do boné da Nike, do tênis Reebok, da sandalhinha da Xuxa, do boneco do Ratinho⁵⁹ – desses

⁵⁹ É interessante destacar que serão justamente esses itens – bonés e tênis – os mais utilizados pelos jovens e os mais visados pelos jovens que se encontram excluídos da possibilidade de acesso a eles, sendo, portanto, objeto de desejo e de ação de apropriação violenta por parte dos mesmos - “é o ganho”.

inumeráveis componentes da moda, que para o universo juvenil estão intimamente associados à construção de sua identidade, do seu *ethos*, do ser jovem, como um elemento de distinção e diferenciação frente a outros grupos etários.

6.2 O QUE OS JOVENS VÊM NA TV?

A importância da mídia na vida dos jovens pode ser constatada quando relacionada com os momentos livres que eles dispõem e com o tipo de atividade que desenvolvem. Os momentos de lazer dos jovens são voltados para as mais diversas atividades. Quando indagados o que fazem em seus momentos de folga, os jovens responderam que **sempre** ouvem som; conversam com amigos, assistem TV e passeiam. Outras atividades como namoro (36,2%); esportes (30,9%); leitura (26,7%); utilização de computador (17,0%) e participação em grupo religioso (9,7%) seguem-lhes em ordem de importância.

TABELA 6.2 - O QUE FAZ NOS MOMENTOS DE FOLGA?

LAZER	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Ouve som	76,4	20,8	2,8
Conversa com amigos	75,7	22,0	2,2
Assiste TV	69,0	28,6	2,2
Pratica esportes	30,9	45,4	23,6
Namora	36,2	39,5	24,2
Lê	26,7	52,7	20,4

É interessante notar no rol dessas atividades o lugar ocupado pela TV em contraposição à leitura. Os jovens que **às vezes** vêem TV representam 28,6% e aqueles que **nunca** o fazem 2,2%. Já os jovens que **às vezes** lêem perfazem 52,7% e os que **nunca** lêem representam 20,4%. A leitura ocupa, em termos de importância, baixo grau de interesse por parte dos jovens, revelando inclusive uma certa aproximação para aqueles que sempre lêem daqueles que nunca o fazem. Não se trata, até aqui, de novidade, posto que os jovens têm sido praticamente '*alfabetizados*' pela TV, ou seja, as crianças em nossa sociedade aprendem antes a **ver** do que a **ler**, o que tem provocado uma modificação profunda no homem. Esse processo tem sido tratado por autores como Giovanni Sartori, que observa ser a TV não apenas um instrumento de comunicação, mas também engendrador de uma nova *paidéia*, um *medium* que tem gerado um novo tipo de ser humano. (SARTORI, 1998, p.36)

Por *paidéia*, segundo Sartori, compreende-se o processo de formação

do adolescente. E no âmbito da pesquisa, a questão da formação dos jovens revelou alguns dados, no mínimo surpreendentes. Conforme já tivemos oportunidade de comentar no início deste trabalho (tabela 4.6), os jovens reconhecem a família e a escola como as instâncias que mais influência exercem em sua formação, cabendo à TV um papel menor (13,7%).

A mesma questão apresentada aos professores teve o seguinte resultado: a família (50%); a TV (40,3%) e a escola (8,3%). O fator surpresa encontra-se no papel que a TV ocupa para os jovens em sua formação e, por outro lado, no papel que os professores atribuem a sua própria atividade. Aqui há de fato um grande descompasso em termos das percepções que cada grupo vai elaborar com relação ao papel da mídia em suas vidas. De certo, verifica-se que existe um não reconhecimento por parte dos professores do papel socializador e formador desempenhado pela escola.

De um lado, o tema mídia apareceu na fala dos jovens nos grupos focais de modo espontâneo, quando tratávamos do tema cidade e violência. Nesses dois temas, a mídia aparecia como responsável pela difusão de uma certa imagem da cidade, como “*cidade do primeiro mundo*” atendendo evidentemente aos interesses dos governantes que vêm investindo recursos vultosos para a construção dessa imagem.⁶⁰ Por outro lado, no tema violência, a TV aparecia pelo que eles tinham visto de violência na TV, especialmente de fatos veiculados nos noticiários, e que continham, portanto, um grau de verdade, “*do que tinha acontecido*” de fato. O corte nesses dois temas revela que o jovem percebe com clareza, e crítica, aquilo que aparece na TV e que é “*mentira*” e aquilo que é “*verdade*”.

No geral, assistir à TV faz parte do cotidiano dos jovens entrevistados, apesar de 11,2% deles terem afirmado o contrário. A quantidade de horas por dia que eles dispõem em frente à TV varia muito, posto que 31,9% assistem de 1 a 2 horas; 41,8% de 3 a 4 horas; 16,1% de 5 a 6 horas e 10,1% de 7 a 15 horas por dia. Os jovens que só estudam e das menores faixas etárias 14-15 anos vêem mais TV do que aqueles que, além de estudar, trabalham o dia inteiro ou meio período. Assim, o tempo que os jovens reservam para assistir TV vai variar à medida que este tempo será dividido entre as atividades escolares e de trabalho exercidas por eles. Deve-se ressaltar que os jovens que vêem de 1 a 4 horas diárias constituem mais de 80% do universo pesquisado.

⁶⁰ A esse respeito ver: capítulo inicial desse trabalho, além de outros estudos como o de Fernanda Sánchez García e Ana Clara Torres Ribeiro: “*City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século*”. In: REIS, Elisa et al. (org.). Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo, HUCITEC-ANPOCS, 1996.

TABELA 6.3 - QUE TIPO DE PROGRAMA PREFERE?

PROGRAMA	%
Novela	13,5
Jornal	12,7
Desenho	2,7
Filme	28,1
Esporte	9,3
Programa de auditório	5,0
Seriados	1,9
Musical (clip)	10,4
Documentários	4,1
Religioso	1,0
Todas as alternativas	9,3

Em termos de preferência, os filmes aparecem em primeiro lugar; seguidos de novela; jornal; musical (clip); esporte e todas as alternativas; programa de auditório; documentários; desenhos; seriados e programa religioso. Conforme essas respostas, as preferências dos jovens são bastante variadas, e num certo sentido, atendem às expectativas de cada grupo, por sexo, idade e classe social.

Eu não sei. Para mim a televisão é um sinônimo de diversão e informação. O primeiro meio de informação meu é o livro, depois a televisão. E acho um super lazer, eu adoro. Não importa que esteja lá uma propaganda: “VENHA PARA O MUNDO DE MARLBORO” – Nicotina, desgraça, morte – mas eu acho aquela propaganda linda! Aqueles caubóis são lindos! Eu acho o máximo e curto televisão. Mas, para a criança... (Escola Particular/ Meninas/Manhã)

A fala dessa jovem traz um componente interessante com relação do que é veiculado pela TV. Ao apontarem para a programação oferecida pelas TVs, eles vão estar enfocando a baixa qualidade com que ela se apresenta e, por outro lado, revelam constantemente uma preocupação com as crianças. Ou seja, os jovens adolescentes consideram ter capacidade de discernimento para escolher o tipo de programa a que vão assistir na TV e estão, num certo sentido, “*inumes*” aos efeitos maléficos da TV (especialmente pela exploração de sexo e violência), com os quais dificilmente as crianças podem se proteger.

6.3 A IMAGEM DO JOVEM NA TV

De um modo geral, os jovens consideram que a imagem que a TV passa da juventude “*é a pior, uma imagem negativa*”. Consideram que a TV fala muito mal dos jovens, “*que usa muitas drogas assim... porque televisão: ‘quatro jovens pego drogados e não sei o quê... não sei o quê jovens’*” (Escola Pública/Meninos/Manhã); “*que o jovem não presta*” (Escola Pública/Meninas/Tarde)

E a imagem que ela mostra do jovem no Brasil hoje, ela não passa uma imagem boa// Os jovens (que me perdoem?) na verdade é isso// Exatamente. Toda a imagem que mostra do jovem, ou o cara tá usando drogas ou ele tá roubando ou ele tá envolvido em briga de torcidas. // Ou o jovem tá esticado no chão morto...em alguma chacina. A televisão hoje em dia tá mostrando mais defunto no chão, de jovens de 18 a 25 anos. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Para os jovens que pertencem a torcidas organizadas, a TV mostra o jovem como “*drogado, vândalo, delinqüente*” (Torcida Organizada/Misto); é “*bicha, rebelde, revoltado, ladrão*” transformando o jovem em algo que não existe.

Não quer estudar, não quer trabalhar, só quer fazer bagunça... rebeldes, né?// É, rebelde. É o que eles passam e é o que não tem nada a ver. A maioria dos jovens se preocupam com que vai acontecer amanhã, como que ele vai ganhar dinheiro, sair de casa, esses negócios. A maioria acho que não vê a situação do jovem. // Jovem quer curtir, quer sair, mas também se preocupa, tem responsabilidade... Pra televisão, o que eles passam, é que jovem não tem responsabilidade nenhuma e isso não tem nada a ver hoje, com a gente. (Torcida Organizada/Meninas)

Para um grupo de meninas de um colégio particular, a imagem que a TV constrói dos jovens é muito liberal: “*liberado para o sexo, liberado para as drogas, liberado para bater boca com pai, mãe...dono do seu próprio nariz*” (Escola Particular/Meninas/Manhã). Assim, avaliam que a TV constrói a imagem de que o jovem pode fazer tudo, “*essas idéias moderninhas... mas que é uma minoria*”.

Eles criam um mundo muito moderno, bem distante do nosso mundo realmente// Eles fazem um sonho, um mundo deles, um mundo para eu ver o que eles fazem. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

A TV é a própria violência, segundo um grupo de jovens estudantes da periferia de Curitiba: “*Violência. A própria televisão traz a violência. Cê tá ligando a televisão, é tiro, pá, pá, ‘aí, cara, qual que é?’ Nossa, você... ‘vou*

brigar, cara, gostei', você pega até teu irmão e vamo descer (tapas), vamo aí... (Escola Pública/Meninos/Noite). Para eles o jovem que aparece na TV "é bandido, marginal, ladrão, que gosta de beber e badernar".

Só mostra quando o cara tá lá estirado, 'em tal favela tem guerra de tráfico...'//Tipo agora, assim, que nem nós, a televisão não mostra isso, um debate. Agora você vai lá e... 'tal fulano, 17 anos, matou, roubou, por causa de fumo - aquele lá roubou, pegou aquela menina, fez aquilo...'//- Rebelião, teve estupro, alguma coisa, só fala isso...//Por quê? Porque o jovem gosta da violência, por isso que só passa aquilo na televisão. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Alguns jovens avaliam que a TV está segmentada "jovem da periferia é o jovem da periferia, o jovem da classe média é o jovem da classe média", contribuindo para criar um mundo de fantasia. Para eles, um programa em que aparecem os jovens conversando sobre os mais diversos temas, "Alto Astral", no Fantástico, mostra jovens de classe média alta, de escolas particulares, que viajam sempre e "conhecem tudo", o mundo é outro.

Cadê os que tão morrendo, os que tão roubando, que foram morar na favela? Que moram na favela, que jogam futebol ali na rua descalço, e coisa e tal, tão batalhando, não tem dinheiro, esse pessoal não entende nada. Claro, que pra eles tá tudo bom, que tá tudo uma maravilha, porque eles têm. (Escola Pública/Meninas/Tarde) // Para eles é separado, o pobre é sempre o maconheiro, é o azarado, a classe média é mais ou menos, o rico é aquele que é: "Ai, não sei o que". Não é verdade, que nem mostra no Fantástico. É tudo aquele pessoalzinho playboy que se pergunta se usou drogas diz: "Ai, eu não, imagina". São o que mais usa, o que mais alopra é o rico. Pelo menos na minha opinião e que eu conheço. (Torcida Organizada/Meninos)

Num outro grupo de jovens, o programa do Fantástico apareceu como a TV "tá dando uma oportunidade aos jovens... tá fazendo altos papos lá com os jovens e tudo, e conversam sobre alguns assuntos da adolescência" (Escola Pública/Misto/ Noite). Para os jovens universitários, esse programa retrata os jovens de um modo "ridículo".

Não veja, assim, por exemplo, aquele negócio do Fantástico, que tem aquele negócio que fazem aquelas perguntas pros jovens. É uma coisa completamente ridícula. Uma coisa não tem nada. Eles separam, por exemplo, nós temos adultos e jovens. Os adultos, parece que para entender os jovens têm que se separar, separa em Grupos pra se entender os jovens... é uma coisa, assim, eles pintam a gente na mídia como

sendo um bando de idiotas, né, na novela aparece universitário, o cara nunca tá na universidade, eu sou um universitário, mas o cara nunca tá com apostila, nunca tá fazendo nada, totalmente fora da nossa realidade. (Jovens Universitários)

Esses jovens, além de perceberem a separação existente entre as pessoas no geral e os “jovens”, criticam duramente a imagem que a TV faz do jovem estudante, pois esse sempre “*é o cara pato. O cara é o estranho, a faculdade inteira é estranha, porque a gente tem que estudar, tem que tá com livro.*” (Jovens Universitários/Misto)

Os jovens dos colégios particulares também consideram que a TV só apresenta os jovens de modo estereotipado, que não trabalha, não estuda e passa o tempo todo só se divertindo:

O jovem é estereotipado, é o jovem que tem riqueza, é o jovem revoltado, é um jovem que tem tudo, uma mansão, tem... sabe, tem do bom e do melhor, pode tudo, quer um exemplo, um exemplo é aquele seriado “Malhação”, aquilo mostra uma realidade que não existe, porque não é, porque eles não mostram quem tá trabalhando no canavial, a doméstica, que tá se matando, que tá com a mão cheia de graxa, então, sabe é eles mostram um jovem estereotipado mesmo, um jovem fora da realidade (Escola Particular/Meninos/Manhã). // Mas olha o jeito que a televisão trata a gente, é a ‘Malhação’. Tá, os caras vão lá pra fazer ginástica o dia inteiro, mas legal que não precisa de dinheiro pra pagar aquilo. É assim, os jovens todos são filhinhos de papai, não estudam, nunca vi eles estudar... não estudam, não fazem nada, só quer saber de... os piá as gurias de se divertir, de morar sozinho, de beber. Só que a gente não é assim. (Escola Particular/Misto/ Manhã)

Pela fala dos jovens, constata-se que existe praticamente um abismo entre a imagem que a TV constrói dos jovens e a vida deles “*na real*”, conforme eles dizem. Ou seja, tanto pobres quanto ricos acabam não se reconhecendo frente aquilo que é retratado na TV. O pobre é marginal, bandido, é maconheiro; o rico é vagabundo, revoltado, desprezível e o estudante é um idiota. Desse modo, fica difícil imaginar que os jovens estejam satisfeitos ou felizes com esse tipo de imagem, e mesmo as iniciativas que pretendem revestir-se de um caráter “*democrático*” de ouvir os jovens, terminam por apresentá-los de modo ridículo e fantasioso.

Um outro grupo de jovens assinalou o papel que a mídia tem de “*fazer a cabeça dos jovens*”. As novelas acabam influenciando o comportamento e a moda, e, no geral, segundo a fala de uma jovem “*na televisão existe uma desvalorização da mulher, muito grande...*” (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Eles mostram muito assim, essas coisas assim de uma mãe solteira. Toda novela tem uma mãe solteira, toda novela tem um cara que é casado e já tem uma amante. (Escola Particular/Menina/Manhã)

A construção dos modelos que a TV apresenta aos seus espectadores não se restringe simplesmente a esse processo de desvalorização da mulher, mas também da imagem de homem que é elaborada segundo alguns estereótipos. Na fala dos jovens, “*you vê aqueles caras fodão lá, não sei o que... pegou a menininha, come a menininha... acho que a TV, a sociedade impõe isso daí, você tem que ser um cara macho...*” (Escola Particular/Meninos/ Manhã). Em contrapartida, para o grupo de jovens homossexuais “*a mídia já tá aceitando, tá ajudando o homossexualismo abrir o seu próprio espaço*” (Jovens Homossexuais).

Aqui é interessante contextualizar um pouco o momento em que foi realizada a entrevista com esse grupo. No dia anterior havia passado um programa na Rede Globo, chamado *Você Decide*, em que o tema era justamente o de um casal de homossexuais que queria adotar uma criança, e o resultado foi que a “*maioria*” decidiu que eles deveriam ficar com a criança. No mesmo período, uma novela dessa emissora chamada *Torre de Babel* tinha um casal de lésbicas, que teve que ser “*assassinado*” porque o público estava “*chocado*” não aceitando tal situação. Para os jovens, a explicação é a de que os homens são mais assumidos que as mulheres.

[...] no caso delas, eu achei meio, eu achei uma sacanagem. Porque existe, existe muito mais do que homossexuais, a diferença é que nem todo mundo é e tá assumindo. As mulheres não são assumidas, entendeu, os homens já são mais, mais que existe, existe. Quem até hoje, qual a mulher que ela acha que não teve já uma cantada de uma outra mulher?... (Jovens Homossexuais)

Para os pais, a TV não tem sido capaz de criar uma outra imagem dos jovens, ignorando o fato de que eles são capazes de estabelecer um pensamento crítico com relação à mídia. Além disso, percebem o descompasso existente na própria sociedade, no “*fracasso do sistema*” como um todo.

E o jovem... eles gostam de se planejar. Eles precisam planejamento, mas... eles têm que sentir que a vida realmente vale a pena. Agora, se eles ligarem a televisão eles vão ver que é só besteira, não tem inteligência nenhuma na mídia, é só bobajada, alugação, e eles tão sentindo que nós adultos, nós, o sistema, falhamos. (...) Então a hora em que se dão conta... então os jovens, eles tão percebendo, não são tão bobos quanto, eles são bem mais ligados que a gente tá imaginando. (Pais de alunos de escola particular)

Os professores consideram que a mídia promove a intolerância, fazendo com que o jovem tenha por referência um quadro de maior preconceito e discriminação. A fala de um professor reproduz, em grande medida, a idéia da “democracia racial” brasileira, que deixa de ter por horizonte a questão da exclusão social e econômica real promovida por nossa sociedade.

Isso é uma mudança social assim que é agravante porque o nosso país ele é marcado pela tolerância que existe entre as raças entre as várias culturas, que compõem a nossa cultura e a gente tá vendo que está se fragmentando e as pessoas estão se tornando cada vez mais intolerantes por motivos mínimos elas se agridem. (Professores Escolas Particulares)

A marca da intolerância, associada à cultura, projetada na fala do professor, tende a desviar o sentido do problema da violência para a questão da diferença, do outro e da produção da alteridade. No entanto, traz consigo também uma marca mais decisiva que é a da separação entre “ricos” e “pobres”, e da ausência efetiva de instâncias e de políticas que venham a solucionar esse tipo de problema.

Os jovens consideram que para a TV melhorar a imagem deles, ela deveria mostrar “a real, eu acho a real que o jovem vive no dia a dia...pois é tanta coisa que rola na adolescência. É massa ser jovem”. Embora considerem que, de fato, na vida do jovem também há violência, pois “em todo mundo existe violência”, a TV deveria trazer também imagens mais positivas da vida dos jovens.

Tinha que passar menos violência, mas eles tinham que mostrar o outro lado também, digamos, eles passam lá, uma briga de torcida, aí logo em seguida da briga de torcida eles mostram assim, o movimento que os jovens tão fazendo para conseguir alguma coisa lutando por alguma coisa que eles querem. Assim, um movimento pacífico ou um... é uma reação mais ou menos do povo. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

6.4 A TV ESTIMULA A VIOLÊNCIA?

Quando indagados se a TV estimula a violência, em apenas dois grupos focais apareceu a resposta não, “nada a ver”, segundo as palavras de um jovem, em contrapartida assinalaram que a TV “é meio vulgar, muita vulgaridade atualmente.” (Escola Pública/ Misto/Manhã)

Não tem nada a ver... porque é a partir do que acontece, por exemplo, o que vai acontecer daqui a dois minutos? Não sei, cara. E assim vai,

pode acontecer violência. A TV não tem nada a ver, ninguém tá. (Escola Pública/Meninos/Noite)

Num outro extremo, encontramos nos grupos focais a maioria dos jovens apontando para a responsabilidade da TV com relação à violência. Para uma jovem “*a mídia, é a pior coisa que tem, que cada coisa que passa assim... governador acredita o povo pobre vai nessa né!*” (Escola Pública/Meninos/Manhã)

Claro que estimula, não adianta falar que não. Você coloca a mesma coisa no rádio e se você vê a Tribuna, todo dia tem morte. (...) Se você escuta o rádio, tem morte. Vai pra TV, tem morte. Vai fazer o quê? // A gente não é tanto né, que a gente sabe que é errado, mas uma criança que assiste televisão... Às vezes a criança assistindo um desenho ali, eles param no meio do desenho pra falar sobre morte, assalto, milhões de coisas. (Escola Pública/Misto/Noite)

Conforme já indicamos em passagens anteriores, os jovens demonstram grande preocupação com o que as crianças assistem. Sexo, mesmo em propagandas como os “*ai 0900; passa 0800...pqp...*”, violência generalizada “*todo mundo querendo dar porrada*” aparecem diariamente nos programas de TV e até “*às vezes o próprio desenho*”. (Escola Pública/Meninos/Noite). Esse tipo de percepção dos jovens com relação aos programas que, afinal de contas, “*todo mundo assiste*”, encontra uma reflexão que, num certo sentido, antecipou esse processo geral de explosão da violência na TV. Adorno e Horkheimer foram precisos ao observarem o tipo de efeito causado por desenhos animados, e constataram que, se eles outrora eram os expoentes da fantasia contra o racionalismo, agora pelo seu ritmo frenético habitam os sentidos ao:

[...] martelar em todos os cérebros a antiga verdade que o mau trato contínuo, o esfacelamento de toda a resistência individual, é a condição de vida nesta sociedade. Pato Donald mostra nos desenhos animados como os infelizes na realidade são espancados para que os espectadores se habituem com o procedimento. O prazer da violência contra o personagem transforma-se em violência contra o espectador, o divertimento converte-se em tensão. (1969, p.174)

Os efeitos de atos violentos na TV têm sido objeto de pesquisa, especialmente pelo efeito que provoca nas crianças. Na realidade, desde o aparecimento da TV os pesquisadores americanos vêm desenvolvendo observações a respeito do aumento da violência e atitudes agressivas entre crianças expostas a esse tipo de programas. Em um dos grupos focais, a fala de

um jovem buscou justamente corroborar esse tipo de problema, gerado para as crianças, a partir dessas pesquisas realizadas nos EUA.⁶¹

[...] foi feita uma pesquisa nos Estados Unidos, com um grupo de crianças, e um grupo... foi submetido a programas de televisão extremamente agressivos, e outros a programas culturais... e educativos. E o grupo que foi submetido a programas agressivos acabou se tornando mais agressivo, então, eu acho que a violência na televisão tem um fator decisivo, eu acho que não é a origem, mas tem uma influência, não é muito influência, mas acho que tem alguma influência. Por exemplo, muitas vezes tem casos suicido em... que pessoas vêem o suicídio, um assassinato, num filme e acabam... por um motivo de desespero, se suicidando, no dia seguinte, da mesma maneira que viram na TV. (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Embora os jovens desse grupo sejam das classes A, e que, portanto, apresentam um discurso muito bem articulado sobre esse tipo de problema causado pela TV, isso não compromete de modo algum a questão formulada pelos adolescentes a respeito do estímulo e até mesmo do incentivo da TV a atos violentos afetar sobretudo as crianças. Para os jovens das torcidas organizadas, a TV estimula muito a violência, pois “*se parasse a pancadaria os caras paravam de ganhar dinheiro. Não tinha o que mostrar mais... Não só a violência como a prostituição, que é a coisa pior para a criança, nos horários nobres assim.*” (Torcida Organizada/Misto)

Por outro lado, num dos grupos a fala de um jovem indicava um outro aspecto do problema, ao dizer que “*jovem gosta de violência*”. Embora essa frase não expresse uma idéia geral, compartilhada por outros jovens, ela revela também o componente de atração desencadeado pela veiculação de imagens violentas na TV. A fala de um professor reforça essa idéia: *sobre violência no futebol, quando eles viram uma cena dos “huligans”, eles gostavam, festejaram aquilo. Puxa professor que “massa”! que legal!!! (Professores Escolas Públicas)*

É interessante notar que, para alguns jovens, o fato de poderem assistir a filmes “*tipo Kids, Diário de Adolescente, Baskiar, Christiani F...*” que apresentam o cotidiano e seus envolvimento com sexo, drogas e violência, serve para conscientizar outros jovens, “*não que o jovem vá se drogar. Agora*

⁶¹Essas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos EUA desde o final dos anos 50, pelo Children's Institute International, pela American Psychological Association Commission on Violence and Youth (1995), MURRAY, J. P. (1980) e BANDURA, A., ROSS, (1963), entre outros autores.

já tem gente que fala: 'não, não vai ver isso, você não pode ver isso'. Com quinze anos na cara!(...) Tem que ver, tem que ver pra saber como é que é.' (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Ao afirmarem que a mídia gera violência e “a discriminação”, os jovens procuram estabelecer as responsabilidades sobre tal fenômeno. Para alguns, “o sistema” passa a ser identificado com “a Rede Globo”.

Eu acho que a mídia gera violência e bastante, como o sistema também força, que é a Rede Globo. Todas as redes de televisão forcem bastante. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

A influência que a TV passou a ter no cotidiano dos brasileiros pode aparecer também para o jovem com um outro tipo de associação. Corroborando a idéia geral de que a TV estimula a violência, a fala de alguns jovens busca relacionar o poder da mídia a outras instâncias de nossa sociedade.

A televisão elegeu até um Presidente e tirou! Não vai influenciar a violência? Acho que muita gente...pô, tem umas coisa... vai aquele Ratinho, passa... os caras brigando, todo o dia. E todo mundo vê. Daí vê lá pô a mulher lá, a mulher “vou bater nela”. (Escola Particular/Menino/Manhã)

Para outros jovens, se a TV fosse menos violenta, a sociedade também seria. Consideram que a TV não poderia deixar de mostrar o que acontece na “realidade”, mas que deveria também mostrar coisas positivas que acontecem pelo mundo afora. Assim, embora as coisas positivas existam, praticamente elas não aparecem na TV, “porque não dá audiência”.

Entre os professores, a TV aparece em diversos níveis estando presente, no geral, em suas falas como uma das instâncias responsável pela violência de hoje e pela situação na qual os jovens se encontram. Na fala de uma professora esse problema foi expresso nos seguintes termos:

A televisão tomou de tal forma conta, que eu considero como maior concorrente, maior não, maior rival da escola, não concorrente, mas aquele que realmente cai por terra todo o trabalho da escola (Professores Escola Pública) // Sabe, eu acho que isso, faz com que a violência também seja... porque veja, nem sempre tem um adulto pra dizer: “Puxa, mas que papel feio que essa pessoa tá fazendo”. Pra fazer o senso crítico da coisa, não há senso crítico, (...) não tem punição, o mal só vai ser punido no último capítulo, e se for ainda..., agora enquanto nós tivermos redes de televisão, e, principalmente de televisão, que alienam o povo brasileiro de uma certa forma, e conseqüentemente alienam o jovem brasileiro com a informação deficitária, eu acho que isso é uma coisa muito séria. (Professores Escola Particular)

Para os pais, a mídia contribui para o culto à violência, ao mesmo tempo que revela um componente mais agudo nesse processo que é o da impunidade. Ou seja, para os pais, a TV apresenta as situações mais aterradoras de nossa realidade, mas não tem sido capaz de alterar o quadro social.

É, eu acho que até as informações que a gente tem recebido pela televisão, pela mídia,(...) eu vejo que a gente até recebe isso de uma maneira muito agressiva. Ou seja, cultua-se a violência, além de se viver, ainda cultua-se. // É o que está na mídia hoje. Essa é a maior violência no Brasil, esse tipo de corrupção, esse tipo de denúncia que todo mundo depois esconde, nada é verdadeiro... (Pais/Jovens Dependentes de Drogas)

Para os policiais, os problemas que a TV provoca estão associados à forma como eles interferem na estrutura familiar e no tipo de referencial que apresentam para os jovens.

É, hoje em dia, o vínculo familiar dos jovens e os pais não existe mais. Isso, os pais, no caso, foram substituídos pelos meios de comunicação – a GLOBO, a NET, televisão... e os jovens hoje eles têm de referencial os meios de comunicação, a mídia. O que tá na mídia, “vamos fazer isso aí e...” E eu acho que hoje o homem tá perdido, não sabe de onde veio nem pra onde vai. (Polícia Militar/Oficiais)

Na avaliação dos jovens, mais do que estimular a violência, a TV induz os espectadores ao consumo de seus produtos. É interessante apontar aqui a fala dos jovens sobre essa questão:

Desde pequeno você é induzido pela televisão. Te induz a fumar, te induz a beber.. ah, sei lá. Que nem, tem uma música do Planet Hemp que fala, que “desde pequeno você é induzido a fumar, induzido a beber, ouvindo a TV falar diga ‘não’ às drogas, use camisinha e pare de brigar, mas beba muito álcool até sua barriga inchar”. (Torcida Organizada/Meninas)

Não, não é porque você viu um filme que o cara matou três, quatro que você também vai pegar uma arma e vai atirar em todo mundo. Assim também como as músicas que falam sobre maconha, eles falam que tão influenciando você. Não, não tem nada a ver. Nada a ver, assim tipo, pô o Planet Hemp, é a maior polêmica por causa que as músicas deles tão influenciando você, tão influenciando você a fumar maconha, a usar droga... Lógico que não. (Escola Pública/Misto/Manhã)

Nas falas dos jovens aparece a questão da indução para o consumo provocada pela TV, aqui centrada justamente da figura do grupo musical Planet

Hemp, objeto de várias polêmicas e da ação policial. É interessante notar que na primeira fala, domina o sentido de crítica a esse processo contraditório de ação da TV, que de fato apresenta campanhas contra drogas, mas veicula campanhas vultosas em torno de determinadas marcas de cerveja, além de passar livremente propagandas de cigarros. Com isso, os jovens expressam a concordância com a questão colocada pelo grupo musical com relação as “*drogas legais*”, como o cigarro e o álcool, que são abertamente veiculadas pela TV. Por outro lado, mantêm um discurso contraditório quando se trata do conteúdo das letras das músicas, que falam claramente da maconha, e que, diga-se de passagem, vem apresentando de modo aberto a questão da discriminação dessa droga. A contradição apontada aqui refere-se a premissa inicial, ou seja, se a TV induz os jovens ao consumo de bebidas e cigarro, ela também poderá induzi-lo ao consumo de maconha, caso essa droga venha a ser liberada. Então, ainda seguindo a premissa apresentada pelos jovens, na segunda fala, “*é a maior polêmica por causa que as músicas deles tão influenciando você, tão influenciando você a fumar maconha, a usar droga... Lógico que não*”, não se sustenta. No entanto, mais do que a percepção dessa contradição expressa na fala dos jovens, existe de fato, uma questão de fundo que remete justamente ao que é “*permitido*” e ao que é “*proibido*” em nossa sociedade e, sobretudo, para algo intolerável aos jovens – a hipocrisia.

Mas podemos ir um pouco mais longe, sobre a indução desse grupo musical a que os jovens consomem drogas, quando ela é expressa também na fala dos professores.

Há quinze anos atrás, quando eu fazia o segundo grau, é... maconha no colégio, era uma coisa muito distante, hoje é natural, é normal, você falar em maconha, é careta quem não usa. Há três anos atrás quando surgiu a banda Planet Hemp, ainda era, não era tão divulgado, ainda era velado. (...) Então a mídia influencia e muito e pior de tudo, esses caras fumam um “baseado” por semana, e faz uma apologia pra uma rapaziada que não conhece, e acha que é legal, faz parte do grupo mesmo, então quando vem essa campanha do governo, “Drogas, diga não às drogas”, (...) eu gostaria que fosse mais incisivos, porque quem não usa até pára pra pensar, mas quem usa nem tá aí pra campanha. (Professores Escolas Particulares)

Aqui é interessante ressaltar que para os professores a mídia influencia muito, com o grupo aparecendo na TV, nos shows. Nesse linha, como revela a fala do professor, as campanhas contra as drogas deveriam ser muito mais incisivas, pois “*a influência do grupo foi muito mais forte do que o blá, blá tranqüilo dessas campanhas para ajudar os jovens*”. Se a presença do grupo

na mídia fez crescer o consumo de maconha entre os jovens, esse fato precisa ser investigado. No entanto, enquanto isso não se realiza, ocorreram outras iniciativas para “inibir” a ação do grupo musical. Chamaram a polícia.

É, aquele grupo de música que foi preso por apologia ao crime, não tô lembrando o nome agora é... Planet Hemp. Eles estavam num show, cantavam música incentivando o uso de drogas, incentivando a bebida, a bagunça... Então... o Código Penal, tá escrito: apologia ao crime, isso. Eles foram presos, né, depois eles foram soltos, (...) Eles foram no Programa Livre, do Serginho Groissman. E daí, lá eles meteram o pau na polícia porque a polícia que prendeu eles, eles falaram na polícia num termo geral, né. //E daí todos aqueles jovens que estavam vendo o programa aplaudiram, né, e praticamente levaram esse grupo às alturas lá, como se eles tivessem com a razão, tivessem fazendo certo, né, mas eles estão errados.(...) aplaudindo aquele grupo que incita eles a usar drogas, a beber, a cometer crimes a... a fazer aquilo que é errado... (Polícia Militar/Oficiais)

Conforme já assinalamos, os jovens não toleram a hipocrisia. As bases morais de nossa sociedade revelam constantemente as suas fragilidades, as suas contradições, e os jovens percebem isso. É permitido beber, fumar, estimular precocemente a sexualidade das crianças com danças provocantes de loiras oxigenadas, e aparentemente isso tudo “*pode*”. Mas a maconha não pode, é “*apologia ao crime*”, segundo a fala do policial. No entanto, para encerrar por aqui, vale recuperar a fala de um pai que participa de um grupo de familiares de jovens dependentes de drogas, e deixar um espaço de silêncio para que cada um tire suas próprias conclusões.

A questão da sociabilidade lá dentro da família, agora, por que isso? Então, rapidamente, para o que aconteceu lá em casa isso [filho drogado]? Pra mim parar de fumar, pra mim parar de beber, pra mim não usar mais calmantes, pra mim poder dar condições do médico me receitar um remédio e eu ser suficientemente inteligente e deixar o remédio agir.. Pela dor, nós aprendemos a ter um comportamento. Já que não fomos inteligentes né, de outra maneira, então foi pela dor. Então houve uma transformação. (Pais de Jovens Dependentes de Drogas)

7 CIDADANIA: ENFRENTANDO AS DIFERENÇAS

Os pobres pra lá

Os ricos pra cá

SE-PA-RE

*(Cidade Holograma, música do grupo Rap
Comunidade Racional)*

A palavra cidadania é uma expressão remota no tempo e uma das mais caras aos amantes do pensamento democrático. O próprio Rousseau, em *Emílio*, chegará a afirmar que o “homem só é homem enquanto se realize como cidadão”. A palavra cidadania tem por raiz a palavra grega *citizen*, que definia o indivíduo que participava dos assuntos administrativos e judiciais da *polis* ou cidade-estado (ARISTÓTELES, 1997, p.52). O *Dicionário de Ciências Sociais* (1986, p.177) a define “como o estatuto do cidadão numa sociedade, estatuto baseado na regra da lei e no princípio de igualdade”. Quer dizer que a realização da cidadania tem como condições intrínsecas de sua realização a igualdade de condições entre os indivíduos e a existência de um estado de direito que a garanta universalmente.

Do ponto de vista histórico a conquista da cidadania tem sido um processo sacrificado e muitas vezes doloroso. A cidadania dos antigos, da Atenas e da Roma republicana, viu-se interrompida por um longo *intermezzo* de mais de mil e quinhentos anos. Desta forma poderíamos falar de uma cidadania dos modernos, cuja origem remonta apenas há três séculos. De acordo com a famosa tipologia de T.S Marshall, no século XVIII se consolidam os *direitos civis* (liberdade pessoal, de expressão, crença, direito à propriedade, direito de justiça); o século XIX corresponderia à conquista dos *direitos políticos* (direito de votar e ser votado para cargos públicos) e o século XX representa o acesso aos direitos sociais (direito à educação, saúde, segurança, moradia, lazer), em outras palavras a conquista “do direito do indivíduo de viver a vida de um ser civilizado”. (BENDIX, 1983, p.390)

No Brasil a consolidação do processo de cidadania é particularmente recente, a universalização dos direitos civis, políticos⁶² e sociais é um fato que data deste século, e no caso dos direitos sociais a vivência desses direitos é ainda bastante parcial ou regulada, para usar a famosa expressão de Wanderley

⁶² Basta lembrar que os analfabetos só atingiram o direito ao voto em 1985.

Guilherme dos Santos (1987).⁶³ Essa defasagem entre a cidadania como um processo universal e sua prática concreta vê-se reforçada por um recrudescimento e surgimento de formas de preconceito racial, social e contra grupos minoritários, o que significa um movimento regressivo a dolorosas formas segregacionistas próprias da sociedade escravocrata, modelo este de funcionamento hierárquico e discriminatório que Gilberto Freire sintetizou na expressão *casa grande e senzala*. Se a cidadania se traduz em princípios éticos, respeito à diferença, justiça, eqüidade e solidariedade, sem dúvida a reivindicação de qualquer forma de discriminação significa seguir amarrado umbilicalmente (e estabelecer um *continuum*) com a tradição autoritária que precede à proclamação da República.

Adicionalmente, em alguns aspectos da vida política, produtos das promessas não cumpridas pela classe política vão surgindo entre amplas camadas da população, sentimentos de apatia e de pouco interesse pelos assuntos públicos que pouco contribuem para sustentar a conquista dos direitos políticos do cidadão. Esses sentimentos se exprimem na negação da política e do político,⁶⁴ nas baixas taxas de participação política e no posicionamento negativo frente a instituições como partidos políticos e a maior parte das instituições estatais nas suas diferentes instâncias, Executivo, Legislativo e Judiciário. Em suma, a regressão da cidadania surge com implicações até mais perversas à medida que suas conseqüências não são somente materiais, mas também simbólicas.

Até onde é correta a hipótese que qualifica a Curitiba como uma cidade conservadora tanto nos seus usos e costumes quanto politicamente?⁶⁵ Criaram-se certos mitos sobre a cidade na base do senso comum porém que acabam se reproduzindo, para uma boa parte de seus habitantes, como verdades *a priori*. Um destes temas sobre os quais mais se opera na base do senso comum é a questão do preconceito racial e sócio-espacial: Curitiba seria uma cidade

⁶³ Segundo o autor, a emergência da cidadania social no Brasil, na era Vargas, surge marcada pela desigualdade nas possibilidades de aceder aos benefícios do nascente estado de bem-estar social. Só aqueles trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada podiam ter direito aos serviços e vantagens da previdência social, o resto estava excluído.

⁶⁴ Essa negação da política e do político pelo jovem é reforçada pela mídia e, principalmente pela TV, à medida que esta cria modelos generalizados de condutas pouco éticas ou distorcidas da classe política. Não significa isso que, em certos casos, a realidade não coincida com as imagens ou falas veiculadas, porém como demonstra o capítulo sobre *mídia* o jovem consome muita informação via TV e esta informação não está isenta dos valores dos grupos que controlam esses poderosos meios de informação.

⁶⁵ Em relação a esse segundo aspecto já existem trabalhos, que quanto ao comportamento eleitoral, demonstram empiricamente esse traço conservador da cidade (Ver: IPARDES, 1989)

dividida ao meio no que diz respeito a suas raças e classes sociais. Ou, no outro extremo, opera-se com hipóteses bastante otimistas como “Curitiba, capital das etnias”. Onde está o mito e onde começa a realidade destas percepções? Mesmo como notas iniciais esta pesquisa tenta dar respostas a essas complexas perguntas.

É em relação a esses aspectos que negam e distorcem a cidadania (discriminação de minorias sociais e raciais e a atitude negativa ante a política) que este capítulo apresentará e discutirá os posicionamentos dos jovens curitibanos. A nossa discussão e análise tomam várias dimensões para serem analisadas: primeiro, este capítulo trata, numa primeira seção, do preconceito genérico na cidade, a esta forma chamaremos de *preconceito generalizado*. Numa segunda seção centraremos a apresentação e problematização dos resultados em aspectos como o preconceito que deriva de um sentimento territorial de superioridade sócio-espacial, representação esta que se manifesta no quadro comparativo interno (entre locais e bairros da cidade) e externo (de Curitiba e o Sul em relação a outras regiões). Esta parte do trabalho inclui ainda os resultados derivados dos preconceitos sexuais, raciais e sociais.

Este capítulo orienta-se no sentido de registrar quais são as representações dos jovens curitibanos em torno da sempre problemática relação entre cidadania e preconceitos. Desta maneira, centra-se a análise sobre a visão dos jovens em temas como preconceito territorial, minorias sexuais (homossexuais e prostitutas), discriminação racial e social. O capítulo é complementado com a visão dos profissionais de educação sobre a existência do preconceito ou não entre seus alunos.

Esses temas são abordados a partir das repostas dadas pelos jovens a questões entre as quais se podem destacar: *O Sul é meus país? O Sul é melhor por que foi colonizado por europeus? Os homossexuais devem morrer? O homossexualismo é uma doença? Pobres e ricos não devem freqüentar os mesmos lugares? Pessoas de cores diferentes não devem freqüentar os mesmos lugares? Negros e brancos são iguais?*

7.1 O PRECONCEITO

A regressão da cidadania na forma de preconceito generalizado é um dos aspectos mais multifacetados que emerge da análise dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa. Os dados revelam a manifestação de um preconceito que não é só racial e social, embora estes sejam os carros-chefes de tal manifestação perversa da cidadania, *“lugar de elite, no caso, danceterias assim, tipo assim, pessoal de nível mais alto, e eu fui um dia num lugar, não vou citar*

o nome do lugar, mais tipo assim, só de gente, mais né, graúda no caso, eu cheguei lá, sinceramente, eu não vi uma pessoa de cor, não vi. Na Forum [danceteria], na Forum não tem nem um negro (Escola Pública/Meninos Negros/Noite). Desses dados emerge uma cidade de representações e imaginários bastante conservadores quanto a grupos minoritários ou mesmo quanto à aceitação de novas formas de socialização, de conquista de cidadania ou de formas de convívio. Quem não vivenciou a discriminação conhece-a pelo próximo: “Particularmente comigo, nunca aconteceu um caso de discriminação. Mas eu já vi acontecer com umas pessoas. Existe sim. (...). Pode ser que seja menos, mas existe. Mas existe. (Escola Pública/Meninos Negros/Noite)

O preconceito generalizado exprime-se também na resistência a novas formas de cidadania e a reprodução de antigas idéias que se acreditavam já superadas. Para ficarmos num bom exemplo, por suas conotações políticas e sociais, na resposta estimulada, um em cada três jovens acredita que **“os Sem-Terra são um problema de polícia”**. Tal legitimação do uso da força policial é paradoxal, porque é uma posição partilhada de forma mais ou menos homogênea independente do estrato socioeconômico ou da cor por 34,7% dos jovens (tabela 7.1), mas se percebe uma maior concordância com esta assertiva entre os pretos (46,15%) e entre os mais pobres (D/E) com 36,4%. Isto significa que não se pode levantar hipóteses diletantes que coloquem a responsabilidade pelo preconceito só nas camadas mais abastadas da população.

TABELA 7.1 - AS VISÕES PRECONCEITUOSAS DOS JOVENS

VISÃO	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Os problemas atuais de Curitiba vêm de fora	372	41,3	524	58,2
Os homossexuais devem morrer	48	5,3	852	94,6
Os Sem-Terra são um problema de polícia	313	34,7	587	65,1
Há mais preconceito de cor em Curitiba que em outras cidades	170	18,9	727	80,7
O Sul é meu país	466	51,7	434	48,2
Pobres e ricos não devem freqüentar os mesmos lugares	167	18,5	733	81,4
O Sul do Brasil é melhor porque foi colonizado por europeus	222	24,6	678	75,2
Pessoas de cores diferentes não devem freqüentar os mesmos lugares	133	14,8	766	85,0
A violência em Curitiba é consequência do desemprego	517	57,4	381	42,3

Esse tema (dos Sem-Terra) está ausente das falas dos jovens dos grupos focais, tratando-se de um assunto que foge à discussão do mundo imediato por

eles vivido. Dessa forma, só na resposta estimulada é que haverá um posicionamento. Esta resposta, com mais de 1/3 dos jovens concordando com o uso da força policial para resolução de conflitos sociais, aponta a presença do princípio dos “dois pesos, duas medidas”. Provavelmente os mesmos jovens que criticam a ação policial violenta dirigida a eles, preferencialmente, na cidade (como pobres e de pele escura), concordam com ela como a forma mais rápida para resolução de um tipo de conflito social. Não o conflito social próximo, vivido por eles, mas o distante, no campo, vividos pelos “outros”.

O preconceito vira, desta maneira, onipresente nas faixas etárias e nos grupos sociais e raciais. Não se trata de um problema geracional, em que os mais velhos reproduzem padrões mais conservadores e os mais novos produzem pensamentos e práticas vanguardistas que rejeitam o preconceito. Nesse sentido, parece existir um certo padrão homogêneo de valores e práticas discriminatórias em diferentes aspectos do convívio social e da concepção que se tem da extensão da cidadania para outros setores sociais. É claro que existe um bom número de jovens que se manifestam abertamente contra qualquer forma de segregação, mas outro tanto encara bem o preconceito nas suas práticas de coexistência social, como observou um profissional da educação:

O adolescente aqui em Curitiba, ele é muito preconceituoso, não só com relação à questão racial como ela estava falando ali, a gente percebe assim com relação aos papéis sexuais, por exemplo, né. Ser homem ou ser mulher com relação à sexualidade, né? Daí a gente puxou essa questão do preconceito e apareceu muito preconceito, aí a gente fez um levantamento dos tipos de preconceito. Preconceito com relação à profissão, com relação ao sexo da pessoa, se é homem, se é mulher, com relação à classe social, com relação a uma série de coisas. Eles começaram a perceber. “Puxa é mesmo, né professora”. Veja bem, a gente tem preconceito até com o modo como a pessoa está vestida, o carro que ela tem. Então, professora, Curitiba é uma cidade super preconceituosa, porque todo mundo tem preconceito em tudo. (Professores Escola Pública/Particular)

Consciente ou inconscientemente o jovem, de acordo com esses depoimentos, é atravessado assim por um ambíguo sentimento de falas progressistas e práticas conservadoras. Essa ambivalência vai ficando melhor caracterizada à medida que atentamos para os temas mais específicos, em que se exprime o preconceito. O primeiro deles tem a ver com a questão da sempre problemática relação da discriminação territorial e a questão das minorias sexuais e raciais.

7.2 O PRECONCEITO TERRITORIAL E SOCIAL E AS MINORIAS

7.2.1 O Preconceito Espacial

A face plural do preconceito é territorial, em primeiro lugar. Em relação a esse aspecto, a discriminação se exprime, como representação, no nível local, regional e nacional. No nível local⁶⁶, retomando um aspecto que já se havia tocado no primeiro capítulo sobre a cidade, porém sobre outra leitura, quando se pede aos jovens que identifiquem onde *exatamente* a violência está na cidade um certo preconceito começa a emergir. Isso se pode deduzir dos dados que derivam da pergunta: *quais os lugares mais violentos da cidade?*, 43,6% dos entrevistados deram notas entre 9 e 10 para o item “nos bairros pobres” contra apenas 8,0% que deram a mesma nota para os “bairros ricos”.

TABELA 7.2 - DISTRIBUIÇÃO DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O ESTRATO SOCIOECONÔMICO (MAIOR = DEZ)

LUGARES MAIS VIOLENTOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	N/ Resp.	TOTAL
Bairros mais pobres	0,7	5,0	2,1	3,8	2,1	10,0	4,7	6,9	17,6	10,6	33,0	6,5	100,0
Bairros ricos	5,1	2,1	6,2	9,6	9,4	22,6	10,1	14,4	8,9	2,9	5,1	3,4	100,0
Danceterias	2,8	2,9	6,2	6,7	6,7	15,7	12,3	11,1	11,4	6,2	14,3	3,6	100,0
Bailões	5,2	2,9	4,3	7,9	9,3	15,7	11,4	10,7	9,2	6,2	13,6	3,5	100,0
Todos os lugares	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,3	0,0	6,3	91,5	100,0

O que se pode concluir é que existe uma identificação clara entre o que preconceituosamente alguns setores representam como “classes perigosas” e “lugares perigosos”.

⁶⁶ A questão do Preconceito Espacial será retomada no item 9.4. Preconceito Social em que essa temática apresenta outros gradientes significativos.

TABELA 7.3 - MANIFESTAÇÃO DO PRECONCEITO ESPACIAL

PRECONCEITO ESPACIAL	SIM		NÃO		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
O Sul é meu país	464	51,8	431	48,2	895	100,0
O Sul é melhor porque foi colonizado por europeus	222	24,8	673	75,2	895	100,0

Um segundo nível de representações espaciais vinculadas à questão do preconceito dá-se a partir da questão **região**. É o que revela os dados quantitativos ante a pergunta, *o Sul do Brasil é melhor porque foi colonizado por europeus?*, em que um em cada quatro jovens concordam com tal afirmação (gráfico 7.1). A visão de que a colonização europeia tem uma relação causal com a melhor condição de vida do Sul é partilhada pelos jovens independente da cor, mas se concentra proporcionalmente nos estratos socioeconômicos D/ E (gráfico 7.2). Poderíamos inferir, para este posicionamento dos estratos mais pobres, a possibilidade de que esteja havendo a absorção acrítica de um discurso ideológico, o que pode ter como origem o menor grau de instrução destes jovens que impede o domínio de um universo lingüístico mais elaborado e a formulação de um discurso “politicamente correto”.

GRÁFICO 7.1 - O Sul é melhor porque foi colonizado por europeus

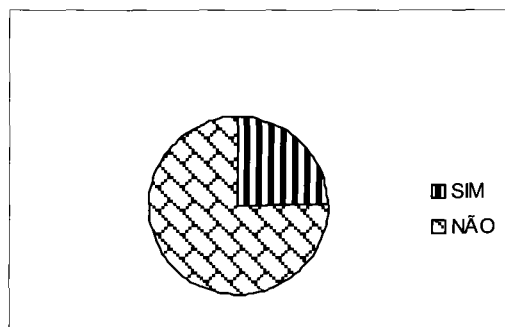
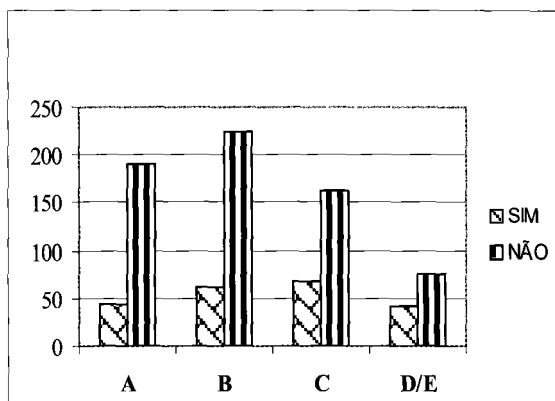


GRÁFICO 7.2 - O SUL É MELHOR PORQUE FOI COLONIZADO POR EUROPEUS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO



Sul aparece muito pouco nos grupos focais e, significativamente, aparece nos grupos focais de escolas particulares, portanto, em grupos de maior renda e conforto, porém não como objeto da concordância ou discordância desta relação causal proposta nesse quesito da pesquisa quantitativa. Indicaram outra possibilidade de interpretação, no sentido de constituir um elemento fundador da característica do curitibano como um indivíduo frio, distante e pouco sociável, conforme já discutimos anteriormente. Sintetizam, assim, a característica do curitibano: “*É a formação, é a origem, a origem européia*”. Ou então: “*é minha opinião pessoal, eu morei na Europa um bom tempo [...] eu acho que uma das causas poderia ser esta*”. (Escola Particular/Meninos/ Manhã). De tal maneira que a questão **o Sul é melhor porque foi colonizado por europeus** parece ser problematizada por estes grupos a partir de outra questão: *é melhor em quê?* Com isso relativizam também a dimensão “condições de vida” como parâmetro único de comparação entre regiões.

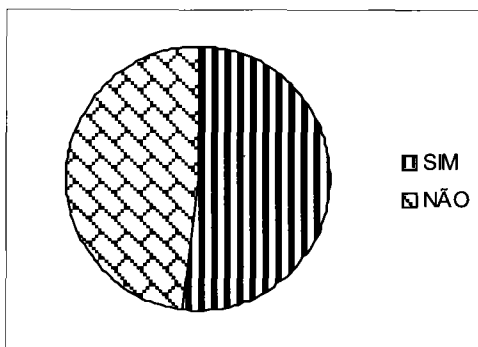
Evidentemente a manifestação desses preconceitos não é um produto do presente, ela se inscreve no quadro histórico mais amplo. Como sustenta Octávio Ianni (1962), acontece que nas cidades do Sul do país as elites locais se encarregaram de fortalecer a idéia de que as relações sociais pouco teriam sido marcadas pela presença e sim pela contribuição européia, assim outras raças estariam ausentes como agentes importantes da história da região, hipótese facilmente descartada na observação empírica.

Desses dados é possível concluir que a colonização do Paraná e a formação

de sua população daí decorrente⁶⁷, tão presente em falas de grupos étnicos organizados em clubes ou outras associações similares, não estão na pauta de preocupações dos jovens de uma maneira geral. O passado, as raízes, as bases identitárias da cidade relacionadas à colonização pouco aparecem, e quando isso ocorre é num sentido de explicar traços considerados negativos. É como se os jovens curitibanos, preocupados mais com o presente e futuro da cidade, com os novos desafios, com a sociabilidade que vivem e constroem, deixassem o passado comum no lugar que ele merece: como passado e nada mais.

Essa mesma divisão de opiniões se reforça quando atentamos para um terceiro nível espacial: o preconceito expresso na perspectiva comparativa da região em relação ao país. Quando perguntados aos jovens nos questionários **Sul é meu país?** 51,8% das respostas afirmam que “sim”, exteriorizando, desta maneira, um misto de preconceito contra todos os que julgam “diferentes” e também o seu “orgulho” pelo Estado e pela região onde nasceram e moram (gráfico 7.3).

GRÁFICO 7.3 - O SUL É MEU PAÍS



Novamente os jovens mais ricos – estratos A e B – foram os que menos concordaram com a visão separatista presente na primeira assertiva, aumentando proporcionalmente a concordância quanto mais decresce a escala social. A título de exemplo, 41,6% dos jovens do estrato A concordam para 63,5% do estrato C (tabela 7.4). A hipótese levantada acima para explicar semelhante

⁶⁷ A ocupação tardia do território do sul do Brasil permitiu que fosse levada a cabo, no século XIX, uma política de colonização de base europeia, com imigrantes vindos principalmente da Alemanha, Itália, Polônia, Ucrânia, Rússia, e em menor escala de franco-suíços.

padrão de comportamento – ante a questão o Sul é melhor porque foi colonizado por europeus – também pode ser válida aqui: trata-se de subuniversos sociais de jovens com possibilidades e condições diferenciadas de discutir mais criticamente estas questões.

TABELA 7.4 - O SUL É MEU PAÍS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

(Em percentual)

	A	B	C	D/E	TOTAL
Sim	41,6	49,1	63,5	50,8	51,2
Não	58,4	50,9	36,5	49,2	48,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Complementarmente, posições separatistas como essa, que sempre retornam ao noticiário, por atitudes de grupos organizados, com campanhas que se espalham pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, geralmente são difundidas por um discurso econômico, visando proteger “a gente laboriosa do Sul” contra formas de espoliação exercidas por outros estados brasileiros. Sem negar esse caráter econômico, cuja face política é a luta por uma melhor distribuição dos recursos tributários, ela esconde elementos de extremo preconceito. São, em geral, desencadeadas por brancos, descendentes dos migrantes que ocuparam esse espaço territorial no último século, politicamente conservadores e com manifestações autoritárias. Há uma negação das origens indígenas e negras presentes no Sul do Brasil, bem como da contribuição dos migrantes (nordestinos, mulatos e pobres) na formação do Paraná.

Exprime outros temores, como a dificuldade na garantia da qualidade de vida (que segundo eles corre sério risco de ser rebaixada) e a concorrência cada vez mais acirrada nos campos educacional e do trabalho. Numa sociedade em que as condições de ascensão social estão cada vez mais restritas, tem-se o substrato necessário para manifestações segregacionistas. Tais expressões são marcadas com mais ênfase quando o tema é minorias sexuais ou raciais, como veremos a seguir.

7.2.2 A Questão das Minorias: Homossexuais e Prostitutas

Um tema colocado nos dados quantitativos e retomado intensamente nos grupos focais foi o tema das minorias, sejam estas de gênero, raciais ou migrantes. Historicamente, o das minorias sempre foi incômodo tanto nas suas

implicações sociais quanto no seu reflexo nas consciências dos indivíduos pela enorme sobrecarga moral que significa. O próprio Tocqueville já na *democracia na América* alertava 160 anos atrás sobre os perigos que significa para os povos democráticos a impossibilidade de integrar as minorias negras nas suas respectivas sociedades nacionais. Essas mesmas tensões continuam presentes nos nossos dias, porém com a diferença de que elas se multiplicaram, à medida que novos grupos e categorias como homossexuais, grupos feministas, de direitos humanos etc. passaram a reivindicar e conquistar alguns direitos civis e políticos.

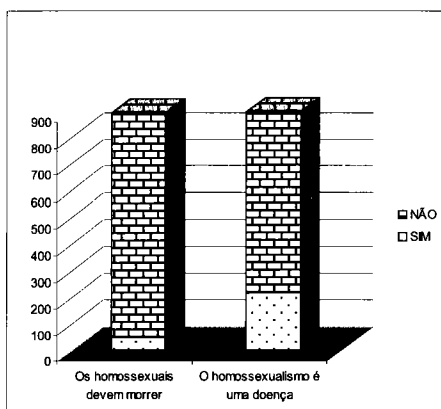
Isso, entretanto, não foi um processo indolor; ao contrário, exprime a ocorrência de um jogo soma-zero: os direitos de algumas minorias foram conquistadas em troca das perdas dos privilégios monopolizados por alguns restritos setores sociais. O resultado foi que a conquista desses espaços de cidadania deixaram muitas feridas abertas que ainda estão longe de sarar, feridas estas que muitas vezes são alimentadas por ideologias e idéias preconceituosas disseminadas intencional e instrumentalmente por setores conservadores por meio de instituições como a família, a escola, a mídia e a igreja. De certa forma, os jovens de nossa pesquisa revelam tensões, conflitos e feridas não cicatrizadas em torno de um tema que tem a dupla qualidade do sensível e do explosivo.

O primeiro desses temas sensíveis e explosivos tem a ver com a questão do preconceito contra os homossexuais. Formulada aos jovens a questão: os **homossexuais devem morrer?**, 5,3% dos entrevistados responderam afirmativamente (gráfico 7.4). Analisando tais posições combinadas com o estrato socioeconômico, o preconceito manifestado de forma tão brutal *contra os homossexuais* é partilhado homogeneamente entre brancos e pardos/mulatos (5,7% e 5,5%, respectivamente), e os mais pobres e os mais ricos concordam mais com ela – são 8,6% do estrato A e 7,6% dos estratos D/E, de acordo com a tabela 7.5.

TABELA 7.5 - PRECONCEITO CONTRA OS HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

PRECONCEITO	A		B		C		D/E		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Os homossexuais devem morrer	20	8,6	6	2,1	13	5,7	9	7,6	48	5,5
O homossexualismo é doença	58	25	58	20,2	57	24,8	43	36,4	220	25,4
TOTAL DOS JOVENS	232	287	230	118	867					

GRÁFICO 7.4 - MANIFESTAÇÃO DO PRECONCEITO - HOMOSSEXUAIS



A leitura desses resultados aponta para um aspecto positivo, a maioria dos jovens não concorda que uma opção sexual diferente seja motivo de eliminação do outro. Frente a uma pequena parcela de jovens intolerantes e pouco respeitosa com a diferença, afirma-se uma grande proporção que entende que as opções sexuais são também um direito humano e que o ser diferente não exclui ninguém do convívio social. No entanto, os jovens nos grupos focais apresentaram uma visão nuançada dessa questão do preconceito, que comentaremos a seguir.

Quase todos os jovens entrevistados nos grupos focais afirmam conhecer homossexuais com os quais conversam eventualmente ou têm alguma amizade. Muitos destes jovens, ao mesmo tempo que dizem não ter preconceito, exprimem-no da forma mais aberta possível quando se trata de homens e são mais tolerantes quando o assunto é a homossexualidade feminina: “*sei lá, lésbica até que vai mas veado, é veado é brincadeira*” (Escola Pública/Meninos/Noite). Alguns chegam a exprimir um franco preconceito contra homossexuais homens por meio das falas como “*eu odeio*” homossexual e não duvidam em responder com violência caso passem a ser “*assediados*”. Estes grupos mostram-se compreensivos até certos limites, desde que não seja “*comigo*”: “*não tenho nada contra desde que não venha mexer comigo, porque aí com certeza vai gerar violência. Se alguém encosta em mim eu já dou porrada. O cara que fique na dele*” (Escola Pública/Meninos/Noite). Para justificar sua posição, alguns jovens chegam a invocar as clássicas explicações

teológicas e da divisão dos sexos, “*eu acho idiotice. Mas esse negócio de... de homossexualismo eu acho que tem que discriminar a pessoa assim. Porque se Deus fez ele daquele jeito ele tem que ser desse jeito*” (*Escola Pública/Meninos/Noite*), ou, “*se o homem nasceu homem, devia ser homem*” (*Jovens em Situação de Risco/Meninos*). Ora, preconceito marcado contra homossexuais masculinos não é monopólio dos jovens, ele apareceu também nos grupos das jovens, “*a questão do homossexualismo é muito forte assim. Quando é contra, é contra radicalmente*”. (*Torcida Organizada/Meninas*)

Mesmo com esse depoimento que tende a acentuar a presença de valores machistas nas jovens, observou-se durante o desenvolvimento da pesquisa de campo que o homossexualismo achava mais compreensão e tolerância entre grupos de jovens mulheres, “*Eu acho que amor não tem sexo, se você gosta... não interessa se você gosta de um homem ou de uma mulher (...)*Eu acho que é uma coisa que... que aquela pessoa escolheu ser assim, tem que ser respeitado, ninguém pode julgar. Ou também entre grupos de jovens negros, “*Eu acho que você tem que respeitar, se a pessoa quer ser... ela é mulher, gosta de mulher tem que respeitar a opinião dela, eu acho que isso aí não... como explicar* (*Escola Pública/ Jovens Negros/Noite*). Essa compreensão e o respeito pelo outro, ou da alteridade, dos grupos de mulheres e de negros poderiam ter como explicação um sentimento de *idem sentire*, isto é, de identificação subjetiva com o homossexual ao se verem submetidos também a constantes situações de discriminação pela condição de mulher ou negro. Tal identificação é importante na criação de espaços de cidadania à medida que se criam anéis de solidariedade que se interceptam no espaço público por meio do discurso.

Os grupos homossexuais ressaltam que, em muitos casos, a discriminação é um fato que começa na própria família: “*a partir do momento que ela (a mãe) descobriu que eu era homossexual, seria como se ela fosse uma pessoa estranha, me tratou totalmente diferente*”. (*Jovens Homossexuais*). Alguns profissionais de educação diagnosticam que esse preconceito contra homossexual se arraiga na família, uma vez que os valores machistas ainda persistem muito forte nessa instituição: “*Começa desde pequenininho “homem não chora”, “chora não meu filho homem não chora”. É a primeira lição de machismo que a mãe dá pro filho*”. (*Professores Escola Pública*)

O homossexual passa a ser enxergado como um *outro*, de natureza diferente dos demais membros do núcleo familiar e ao qual é necessário impor uma punição pela indiferença ou pela agressão física ou verbal. Nesse sentido, o grupo passa a ser seu ponto de apoio afetivo e moral, o lugar onde reencontra a “família” perdida:

Pelo menos, pelo que eu tenho de conceito das pessoas que eu conheço

aqui do grupo, não é isso, é uma coisa mais... falta de carinho, compreensão, um apoiando o outro, aquela amizade sincera, entende, então quer dizer, é o que a gente não teve em casa e de repente tem uma coisa tão linda, que você não conhece e não tem da família. (Jovens Homossexuais)

Os jovens homossexuais queixam-se também da imagem estereotipada à qual são ligados dentro e fora da família: “Porque a imagem que todos os pais têm que a gente... quando fala assim “ah, meu filho, teu filho é gay”, já imagina assim teu filho com plataforma, maquiado e travesti batalhando na rua. Essa é a imagem que tem do gay” (Jovens Homossexuais). Em outras palavras, a sociedade e a família não estaria entendendo o ser homossexual como uma opção de vida, mas como o exercício de uma função social degradante e fútil. De certa maneira trata-se do reforço da velha idéia, apoiada em critérios teológicos ou pseudo-científicos, que diagnosticam o homossexualismo como fenômeno oposto às leis da natureza ou como manifestação de uma patologia ou doença:

Só deixa eu deixar uma coisa bem clara, eu não sou a favor do homossexualismo, eu acho que... não acho que o homossexualismo seja uma coisa natural, eu não acho que seja uma coisa normal, que uma pessoa seja homossexual, não é, não é uma coisa natural, a meu ver, mas... (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Não por acaso um quarto dos jovens entrevistados respondeu afirmativamente quando inquiridos nos questionários se **o homossexualismo era uma doença?** Desse total, 63,6% são homens e 36,4% mulheres. Isto é, por sexo, essa visão preconceituosa é significativa entre os jovens se levarmos em conta que o índice das mulheres não é pequeno e que o posicionamento dos homens já era esperado por razões históricas de socialização e valores masculinos. Por estrato socioeconômico, a mesma posição preconceituosa é significativa: à exceção dos estratos B e D/E, o resto apresentou índices proporcionais à distribuição amostral.⁶⁸ Estes estratos, B e D/E, são respectivamente os menos e os mais preconceituosos (tabela 7.5).

A visão preconceituosa do homossexualismo como doença mostra uma múltipla combinação de discriminação, espírito conservador, falta de compreensão mais ampla dos papéis sexuais e, sobretudo, uma resistência muito grande ao abandonar antigas noções preconceituosas. Há que se observar que considerando a religião dos jovens com a expressão afirmativa de que o homossexualismo é uma doença, temos que um quarto dos jovens católicos

⁶⁸ Ver distribuição amostral no capítulo 1.

(23,3%) e dos protestantes (24,2%) concorda com essa afirmativa; e, nos extremos opostos, os espíritas são os que menos concordam (11,8%) contra um terço dos pentecostais (34,3%) (tabela 7.6). Evidentemente, tais noções se alimentam na visão da igreja do homossexualismo como fenômeno contranatural, no convívio familiar e nos espaços da socialização do jovem na cidade e também na escola.

TABELA 7.6 - PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO A RELIGIÃO

(Em percentual)

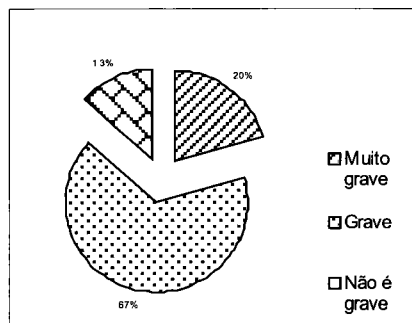
CONCORDA QUE O HOMOSSEXUALISMO É UMA DOENÇA?	SIM	NÃO
Católica	23,3	76,5
Protestante	24,2	75,8
Pentecostal	34,3	65,7
Espírita	11,8	88,2
Não tem religião	25,0	75,0

Um aspecto positivo, que atenua de algum modo essa forma de violência moral que considera o homossexualismo uma doença, ocorre quando solicitamos ao jovem que classificasse o fato de **humilhar homossexuais**: 20% considerou o fato *muito grave* e 66% diz que *é grave* (gráfico 7.5). Observe-se que a palavra “humilhar” denota uma forma não física de violência, aceitável por 13% dos jovens. Essa leitura positiva se consolida quando considerado o estrato socioeconômico: de acordo com a tabela 7.7, nota-se, por exemplo, que, independente do estrato socioeconômico, todos condenam em grande proporção o fato de humilhar homossexuais como *grave* .

TABELA 7.7 - HUMILHAR HOMOSSEXUAIS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ITEM	A		B		C		D/E		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Muito grave	65	27,9	64	22,3	32	13,9	20	16,9	181	20,9
Grave	141	60,5	185	64,5	172	74,8	75	63,6	573	66
Não é grave	27	11,6	38	13,2	26	11,3	23	19,5	114	13,1
TOTAL DOS JOVENS	233		287		230		118		868	

GRÁFICO 7.5 - HUMILHAR HOMOSSEXUAIS



Quando se trata de outro grupo minoritário, as prostitutas, os dados quantitativos apresentam também um posicionamento já notado nos grupos focais: os jovens se mostram sensíveis e rejeitam majoritariamente a humilhação contra prostitutas. Desta forma, 16,8% dos jovens consideram que é um fato *muito grave* humilhar prostitutas. Já para o 69,5% é um *fato grave* e 13,7% acreditam que *não é grave*.

Quanto aos grupos focais as visões são diferenciadas ou divididas, porém não existe dúvida de que o preconceito é mais atenuado quando comparado com as minorias homossexuais, sem que por isso deixe de existir. Uma característica que marcou o posicionamento dos grupos focais quanto a este tema foi a polarização de opiniões dentro do grupo. Basicamente, são dois os posicionamentos. Primeiro, daqueles que explicam a prostituição a partir da *necessidade* da pessoa, portanto, têm um juízo mais positivo ou pelo menos mais compreensivo da prostituição:

A maioria tá nessa profissão pra sustentar ela mesma ou sua família (Jovens em Situação de Risco). // Eu já tenho dó. Eu acho que elas são daquele jeito porque não teve muita escolha... a maioria dessas prostituta que tem, pelo menos... aqui, são essas pessoas que vêm do interior, não tem onde ficá nem nada... faz pelo dinheiro. (Escola Pública/Meninos/Noite) // Eu acho que é consequência de evolução, consequência do mundo de hoje. Homossexualismo, eu acho uma opção de vida total. Não tenho discriminação nenhuma. Já a prostituição eu acho que uma coisa muito séria levou a mulher a fazer aquilo. Não acho que seja safadeza. Acho que é uma realidade que a gente não conhece. Passar fome? A gente nunca passou fome na nossa vida. Ai eu tô morrendo de fome. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Uma segunda posição já assume o preconceito abertamente. São aqueles que pressupõem que a prostituta desenvolve sua atividade mais como um *hobby* que como necessidade ou aqueles que lhes custa conceber que o corpo da mulher pode virar uma mercadoria de consumo, porém sem problematizar as causas de tal fato:

Eu acho que faz isso porque quer, não porque precisa, a maioria faz porque quer. (Jovens em Situação de Risco) // Ah, eu me revolto muito assim sabe, tem uma ruas aqui em Curitiba, que isso é (de praxe), então eu meio que me revolto, porque eu penso:” como que uma mulher pode se dar tão pouco valor assim?” (Escola Particular/Meninas/Manhã) // Não consigo ver uma mulher vendendo o corpo para ganhar dinheiro. Sei lá, vai trabalhar na loja! Vai fazer qualquer coisa. Agora, se vender assim...? (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Ora, trata-se de falas diferentes enquanto exprimem uma concepção divergente de valores. De um lado, na primeira fala exprime-se uma convicção que pode ter por causa a pouca problematização dos motivos que levam a uma pessoa a se prostituir. Assim, a explicação do fato tende a ficar no nível individualista, “*porque ela quer*”. A duas últimas falas já denotam uma marcada posição conservadora, a qual parte para colocar um posicionamento moralista ante certas atividades consideradas como formas de trabalho nada edificantes e dignas de um ser humano. Aliás, segundo alguns jovens, a mulher embora não precisando prostituir-se para cobrir suas necessidades socioeconômicas é induzida, em alguns casos, pela própria mídia:

Não porque eu não me misturava né. Sei lá. Eu acho que (...) tem mulher que fala que tem três filhos e tá ali porque precisa, mas se ela pensar bem e procurar um outro lugar. Mas não tem/não sei se alguém assistiu a Marcia ou o SBT Repórter/Eu assisti./viu quanto é que ganha uma prostituta?/ Cem reais por noite/ não, e tem mulher que tira cinco conto por mês/A mulher que tá ouvindo isso vai no embalo. (Escola Pública/Misto/Noite)

Tal posição conservadora, entretanto, também foi contestada por outros jovens frisando, novamente, o fator *necessidade* socioeconômica como justificativa para a prostituição da mulher:

Ah eu não sei, eu acho que as pessoas, elas julgam muito. Claro que é uma coisa errada né. Você tá ganhando dinheiro com o seu corpo. Mas também tem que ver as dificuldades, tem tantas pessoas que claro não justifica ganhar dinheiro com o corpo, mas também tem muitas mulheres que não têm opção né, que vai procurar emprego a pessoa vai primeiro

ver a experiência que você tem, se você não tem... A mulher tem que comer também, tem que viver, ela vê que você não tem uma profissão ela vai pela mais fácil, se essa é a mais fácil é lógico que ela vai conseguir. (Escola Pública/Misto/Noite)

Poderíamos até visualizar uma terceira posição, a daqueles que tentam achar uma explicação de meio-termo, *necessidade e prazer* se conjugariam para levar uma mulher a se prostituir:

50% faz porque quer e 50% faz porque é obrigado a ganhar algum dinheiro./ Faz por esporte, porque gosta e toda hora, toda segunda, em qualquer lugar, qualquer posição, na cabeça e tudo mais... (Jovens em Situação de Risco) // “Não tenho nada contra (...) às vezes têm algumas que fazem por prazer também né, que gostam das coisas”. (Jovens em Situação de Risco/Meninas)

Em conclusão, referir-se ao tema dos homossexuais e das prostitutas implica entrar num tema no qual a compreensão do valor da diferença e/ou alteridade está longe de atingir um grau razoavelmente satisfatório. Embora exista um grupo de jovens que rejeitam práticas que tendem a discriminar os homossexuais e as prostitutas, existe também um grupo de resistência que acredita que a aplicação de violência de qualquer tipo no homossexual é um fato irrelevante, banal. Desta forma, para 13,7% dos jovens *não é grave* humilhar prostitutas e 13% pensam o mesmo sobre os homossexuais. Ora, 17,8% dos mesmos jovens pensam que *não é grave* o fato de “abrir extintor de incêndio”. Em outras palavras, o jovem que diz que *não é grave* humilhar homossexuais e prostitutas os coloca quase no mesmo patamar de *consideração* que lhe merece abrir um extintor de incêndio. Isto é, o valor de um ser humano e o de uma coisa passam a se equivaler.

Trata-se de uma temática dolorosa. Velhos preconceitos permanecem ainda muito arraigados nas consciências dos indivíduos e se reproduzem com incrível vitalidade de geração para geração. Os jovens acabam assumindo muitos valores da modernidade e rejeitando aqueles que consideram tradicionais, porém assumir a diferença sexual como um fato normal e não patológico ainda é um projeto que a modernidade não realizou neles. Um diagnóstico rápido poderia apontar, entretanto, que o problema não está no jovem, mas em algumas instituições que, como a família, a igreja e a escola, continuam reproduzindo visões unilaterais que tendem a reforçar uma divisão tradicional e conservadora dos papéis sexuais. O jovem curitibano torna-se também agente social dessa visão preconceituosa. Entretanto, o consenso sobre essa percepção negativa de homossexuais e prostitutas é parcial, ainda são minoria os jovens que têm uma

concepção mais positiva e ampla sobre ambas as realidades. Ora, historicamente as conquistas dos grupos minoritários (o que significa conquistas de espaços de cidadania) começaram quase sempre da mesma forma, isso permite ser um pouco mais otimista em relação ao futuro.

7.3 O PRECONCEITO RACIAL

Em 1935 Tocqueville fazia os seguintes comentários em torno da situação do negro nos Estados Unidos:

É verdade que no norte da União a lei permite aos negros contraírem alianças legítimas com os brancos; mas a opinião pública declara infame o branco que se casa com uma negra, e seria muito difícil citar o exemplo de semelhante fato. Em quase todos os estados em que a escravidão foi abolida deu-se ao negro o direito eleitoral; mas se se apresenta para votar corre risco de vida. Oprimido pode queixar-se, mas só encontra brancos como juizes. A lei facultava-lhe o banco dos jurados, mas o preconceito o repele. Seu filho é excluído da escola em que o descendente de europeu vem estudar. Nos teatros, não poderia comprar a preço de ouro o direito de sentar-se ao lado daquele que foi seu senhor; nos hospitais jaz à parte. Permite-se ao negro implorar ao mesmo Deus que os brancos mas não rezar no mesmo altar. Não se lhe fecha a porta do céu; mas a desigualdade termina quase nos limites do outro mundo [...]”. (TOCQUEVILLE, 1973, p.259-60)

Após tantas décadas, embora as palavras de Tocqueville no seu aspecto literal estejam mais matizadas pelas conquistas cidadãs dos negros, o espírito delas mantém-se em pé no caso dos Estados Unidos e também no brasileiro. A igualdade jurídica não foi capaz de garantir para algumas minorias raciais, principalmente para os negros, o exercício pleno de direitos sociais e respeito e a dignidade que como cidadãos merecem.

Por isso, em relação às minorias, um segundo tema explosivo e sensível diz respeito à questão racial, ou mais especificamente da percepção e representação do negro e pardos/mulatos na cidade. No Brasil, como em qualquer lugar do mundo geográfica e culturalmente ocidental, o tema é complexo. E, os jovens manifestaram essa complexidade no percurso da pesquisa. Os resultados chegam a contradizer abertamente as hipóteses otimistas de sociólogos como Gilberto Freire, que enxergava um país dirigindo-se para a concretização da “democracia racial ou social” em virtude de um passado de miscigenação intensa entre o homem branco lusitano com as indígenas e as negras destas terras. A miscigenação pode ter ocorrido, mas o projeto idealizado por Gilberto Freire está longe de se realizar. Há mais de um século grupos de negros e pardos/mulatos adquiriram direitos jurídicos iguais no Brasil, entretanto, a igualdade jurídica não acompanhou a sua integração social.

A ambivalência do discurso progressista e da prática conservadora caracteriza o tema racial entre os jovens da cidade de Curitiba. Quando perguntado aos jovens se eles concordavam com a afirmação **negros e brancos são iguais**, um sentimento politicamente correto emerge rapidamente: 94,6% dos jovens afirmaram que sim e só 5,2% afirmam que não (gráfico 7.6). Dos que concordam com essa afirmativa, 4,6% são brancos, 11,5% pretos e 7,0% pardos/mulatos (tabela 7.8). Quando considerado o estrato socioeconômico, quase todos entram com um percentual significativo (tabela 7.9). Uma hipótese que poderia explicar o posicionamento dos que dizem que “negros e brancos não são iguais” é que simplesmente estão assumindo uma visão realista de “*atos consumados*”, isto é, desprezam o discurso legalista e o politicamente correto para chamar a atenção para a constatação de que na prática as relações sociais são permeadas pela discriminação.

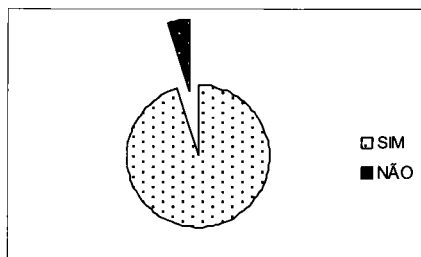
TABELA 7.8 - PRECONCEITOS CONTRA NEGROS, SEGUNDO A COR

PRECONCEITO	BRANCA	PARDO/ MULATO	PRETOS	INDÍGENAS	AMARELOS	TOTAL
Negros e brancos não são iguais	4,6	7	11,5	0	0	5,3
Há mais preconceito de cor em Curitiba	17,7	25	11,5	0	0	18,9
Pessoas de cores diferentes não devem frequentar os mesmos lugares	14,4	17	11,5	0	8,3	14,8
TOTAL DE JOVENS PESQUISADOS	654	200	26	2	12	894

TABELA 7.9 - PRECONCEITOS CONTRA NEGROS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

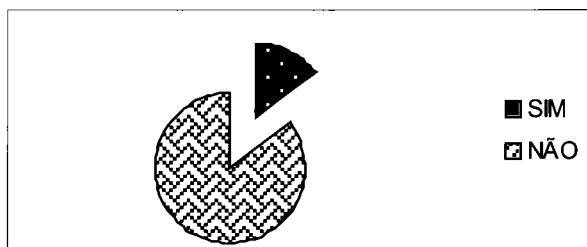
PRECONCEITO	A	B	C	D/E	TOTAL
Negros e brancos não são iguais	6,0	4,2	4,3	6,8	5,1
Há mais preconceito de cor em Curitiba	18,5	16,7	18,7	23,7	18,7
Pessoas de cores diferentes não devem frequentar os mesmos lugares	8,6	15,3	12,2	22,0	14,7
Total de jovens pesquisados	100	100	100	100	100

GRÁFICO 7.6 - NEGROS E BRANCOS SÃO IGUAIS



Esse sentimento realista se aprofunda ainda mais quando atentamos para concordância dos jovens com a expressão *Há mais preconceito de cor em Curitiba que em outras cidades*: 18,9% responderam que sim e 80,7% que não (tabela 7.8 e gráfico 7.7). Poderíamos argumentar que o jovem curitibano não têm muitos padrões de referência porque sua vivência se desenvolveu basicamente na cidade. Ora, fazendo essa ressalva observa-se que 17,7% e 25% dos que dizem existir mais preconceito em Curitiba que em outra cidade são brancos e pardos/mulatos, respectivamente (tabela 7.8). Novamente isso pode ser interpretado não como uma afirmação do próprio preconceito em si, mas do reconhecimento da existência difusa desse sentimento na cidade. Provavelmente a cor, a condição social e os lugares de socialização que freqüentam os tenham expostos a situações em que foram vítimas de alguma forma de preconceito ou os levaram a presenciar cenas de preconceito.

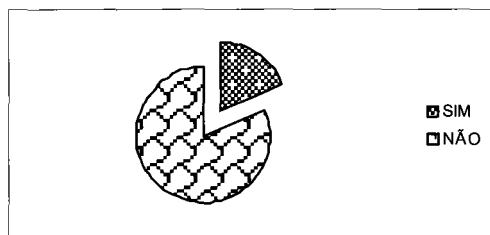
GRÁFICO 7.7 - HÁ MAIS PRECONCEITO DE COR EM CURITIBA



O preconceito também emergiu quando se perguntou aos jovens se eles concordavam com a afirmação **pessoas de diferentes cores não devem freqüentar os mesmos lugares** (tabela 7.8 e gráfico 7.8): 85% discordam dela, enquanto 14,8% concordam. Embora o alto índice de rejeição por estrato

socioeconômico, 22% dos que concordam com essa afirmativa pertencem aos estratos D/E, enquanto o estrato mais abastado (A) chega a 8,6%. Por cor, 14,4% dos brancos concordam com essa afirmativa contra 17% dos pardos/mulatos (ver tabelas 7.8 e 7.9). O menor índice de jovens brancos e de estratos de maior conforto e renda é um dado positivo. Entretanto, o que chama a atenção é que tratando-se de preconceito racial explícito, seja significativo o percentual de jovens pobres e pardos/mulatos que concordam com ela.

GRÁFICO 7.8 - PESSOAS DE CORES DIFERENTES NÃO DEVEM FREQUENTAR OS MESMOS LUGARES



Não é possível, com base apenas nessas informações, apresentar conclusões sobre o fato, mas podemos levantar algumas hipóteses. A primeira é que, sendo vítimas de discriminações de mais variados tipos, desde as mais sutis, até a ação violenta da polícia, passando por constrangimentos de toda ordem, é possível que esses jovens dos estratos mais baixos realmente *preferam conviver entre iguais*, em termos de cor e de estrato socioeconômico. Isso é manifesto não por um jovem nessa condição racial, mas por um jovem branco: *“Muitas vezes o negro é racista mesmo. Ele mesmo. Só que eu tenho uns vizinhos do apartamento de cima, eu conheço eles há dez anos quase e eles sempre acham que alguém tá botando olho de inveja em cima deles, acha que só porque eles são negros todo mundo já tá deixando eles prá baixo”*. (Escola Pública/Misto/Noite)

Outra hipótese estaria baseada no princípio do *branqueamento* e na possibilidade de mobilidade social. Tais jovens, buscando fugir de sua condição racial e social de origem, podem estar vislumbrando uma forma de segregação às avessas, em que pessoas miscigenadas e pobres, fugindo do convívio com seus iguais, deixem de ser um deles. *“Eu acho que Curitiba, acho que não é muito, pode ter, mas é pouco.”* (Escola Pública/Misto/Noite) Evidentemente o branqueamento é também uma forma de absorção ideológica, reforçada

historicamente por alguns setores da *intelligentia orgânica*, como sustenta Sedi Hirano: “Havia na interpretação de alguns intelectuais brasileiros e estrangeiros, uma causa clara do atraso da sociedade e da economia brasileira: os negros e os mestiços. Eles representavam o lado degenerado, promíscuo, ignorante e bestial, bárbaro incivilizado, mostrando a face irracional e desequilibrada do Brasil. Esta imagem do Brasil poderia ser alterada pelo processo de branqueamento da população brasileira, introduzindo em massa imigrantes europeus, de “cultura e raça superior”, representantes da civilização e da ética do trabalho”. (HIRANO, 1997, p.8)

Positivamente, os jovens revelam, nos dados quantitativos, um sentido crítico com as precárias condições de existência material do negro, estabelecendo uma relação direta entre preconceito e a pobreza generalizada desta minoria social. Desta forma, quando lhes foi perguntado quem é **mais responsável pelo fato da população negra, em geral, viver em piores condições que a população branca?**, 65,8% responderam que é o preconceito e a discriminação que existem contra os negros; já para 5,1% o problema está no próprio negro que não aproveita as oportunidades de vida, e para 14,7% trata-se de uma mistura de ambas coisas. O preconceito e a discriminação contra os negros constituem a causa desse grupo social viver em piores condições para 66,7% dos brancos e 80% do estrato A (tabela 7.10). Esse posicionamento crítico do setor racial majoritário e dos mais ricos poderia ser interpretado como uma forma de assumir um “mea culpa” combinado com um sentimento do politicamente correto, porém é possível que o jovem rico e branco esteja também expressando um posicionamento mais crítico frente à discriminação histórica do negro no Brasil.

TABELA 7.10 - A QUEM OS JOVENS RESPONSABILIZAM PELAS PIORES CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRETOS, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ITENS	A	B	C	D/E	TOTAL
O preconceito/discriminação contra os negros	80,7	65,9	82,2	55,1	66,7
Os negros não aproveitam as oportunidades	3,0	4,5	5,7	7,6	8,4
Ambas as alternativas	9,0	15,7	19,6	15,3	14,7
Nenhuma das alternativas	6,0	8,4	10,4	11,9	8,4
Não sabe	1,3	5,6	7,0	10,2	5,2
TOTAL DOS JOVENS	233	287	230	118	868

É interessante notar que, em relação à mesma questão, 3,8% dos negros acreditam que o problema está no próprio negro. Poderia ser lançada uma hipótese genérica para explicar tal opinião. Trata-se de um problema de interiorização da exploração que reproduz o clássico senso comum de “não trabalha ou não estuda porque ele não quer”, quer dizer de uma individualização de sua situação material, acreditando que bastam sua vontade e sua ação particular para mudar a sua precária condição social. Daí que o posicionamento crítico de uma maioria dos jovens deve ser lido como uma contribuição importante, à medida que descartam hipóteses mecânicas, que descontextualizam o negro de seus vários séculos de exploração.

Nos grupos focais o problema do preconceito racial aparece tratado intensamente sob diferentes ângulos. O primeiro deles aponta para o reconhecimento sem eufemismos do racismo na cidade, embora tal preconceito possa aparecer camuflado, como revela o seguinte diálogo numa escola particular:

Menino: Na minha sala tem uma menina que é negra, só que... nunca vi discriminação nenhuma, é... com nenhuma pessoa da sala, assim, rola umas brincadeiras...

- *Professora: Tipo quê?*

- *Menino: Só brincadeira de bom humor.*

- *Professora: Tipo quê?*

- *Menino: Só farra, chamam chocolate... mas nada sério assim...*

- *Professora: Nada agressivo?*

- *Menino: Nada agressivo (Escola Particular/Meninos/Manhã)*

O preconceito racial, segundo os jovens, é independente da faixa etária, ele está presente entre jovens e velhos: “*um exemplo é aquele pessoal da XV ali, sabe aqueles velhinhos que ficam na XV, ó se um dia você for comigo, eles estão ali, se eu sentar do lado deles, todos saem fora*”. (*Escola Pública/Jovens Negros/Noite*) Este depoimento de um jovem negro vai no sentido de sustentar a hipótese anteriormente apresentada, que o problema do preconceito em Curitiba está longe de poder ser encarado como um problema geracional, isto é, próprio ou exclusivo de alguma faixa etária ou também mais concentrado entre homens e menos entre mulheres.

Dito de outra maneira, a chamada invisibilidade do preconceito não consegue encobrir seus efeitos. Os grupos mais pobres e os negros, neste sentido, não têm dúvidas em estabelecer um vínculo estreito entre preconceito racial e *status* social, apontando assim parte da responsabilidade pelo preconceito e denunciando velhas idéias conservadoras que ligam os negros e os pobres à contravenção:

Estava andando uma garota, assim, loira, aí a gente passando na frente da farmácia, fomos andando, ela passou, olhou para atrás olhou para a frente e segurou a bolsa. Aí eu falei “ó o tipo dessa mané aí cara, parece que nós estamos...”, aí o pai dela, aí eu falei assim: “é foda, o cara tá pensando, guria mané tá pensando que nós vamos roubar ela”. E daí a gente ia passar eles, mas daí, a gente teve que, aí o cara olhou para mim, ele pegou e... se assustou e foi para o outro cantinho (...) oh, é foda, todo mundo acha que o preto é ladrão. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Os jovens dos grupos negros, em relação a esse mesmo aspecto, queixam-se da falta de democracia nos lugares de lazer e socialização freqüentados por brancos. Quando ousam entrar num desses lugares estariam se arriscando a sofrer atos de constrangimento moral: “A partir do momento que eu entrei ficou todo o mundo olhando para mim assim, eu tava com dois amigos meus brancos né, então o pessoal ficou tudo olhando para mim assim né, e eu não sabia onde colocar a cara assim. Fiquei meio estranho, ficou estranho né mais. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Alguns grupos focais, não necessariamente de negros, queixam-se de que a democracia não atingiu as minorias raciais no que se refere ao direito a uma educação universal e não discriminante. A universidade pública, por exemplo, continuaria, como no passado, reservada às elites e aos seus filhos, “coisa mais difícil de achar aqui na Universidade é negro. Quase não tem.”(Jovens Universitários)

Outro aspecto apontado pelos jovens é que também a família não joga um papel neutro, à medida que muitas vezes o embrião do preconceito acaba germinando no interior do próprio núcleo familiar:

“Moro com meus pais. Meu pai é funcionário público municipal, minha mãe dona de casa, meus irmãos, voltando aquele assunto, meus irmãos todos mais claro que eu, eu sou o mais escurinho da família. Tudo da mesma mãe e mesmo pai, só que... o negócio do fenótipo, e (...) Eu sou o mais escurinho. Às vezes, até dentro da própria família, uma discussão entre família, pinta esse negócio de você é escurinho e tal”. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Reforçando uma regularidade presente nos diferentes aspectos e temas de que trataram os grupos focais, não faltaram explicações que centram o problema do racismo no próprio indivíduo ou na sua subjetividade:

De certa forma somos nós mesmos. Eu acho que o racismo vem de cada um tipo assim, (...) você conhece uma pessoa, de repente você (...) não importa se é negra, gorda, baixinha, magrinha, sempre vai ter

um preconceito sobre qualquer coisa. (...) O defeito que ela ver naquela pessoa já começa a passar para outra pessoa e a outra pessoa para outra pessoa e fica aquela pessoa isolada, aí que nasce o racismo entende. Quer dizer, uma pessoa passando para outra o defeito da outra, (...) fica difícil culpar alguém. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Revela-se assim uma forma generalizada mas subjetiva do preconceito. Segundo Barrington Moore (1967), o jovem interioriza o conflito social desvinculando-o de suas origens objetivas. Não por acaso a única saída encontrada por alguns jovens para escapar do problema do racismo acaba sendo também uma saída individualista, sobressair na vida. Ou, como efeito perverso, acaba minimizado o preconceito racial pela capacidade individual e pelo talento da pessoa que consegue superá-lo: *“Eu acho que para emprego aqui em Curitiba não tem muitos problemas, né. O cara não quer ver se é preto se é branco...o cara, interessa a cabeça, se o cara sabe desmontar isso aí e montar, pronto, não interessa se o cara é preto, branco. (Escola Pública/Meninos/Noite)*

Em suma, o preconceito de cor está presente, mascarado ou não, mas inserido num esforço não de sua superação, mas de sua “invisibilização”. No entanto, suas manifestações às vezes são tão intensas que chega a ser difícil ficar indiferente ante seus efeitos. Antigas metáforas como “democracia racial” ou “Curitiba, capital das etnias” mostram-se insuficientes para encobrir o problema. Ou como se pergunta Sedi Hirano (1996): “[...] será que toda miscigenação é confraternização entre vencedores e vencidos, como diz Gilberto Freyre?” Numa sociedade democrática isso representa um sério problema, tanto porque mostra uma frágil inserção dos valores de tolerância e de respeito mínimo pela própria condição humana biológica do indivíduo quanto porque a consolidação de uma prática da cidadania passa pela convivência pacífica entre as raças. Nunca é demais alertar e observar que todos os povos que foram tomados por sentimentos anti-raciais produziram, ou ficam à beira de produzir, ressentimentos e mágoas históricas que não se apagam tão facilmente. Não é caso de se alarmar e chamar a atenção para as possibilidades perversas deste conflito silencioso que perpassa as relações dos jovens curitibanos. É promissor, entretanto, e muito positivo, saber que nossos jovens também refletem de forma crítica e visionária sobre essas perspectivas degradantes da condição humana. Veja-se, por exemplo, o belo depoimento de uma jovem de escola pública:

Igual tem um verso do Bob Marley que ele falou bem assim: “enquanto o brilho da cor dos homens for mais forte que o brilho dos olhos, haverá guerra”. Aí está certo porque tem muitos países desses aí que brigam por causa do preconceito, tem muitos países que estão brigando até hoje por causa do preconceito. (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Toda essa conotação marcadamente negativa do racismo coloca o jovem numa situação incômoda. As falas dos jovens mostram um certo mal-estar em lidar com tal tema, como se houvesse a consciência que ter preconceito não é politicamente correto, mas ele está presente na cidade nas suas formas explícitas ou encobertas. Então, reconhecem-no, mas não de forma isolada, ele está ligado essencial e intrinsecamente ao preconceito social: “*Eu acho que sim, não tanto só pela cor, mas sim também pela classe social*”. (*Escola Pública/Misto/Noite*)

7.4 O PRECONCEITO SOCIAL

Pode parecer tautológico dizer que o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais, de fato é quase auto-evidente essa afirmação. Ora, mesmo que tal constatação seja banalizada, não deixa de ser escandaloso o fato de que em levantamento feito pelo Banco Mundial um ano e meio atrás o Brasil apresentasse a pior distribuição de renda numa amostra de dez países. Dados mais recentes demonstram que no item distribuição de renda no Brasil só perde na América Latina para o Haiti. Não pode ser de outra maneira num país onde, sem nenhum rubor, 1% dos super-ricos recebem 17% da renda nacional, isto significa um terço a mais do que recebem os 50% mais pobres da população brasileira (1998, p.193). Ou, como destaca Maria Tarcisa Bega (1999), nos últimos 30 anos os 20% mais ricos passaram da posse da metade da riqueza nacional para a apropriação de 2/3 dela, enquanto os mais pobres perdem participação na riqueza nacional, encolhendo de 3,5% para 2,3%. Quer dizer, o “Haiti é mesmo aqui”. Semelhante desigualdade evidentemente deixa suas marcas no convívio social dos cidadãos. Os mais pobres passam a ser enxergados pelos mais ricos como potenciais agentes desestabilizadores da ordem social estabelecida. A noção de “classes perigosas” adquire nova substância e as fórmulas de solução passam por diagnosticar a ampliação da cidadania como típico “problema de polícia”. A questão que se levanta é: até que ponto estamos caminhando para uma espécie camuflada de *apartheid social*, o que inevitavelmente acaba se refletindo na mentalidade e posturas de nossos jovens. Os resultados desta pesquisa exprimem, de forma preocupante, que o convívio do jovem curitibano não é precisamente marcado pela compreensão da diferença social; ao contrário, o convívio é tenso e preconceituoso. Isso se reflete um pouco nos dados quantitativos e é manifestado abertamente nos grupos focais.

Quando foi perguntado aos jovens se concordavam com a afirmação: **pobres e ricos não devem frequentar os mesmos lugares** (tabela 7.11): 18,5% concordaram com essa assertiva, enquanto 81,4% discordaram. Novamente os

pardos/mulatos constituíram-se no grupo que mais concorda com ela. E, em termos socioeconômicos, os extremos se aproximam: os mais ricos concordam, com 19,7% das respostas, de forma semelhante aos estratos D/E concordam na ordem de 22,9%.

TABELA 7.11 - POBRES E RICOS NÃO PODEM FREQUENTAR OS MESMOS LUGARES, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

ESTRATO	SIM		NÃO		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
A	46	19,7	187	80,3	233	26,9
B	54	18,8	233	81,2	287	33
C	36	15,7	194	84,3	230	26,5
D/E	27	22,9	91	77,1	118	13,6
TOTAL	163	18,8	705	81,2	858	100

Esses dados são reforçados por outra questão análoga; desta vez perguntou-se aos jovens como avaliava **a separação, por bairros, das pessoas de níveis sociais diferentes**: 18,8% acredita que é *bom*, 43,8% acha que é *regular* e 37,3% diz que é *ruim*. Veja-se a soma dos *bom* e *regular* (62,6%) supera abertamente os *ruim*. Por estrato socioeconômico 16,6% dos mais pobres (E/D) acham bom contra 22,7% do estrato A (tabela 7.12).

TABELA 7.12 - SEPARAÇÃO, POR BAIRROS, DAS PESSOAS DE NÍVEIS SOCIAIS DIFERENTES, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

NÍVEL	A	B	C	D/E	TOTAL
Bom	22,7	20,9	13,9	16,1	18,9
Regular	43,3	45,6	46,1	39,0	44,2
Ruim	33,9	33,4	40,0	45,8	36,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os jovens que assim se posicionam (observe-se que não são poucos para ambas as questões de cor e raça) assumem abertamente que a sua pertença a uma classe é um obstáculo intransponível para a coexistência social de qualquer tipo nos espaços da cidade. O preconceito que significa esse posicionamento encarna uma certa resignação diante da constatação de que as relações entre pobres e ricos são marcadas freqüentemente pelo ódio, a

discriminação, a diferença de hábitos e as possibilidades de sucesso e consumo. Ante semelhante disparidade, assumir de forma realista a segregação social dos espaços passa a ser também o reconhecimento da impotência do jovem perante um fato que acredita ser consumado, a “verdade como ela é”, para usar a famosa frase de Maquiavel, sem enfeites e sem eufemismos. De certa maneira, essa postura de um número de jovens reflete uma grande descrença na possibilidade da mudança social futura.

Nos grupos focais, o preconceito de classe presente na cidade é indicado pelos jovens como algo inerente à sociedade brasileira, e Curitiba não foge à regra. No entanto, reconhecer a sua existência não significa concordar com ela, sendo este o *diferencial* nas respostas encontradas nos grupos focais e na pesquisa quantitativa. Na pesquisa quantitativa é relevante e alarmante o percentual dos que concordam com as afirmações extremamente segregacionistas que lhes foram apresentadas. Já entre os jovens entrevistados, o tema da segregação social aparece de forma difusa, mediada entre a experiência de ter vivido ou presenciado algum tipo de discriminação e não concordar com ela, é um tipo de preconceito generalizado, onipresente quanto a lugares e pessoas:

É muito preconceito mesmo, porque esses dias a gente [eu, minha irmã e minha prima] foi no naquele Armazém do CD, ia ter tarde de autógrafa com uns cantores lá né, daí a gente ia passar prá ver como é que estava, daí tipo, tinha uma menina assim, tipo, ela não estava bem vestida assim, entendeu. Daí, tipo, o segurança não deixou ela entrar, por causa que ela não estava bem vestida. Isso eu achei muito assim... pô! O que tem a ver a roupa com a menina, a menina não tem nada a ver, né. Ela pegou e falou: “o segurança não deixa eu entrar por causa da minha roupa”. Ela se sentiu né, pô, imagine!... (Escola Pública/Meninas/Tarde)

O preconceito social pode se operar na forma clássica do rico que discrimina o pobre ou discriminação social vertical. É interessante chamar atenção para o seguinte fato, neste tipo de discriminação alguns locais de socialização, como o caso das *danceterias*, aparecem como espaços emblemáticos da segregação social na cidade. Alguns jovens dos estratos abastados não tiveram dúvidas em relação a esse aspecto para definir preconceituosamente qual é lugar “que corresponde a cada um”:

No Cabral, tem o Potato do lado. E daí é assim, no Mil (1250) vai as empregadas e os viliros, no Potato vai gente mais.../ Patricinhas.../: Sei lá, eu vô lá no Potato então a gente vê o contraste./ Eles tudo lá, daí tem uma fila pra entrar no mil, com aquelas calça florida, as vileira

lá. E no Potato já é a gente. Vai a galera meio assim sabe...Na moda, digamos assim. / É, tanto que tem que pagar mais pra entrar. É, o contraste a gente vê, porque eles tão do lado assim. Então lá que a gente pode ver mesmo que... a diferença no caso. (Escola Particular/ Meninos/ Manhã)

A definição preconceituosa do lugar que cada um deve ocupar nos espaços da cidade vem acompanhada, como pode se observar na fala anterior, pelo uso de termos que têm a intenção de frisar bem a diferença social: de um lado está “a gente” (o que sugere que os outros não o são), “as patricinhas”, os que “estão na moda”; do outro, “as empregadas” e “os vileiros” (sinônimo de maloqueiro). Ao compararmos com os dados quantitativos, surge a hipótese de que existe uma relação entre violência e preconceito nesses lugares de socialização e lazer do jovem curitibano. Segundo a tabela 7.2, que classifica os lugares mais violentos da cidade, ao considerarmos os índices relativos de *danceterias* e *bailões* estes chegam a somar 40,1% dos jovens que dão nota entre 9 e 10.

Os jovens dos estratos altos destacam na origem do preconceito social o importante papel que joga a família na reprodução do mesmo:

“Nós já nascemos com certo preconceito na gente. / É que tua mãe te ensina a ser tipo, quando eu era pequeno, a empregada morava junto com a gente né, então tinha aquele esquema assim, uma ala social da casa e a senzala que era o quarto da empregada. (risadas) Meu pai falava: “vai encher lá a empregada lá? Que cê vai fazer lá?”. Cê já nasce com aquela visão”. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Observamos nessa fala todo o peso ideológico do pensamento conservador quando o jovem tenta explicar o preconceito contra pobres mediante o recurso retórico das idéias e dos valores inatos, “*nós já nascemos com certo preconceito*” ou explicitando claramente que o modelo escravocrata, hierárquico e autoritário da *casa grande e senzala* ainda persiste com muita força na sociedade e na família curitibana das classes ricas. A persistência do modelo da *casa e grande senzala* é um efeito perverso que caminha na contramão da democracia racial ou social apregoada, como já anotado pelo próprio Gilberto Freire. Foi na base desses tipos de preconceito que o pensamento conservador no Brasil das primeiras décadas deste século enxergava uma relação direta entre solidez das instituições políticas e civis e a qualidade moral (entenda-se racial e social) dos habitantes (SANTOS, 1978).

Ora, essa mesma fala também exprime uma outra forma de preconceito de gênero: a expressão “*vai encher lá a empregada*” caracteriza a continuidade histórica de um papel ou “dever” tácito atribuído, quase que naturalmente, à

empregada da família de classe média ou alta: a iniciação sexual do adolescente masculino. Trata-se de uma clara mistura de preconceito social e de gênero, cujas raízes também podem ser procuradas no modelo hierárquico de *casa grande e senzala*.

O preconceito social é mais amplo ainda, ele se manifesta também na forma horizontal de grupos da mesma classe social. Pode dar-se um primeiro caso, em que a discriminação surge entre setores abastados, como expressa a fala de um jovem de um colégio particular localizado num setor da zona norte da cidade (associado com lugares de habitação da classe média) e que por esse fato sofre a discriminação de jovens que estudam em colégios da mesma rede, porém localizados na região sul, lugar identificado como moradia de setores sociais de classe média e alta:

Boa Vista aqui é roça, aqui é favela/ Aqui no nosso caso, no Expoente por exemplo, a gente é visto...é recriminado por quê? Porque fica perto da região metropolitana. Eu moro na região metropolitana/ As diferenças são assim, gritantes entre os locais./ Vila Tingüi./ Santa Cândida. /Cristo Rei. É justamente por isso, quando fala Cristo Rei, eles: “ah é perto do Capanema”, e falam: “esse daí é pobre, maloqueiro”... Minha mãe trabalha em Pinhais e eles falam: “onde cê trabalha? Em Pinhais? Ah. Nossa, lá só dá pobre, pedreiro, assaltante, estuprador, maníaco do parque.” (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Alguns jovens dos setores mais abastados, ao sentirem-se discriminados por outros que estariam morando ou estudando em bairros “melhores”, posicionam-se criticamente frente ao problema, o que não deixa de ter seu saldo positivo, embora se trate mais de uma reação, pelo fato de vivenciarem diretamente o preconceito, que de uma ação que procura ser enfrentada. Inclusive chegam a assumir uma posição romanceada que reivindica a solidariedade dos setores mais pobres:

“É isso que eu não entendo, as pessoas considerar os outros pela, às vezes assim pela roupa, pela aparência, por onde é que cê trabalha, onde cê mora né”. Tendo as vezes até uma posição romântica “eu acho que quem mora na favela tem até a família mais unida”. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

A discriminação horizontal não é apenas de rico contra rico, mas ela se manifesta no sentido contrário, de pobre contra pobre, com mecanismos de desqualificação muito semelhantes, vejam-se, por exemplo, os depoimentos de jovens de dois grupos focais formados fundamentalmente por jovens pertencentes a setores comprovadamente pobres e que usam o preconceito para

se diferenciar de setores da mesma classe social, atente-se, novamente, para o fato de que boates e danceterias voltam a ser locais privilegiados para exprimir a segregação:

Depende de onde você vai. Se você vai num 1250 ou numa Sunset lógico...// - Você está indo num lugar que só tem malaco./ /... é lógico que você só vai encontrar maloqueiro. Lá é lugar onde só dá ralé, só dá gente de Vila, onde só dá tigre./ /... Manga Larga.... /... Pedreiro.... // - É, esses boys de vila. / Agora, se você for num Alles Bier não é assim. É totalmente diferente". (Escola Pública/Misto/Manhã)// "Por que eu não gosto da Forum, do Alles Bier e da Konys? Pô, porque isso sim, cara, eu não gosto de me vestir, sair de saia, meia-calça, bota e coisa e tal...Agora você vai na Forum, aquelas meninas tudo assim, elas já te olham. Eu não vou porque se não dá briga, ficam me olhando torto, e começam a dar risada na minha cara. Porque a gente é assim". (Escola Pública/Meninas/Tarde)

7.5 PROFESSORES E PAIS IDENTIFICAM O PRECONCEITO DOS JOVENS

Em relação à escola, escutando os profissionais de educação percebe-se que esta é outra instituição que desempenha um papel importante no reforço à discriminação brutal contra os homossexuais. Um professor resumiu assim a situação: "*são poucos mas são os mais agredidos*" (*Professores Escolas Públicas e Particulares*). Assim, de acordo com a tabela 7.13, um índice de 3,8% dos profissionais de educação entrevistados afirmaram escutar *sempre* de seus alunos a expressão **os homossexuais devem morrer**. Mesmo que em termos percentuais esse índice possa parecer pequeno é significativo pela própria natureza dura e crua que exprime a expressão em si. Veja-se, de outro lado, que esse dado coincide, aproximadamente, com os 5,3%, citados anteriormente, de jovens que concordam que **homossexuais devem morrer**. Os dados tornam-se alarmantes quando somados aos 18,9% que *às vezes* escutam falar que **homossexuais devem morrer**. Nem mesmo o fato de que 77,7% dos profissionais de educação **nunca** tenham escutado a frase consegue esconder a gravidade do assunto.

TABELA 7.13 -FREQUÊNCIA COM QUE OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO ESCUTAM ALGUMAS FRASES PRECONCEITUOSAS DOS JOVENS

(Em percentual)

FRASE	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Os problemas atuais de Curitiba vêm de fora	3,3	15,1	81,7
Os homossexuais devem morrer	3,8	18,5	77,7
Os Sem-Terra são um problema de polícia	6,0	23,1	70,9
Há mais preconceito de cor em Curitiba que em outras cidades	5,0	25,1	69,9
O Sul é meu país	8,8	33,9	57,3
Pobres e ricos não devem freqüentar os mesmos lugares	6,8	42,0	51,3
O Sul do Brasil é melhor porque foi colonizado por europeus	6,8	41,8	51,0
Pessoas de cores diferentes não devem freqüentar os mesmos lugares	11,3	45,5	43,2
A violência em Curitiba é consequência do desemprego	16,0	47,3	36,8

Adicionalmente, segundo a tabela 7.14, para 52,5% dos profissionais de educação existe entre seus alunos **discriminação dos homossexuais**.

TABELA 7.14 - EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ENTRE OS ALUNOS, SEGUNDO OS PROFESSORES

(Em percentual)

PRECONCEITO	SIM	NÃO	N/S
Preconceito racial	44,5	41,0	14,5
Preconceito entre meninos e meninas	36,3	56,8	7,0
Preconceito socioeconômico	46,9	39,3	13,8
Discriminação de prostitutas	35,8	20,8	43,8
Discriminação de homossexuais	52,5	15,8	31,8

Nos grupos focais os profissionais de educação ratificam os dados quantitativos. Os alunos que já manifestam, explícita ou implicitamente, ter escolhido o homossexualismo como opção sexual são submetidos a constantes situações de constrangimento moral por seus companheiros mediante falas e brincadeiras que pretendem ridicularizar o fato de não serem machos ou fêmeas “natos”:

Eles[os jovens escolares homossexuais] não escondem, então a gente tem algumas situações assim, umas três, quatro, situações dentro da escola, e eles sofrem muito, a gente percebe, no grupo eles sofrem muito, e até sofrem com relação a brincadeiras na hora do intervalo, na saída, e eles vêm contar prá gente, eles vêm nos procurar, inclusive tinha um aluno que estava fazendo um curso, ele estava super feliz, e ele é todo né, os trejeitos e tal, ele estava fazendo um curso de tosa, banho e tosa de animais, de cachorro, e ele estava assim encantado. - “É isso que eu quero fazer”. Então apelidaram ele de Luluzinha lá na escola e gerando uma polêmica, a gente tentou fazer uma discussão com eles, alunos de segundo grau. (Professores Escola Particular)

Quanto ao preconceito racial, os dados fornecidos pelos profissionais de educação tendem a reforçar a hipótese de que o preconceito racial em Curitiba não é um problema geracional. Quando perguntado a esses profissionais se pensam que há preconceitos entre meninos e meninas, mais de um terço (36,3%) respondeu afirmativamente.

Novamente as instituições aparecem como um lugar privilegiado para a reprodução aberta ou sutil do preconceito racial. A brincadeira preconceituosa aparece de novo como uma dessas formas simbólicas nas quais se engendra a separação racial, tal como no exemplo seguinte de um professor de escola particular “[...]Eles tavam esses dias tudo junto ali, e um que é mais moreninho, ‘ah, só podia ser ele, né? Preto é assim mesmo...’ Na brincadeira eles dão o recado. (Professores Escola Particular). Essas situações meio encobertas de discriminação racial são percebidas com uma certa frequência pelos profissionais de educação. Não por acaso 44,5% dos profissionais de educação curitibanos quando perguntados sobre a existência de preconceito racial entre seus alunos acham que ele efetivamente existe entre estes, contra 41% que pensam que não existe e 14,5% que não sabe (tabela 7.14). É claro que com isso uma parte dos profissionais de educação não está dizendo que é a escola a única responsável pelo preconceito, porém é muito significativo o alto índice de profissionais de educação que admitem existir preconceito racial entre seus alunos; no mínimo, isso sugere a observação constante de cenas de discriminação ou de falas com o mesmo fim.

Esta visão dos profissionais de educação é confirmada por um grupo de pais. O preconceito na família curitibana estaria matizado por um certo individualismo e visto como uma coisa externa. A liberalidade em relação a seus filhos namorarem uma pessoa negra ou deficiente é admitida em relação a outros, porém dificilmente dentro do grupo familiar, tal como admitia uma mãe em relação a uma experiência do namoro de sua filha com jovem paralítico, mas que bem pode ser aplicada ao caso racial:

“Eu crio desde pequenininha (?) criança, preto com a branca, sabe, aquela coisa de não ter preconceito, sabe? Ai de repente ela chega em casa e diz ‘papai, mãe, estou namorando o Leonardo’. Era esse rapaz. Eu senti que eu fiquei... (risos)... um sorriso amarelo, aí ela falou assim: ‘você não vão falar nada?’ Ai meu marido, ‘que você seja feliz, minha filha.’ ‘E você, mãe, com esse sorriso amarelo?’ (?) Eu não sabia o que dizer, sabe? (...) A gente passa a não ter preconceito, desde que não aconteça na casa da gente. (risos) Eu criei esse preconceito.”
(Pais Escola Particular)

Nos grupo focais de pais e de professores o tema da discriminação social apareceu de forma muito difusa. Já nos questionários 46,9% dos profissionais de educação acreditam que existe uma boa proporção de preconceito socioeconômico entre seus alunos, 6,8% escutam *sempre* de seus alunos a afirmação **pobres e ricos não devem frequentar os mesmos lugares**, 42% afirma que *às vezes* e 51,3% *nunca* escutou (tabela 7.13), somando os percentuais de *sempre* e *às vezes* obtemos um percentual quase igual aos que *nunca* escutaram a expressão, o que coincide com 46,9% que acreditam existir preconceito socioeconômico entre seus alunos. Em síntese, esses dados revelam que os profissionais de educação percebem que em maior ou menor grau os seus alunos são portadores de alguma forma de discriminação social.

É possível que os alunos evitem algumas verbalizações perante os professores, à medida que têm consciência do preconceito que carregam. Como a maioria dos profissionais de educação está constituída por professores, é de supor que a obrigatoriedade de repasse de conteúdos pedagógicos, cumprimento de calendário escolar e a permanência na escola no tempo estritamente necessário para ministrar as aulas, impeça-os de um contato mais aprofundado com os alunos. Pode ser também que estas manifestações de preconceito só apareçam em determinadas disciplinas ou então em situações de conflito em sala de aula, quando os alunos expressam suas opiniões. Outra possibilidade é a concordância de alguns profissionais com os conteúdos manifestados nas frases, impedindo o distanciamento necessário para perceber o preconceito nos alunos. Nesse sentido, uma parte das respostas que indicam nunca terem ouvido, pode significar, na verdade, que concordam com elas.

Já entre os grupos focais de policiais o preconceito social emergiu de forma explícita quando explicaram as suas formas diferenciadas de abordagem e percepção do jovem da favela (e o “perigo que este representa”) em relação ao jovem classe média e daqueles de nível de instrução mais elevado.⁶⁹

⁶⁹ Ver mais informação a respeito no capítulo segurança pública.

O policial sabe, ele sente, é a percepção, só que esses lugares onde acontece, as coisas mais ilícitas é na periferia, favela. A sociedade comete? Comete também, principalmente os jovens de hoje em dia, da sociedade classe média, são os que mais compram drogas. Só que já é uma outra situação, entendeu! Já são, é um outro, digamos assim, é um outro conflito que há entre um adolescente infrator da periferia e o adolescente infrator da sociedade./ “digamos assim, na prática, né, não é tão formal, sabe, que com pessoas de nível mais elevado você não pode chegar de uma forma mais... mais... com um vocabulário assim... simples, né. Você tem que chegar numa forma com nível também ligado ao nível da pessoa. Não tenha dúvida”. (Polícia Militar/Soldados Femininos)

Encerrando este capítulo podemos fazer as seguintes observações gerais. Quanto ao preconceito há uma visão de que Curitiba é melhor porque está no Sul do Brasil e porque foi colonizada por europeus. Uma primeira leitura dos dados quantitativos leva a acreditar que os jovens não concordam com manifestações explícitas de preconceito de classe, de raça e de opção sexual. Os mais “abertos” são os brancos e de estratos socioeconômicos mais altos, enquanto os pardos/mulatos e dos estratos mais baixos – C, D e E – tendem a atitudes mais segregacionistas e separatistas. Seria necessário aprofundar tal investigação para verificarmos se isso é uma manifestação real de visões de mundo sedimentadas em cada um dos grupos raciais e sociais estudados, ou, se ao contrário, trata-se de uma concordância (interiorização) com situações de exclusão e preconceitos vividos no cotidiano. Entretanto, a visão dos grupos focais de jovens é mais preocupante, o preconceito é assumido de forma mais clara entre diferentes estratos socioeconômicos, raças e sexos. Os jovens deixam de lado as visões politicamente corretas para expor a posição realista de que ele existe e, em vários casos, as falas indicaram que ele era explicitamente praticado.

As posições dos professores e dos pais reforçam a indicação de que o preconceito é escamoteado de várias formas, mas que em determinadas situações e contra grupos bem específicos, ele se manifesta de forma muito virulenta. Algumas frases preconceituosas (*homossexuais devem morrer*, por exemplo) indicam que os jovens, ao discordarem quando perguntado na pesquisa quantitativa, podem estar assumindo, perante o pesquisador, uma atitude “politicamente correta”. Essa atitude, no entanto, cai por terra em situações de convívio com os colegas e professores, manifestando-se como uma frase solta aqui e ali, na hora da recreação, no enfrentamento a colegas e professores na sala de aula ou em atitudes físicas que ultrapassem a simples verbalização.

Outra questão a ser investigada diz respeito à possibilidade de os jovens de estratos socioeconômicos mais altos, pelo maior acesso às informações e pelo horizonte cultural presente no mundo onde vivem, terem manifestado posições “politicamente corretas” em maior intensidade, frente à “cruza” das respostas dos mais pobres.

Em conclusão, em relação ao preconceito, os resultados da pesquisa sugerem, algumas respostas à pergunta inicial se Curitiba é uma cidade conservadora. Entretanto, é necessário tomar tais respostas com a devida cautela e desenvolvê-las nos seus detalhes em futuras investigações. De forma geral, os resultados apontam para a existência de um jovem ambivalente, que mistura falas progressistas com práticas conservadoras, e em alguns casos nem isso, isto é, quando o discurso preconceituoso toma conta dele. A reprodução do preconceito de classe, de gênero e de cor nas suas formas verticais e horizontais no jovem curitibano não deve ser lido como um processo isolado e sim como uma variante de formas não democráticas de convívio muito arraigadas na nossa cultura, o que evidentemente não significam que sejam genéticas e sim produzidas historicamente. Roberto da Matta (1979) chamou a atenção para esse traço de nossa constituição histórico-cultural ao mostrar que a utilização de frases como *você sabe com quem está falando?* sintetiza uma longa tradição de autoritarismo e uma versão quase patética de uma sociedade que opera na base da desigualdade. O resultado mais perverso desse processo tem sido a naturalização ou banalização do preconceito e do comportamento conservador e um enfraquecimento da prática da alteridade: discriminam-se negros, prostitutas, menores de rua, sem-terras, migrantes e assim por diante.

Como cidadãos não gostaríamos de exprimir essa conclusão, porém o respeito pela objetividade da pesquisa nos obriga a dizer que um bom número de jovens curitibanos, independentemente do estrato ou da cor, manifestam os mesmos sentimentos preconceituosos e segregacionistas que nossas elites têm se encarregado de sustentar e espalhar nos vários séculos de nossa história brasileira-lusitana. Nessas condições fica difícil atingir a prática de princípios universais como a universalização da cidadania que o Estado de Direito teria o dever de garantir.

8 CIDADANIA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES

A análise neste capítulo dirige a atenção para as representações da política em geral, do político e das instituições que emergem dos dados quantitativos e das falas dos jovens. No instrumento quantitativo perguntou-se aos jovens a frequência com que eles discutem com os pais temas como política ou se a escola incentivava os alunos a discutir sobre este mesmo tema. Já nos grupos focais, as perguntas foram direcionadas no sentido de perceber o que o jovem pensava da política brasileira e da situação do país.

Este é um capítulo baseado, fundamentalmente, nos dados fornecidos pelos jovens. Houve pouca contribuição de pais, policiais e profissionais de educação para a sua construção. Certamente o capítulo não esgota a riqueza do tema. Nesse sentido, o que se pretende é observar até onde o padrão de representações políticas do jovem curitibano se repete em relação a outras cidades do país.

8.1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Poderíamos começar esta seção com uma pergunta dramática: onde está a juventude “cara-pintada” que ajudou, em 1992, a derrubar um presidente? Um diagnóstico superficial poderia apontar que, cumpridos quase sete anos desse promissor acontecimento, a participação política e o comprometimento com as instituições democráticas do jovem brasileiro se encontram no seu ponto mais baixo. Ainda, aquele não teria sido um momento decisivo na história da participação do jovem brasileiro (e fundamentalmente do movimento estudantil), mas um momento contingencial, quando centenas de milhares de jovens saíram às ruas impulsionados mais pelos estímulos visuais e saudosos de uma minissérie da Rede Globo, *Anos Rebeldes* (que evocava a luta do movimento estudantil contra a ditadura nos anos 60) que por um verdadeiro sentimento de revolta e consciência cidadã. Na passagem de século teríamos assim um jovem mais voltado para seus projetos pessoais ou individuais e bem menos preocupado com temas como o futuro das instituições, a democracia e a cidadania.

Verdade seja dita, a participação do jovem nestes últimos anos não vingou na chamada “nova cidadania” anunciada pelos arautos mais otimistas com base na contribuição do jovem brasileiro no processo de *impeachment* de Collor de Mello. A participação política designa uma variedade de atividades no cidadão: o exercício do voto, a militância num partido político, grêmios estudantis ou sindicato, a participação em manifestações, da discussão de temas políticos, as demandas às instituições públicas como integrante da sociedade civil organizada, o apoio a candidatos de um partido etc. Em outras palavras,

o exercício de práticas e valores típicos da democracia ocidental. (MAYEUR, 1993, p.888)

Se estes são os parâmetros que definem a participação política, estaríamos tentados a concluir que o jovem curitibano (enquanto reflexo do jovem brasileiro) apresenta o que a ciência política chama de participação negativa, isto é, baixa participação com valores e práticas fragmentados, espontâneos, porém sem continuidade. Como essa é uma mera hipótese, que a pesquisa, por insuficiência de dados, não pode confirmar, vamos nos ater, por enquanto, naquelas que a pesquisa revela, objetiva ou subjetivamente, sobre a visão do jovem curitibano quanto à participação política, classe política e às instituições.

Uma primeira leitura dos dados quantitativos da visão e participação política dos jovens curitibanos nos levaria a uma inferência bastante negativa e empobrecida nesse aspecto da vida pública. O problema parece começar pela própria família. Como mostra a tabela 8.1, entre os temas que o jovem curitibano *nunca* costuma conversar com os pais *política* aparece com 54,3%, outros 33% afirmam que só *às vezes* e uma minoria de 12,1% afirma que conversa *muito* sobre esse aspecto. Aliás, de acordo com a mesma tabela, o tema política chega a ser menos objeto de conversa que outros assuntos tradicionalmente considerados “tabus” ou complicados nas famílias. Observe-se, por exemplo, que assuntos como drogas *nunca* é discutido com os pais por 24,5% dos jovens contra 29,5% que diz discutir *muito* o mesmo tema; outro tema tabu na família nuclear, a sexualidade, não é discutido por 43,8% contra 18,4% que diz discutir muito o assunto. O que estes dados podem sugerir é que a apatia do jovem em relação à vida pública já começa na própria esfera privada da família. Esta constatação é importante na participação política do jovem, já que, como sugere Hirschman (1979, p.162), “o interesse público converge primorosamente com o interesse privado na formação de opiniões [...]”.

TABELA 8.1 - FREQUÊNCIA COM QUE OS JOVENS DISCUTEM COM OS PAIS ALGUNS TEMAS

DISCUSSÃO DE TEMAS	MUITO		ÀS VEZES		NUNCA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Drogas	266	24,5	326	36,2	303	33,6
Problemas Econômicos	313	34,7	321	35,6	260	28,9
Política	109	12,1	297	33,0	489	54,3
Futuro Profissional	541	60,0	282	31,3	72	8,0

O processo de despolitização do jovem curitibano no interior da família parece ter, de outro lado, um contrapeso na escola, conforme os profissionais de educação. De acordo com os dados da tabela 8.2, 43,5% dos profissionais de educação incentivam *sempre* seus alunos a ler ou assistir ao noticiário sobre política. Se levarmos em conta que a informação é um premissa fundamental para a formação de um cidadão consciente dos assuntos públicos, então teríamos que inferir que, nesse sentido, a escola curitibana está cumprindo seu papel.

TABELA 8.2 - INCENTIVO DA ESCOLA A DISCUTIR ALGUNS TEMAS, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

TEMAS	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Ler ou assistir o noticiário sobre política	43,5	48,5	8,0
Conversar sobre política	31,4	57,3	4,3
Participar de entidades estudantis	20,9	46,7	2,4
Participar de atividades político-partidárias	4,5	28,6	66,9
Participar de manifestações, passeatas	4,3	29,8	65,9
Apoiar greves	3,8	23,6	72,7

Porém, essa primeira leitura otimista do papel da escola como formadora de cidadãos é relativizada quando a informação dos profissionais de educação é contrastada com a obtida nos questionários dos jovens. Ante a pergunta **você costuma ler ou assistir ao noticiário sobre política?**, apenas 15,3% dos jovens responderam que *sempre*, um majoritário 50,9% *às vezes* e um significativo 33,6% *nunca*. A mesma tendência se observa quando a pergunta para os jovens é se eles costumam conversar sobre política. Um escasso 8,1% diz que *sempre*, 40,7% *às vezes* e 33,6% *nunca*. Se consideramos correta a informação fornecida pelos educadores, então uma tentativa de explicação para o desencontro de informações entre jovens e educadores poderia avançar duas hipóteses: ou o jovem considera que o tema *política* não está sendo suficientemente discutido pelos educadores ou fora da escola a discussão sobre esse assunto encontra um espaço tão reduzido (isso é o que sugere o contingencial *às vezes*) que os debates na escola em torno dele ficam quase anulados ou diluídos.

É interessante destacar que o item três da tabela 8.2 dos profissionais de educação (“participação em entidades estudantis”) coincide de certa maneira com algumas informações fornecidas pelos jovens. Observe-se que somente 20,9% dos profissionais de educação incentivam *sempre* seus alunos a participar de entidades estudantis, 46,7% o fazem *às vezes* e 32,4% *nunca*. Isso parece

conferir com a informação quantitativa dos jovens: ante a pergunta **você costuma participar de entidades estudantis?** 73,7% respondeu que *nunca* costuma participar, 22,9% afirma que *às vezes* e um magro 3,3% diz que *sempre* costuma participar. Isso pode sugerir que, embora não seja a única explicação possível, existiria uma relação entre a baixa participação dos jovens em entidades estudantis e o incentivo que recebem por parte de seus mestres. A participação e o posicionamento político dos educadores algumas vezes agem como espelho dos alunos, o que acaba influenciando na mobilização ou desmobilização destes últimos.

Quanto à participação política de forma geral, as informações dadas pelos jovens dos grupos focais vêm confirmar aquilo que já é amplamente conhecido e generalizado no caso brasileiro, e que já havia sido destacado pelos dados quantitativos da pesquisa: o jovem assume uma atitude de quase indiferença perante a vida pública, “*não tenho participação, não tenho nem do que reclamar, e nem do que ser a favor, não tô por dentro disso, não sei como é que está funcionando*” (*Escola Pública/Meninos/Manhã*). Porém, ao mesmo tempo que reconhecem sua apatia, os jovens também percebem que a participação política é necessária para eles, “*eu acho que é bom, só que eu não participo*”.

Essas informações apontam para uma forte tendência para aquilo que os cientistas políticos chamam de *paralisia política* – baixo grau de opinião combinado com baixa participação nos assuntos públicos. Entretanto, seria simplificador rotular isso como mera apatia. A esse respeito, uma pesquisadora refletindo sobre o problema, indagou: não estaria faltando espaços centralizadores ou de identidades públicas capazes de transformar essas críticas e essas posturas em ação coletiva? O potencial do jovem sempre é muito grande (potencial que se baseia na indignação e no entusiasmo) e ele renasce eventualmente em momentos críticos, como o processo de *impeachment* de 1992. (MISCHE, 1997, p.144-145)

8.2 O POLÍTICO

Nesse quadro desmobilizador dos jovens curitibanos perante a vida pública sobressai o desprestígio do político (seja este do homem do partido, do congressista ou do governante) como uma das causas principais que explicariam a *paralisia política*. É comum entre os jovens que o político gere *a priori* desconfiança, “*não confio em nenhum político brasileiro.*” (*Escola Pública/Jovens Negros/Noite*). Por isso não é de estranhar a opinião pessimista e quase unânime que tende a identificar o político com o fenômeno da corrupção; apesar de que, “*não necessariamente*”, a maior parte dos políticos, segundos os jovens, acaba, quase

que inevitavelmente, caindo na corrupção, “os que não são se tornam”. Assim, o poder do dinheiro tenderia a falar muito mais alto que o interesse público:⁷⁰ “O pessoal é bonzinho até o momento em que ele tem uma panela de dinheiro à sua disposição”. (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Essa percepção dos grupos focais é conferida por alguns dados quantitativos. Assim, apenas 1,3% (o menor índice de um rol de nove itens) dos jovens responderam que uma pessoa tem direito de se impor a outra por ter poder político. Isso pode dar uma idéia da conotação negativa e de rejeição que inspira no jovem a possibilidade de que uma pessoa se imponha a outra pelo fato de ter vínculos com a política.

TABELA 8.3 - RAZÕES PELAS QUAIS UMA PESSOA TEM DIREITO DE SE IMPOR A OUTRA

RAZÕES	%
Autoridade	12,9
Poder econômico	2,7
Escolaridade	4,0
Porte de arma	3,8
Força física	5,1
Por ter experiência	11,2
Por ter poder político	1,3
Por ter sucesso/fama	5,9
Não tem direito	53,9

Entretanto, ao mesmo tempo em que os jovens têm uma representação quase absolutamente negativa do político, alguns jovens tendem a relativizar tal imagem, acreditando tratar-se de um problema de oportunidade para os políticos honestos e competentes: “... político bom não ganha (...) o povo não vota neles, eu acho que os que ganham são os políticos ruins, e daí fica tudo do jeito que tá, desse jeito” (Escola Pública/Meninos/Manhã). O valor destas opiniões, mesmo que elas possam por vezes refletir uma certa ambigüidade constitutiva, está em que o discurso do jovem problematiza a ilegitimidade da apropriação do público pelo privado; isto é, da forma patrimonialista de gerir

⁷⁰O desprestígio da classe política brasileira entre os jovens, assim como entre os cidadãos de outras faixas etárias, não é nenhuma novidade, e esta pesquisa só vem a recolher uma tendência acentuada que já era refletida por outras pesquisas em início de 1990. Segundo uma pesquisa da *Folha de S. Paulo* feita em finais de 1989 e, comentada por Ruth Cardoso, apenas 20% dos jovens eleitores, localizados numa faixa de 16 a 25 anos, acreditavam no espírito público dos políticos. Na sua maioria os jovens acreditavam que “os políticos brasileiros procuravam se enriquecer à custa do dinheiro público ou procuravam arrumar a vida de parentes ou amigos”. Ver Ruth Cardoso (1990, p.19).

a esfera pública, a qual também é parte de um estilo tradicional de *fazer política* que remonta às origens da formação do Estado brasileiro.

O mesmo desprestígio da classe política chega, inclusive, a ser utilizado para explicar a postura do jovem perante sua participação política pelo direito ao voto.⁷¹ Uma boa parte reconhece a importância do voto, ao mesmo tempo, não vê muito sentido em exercer esse direito, e a razão desta atitude parece ter muito a ver com uma descrença acentuada na vida pública e especificamente nos políticos, “*eu não acho nada e nem quero saber*” (*Escola Pública/Meninas/Tarde*). Para justificar por que eles não votam, os jovens argumentam falta de maturidade ou de capacidade para escolher os governantes. Entretanto, esta opinião não parece ser muito consensual: “*Nós temos capacidade, eles é que não têm capacidade de cumprir as coisas que eles falam.*” (*Escola Pública/Misto/Manhã*) “*Eles*” são os políticos, e esta parece ser a verdadeira causa que afasta os jovens do exercício do voto. Para os jovens, os políticos prometem muita coisa na época das campanhas, porém depois esquecem do povo: “*qualquer um faz uma coisinha, ah!, então vamos votar nele, ele ajudou nós, sendo que depois, a hora que ele for eleito, ele não vai fazer mais nada, só vai prejudicar.*” (*Escola Pública/Meninas/Tarde*)⁷²

Finalmente, um tema em que a opinião dos jovens se divide é quanto à possibilidade de o país vir a ser dirigido por um político pouco letrado e humilde, o que acaba refletindo a mesma divisão ideológica que se dá em relação a este tema na sociedade brasileira, como ilustra o seguinte diálogo:

Ô cara, não sei, Lula... vai que numa dessas acerta. Tudo é teste. // É mas não vamos pagar pelo teste dele. // Até entrar no vestibla vai 10 anos. // Mas ele é um cara que é totalmente povo pelo menos (...) //O que um analfabeto vai fazer lá dentro?// Talvez o que um cara estudado não fez (...) (Escola Pública/Meninos/ Noite)

8.3 INSTITUIÇÕES

Os jovens acusam também, tanto nos dados quantitativos como nas suas falas, o desprestígio das instituições estatais e de representação de interesses perante a sociedade civil da qual fazem parte. No caso dos grêmios estudantis,

⁷¹Evidentemente, tem de ser levado em conta que, apesar de muitos deles serem trabalhadores ou estudantes, a sua faixa etária não permite, em alguns casos, uma atitude mais definida (ou mais responsável) perante a questão do voto.

⁷²Essa falta de consenso constatada na informação qualitativa parece coincidir com a divisão de opinião que se observou no questionário sobre o voto aos 16 anos: 56,3% concorda com o voto aos 16 anos enquanto 41,6% discorda.

perguntados se eles costumam participar de entidades estudantis, 73,7% deles responderam que *nunca*, 22,9% só às vezes e 3,3% *sempre*, segundo a tabela 8.4. Aliás, como destaca o já citado trabalho de Ann Mische (*De estudantes a cidadãos*), um dos fatores que pode explicar o afastamento do estudante de seus organismos de representação é a “partidarização” destes últimos, quer dizer, a ausência de autonomia das lideranças estudantis em relação aos partidos políticos nos quais militam, o que seria mais verdadeiro para o caso das lideranças ligadas aos partidos de esquerda. (MISCHE, p.145)

TABELA 8.4 - QUE NOTA VOCÊ DARIA PARA AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES?

INSTITUIÇÕES	%
Partidos Políticos	3,07
Governo	3,96
Congresso	4,49
Judiciário	4,99
Família	9,02

Essa escassa participação em associações estudantis parece reforçada pelos jovens quando nos voltamos para os grupos focais. A maioria dos grupos de entrevistados diz não participar de nenhuma associação política, tais como grêmios, centros acadêmicos ou partidos. No entanto, no caso das escolas, a inexistência de grêmios ou de centros acadêmicos não está acontecendo, segundo os jovens, por simples apatia ou desmobilização, mas por empecilhos colocados pela própria instituição, a “*falta de oportunidade*” negada pela própria escola, “*ô, pra você ter uma idéia, tentamo,... fizemos o maior rebulício, chegamos a ser suspensa, eu não esqueço disso [...] eles arrumaram um pretexto pra suspender, pra acabar com a nossa vida dentro desse colégio, eu sei porque isso aconteceu comigo, com ela, e com ela*”. (*Escola Pública/Meninos/Noite*)

Isso sugere várias possíveis leituras quanto à participação em grêmios estudantis. Uma primeira leitura, a dos dados quantitativos, pode nos levar à inferência de que o jovem simplesmente não está participando, podendo ser explicada essa não participação como a consequência natural do desgaste e desprestígio dos grêmios e centros acadêmicos entre os próprios estudantes ou pela apatia. Entretanto, uma segunda leitura que nos sugere a opinião dos jovens dos grupos focais – e que o dado quantitativo não dá conta – é que a não participação em entidades estudantis não reflete apenas uma posição subjetiva do jovem de não querer participar, da apatia ou de desprestígio da instituição

estudantil, mas também a existência de outros tipos de empecilho que vão desde os institucionais até a própria natureza da instituição pública ou particular que dificultam a organização estudantil.

Esse mesmo descrédito da política e do político se traduz também em descrédito para instituições como os partidos, o Governo, o Congresso e o Judiciário. Na informação quantitativa, tal como no caso dos grêmios estudantis, as respostas à questão **participa de atividades político-partidárias** confirma o desprestígio da instituição partidária: 92,9% dizem *nunca* participar de atividades político-partidárias, 6,5% afirmaram que *às vezes* e só 0,4% dizem que *sempre*. O que estes dados revelam é desilusão e desesperança agudas com o sistema de representação: desilusão que se faz extensiva também para as instituições nacionais como o Congresso ou locais como as câmaras municipais. Em outras palavras, o aprofundamento da “crise de representação” ou desprestígio das mediações tradicionais de representação de interesses, tais como partidos, sindicatos e congressos.

De certa forma existe uma identificação por parte do jovem – consciente ou intuitiva – entre o homem do partido e o deputado ou senador; aplica-se para o jovem a seguinte lógica: o homem do partido é o deputado eleito de amanhã que não cumprirá a promessa que fez no período eleitoral e que, em vez disso, utilizará seu cargo para tirar vantagem. Resumidamente, a figura do homem do partido e do congresso tende a ser identificada com a figura negativa do político. Repetindo-se o que já havia acontecido com a instituição policial, quando se pergunta que nota daria para as instituições listadas, os três poderes públicos, Governo, Congresso e Judiciário, são reprovados, de acordo com o verificado na tabela 8.4.

Em outras palavras, o jovem manifesta novamente seu afastamento das instituições estatais e a proximidade das instituições da sociedade civil (à exceção dos partidos políticos). Lembre-se, a esse respeito, que a nota média dada à instituição familiar é de 9,02. Isso poderia ser explicado pelo distanciamento das primeiras em relação aos indivíduos, ou seja, o jovem percebe que a atuação do cidadão perante as instituições públicas não pode seguir reduzida, como no passado populista, a simples “massa de manobra” de momentos conjunturais.

Nos grupos focais, os jovens acenam com a possibilidade de que possam existir governantes, juízes ou parlamentares honestos, “*só que é difícil (...) sabe o que acontece, tem um amigo de meu pai que é juiz, ele é honesto, ele não (se?) suborna. Mas tem gente que tá lá há menos tempo que ele, faz o que os mafiosos querem, já subiu mais que ele*”. A conclusão do jovem parece então inevitável, “um honesto não consegue sobreviver” (Escola Particular/ Meninos/ Manhã). Porém, também é um descrédito que se projeta para as

instituições locais, *“Até o vereador [e] na própria vila o presidente dos moradores do bairro também não confio”* (Escola Pública/Jovens Negros/Noite). Estes depoimentos sintetizam, na verdade, uma outra opinião muito arraigada no jovem brasileiro, a descrença na mudança institucional como forma de corrigir a forma tradicional patrimonialista de fazer política. O sistema político seria assim uma espécie de máquina infernal na qual suas peças (a classe política) mais tarde ou mais cedo estariam fadadas a mergulhar no destino fatal: a corrupção, com o qual se concluiria que, fatalmente, o próprio mecanismo ou sistema político acaba corrompendo as instituições, por melhores intenções que estas possam ter.

Em síntese, a opinião dos jovens nos grupos focais sobre a situação política do país é, em geral, de um pessimismo exacerbado. Na opinião deles o povo só serve de instrumento para o político atingir a realização de seus projetos pessoais e de poder:

“Eu acho que é ruim pra caralho, é politicagem assim, sabe, é um jogo de interesses agora no Brasil começa uma coisa, muito assim, triste até, porque quando fica perto das eleições, ano eleitoral, daí tem obras, tem projetos, etc., mas... nos quatro anos anteriores. (Jovens Universitários)

Os jovens parecem ter consciência de que a consequência disso é que o cidadão acaba tomando como espelho e como exemplo os valores negativos do político e das instituições *“Tudo o mundo pensa, vou fazer isso porque eu vou conseguir dinheiro. A gente está estudando por quê? Pra ter uma carreira, pra ter dinheiro, ter uma vida”*. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Cidadania: todos os políticos são corruptos:

“Não necessariamente. É isso que falei... às vezes tipo, por exemplo, meu pai se torna político, eu acho que ele não é corrupto, agora... atualmente ele não é... agora se ele começa a ter amizades com políticos que são corruptos, começa a falar um monte, cê acha que meu pai não vai ter dinheiro lá; eu tenho certeza, eu acho que meu pai vai se tornar corrupto, qualquer pessoa começa... convive com a política, com dinheiro, com quem quiser... você tem uma coisa, cada vez quer mais. E você nunca está satisfeito com aquilo que você tem”. (Escola Particular/ Meninas/Manhã)

Em linhas gerais a visão que o jovem tem sobre a situação política no Brasil, e especialmente com o político e suas instituições, é bastante negativa. Para a maior parte dos jovens, ela se define numa palavra muito recorrente entre os grupos focais: *“péssima”*. Tal percepção é complementada com uma visão indiferente e descrente com a mesma política, *“a minha colaboração*

para a sociedade não será discutindo política". (Escola Particular/ Meninos/ Manhã)

À guisa de conclusão, poderíamos inferir que o jovem curitibano sustenta uma visão quase consensual em relação à política, à participação política e às instituições: grande descrença nas instituições e baixa expectativa no que poderia significar a mudança política. Se fôssemos levar ao pé da letra as palavras de Rousseau expressadas no *Contrato Social*, para quem a ruína de um Estado começa quando seus cidadãos afirmam não gostar da política, então teríamos que ficar alarmados com a posição alheia à política e à participação política do jovem curitibano.

Os jovens curitibanos identificam maus políticos e instituições com política geral. A partir disso constroem um quadro de representações extremamente negativo da classe política: é uma classe que gera desconfiança, que não cumpre o prometido, que tira vantagens do exercício de seus cargos e que, sobretudo, é propensa a cair em atos de corrupção. Quanto às instituições, sejam estas de representação de interesses (grêmios estudantis, partidos políticos) ou pertencentes ao poder público (Governo, Congresso e Judiciário), repete-se a imagem negativa: a eficácia das mediações institucionais tradicionais se enfraquece, dando margem à chamada "crise de representatividade". Podemos explicar esta atitude de rejeição da política e das instituições a partir de algumas idéias: primeiro, o desencanto com os projetos políticos, sobretudo a partir da falência ou perda de eficácia das utopias de esquerda; segundo, a percepção de muitos jovens estarem sendo aproveitados instrumentalmente para os fins populistas e demagógicos dos políticos; e, terceiro, a sensação de que os políticos, as instituições públicas e de representação de interesses são corroídos inevitavelmente por uma forma patrimonialista de fazer política.

Entretanto, nem tudo está perdido, o que nos obriga certamente a ter uma margem de otimismo, e isso por dois motivos. De um lado, o jovem curitibano reconhece que junto ao mau político coexiste um político com valores que sedimenta e sustenta uma visão mais ética ou correta da política. E, de outro lado, a escassa participação política em instituições de representação de interesses não necessariamente significa apatia ou uma atitude individualista (uma prioridade do privado). Não se trata de atenuar os temores de Rousseau, mas é um dado que hoje o jovem da sociedade de massas tende a participar cada vez mais de esferas públicas alternativas, tais como grupos ecológicos, de direitos humanos, de minorias raciais, entidades filantrópicas, de auto-ajuda para diferentes problemas, associação de moradores etc. Assim, quando perguntados aos jovens o que fazem na escola além de freqüentar aulas, 8,7% respondem que *sempre* costumam freqüentar atividades religiosas, 6,5% participam, da mesma forma, de grupos de teatro, corais etc., e 5,8% dizem participar também *sempre* de grupos de solidariedade. Esses dados revestem-

se de maior expressão quando se perguntou ao jovem **para que se reúne com sua turma ou grupo?** Um significativo 10,8% dos jovens afirmaram que se reuniam para “prestar serviços à comunidade”, o que é bem superior a outras atividades como “brigar com turmas”, “fazer pixação” ou “utilizar drogas”.

Além de interpretado como uma rejeição total à participação nas instituições tradicionais, revela uma procura do jovem pela inserção num novo repertório político social. Caso venha a se confirmar esta tendência, a procura de participação em novas formas institucionais poderia obrigar as instituições tradicionais a redefinir a sua ação perante o cidadão.

De resto, a rejeição pela participação política, pela classe política e pelas instituições é uma tendência dos jovens que se exprime contemporaneamente em qualquer sociedade de massas. Dessa forma, este não é um problema isolado do jovem brasileiro. “A perda de credibilidade das personalidades assim como das instituições é um elemento recorrente do conjunto dos discursos” nos diz Anne Muxel (1997, p.153), referindo-se ao caso do jovem da França, e poderíamos dizer exatamente o mesmo no caso do jovem curitibano.

9 SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo não estava previsto no planejamento original da pesquisa. No entanto, um dos temas que surgia com muita frequência nos grupos focais dos jovens era a relação conflituosa destes com a polícia na cidade. Assim, a inclusão da temática se impôs como uma necessidade no próprio decorrer da pesquisa.

A análise foca a atenção sobre dois eixos: primeiro, apoiando-se nas falas dos grupos focais, mas sem deixar de utilizar, quando necessário, os dados quantitativos, tenta averiguar qual é a visão dos jovens em relação a certos temas como violência policial (física e moral), corrupção e preconceito na instituição. Estes temas são contrastados com as respostas, sobre as mesmas questões, dadas pelos grupos focais de policiais. Segundo, a visão de policiais, pais e profissionais de educação sobre o polêmico instrumento legal conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente.

9.1 VIOLÊNCIA E VISÃO DO JOVEM SOBRE A POLÍCIA

A *segurança* é um objetivo perseguido pelos homens a partir daquele momento em que o homem primitivo decide juntar-se em grupos para garantir a sua sobrevivência, alimentar e proteger-se dos ataques de outros homens isolados ou de outros grupos. Assim Thomas Hobbes irá argumentar no *Leviatã* que o objetivo para o qual nasce o Estado é exatamente o de garantir a segurança do indivíduo, ou seja, garantir esse direito natural que é a vida do indivíduo. A concepção de Hobbes é reforçada na Revolução Francesa com a inclusão do “direito à vida” como um dos princípios da Declaração dos Direitos do Homem. Em outras palavras, a segurança do indivíduo vira um direito humano protegido pela norma jurídica e pelo poder do Estado. A principal consequência disso é que, ao ser assumida pelo Estado, a segurança deixa de ser um privilégio dos grupos privados (como era no *antigo regime feudal*) para transformar-se num direito a ser garantido pelas instituições públicas, surgindo a *segurança pública*, a segurança de todos.

Passando dos princípios abstratos para formas concretas ou materiais, o Estado moderno (aquele que, segundo Weber, “monopoliza legitimamente a força dentro dos limites de um território”) serve-se de instrumentos ou instituições coercitivas que visam dar segurança aos indivíduos, dentro destas instituições destaca-se a *polícia*. Mais rigorosamente, a polícia pode ser definida como uma instituição que impõe “[...] limitações à liberdade dos indivíduos e

dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais.” (BOVA, 1993, p.944) Desta forma, a chamada manutenção da *ordem* confunde-se com segurança pública.

Como tem sido anotado por diferentes autores, a partir de uma interpretação muito singular da noção de *ordem*, nos dois últimos séculos o papel da polícia tem se politizado no mundo (BENEVIDES, 1996, p.73-87). Essa politização da polícia significou que o que poderia parecer uma atividade destinada à proteção de toda a população foi sendo reduzida na prática a uma tutela dos bens das classes possuidoras com a decorrente repressão dos setores excluídos socialmente (BOVA, 1993, p.945).⁷³ No caso do Brasil não foi nada diferente, como sustenta Maria Victória Benevides; ao contrário, produto de uma longa tradição autoritária e patrimonialista das relações entre Estado e sociedade civil, o que se assistiu foi a uma *privatização* da função pública da polícia, a polícia no Brasil sempre foi assim, a polícia do governador, do prefeito, de uma classe etc., mas nunca um bem público ou instrumento de segurança de todos (BENEVIDES, 1996). O ponto mais extremo dessa politização da polícia no Brasil deu-se com a instalação do regime autoritário no ano de 1964, com a doutrina da segurança nacional: para o regime o mal quase teológico a vencer, num reflexo dos anos da Guerra Fria, era o comunismo nos seus desdobramentos de *inimigo externo e interno*. O combate ao mesmo deu-se por meio de uma divisão ideológica do trabalho: do externo nada teria que se preocupar os generais brasileiros posto que os Estados Unidos se ocupariam disso. Do interno, dos dissidentes políticos, o regime teria que dar conta, e deu. Nesse sentido, a polícia não só foi militarizada do ponto de vista formal – já que passou a constituir parte das estruturas organizacionais militares – mas também do ponto de vista prático, passando a cumprir funções de vigilância e repressão daqueles considerados insurretos políticos.

Com o crescimento gigantesco das cidades e o conseqüente aumento da complexidade dos problemas, entre eles o da criminalidade, as classes populares passam a ser visualizadas como “classes perigosas”, o novo inimigo interno, capazes de subverter a ordem social. É dentro desse quadro que se desenvolve

⁷³ Como chegou a afirmar Paul Chevigny, *apud* Martha K. Higgins (1998, p.11). “A política, no sentido mais exato, tem feito parte da polícia, como a polícia tem feito parte da política”. A mesma autora relata que, nos Estados Unidos da década de 1840, as elites comerciais preocupadas com a ameaça à propriedade, com o problema do controle de uma classe operária cada vez maior, com os conflitos de classe e também com os conflitos étnicos raciais que explodiam nas principais cidades americanas, decidiram dar todo seu apoio às forças policiais urbanas.

a relação do jovem e do policial curitibano, relação social esta tensa e conflitiva e que apareceu refletida no desenvolvimento da pesquisa.

9.2 A VIOLÊNCIA POLICIAL

Quando relacionado com o problema da violência, os jovens de Curitiba não sentem que sua cidade seja segura, apesar de o termo “segurança” aparecer definido de forma bastante genérico. Assim, quando perguntados como classificam a **segurança** num rol de nove serviços públicos, 20,3% dos jovens responderam que é bom, 50,5% acham que é regular e 26,6% é ruim; no conjunto desses serviços foi o que obteve a pior avaliação (tabela 2.5 do item 2). Dos jovens que consideram ruim há uma prevalência das mulheres: 57,7% das jovens contra 46,2% dos jovens.

Esses dados adquirem significado mais concreto quando passam a ser contextualizados em relação ao órgão público encarregado pela segurança da cidade, a polícia. A premissa da qual se deve partir para compreender a relação entre jovens e polícia é que tal vínculo pode ser melhor balizado a partir da reflexão mais ampla sobre as representações dos atores e a experiência da violência desses mesmos atores no contexto da cidade. Nas histórias dos jovens, o contato com a violência ocorre em qualquer lugar da cidade: no bairro, no ônibus, no parque, no futebol, nas casas de shows, nas danceterias, nas praças de alimentação e assim por diante. A violência passa a se reproduzir com uma quase normalidade no cotidiano do jovem curitibano. Não por acaso quando foi perguntado ao jovem o que *menos* gosta de Curitiba, o tema da *violência* (em forma genérica) aparece no primeiro lugar.⁷⁴ Conforme já analisado, os jovens pretos, pardos e mulatos consideram a ação violenta da polícia o que mais detestam na cidade, apontando para o fato dos dados quantitativos confirmarem as hipóteses mantidas pela bibliografia especializada. (ZALUAR, 1987; FERNANDEZ, 1989)

Quando perguntados **que nota você daria para as seguintes instituições?**, o resultado obtido, em média, foi o seguinte:

⁷⁴ Essa informação aparece de forma detalhada no capítulo 2 item 2.1.2 – O que detestam em Curitiba, com os respectivos quadros por estrato socioeconômico e cor.

TABELA 9.1 - NOTA CONFERIDA ÀS INSTITUIÇÕES

INSTITUIÇÕES	NOTAS
Família	9,02
Escola/Univ.	7,74
Igreja	7,56
Mídia/Imprensa	5,95
Judiciário	4,99
Polícia	4,99
Congresso	4,49
Governo	3,96
Partidos Políticos	3,07

A instituição policial obteve a nota média 4,99, muito abaixo das instituições família/escola/igreja, mas bem superior a outras instituições do Estado Democrático, como partidos políticos, Governo e Congresso. Com isso, constata-se que a instituição de repressão do Estado tem nota superior àquelas de representação política. No entanto, cabe observar que, quando instados a responder em quem confiam mais, as duas instituições pertencentes à esfera privada, família e igreja (ou da sociedade civil), somam 90,1% das instituições em que os jovens mais confiam.⁷⁵

Embora a instituição policial tenha obtido uma nota razoável, a ação policial apontada pelos jovens nos grupos focais é negativa. Na sua grande maioria os jovens afirmam ter levado uma “geral” da polícia de Curitiba. De acordo com os depoimentos, muitas vezes esse tipo de procedimento acontece sem motivo real, fortuitamente “*you tá só passando ali com uma galerinha, eles já pegam e dá geral em você.*” (*Escola Pública/Misto/Manhã*)

No caso de Curitiba é também generalizada a opinião de que violência sempre parte da polícia, basta ver um grupo de jovens “*conversando sobre nada*” para que “*Eles comecem a guerra. Se você passar em dois na rua eles já querem encostar você... fazer você passar vergonha sem você... fazer nada. Dá pancada, bate na gente... (Jovens em Situação de Risco/Meninos)*. Desta forma, para os jovens, andar em galera seria um meio de autodefesa, tanto da violência geral da cidade como da própria polícia.

Em alguns grupos, como os meninos de rua, os tipos de violência ilegal e ilegítima estariam excedendo qualquer limite, chegando-se inclusive à tortura pelo simples prazer do policial, pelo ódio a alguns grupos de jovens (infratores

⁷⁵ Convém lembrar que dos 900 casos pesquisados, três casos apontam a polícia como sendo a instituição que mais confiam.

e meninos de rua). Apelidam ao método de tortura utilizados pelos policiais com o nome singular de “o esquisito”, que consiste em apanhar um jovem, levar no mato ou qualquer lugar deserto, colocar um capuz preto e bater nele:

*(...) e aí chegou o PM eu não consegui escapar, e um dos PMs... caiu dentro da fossa, né, ele veio louco né cara, veio me catar, ele veio louco, ele falou: “Agora vocês vão apanhar”. Daí eu só falei: “Ó, piizada,... cada um se prepara pra apanhar. Daí começou (tapas), apanhando no meio do mato, os caras mais davam esquisito porque, esquisito eles davam uma que vale... quebram de pau mesmo.//- Ou se não, eles usam afogamento, já levaram esquisito aqui todo mundo.//- **O que é esquisito?//** É que nem levar você lá na casa do Boqueirão, de madrugada.//- Eles levam pra uma casa que é longe e começa...//- **Quem já passou por essa experiência?//**Eu//Dois, três, quatro, cinco, seis, sete... (Jovens em Situação de Risco/Meninos)*

Quando contrastada a opinião, sobre violência e tortura, com a dos policiais estes tendem a achar num primeiro momento que essas opiniões dos jovens são exageradas, “mas aí é que tá, acho que a maioria dos policiais são preparados, só que pelos erros de alguns, como em qualquer é..., é profissão to...,aí generalizam, a sociedade generaliza, entendeu?” (Polícia Militar/Soldados/Feminino). Porém, à medida que se aprofundava sobre o tema, os policiais passaram a reconhecer que existia um pouco de verdade nessas opiniões, que as abordagens aos jovens e aos cidadãos em geral nem sempre eram feitas da forma mais pacífica possível, como reconhecia uma policial, “não é em todas as situações, mas realmente acontece. Como você vai tapar o sol com a peneira”. De qualquer forma, os policiais manifestaram uma certa resistência à conclusão de alguns jovens de que, “se não houvesse polícia, não existiria a violência”. Essa hipotética situação foi qualificada pelos policiais de autêntica lei da selva: a lei do bandido, do traficante e do marginal, “que sobreviva o mais forte, que morra o mais fraco, se não houver a polícia, se é ruim com ela, pior sem ela”. (PM/Soldados/Feminino)

Em relação a esse mesmo tema os policiais se queixam de que a noção “a violência sempre parte da polícia” é equivocada e unilateral, à medida que não considera que a violência também pode partir do outro lado, isto é, do cidadão que é abordado. A abordagem estaria longe de ser um ato de arbitrariedade e de abuso de poder – como tendem a manifestar os jovens – mas o que é contrário à lei e ao resguardo da ordem seria exatamente a resistência à abordagem, e nessa situação os termos da violência se invertem: a violência partiria do jovem, “vocês abordam uma pessoa, vocês falam: “Pra parede”. Ela não te atende, aí que violência gera violência, o que é a violência? (PM/

Soldados/Feminino). O desrespeito à lei caracterizaria um verdadeiro ato de violência contra a ordem e a autoridade, e a violência policial seria a resposta natural a esse ato violento do jovem, o policial “*está fazendo cumprir o dever dele, é o meu trabalho*”.

Lei, ordem e autoridade formam parte de uma trindade que o policial interpreta a partir de uma concepção bem livre e discricionária da ação policial frente ao cidadão e que Roberto Kant de Lima tem denominado, para o caso brasileiro, com uma metáfora bem exata de *tradição inquisitorial*, sendo que, na prática, “tal tradição dissocia a idéia de realidade, ou *verdade*, da idéia de *lei*, a lei tem um caráter eminentemente normativo, de *dever ser*, e suas aplicações aos casos depende, portanto, de interpretações que dêem conta do caráter contingencial da realidade [...]” (LIMA, 1989, p.69). Essa interpretação normativa da lei *deve ser*, em outras palavras sua noção de *verdade* não surge ao acaso, como tem sintetizado May (1996), as instituições burocráticas socializam seus membros no sentido de torná-los incapazes de pensar, pelo menos no que concerne ao que é certo ou errado dentro da instituição. O resultado é que o sujeito policial internaliza a idéia de que servir à lei e à ordem passa por executar um modo particular de justiça “que é sumária e arbitrária” (BELLI, 1998, p.5). Isto é, ritualiza a tortura e, até eliminação dos suspeitos, aplicando o que alguém denominou de “pedagogia do medo”.

Se acreditamos como Hannah Arendt (1994) que o único poder legítimo é o que emerge do público e que a violência, qualquer que seja sua natureza, nunca é legítima, e que por seu caráter instrumental só é *justificável* em determinados casos como a defesa da vida, é evidente que esse uso da violência, além de violar direitos humanos básicos, é tanto injustificável quanto ilegal: a comunidade não confere poder a nenhum policial para torturar jovens, nem este procedimento se baseia em nenhuma norma; ao contrário, viola-a flagrantemente. Porém, de novo tem que ser levado em conta o problema da representação diabolizada da violência urbana: a violência (ligada ao crime e à infração) na representação do policial é um mal quase absoluto que se espalha pela sociedade e que precisa ser combatido energicamente. A partir dessa lógica o policial se enxerga quase como um agente missionário, com uma função que é também quase teológica, combater o crime antes que a sociedade seja devorada por este, “O criminoso é, assim, ‘demonizado’, considerado um caso perdido e sem a mínima chance de ressocialização. Torturá-lo para obter informações ou matá-lo justifica-se pela simples razão de que, ao ter-se bandeado para o lado do crime “[...] tornou-se inimigo, transmutou-se em agente da destruição da sociedade, enfim, renegou sua condição de cidadão merecedor de respeito e submete-se ao rigor dos agentes da ordem.” (BELLI, 1998, p.3)

Também de acordo com os depoimentos dos jovens, a violência policial

é geral, sem discriminação de sexo, pouco importa para o fato de o atingido ser um homem ou uma mulher, “*daí minha prima virou e deu na cara do policial e [ele] pegou o cacete, deu nela e deixou ela caída no chão*” (*Escola Particular/Misto/Manhã*). Em relação às meninas, é muito comum que, quando a polícia dá uma batida ou uma geral, elas sejam revistadas por policiais homens - função que corresponderia às mulheres policiais. Nesses casos é freqüente que os policiais abusem de sua autoridade, faltando com o respeito, “*daí ele pegou bem assim no meu seio assim, daí eu peguei e virei e sentei um tapa na cara dele, daí ele falou “pode por essa garotinha lá dentro da viatura que ela vai ter que se explicar lá na delegacia.”*” (*Jovens em Situação de Risco/Meninas*)

Aliás, esse tipo explícito de invasão da privacidade do corpo por parte do agente policial não se limita, na opinião dos jovens, exclusivamente às meninas, os jovens denunciam que eles também são objeto dessa extrapolação da autoridade policial, “*tanto homem como na mulher. No homem eles fazem isso e na mulher também. Isso eu acho um absurdo!*”. Também os grupos homossexuais chegaram a se queixar do mesmo abuso de autoridade por parte de alguns agentes policiais:

Ela fazia um mês atrás, mais ou menos e daí o policial chegou né, e foi dá batida né. Ele deu batida em todo mundo e daí ele me deixou por último, não sei por que, ele começou a passá a mão em mim, aí ele passou a mão, tudo, né. Eu ia fazê o que, tava ali. Mas daí ele colocou a mão dentro da minha calça, peguei um taco de sinuca e dei uma tacada na cabeça dele. Agora tô pagando multa de três vezes de 40 reais, e eu fui processada né (...) Mas eu acho que quem devia ser processado era ele. (*Jovens Homossexuais*)

Certamente, existem entre os jovens opiniões discordantes, nem todos os policiais se comportariam da mesma forma; seria, portanto, um erro tentar generalizar para toda a instituição, como aponta o depoimento de uma jovem de escola particular:

Eu brinquei com a sorte. Eu briguei com o meu namorado, fiquei totalmente desesperada. Não sei o que me deu. Eu saí às 3:30 da manhã na Reitoria, um lugar totalmente escuro.//E: Lá na Federal?// - Ali na Federal. Eu sozinha, andando ali. Foi uma coisa que marcou muito, mas eu brinquei com a sorte mesmo. Um policial veio conversar comigo porque eu tava sozinha. Ele queria saber o que tava acontecendo comigo, se eu não precisava de nada e se eu não queria ir para outro lugar que seria mais seguro. O policial foi muito legal comigo. Mas, é aquele negócio, tem duas parte. Tem dois lados do policial, que agora tá menos estereotipado. Aquele policial que é ladrão, aquele policial

que é traficante, aquele policial que é honesto. Mas tem muito policial que ajuda você. São pessoas normais, entendeu? Você não sabe se pode confiar. (Escola Particular/Menina/Manhã)

Na mesma linha de raciocínio – sobre violência e gênero –, um aspecto importante destacado pelos jovens é que a violência parece ser independente do sexo do policial. As mulheres da instituição, na opinião dos jovens, se comportam e abusam tanto de sua autoridade quanto os policiais masculinos, *“Agora quando uma mulher dá geral na gente, feminina né, elas são bem mais estúpidas que qualquer outro tipo de guarda. Elas são grossas demais...dão tapa na cara”*. (Escola Pública/Meninas/ Manhã) Na verdade, segundo os jovens, as mulheres policiais estariam reproduzindo o modelo de comportamento do policial masculino, *“Elas se espelham em alguém, algum policial que ela sente tesão se espelha”* (Escola Pública/Meninas/Manhã). Em relação a este aspecto, alguns estudos internacionais têm destacado, sem que isso possa ser interpretado como desmentido do depoimento dos jovens, a difícil aceitação *“do processo da feminização da profissão policial [...] precisamente pelo caráter altamente masculino – inclusive viril – da profissão policial.”* (FERNANDEZ, 1994, p.15)

A opinião dos jovens é rebatida pelas mulheres policiais pela exposição de vários argumentos. Primeiro, afirmam sua feminilidade, reivindicando sua identidade de gênero por condição física e psicológica. Existiria um *“o instinto natural do homem”* - a violência já estaria presente na própria condição masculina do policial, *“Já vem do instinto masculino, já vem do instinto, não precisa ser policial”* (PM/Soldados/Feminino). Isso estabeleceria o diferencial no comportamento do homem e da mulher policial. Segundo, a afirmação de sua identidade de gênero leva as mulheres policiais a reivindicar uma mudança institucional que lhes permita ter seu próprio comando feminino, *“Nós somos um quadro diferente do policial masculino, nós somos,... nós somos três boas, e somos zero e dificilmente nós vamos chegar a coronel, igual acho que a São Paulo, um estado que tem uma mulher coronel”*. (PM/Soldados/Feminino)

Elas também se sentem agredidas pelos jovens: *“Outros já olham assim pro outro já. “Oh! Que policial gostosa, né? Daí você já tem que dar ordem de prisão pro cidadão porque...Por desacato.”* (PM/Soldados/Feminino). No entanto, as mulheres policiais reconhecem que o treinamento recebido na corporação policial é o mesmo recebido pelos homens, o que poderia sugerir uma certa percepção da mulher policial como “violenta” por parte do jovem curitibano. Ora, mesmo tendo similar treinamento, as mulheres policiais fizeram questão de frisar suas diferenças em relação ao policial homem.

No entanto a gente procura se sobressair. Porque nós somos diferentes,

mas procuramos sobressair por quê? Porque nós não temos a força física, mas nós temos outras, outras capacidades de desempenhar o nosso trabalho muito bem. Mas e... na medida, o nosso instinto é mais forte que o do homem. É mais forte. Nós perceberemos as coisas. Usamos a inteligência. (PM/Soldados/Feminino)

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que os jovens não minimizam a violência física utilizada pela polícia, porém, dentre os tipos de violência que mais lhes incomoda, eles destacam a violência moral na forma de humilhação, xingamentos, sarro, “*Eu acho que eles deveriam parar, pra averiguar, ver o que está acontecendo, só bater geral e liberar. Agora, ficar batendo, tirando sarro da gente, é de extrema*” (Escola Pública/Meninos/Manhã). É de destacar, neste sentido, esse aspecto positivo da revolta moral do jovem, que reconhece o papel da instituição policial, mas questiona a ação violenta dos policiais, mesmo que ela tenha o caráter de violência simbólica (em contraposição à violência física).

Uma cena de humilhação

Daí, tipo, eles colocaram nós em fila no camburão, e chego no primeiro, o primeiro era o Matheus, daí ele bem assim: “não, não, deixa a gente em paz, a gente não tá fazendo nada de errado.” O cara é o aniversariante. “Quem que é o aniversariante?” Chegou no Matheus: “Feliz Aniversário!” Pou! Na cabeça dele, um tapão bem na cara do cara. Daí veio o outro piazinho, tinha a voz bem fininha, daí ele bem assim: “ô, olhe a voz desse piá aqui, não sei que.” Daí ele bem assim: “olhe aqui...”, chamou tudo os cara, pros cara ficar em volta do piazinho, fala: “eu sou homem!” O piazinho: “eu sou homem.” Fala: “Eu sou homem, fala eu sou homem, você é o quê?”. “Eu sou homem!” Começaram a dar risada, e davam chute no piá. E eu falava: “não fizemo nada.” Eles pegaram eu pelo cabelo: “cala boca, da favela!!!” Pegô eu pela cabeça assim... jogou eu dentro de um valetinha que tinha do lado, assim, e falou assim: “agora eu vou meter chumbo na tua cabeça, agora você vai morrer, e não sei que...” Não, pelo amor de Deus! Daí eu peguei, levantei e ele chutou eu, e eu saí correndo com as merdinha no cabelo, daí eles foram soltando um por um, soltava um por um, nós tava em cinco né, daí primeiro chutou eu, e eu saí correndo, daí pegou o outro pelo cabelo também, segurou e deu um chutão na bunda e fez nós cinco correr, no meio da favela... nossa, e nós correndo, daí nós pensamos: “agora podemos andar tranquilo.” De repente, eles passam: “corram seus filho da puta, corre excomungado!” Daí voltamo pra casa e ficamo um mês sem sair de casa”. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

9.3 JOVENS E POLICIAIS: O ADESTRAMENTO DO OLHAR

As experiências de violência policial e do abuso de autoridade narradas pelos jovens são acompanhadas, com bastante frequência, de histórias sobre a corrupção policial nos momentos de batidas e gerais. Sob qualquer pretexto, alguns policiais se aproveitariam para pegar os objetos pessoais dos jovens reproduzindo assim um comportamento que pouco diferencia o policial do marginal, *“Os carinhas chegaram, falaram um monte, desceram a borracha nos meus amigos e ganharam o relógio deles, pegaram o relógio. Falou que ele tinha roubado aquele relógio e que iam levar. E levaram o relógio dele”* (Escola Pública/Misto/Manhã). Outra situação de corrupção policial bastante comum é a de “rachar” o dinheiro produto de furtos cometidos por alguns jovens; com o qual o policial estimularia o jovem a continuar cometendo o delito, *“Então quer dizer, o policial vai incentivando o rapaz a roubar (...)”* (Escola Pública/Meninos Negros/Noite)

Um dado que chama a atenção refere-se ao fato muito frequentemente narrado pelos jovens de que muitos policiais são também consumidores de drogas ilegais. Assim quando é dado um flagrante ao jovem consumidor de drogas, não é raro que o policial negocie a liberdade do jovem em troca de um pouco da droga, *“Daí tá fizeram batida nos piá e eles tavam com o bag, maconha (...) Daí eles: “não, mas se vocês me pagarem ou me derem o bag daí eu deixo solto vocês”* (Escola Pública/Meninos/Manhã). Uma forma mais sofisticada de adquirir a droga seria o chamado “esquema” com os próprios distribuidores da droga, o que confirma o que vem sendo sustentado pela literatura especializada: a corrupção do corpo policial brasileiro na forma de proteção ao narcotráfico, *“Tem gente que fica vendendo fumo. Eles passam ali, pegam e saem fora. Eles têm esquema com os caras”* (Escola Pública/Meninos/Noite). Enfim, muitos policiais acabam sendo identificados como “bandidos” pelos jovens, *“os próprios policiais fazem parte da rede do crime”*, sustentava um jovem. Esta percepção do policial curitibano identificado com a transgressão que supõe a existência de esquemas com o tráfico de droga reforça a tese de Alba Zaluar, segundo a qual nos setores populares (nas favelas especialmente) existe uma ética do trabalho que longe de ver no bandido do bairro um Robin Hood paladino da justiça social, pelo contrário, o identifica como um parceiro dos policiais corruptos que gostam de “muito dinheiro no bolso e pouco trabalho [...]”. (ZALUAR, 1987, p.92)

Fora algumas colocações genéricas que reconhecem a existência de policiais corruptos ou ligados ao narcotráfico na instituição, os grupos focais de policiais não se posicionaram sobre esses últimos aspectos colocados pelos

jovens. Em vez disso tenderam a ver o problema a partir do ângulo do envolvimento do jovem com o narcotráfico e a permissividade da lei, especificamente do Estatuto da Criança e do Adolescente.⁷⁶ Neste instrumento legal estariam ausentes dispositivos que permitissem romper o elo entre jovem e narcotraficante e, fundamentalmente, a impossibilidade de imputar criminalmente ao jovem:

O problema é o Estatuto do Menor, também. O tráfico, hoje em dia, ele é realizado mais pelos menores. Os policiais militares, os policiais civis conseguem fazer as detenções, as apreensões dos menores, só que infelizmente eles não ficam detidos ou apreendidos. Não tem um órgão estruturado aí que possa fazer com que haja uma reabilitação desses menores, o que facilita muito a vida do traficante, do adulto, no caso (...). Então a grande facilitação da questão do tráfico entre menores é o que impede, ou que um órgão repressivo como a Polícia Militar, a Polícia Civil, os policiais honestos, no caso, consigam fazer a apreensão ou a prisão do traficante até em nível estadual-federal, fazendo aquele elo de ligação que é o narcotráfico, que vai desde o coitado ali que tá fazendo o pequeno tráfico, né, até mesmo a liderança, lá, que é o cartel. É isso daí. (Oficiais/ PM/Homens)

Entretanto, existe por parte do jovem compreensão de que o policial quando se corrompe não age dessa forma fortuitamente ou por puro prazer. Em relação a esse aspecto os jovens tentam procurar explicações diversas, tais como os baixos salários, *“Eles ganham, mas será que eles ganham o suficiente para enfrentar toda essa onda de criminalidade? Claro que não. Daí o cara lá ganha salário mínimo, os filhos lá passando fome e o cara vai lá e oferece dinheiro para ele cobrir não sei quem lá...cê acha que o cara vai pensar na lei? (Escola Particular/Meninas/Manhã)*. Ocorrem também explicações genéricas, como aquela que coloca a culpa no sistema (policial), *“O sistema corrompe, o sistema corrompe! Se têm bons, o sistema vai corromper”*. (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Uma queixa constante entre os jovens de Curitiba, que vem a confirmar tanto os estudos especializados no Brasil quanto a “intuição lógica”, refere-se a que a violência policial e o abuso de autoridade têm como alvo preferencial o jovem trabalhador, *“Porque os caras que eles têm que pegar eles não pegam. Eles pegam pessoa que trabalha, os trabalhadores (Escola Pública/Meninos Negros/Noite)*. Soma-se a isso, coisa também já percebida pela literatura, que

⁷⁶O tema referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente será tratado mais adiante, em item específico.

a violência policial têm um forte viés de discriminação social e racial: se a pessoa é pobre e negra, na opinião dos jovens, as chances de ela ser abordada como suspeita de “qualquer coisa” aumentam muito, segundo a fala de um jovem pertencente a um grupo negro “*Eu acho que para os policiais o maior problema que acontece [é] contra negro, ainda mais se for pobre (...) Digamos, sou cidadão, ele é negro e pobre, sofreu uma discriminação no meio da rua, qual que é o primeiro passo: ele tem que ter testemunha, mas para ele chegar na delegacia e dar queixa contra um policial já tem um problema*” (Escola Pública/Meninos Noite). Ou como na fala deste outro jovem negro de um bairro da periferia de Curitiba:

Eu cansei de[apanhar], pra ir trabalhar, eu e meu irmão, nós estávamos correndo, assim com pressa, pra chegar, pegar carona, pra ir trabalhar, eles pegar e parar nós ali que não temo nada a ver, tamo indo trabalhar, pegar e bater geral em nós//O cara fica meia-hora ali, ‘por que você tá andando na rua? Olhe que hora que é? Você é de maior? Quero ver teu documento. Ó, cara, por que você tá vestido assim?’ Fica implicando com você... você vai falar o quê? (Escola Pública/ Meninos/Noite)

Para alguns dos jovens de classes mais abastadas, o problema em relação à polícia é o de sua ineficiência, a polícia nunca chega a tempo para solucionar as freqüentes brigas entre jovens, para proteger o comércio de roubos etc. “*Digamos que é muito ineficiente, porque quando está acontecendo uma rodinha de briga eles chegam muito tempo depois se a gente chama, é muito demorado*” (Escola Particular/Meninas/Manhã). Também nestes mesmos grupos, as vivências de situações de violência são menos freqüentes e existe uma imagem menos negativa e generalizada da polícia, sendo comum que a vivência relatada seja aquela que aconteceu com amigos, parentes ou conhecidos. “*Mas, é aquele negócio, tem duas partes. Tem dois lados do policial, que agora tá menos estereotipado. Aquele policial que é ladrão, aquele policial que é traficante, aquele policial que é honesto. Ma tem muito policial que ajuda você. São pessoas normais, entendeu?*” (Escola Particular/Meninas/Manhã).

Nesses mesmos grupos de jovens - sobretudo naqueles grupos que apresentaram maiores possibilidades de elaboração conceitual, a exemplo daqueles que já cursam a universidade - a violência policial tenta ser compreendida a partir de um diagnóstico mais abrangente, isto é, a partir de um contexto técnico e social:

Eu acho que... o problema da polícia é muito grande, tipo eles não são bem preparados, eles são mal remunerados... então tudo influi para que eles tenham uma atitude... horrível, assim, eles não conseguem

trabalhar direito, e eles fazem tudo errado... em vários fatores, e pelo fato de eles serem mal preparados e mal remunerados também. (Jovens Universitários/Misto)

Essa possibilidade de maior conceituação – ou de enquadramento do problema do policial numa problemática social mais ampla – coincide bastante com a informação quantitativa que deriva do cruzamento das notas (na escala de 0 a 10) dadas pelos jovens à instituição policial. Dos 68,8% que deram nota entre 5 e 10 à instituição policial 59,6% pertencem à soma dos estratos socioeconômicos A e B contra só 13% que pertencem aos estratos D e E. Isto significa que se tomarmos como certa a hipótese de que existe uma correlação entre grau de instrução e estrato socioeconômico (como de fato mostram os dados referentes aos capítulos de Escola e Família), então a maior aprovação da polícia ocorre naqueles setores sociais que, por suas maiores possibilidades de acesso à educação, têm um universo lingüístico mais elaborado. De uma outra forma, trata-se de uma relativização da ação policial ilegal e ilegítima a partir da determinação de suas causas mais estruturais.

Poderia parecer surpreendente, porém no caso de acusação feita pelos jovens sobre o comportamento discriminatório e preconceituoso os policiais não chegaram ao desmentido total, ao menos isso aconteceu com o grupo focal das mulheres policiais. Apesar de os policiais masculinos acharem exageradas essas acusações, o grupo focal feminino tende a confirmá-las, e posteriormente também os policiais masculinos num aprofundamento das conversas. Evidentemente, a confirmação deu-se a partir de algumas justificativas. A primeira delas com o seguinte conteúdo: *“por exemplo uma abordagem, uma abordagem numa lanchonete dum bairro classe média, é feita dum jeito, agora a voz de comando, tudo, agora uma abordagem feita numa favela, num lugar barra pesada, que você sabe que você tá correndo risco de vida, é outro esquema (PM/Soldados/Feminino).* Essa fala confirma a noção já observada pela literatura especializada que estuda a relação polícia-cidadania: as classes populares e que vivem em bairros pobres ou nas favelas são mais “perigosas” que as classes médias e altas.⁷⁷

Esse discurso elaborado pela policial é uma triste herança de toda uma tradição autoritária que destaca a precedência histórica do Estado sobre a sociedade civil, processo esse que se consolida nos anos 60 com a politização

⁷⁷A literatura que trata deste tema no Brasil é ampla. Veja-se, entre outros: Paulo Sérgio Pinheiro (1983); Paulo Sérgio Pinheiro e Emir Sader(1986); Tereza Pires (1991); Martha K. Higgins (1998). Um trabalho muito importante no tratamento dessa temática é o livro já citado de Alba Zaluar, *O condomínio do diabo.*

da polícia mediante a doutrina de segurança nacional. Tal instrumento ideológico próprio da época da Guerra Fria discriminava entre o inimigo interno e externo, sendo que uma das funções da polícia era a luta contra o inimigo político interno. De volta ao Estado democrático e, ante o desaparecimento do inimigo ideológico interno e externo, a doutrina foi reinterpretada sendo “[...] transposta para a luta contra a criminalidade, em que o criminoso é um inimigo que precisa (para ser melhor combatido) ser tratado sem a proteção dos direitos civis e, se possível ser abatido. A ideologia da segurança nacional reitera o exercício da violência aberta contra as classes populares.” (PINHEIRO e SADER, 1986, p.87)⁷⁸

Uma segunda forma de justificativa tem a ver com o próprio nível intelectual do jovem e do cidadão em geral:

Chega-se a uma abordagem a um bar, não pela classe social das pessoas, mas eu tô dizendo pelo nível cultural, numa favela, aí você chega lá você entra, aquele pessoal que você sabe, é barra pesada. “Por gentileza, podem se levantar, interromper aí a sua conversa e se dirigir à parede prá que a gente possa fazer a abordagem?” (PM/Soldados/ Feminino)

Em outras palavras, o menor nível de educação do cidadão constitui um critério para retirar o direito a um tratamento universal, isto é, igual perante a lei, como assegura o Estado de Direito.

Uma terceira justificativa tem a ver com o critério de abordagem de um jovem ou para determinar quando um jovem é suspeito ou não. Tal critério é respaldado na própria “psicologia” ou “instinto do policial”: “*é uma psicologia, o policial sente, sente onde tá acontecendo algo ilícito. É, vai da profissão, do intuito do próprio policial, aí é que é feita a abordagem*” (PM/Soldados/ Feminino). Segundo esse critério, basta um olhar para saber, por exemplo, que “*o cara tá com droga, ou o cara vai comprar droga*”. É esse comportamento policial, ou técnica policial psicológica, que Heloísa Fernandes denominou de “discurso da suspeita”, no qual o cidadão pobre passa a ser vigiado e percorrido por um olhar persecutório seletivo e adestrado.⁷⁹

Esse mesmo critério apriorístico estende-se à aparência do jovem – o

⁷⁸Um estudo muito recente e de grande contribuição sobre o tema da doutrina da segurança nacional, politização da polícia e classes populares, é o já citado de Martha Higgins, *Polícia e Política*.

⁷⁹ Segundo a própria Heloísa Fernandes, este discurso apresenta os seguintes componentes: 1) a mobilidade do olhar: a identificação do suspeito e a ação que supõe ir atrás do suspeito; 2) o adestramento do olhar, o *feeling* para perceber a culpa do suspeito; 3) o atuar, trata-se da forma e da técnica utilizada para a abordagem, “se aborda alguém é porque teve suspeita, e, se teve suspeita não pode chegar mole, tem que chegar duro” confessava um policial. Ver Heloísa Fernandes (1988)

modo de caminhar ou à forma como o jovem se veste – “a pessoa tá vestida de tal forma, tá de tal jeito, tá de boné, cabeludo é, então vai fazer a técnica de abordagem” (PM/Soldados/ Feminino).⁸⁰ Finalmente, o próprio comportamento, percebido pelo “olhar adestrado” ou o *feeling* do policial que faz com que o jovem das favelas e dos bairros pobres reconheça sua culpa, condição para defini-lo como suspeito de “alguma coisa”: “Ele próprio se entrega, a polícia tá chegando, eles já começam a olhar de lado, já começam a sair, entendeu?” (PM/Soldados/Feminino). Enfim, as informações fornecidas pelos grupos focais quanto à forma discriminatória - sobretudo a social - a partir da qual é abordado o jovem dos setores populares não faz senão confirmar uma realidade suficientemente conhecida.

O efeito da visão do policial curitibano como violento, corrupto e preconceituoso acaba levando a uma percepção um pouco romanceada, pelos jovens, das polícias de outras cidades: “Os policiais aqui de Curitiba tão insuportáveis. Até mesmo os policiais da ROTA de São Paulo são uns policiais mais amigáveis e comunicativos (...) agora os policiais de Curitiba tão insuportáveis.” (Escola Pública/Meninos Negros/Noite)

Para os grupos de policiais estas afirmações idealizadas dos policiais de outras cidades estão longe de coincidir com a realidade, quando se comparam a percepção e aceitação que tem pela comunidade o policial de Curitiba com aquele de grandes cidades como São Paulo e Rio. Nessas cidades o policial “Não pega ônibus, não sai de carro fardado, né, então é um negócio bem mais complicado, é uma polícia totalmente diferente do que é uma polícia em Curitiba. Aqui, eu saio fardado, às vezes acompanhado, às vezes da minha noiva, às vezes eu saio (...) e aonde eu vou dificilmente alguém vai me... vai me menosprezá, vai me xingá, vai me aprontá, dificilmente” (PM/Oficiais/ Homens). Para os policiais, o problema de fundo é que a própria mídia cria uma imagem estereotipada, um tipo ideal negativo do policial e do cidadão brasileiro em geral, “o carioca”, e projeta tal estereótipo sobre as polícias das outras capitais do país, “Então o que acontece? Aqui no Brasil parece que a figura do brasileiro é a própria figura do carioca – quer tirar vantagem em tudo, tudo o que acontece o cidadão quer tirar vantagem.” (PM/Oficiais/ Homens)

⁸⁰ Isso coincide bem com o que Alba Zaluar (1987, p. 89) no *Condomínio do diabo* descreveu como as características físicas do suspeito, “as indicações quase referem-se sempre a roupas diferentes, juventude, corte de cabelo, ‘pinta’, ‘jeito’, etc., especialmente ‘evidentes’ nas entradas das favelas e dos bairros pobres. É por aqui que se começa a deslindar os mecanismos que levam os jovens, as pessoas de cor e os pobres em geral às nossas prisões”.

Os policiais acreditam que é paradoxal que os jovens desejem a eliminação da polícia como forma de banir a violência da cidade e, ao mesmo tempo, peçam por mais segurança aos corpos policiais, “*Então por que cada vez mais eles querem mais polícia?*” (PM/Oficiais/Homens). Ante tal pergunta que, admitamos, desarma bastante os argumentos dos jovens, poder-se-ia aventar a hipótese de que os jovens que “*pedem mais polícia*” são aqueles pertencentes às classes de maior renda e conforto, porém isso seria uma forma muito racionalista de simplificar os paradoxos dos jovens, que, diga-se de passagem, não são culpados por demonstrá-los.

De forma geral, os jovens entendem que é função da polícia operar de acordo com certos procedimentos – geral, batidas, revisão, manter a ordem –, mas são quase unânimes em afirmar que a polícia extrapola suas funções apelando de forma recorrente, nas abordagens, para o uso explícito e sem justificativa da violência, o que provocaria um certo efeito perverso, “*eles têm sempre a arma na mão, digamos impondo respeito, mas eles não precisam usar de violência para isso. Para promover a ordem acabam promovendo a desordem*”.

Os policiais concordam que o jovem tem que ser abordado com respeito, mas com “energia”, com entonação de voz, partindo da hipótese de que por mais que a pessoa seja honesta, ela vai causar, na maioria das vezes, uma certa resistência para ser vistoriado. Quanto ao uso da arma no momento da abordagem, isso teria sobretudo uma finalidade defensiva e preventiva; nesse sentido eles seriam guiados por uma espécie de sexto sentido, de intuição policial: “*A partir desse momento a gente começa a ter uma suspeita imediata de que ele vai tirar um revólver, uma pistola e acontece, na prática acontece. E a pessoa não sabe disso, em princípio o cidadão não sabe, mas o policial tá esperto.* (PM/Oficiais/Homens). Repete-se aqui o psicologismo policial do “discurso do suspeito” na sua versão de “adestramento do olhar”.

9.4 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Um dos temas mais sensíveis e mais polêmicos recolhido por esta pesquisa refere-se à visão que os jovens, educadores, pais e policiais têm sobre o instrumento legal do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nas entrevistas os jovens demonstraram ter conhecimento sobre o Estatuto, porém de forma vaga, geral ou intuitiva. Já o grupo que demonstrou conhecer melhor este instrumento foram os policiais, possivelmente como decorrência da própria natureza de seu trabalho, pois o cotidiano envolvendo jovens adolescentes lhes leva a uma maior procura de informação sobre esse documento.

É de destacar, de início, a visão negativa que o Estatuto tem entre os policiais. Esta lei em vez de ajudar a combater ou prevenir o delito ou as infrações entre os jovens estaria, ao contrário, obstruindo a ação da polícia à medida que a sua “natureza paternalista” sempre inocenta o jovem, protegendo-o excessivamente, “*o adolescente errado ou certo a lei sempre vai amparar ele*”, se exprime uma policial. Desta forma, o policial se sentiria constrangido em agir com mais energia frente ao jovem infrator porque “*no cumprimento do dever às vezes acaba sobrando prá ele*”. Na visão dos policiais, tanto pais como adolescentes acabariam se aproveitando do estatuto para entrar com ações contra o Estado. Sabedores de que “*tem um livrinho lá que diz que é o direito deles*”, procuram reparo para supostos danos morais, psicológicos ou físicos originados também pela suposta ação violenta da polícia, o que, na verdade, se traduziria numa espécie de perseguição contra o policial: “*Então, além do adolescente se aproveitar do Estatuto da Criança e do Adolescente, os pais também [se aproveitam].*” (PM/Soldados/Feminino)

A consequência, segundo a opinião policial, não poderia ser mais perversa, o Estatuto não estaria preparando o adolescente para ser uma pessoa decente e honesta, senão para criar “*os futuros marginais de amanhã*”, como sustentava uma policial. O Estatuto, por exemplo, não estaria cumprindo um de seus objetivos básicos que seria proteger o adolescente contra a própria violência familiar; e sim protegendo o adolescente da rua que xinga, que apronta e briga. A técnica policial da abordagem estaria ficando muito enfraquecida porque, baseados no Estatuto – e com o amparo de um corpo de psicólogos e assistentes sociais –, os jovens estariam se aproveitando da lei para desacatar e desrespeitar cada vez mais e com mais frequência a autoridade policial. Assim, estar-se-ia violando a lei (a que ampara a ação policial) para se fazer cumprir quase que arbitrariamente outra lei (o Estatuto), “*é a tua palavra contra a do adolescente e sempre o adolescente vai ter razão*”. (PM/Soldados/ Feminino)

Entre as falhas anotadas pelos policiais em relação ao Estatuto, uma muita clara se refere ao que eles consideram um paradoxo: isto é, que um jovem tenha alguns direitos como dirigir e votar aos dezesseis anos e não possa ser incriminado na mesma idade; os policiais não explicam porque o adolescente deva completar dezoito anos para poder ser imputado pelas transgressões à lei: “*Então se ela vai dirigir com dezesseis anos e vai votar com responsabilidade aos dezesseis anos, ela tem que ser responsável pelos seus atos. Pra poder ser diferente do adulto, mas que tivesse realmente uma pena e não essa medida de segurança que não funciona.*” (PM/Oficiais/Homens)

De forma genérica, sem definir exatamente que aspectos, os policiais, tanto masculinos como femininos, observam que o Estatuto tem, porém, também

seus pontos positivos e frisam esse *porém*, o Estatuto é completamente defasado para a realidade brasileira: “*O Estatuto pode ser bom, tem suas partes positivas mas, num país de terceiro mundo, não serve*” (PM/Soldados/Feminino) ou como arrematou um policial masculino: “*É excelente pra França esse negócio, não pro Brasil*” (PM/Oficiais/Homens). Neste sentido, a principal deficiência do Estatuto, e que o faz pouco realista para a realidade brasileira, é a falta de condições materiais do Estado para fazê-lo funcionar razoavelmente: “*(...) o menor hoje, ele vem... ele comete um ato infracional, a polícia pega ele, leva até a delegacia especializada, e de lá não tem o prosseguimento que o Estatuto diz que tem que ter. Ele não vai lá na casa do delegado, ele não vai ficar aonde ele deveria ficar que o Estatuto prevê porque o Estado não tem condições. O Estado não tem lá a casa do delegado, não tem pessoas pra cuidar dele pra que ele fique lá onde ele deve ficar, onde eles atendem*” (PM/Oficiais/Homens). Em outras palavras, a inadequação do Estatuto à realidade brasileira teria a ver com a falta de meios material-administrativos do Estado para dar continuidade aos processos correccionais do menor infrator.

Quanto aos pais entrevistados, alguns deles dizem não conhecer muito o Estatuto, porém coincidem com os policiais quanto ao Estatuto proteger em demasia o jovem, levando a que este tire certo proveito desse amparo legal: “*Porque eles tã com muita liberdade hoje em dia. Qualquer coisa eles dizem “ah eu vou entregar pra delegacia do menor”; eles se aproveitam*” (Pais/Escola Pública/Tarde). Fundamentalmente, os pais se queixam de que eles ficam bastante limitados na possibilidade de aplicar certos corretivos físicos - algumas palmadinhas, por exemplo - que em certos casos “*não fazem mal a ninguém*”, desta maneira enxergam uma constante motivação “*chantagista*” de seus filhos que ameaçam “*chamar a delegacia de polícia*” perante qualquer possibilidade de uso de castigo físico contra eles.

Alguns dos profissionais de educação entrevistados nos grupos focais disseram conhecer o Estatuto de forma genérica; o jovem “*conhece muito mais do que a gente*”. Esse conhecimento levaria o jovem – no que coincidem com policiais e pais – a um aproveitamento negativo da lei, “*e ele chega pra gente e diz depois: “Mas, olha professora, eu enquanto menor eu posso, até matar o outro... porque quem vai responder por mim são meus pais, eu posso ser pego usando drogas e não levar uma repreensão, prisão, isso não vai acontecer nada, porque eu sou de menor e eu estou assistido pelas leis”* (Professores de Escolas Públicas).⁸¹ Entretanto, essa informação qualitativa

⁸¹ Visão predominante do jovem que conhece muito o Estatuto (livro de cabeça) e visão quase que demonizada, utilizada sempre para o mal.

não coincide muito com os dados quantitativos, que refletem um conhecimento bastante aceitável por parte dos educadores do Estatuto. Dos profissionais de educação entrevistados 88,8% disseram conhecer o Estatuto contra 11,3% que afirmam não o conhecer. Entre eles, 64,1% afirmam já ter consultado esse instrumento legal contra 35,9% que não. No que se refere à eficácia do Estatuto não parece existir muita discordância: 56% dos profissionais de educação acham que é importante na defesa dos direitos do adolescente, porém um nada desprezível 18,4% acreditam que o Estatuto é conivente com a violência dos infratores e 23,5% afirmam ser o Estatuto limitante da ação disciplinar na escola. Em outras palavras, esta informação quantitativa vem a confirmar a opinião generalizada – de policiais, pais e educadores – de que o Estatuto incentiva o adolescente a cometer infrações antes de preveni-las e, por outro lado, é uma fonte de cerceamento e enfraquecimento da autoridade das figuras do pai e mãe, do policial e do professor perante o jovem.

Em síntese, parece existir um consenso entre as pais, policiais e professores da natureza negativa do Estatuto, colocando o adolescente como um agente social intencional, cujo “conhecimento” do Estatuto o levaria a tirar o máximo de proveito para dar cobertura a suas infrações e para não assumir sua responsabilidade por elas. Entretanto, não escapa a alguns agentes que a explicação desse consenso negativo tem de ser procurada na própria natureza conservadora de nossa cultura política, como explicava um professor:

Os professores e a polícia, primeiro lugar os professores, o país inteiro são contra o Código de Defesa do Menor. Por quê? De tantos atrasos que a nossa categoria de professores temos, eu porém até entendo, que o Código de Defesa do Menor, ele apareceu progressivamente, junto com a Constituição progressista, agora, caindo a Constituição Progressista, logicamente, esse código não pode permanecer de pé. Então, eles devem ter mudado e já dado umas palmadas bem boa nele pra ele ficar meio pé no chão. (Professores/Escolas Públicas)

É a partir desse viés conservador de nossa cultura política que podemos então compreender este consenso quase demonizador do jovem como sujeito social intencional que instrumentaliza com vantagens para si o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em meados da década passada, na época da transição para a democracia, a socióloga e cientista política Maria Victória Benevides (1986, p.72) afirmava que é impossível resistir à profunda indignação diante dos casos de violência policial, quase sempre dirigida contra presos ou suspeitos das classes populares. “Não resta dúvida, o tema é maldito” concluía Benevides. E não resta dúvida de que o tema continua provocando as mesmas reações de indignação, mesmo porque

o Estado democrático tem se mostrado incapaz de transformar a polícia naquilo que é definido pela Constituição, isto é, um bem público (portanto, um bem de todos e não ao serviço dos particulares) a serviço de um direito humano: a segurança da vida do cidadão. A própria Constituição de 1988 define no seu artigo 144 que a “segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública”.⁸² E é exatamente nessa noção positivista de *ordem* que começa o problema na relação da polícia com o cidadão brasileiro. É que a falta de controle público sobre a polícia (que supõe um regime democrático) tem levado a que este órgão estatal incorpore na prática uma interpretação muito discricional sobre o significado de conceitos e práticas, tais como lei e autoridade. A consequência disso tem sido o reforço de uma tradição inquisitorial que reinterpreta o Estado de Direito segundo a noção contingencial de que “cada caso é um caso”, como se tratasse de uma relação privada e não de uma relação pública.

Torna-se necessário procurar a raiz desse paradoxo perverso nos desdobramentos que teve para o Brasil a doutrina da segurança nacional e a reinterpretação que se deu da mesma no período de consolidação democrática: desaparecido o inimigo ideológico interno, o novo inimigo passou a ser procurado, por uma polícia politizada, nos setores populares, inaugurando um “vigilantismo” que reedita os métodos aplicados na época da ditadura aos dissidentes políticos nas classes populares, assimiladas como “classes perigosas” ou “criminosas” (PINHEIRO E SADER, 1986). É a partir desse corte ou referencial ideológico-prático que se inscreve a relação do nosso jovem cidadão curitibano com a polícia de sua cidade, especialmente do jovem pertencente aos setores populares. Em particular o jovem curitibano destacou nesta pesquisa a violência policial como **prática e como representação**.

Como prática, a violência policial acontece no cotidiano dos jovens em todos os lugares da cidade, que tem uma origem quase fortuita, segundo o jovem, bastando só ver uma turma “conversando sobre nada” para que ela já tenha um motivo. É uma violência que não separa em gênero porque não distingue jovens do sexo masculino e feminino e é aplicada, coerentemente, tanto por policiais do sexo masculino como do feminino. É uma violência que extrapola o meramente físico para exprimir-se em forma simbólica no xingamento e na humilhação.

Como representação: as imagens e as percepções do jovem representam um policial corrompido tanto pelo vício quanto pelos “esquemas” de venda de drogas nas “bocas-de-fumo” e que, suplementarmente, vive de compartilhar o

⁸² Para um estudo dos aspectos jurídicos da Constituição pode ser consultado Dalmo de Abreu Dallari (1996).

fruto dos roubos do pequeno transgressor e da venda de armas à população. Também como representação a violência policial atinge, principalmente, ao jovem trabalhador pobre, e a situação complica ainda mais quando este é negro.

É certo que os jovens dos estratos socioeconômicos mais abastados ou aqueles de maior elaboração conceitual – o jovem que já está na universidade, o que estuda nas últimas séries das escolas particulares – tentam compreender o problema do policial a partir da inserção dele num contexto social ou num sistema policial que o estimula à transgressão da lei. Porém, exceto estes casos e de alguns paradoxos já comentados, a avaliação da polícia é consensualmente negativa entre os jovens.

Por sua vez, a justificativa do policial centra-se no fato de que: primeiro, muitos dos atos que os jovens chamam de violentos são respostas ao desacato à ordem e à autoridade; segundo, que a discriminação, principalmente entre classes sociais, obedece a uma técnica policial que identifica o suspeito *a priori*, “*ele mesmo se entrega*”, mas que também inclui outros elementos, tais como nível cultural da pessoa e certamente o lugar onde mora. E, terceiro, o Estado e a sociedade, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, teriam dado um cheque em branco ao jovem para este cometer impunemente atos de transgressão.

Cruzando uma e outra visão, a do jovem e a da polícia, não podemos deixar de constatar que a violência policial em Curitiba também se exerce em forma de paradoxo discricional em relação aos jovens, discriminando, logo, entre as “classes perigosas” (os cidadãos jovens de segunda) e os de primeira. O resultado é que a violência policial adquire uma dinâmica própria, uma autonomia que transforma ação policial de meio para segurança pública em fim em si. Como nos ensina, mais uma vez Hannah Arendt (1994), desta maneira a organização desenvolve uma estratégia própria com fins próprios, sua ação torna-se “irracional” exatamente no momento em que é “racionalizada”, isto é, quando a caça aos “suspeitos” vem acompanhada pela busca de motivos últimos, sejam estes psicológicos, de instrução ou sociais.

Porém, esta conclusão seria incompleta se deixássemos de anotar que por parte do jovem existe uma dupla percepção da polícia: de um lado, entende que a ação da polícia estaria excedendo a seus limites legais gerando situações de violência e, de outro, compreende que a polícia enquanto instituição é necessária no dia-a-dia da comunidade. O que estaria errado não é a instituição em si, mas a prática violenta da polícia.

10 OS AGENTES DA VIOLÊNCIA: GEOGRAFIA, NATUREZA E LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA

Até o presente momento esmiuçamos as representações sociais dos jovens sobre temas como a socialização que se processa nos espaços geográficos e nas instituições - família e escola. Também discutimos os efeitos sentidos e vividos pela ação da mídia e do Estado nas suas diversas formas organizativas; no construir de uma cidadania possível. É necessário, agora, incorporar, a partir de algumas reflexões teóricas iniciais, o significado da violência enquanto categoria social, para os vários atores sociais aqui investigados.

A violência é definida pelo Dicionário de Política como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária (...) (TESTONI, 1993, p.1291). Esta definição, embora sua importância operacional, mostra-se limitada ao deixar de lado outros aspectos do fenômeno como o fato da violência simbólica. Recentemente Marilena Chauí (1999) definiu a violência da seguinte maneira:

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, servícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...].”

Essa definição aponta no mesmo sentido daquela dada por Hannah Arendt (1994, p.37-41), para quem a violência jamais é legítima, ela só possui uma natureza instrumental, portanto, precisa ser sempre justificada, e mesmo a justificação interna depende da qualidade do fim a ser atingido.

Ora, a violência, no seu significado histórico, como demonstrou Elias, tem um valor positivo, à medida que o processo de constituição da civilização implicou “uma grande mudança na conduta e nos sentimentos humanos”, estabelecendo um tipo de autocontrole que cada vez mais inibia “impulsos e emoções mais animais”. Este processo civilizatório de auto-repressão foi acompanhado por um outro que concorria para a monopolização da força pelos agentes políticos, “Ao se formar um monopólio da força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência” (ELIAS, 1990, p.198). Michel Wievorka, quase na mesma direção de Elias, atribuiu ao fenômeno da violência um outro significado, a violência é instrumental sim, porém ela é, contemporaneamente, também expressiva: “[...] ela pode vir a traduzir um déficit ou dificuldades nas relações entre atores.” (WIEVORKA, 1997, p.12)

Buscando aprofundar a discussão sobre tema tão candente objetivamos, agora, apresentar um mapeamento da violência; o seu significado; quem são os

agentes e a natureza da violência que o jovem experimenta no cotidiano. Focalizaremos, por fim, a curta mas complexa questão: pode a violência ser justificada?

10.1 CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA

Se existe um tema consensual na sociedade brasileira de nossos dias este tema refere-se ao aumento da violência nas suas urbes, principalmente nas grandes metrópoles. E disso Curitiba não escapa. A representação da cidade como cidade do Primeiro Mundo confronta-se com expressões de violência física e simbólicas das mais diversas. Ela é uma violência que adquire uma conotação instrumental no sentido de que é usada pelos atores estatais e sociais para atingir certos fins, que podem ir desde o simples roubo para satisfazer necessidades como a fome até o homicídio ou encoberta sobre formas discriminatórias sociais ou raciais.

A relação que o jovem curitibano estabelece com outros atores na cidade é perpassada por essa dupla manifestação da violência. Segundo trabalho recente da UNESCO-Seção Brasil, Curitiba é a segunda entre as cidades do Sul em taxa de óbitos por causa de “homicídios e outras violências” entre jovens de 15 a 24 anos com 43 por 100.000 habitantes, o que é relativamente inferior a Porto Alegre com 58 e superior a Florianópolis com 20. (WASELFISZ, 1998, p.121). Em outras palavras, nas suas ruas e seus bairros o jovem também aparece imerso num processo silencioso, mas não por isso não menos visível, de discriminação social e racial, que reflete a face simbólica da violência.

Dentro desta problemática, atual e complexa, trataremos, neste item, da relação que o jovem e os profissionais de educação estabelecem entre a cidade onde residem/ trabalham e a localização territorial da violência, seja no espaço definido de Curitiba, seja em seus arredores, bem como as razões desta manifestação.

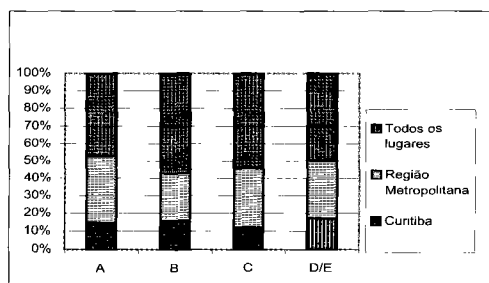
10.1.1 Relação Cidade e Violência para os Jovens

Os jovens curitibanos não têm uma posição unânime quanto à localização territorial da violência, mas todos percebem-na como uma situação próxima. Foi-lhes perguntado, na pesquisa quantitativa, onde havia mais violência, tendo como alternativas a indicação da cidade de Curitiba, os outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba – RMC ou se ela estaria por todos os lugares. Como moradores, na sua maioria naturais de Curitiba, não vêem, num primeiro momento, a cidade como o local de concentração da violência, à medida que para mais da metade dos jovens (52,9%), ela está disseminada em todos os lugares. Dos que fazem alguma localização – 47,1% - a grande maioria diz

estar “longe” dos seus espaços de vivência, concentrando-se na RMC. Esse dado é importante porque expressa o imaginário sobre a violência como fenômeno de maior ocorrência em regiões pobres.

Dos que localizam territorialmente a violência, somente 14,7% afirmam que a cidade de Curitiba é a mais violenta, para 32,3% que indicam os outros municípios da RMC. Desses jovens que localizam a violência, tanto os mais ricos (estrato A) como os mais pobres (estrato E) enfatizam a sua localização na RMC. Já os jovens dos estratos B são os que menos indicam a RMC como o local mais violento, posicionando-se como o estrato socioeconômico que vê a violência mais disseminada por todos os lugares (gráfico 10.1).

GRÁFICO 10.1 - ONDE HÁ MAIS VIOLÊNCIA, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO



No caso da RMC, é importante lembrar a existência de uma forte correlação entre pobreza e distância da capital. Segundo ROCHA (1995), a RMC apresenta um comportamento diverso das outras regiões metropolitanas no tocante à distribuição geográfica da população de baixa renda. Conclui, com base nos dados censitários de 1991, que é a que possui o menor número de pobres⁸³ - 12,3% de sua população total. Mas, diferentemente das outras regiões metropolitanas onde os pobres se distribuem de forma mais ou menos equivalente entre o município sede e os outros municípios das regiões, aqui, eles se concentram fora de Curitiba. Só para comparar, na RM de Belo Horizonte 63,5% da população total e 51,1% dos pobres estão na capital e na RM de Porto Alegre estão, respectivamente, 43,8% e 32,6%. Em contrapartida, em Curitiba estão

⁸³ Entendido como aquelas pessoas cuja renda média mensal familiar é igual ou inferior a dois salários mínimos.

concentradas 62,2% de toda a população da RM e apenas 33,8% dos pobres.

As falas nos grupos focais também indicam essa leitura multifacetada da localização da violência. No mesmo grupo homogêneo, aparecem leituras muito diferenciadas. É o caso de uma escola pública, de periferia, que tanto dizem que *“aqui em Curitiba, não é uma cidade violenta”*. (*Escola Pública/Misto/Noite*). Como, além de se referirem à cidade como mais violenta, fazem a indicação geográfica da mesma: *Morro do Formiga / Vila Zumbi*. (*Escola Pública/Meninos/Manhã*)

É somente na resposta estimulada que a maioria dos jovens localiza territorialmente a violência, fora da cidade, na RMC. Esta referência não aparece nos grupos focais. Pode ser que a percepção da violência para esses jovens se dê por meio de uma construção dicotômica: o “aqui”, tanto pode ser o bairro onde moram, a cidade como a região; o “lá”, sempre é longe – Rio de Janeiro, São Paulo etc.

“Em todo lugar tem. Mas em São Paulo que é muito maior que Curitiba – Curitiba cabe três vezes em São Paulo. Aquelas favela da Rocinha é conhecida no mundo inteiro, do Rio de Janeiro. Imagina!” (*Escola Pública/Meninos/Noite*)

Tomando o local de residência (pesquisa quantitativa) e relacionando-o com a percepção da localização da violência, percebe-se quanto melhor a condição social do bairro onde residem, maior o vínculo entre a violência/municípios da RMC. Em outras palavras, para 20,68% dos jovens que residem em bairros de condição crítica,⁸⁴ encontramos 40,74% dos bairros em condições boas que estabelecem esta mesma relação (tabela 10.1).

TABELA 10.1 - LOCALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DO MORADOR DO BAIRRO DE RESIDÊNCIA

LUGARES	BOA		RAZOÁVEL		CRÍTICA/M.CRÍTICA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Em Curitiba	43	15,9	36	13,0	52	14,7
Na RMC	110	40,7	108	39,1	73	20,6
Em todos os lugares	117	43,3	132	47,8	228	64,5
TOTAL	270	100,0	276	100,0	353	100,0

⁸⁴Para maior detalhamento dos critérios da construção desse indicador, ver capítulo 2.

Em todos os bairros pesquisados, independente da condição social, há uma leitura de que Curitiba não concentra mais violência que outros lugares. À medida que a qualidade de vida do bairro decresce, aumenta a percepção de uma violência disseminada. Nos bairros com condição social do morador considerada crítica ou muito crítica, onde as diferenças entre a sua qualidade de vida e a dos outros municípios da RMC são mínimas, a percepção é de que os efeitos da violência estão disseminados.

“Eu acho que é assim. Cada lugar é cada lugar, igual, você mora aqui em Curitiba, o pessoal de São Paulo, eles vêem Curitiba como morte. Agora, se você pergunta para eles “você tem coragem de ir para Curitiba? Eles não têm, porque a gente tem uma imagem de SP, eles têm uma imagem de Curitiba”. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Combinando tais informações com as já analisadas sobre o que os jovens detestam na cidade, percebe-se que nas áreas mais pobres da cidade, nos bairros periféricos, há diversas manifestações de violência, seja aquela de grupos ou indivíduos à margem da lei, seja pela ação repressiva da polícia com os mais pretos e os mais pobres, seja pela omissão da polícia na garantia da segurança de tais espaços da cidade. Outras formas mais sutis de violência, manifestas na omissão do Estado frente à oferta de políticas públicas de baixa qualidade voltadas a tais populações ou por uma oferta de serviços que cresce aquém das demandas desta população que se adensa nas periferias, também levam a uma leitura de que a violência se espalha por todos os espaços.

Isso fica mais evidente quando verificamos que todos os jovens, independente da qualidade do bairro onde moram, indicam como o lugar mais violento da cidade os bairros mais pobres, que trataremos agora. Conforme já apresentado, 67,6% dos jovens pesquisados responderam que a violência ou se localiza preferencialmente na cidade de Curitiba ou então se dissemina em todos os lugares. A eles foi então perguntado quais os lugares mais violentos da cidade. Solicitou-se aos jovens que indicassem, entre 8 lugares previamente selecionados, os diversos níveis de violência, atribuindo nota 10 ao mais violento e zero para o menos violento.

TABELA 10.2 - MÉDIAS DE VIOLÊNCIA ATRIBUÍDAS PELOS JOVENS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

LUGARES MAIS VIOLENTOS	MÉDIAS
Bairros mais pobres	7,5
Shows em grandes espaços	6,4
Campos de futebol	6,2
Danceterias	6,0
Bailões	5,8
Bairros mais ricos	5,2
Parques e praças	5,0

As respostas a esta indagação merecem uma reflexão maior porque, em primeiro lugar, mais de 1/3 dos jovens não soube atribuir graus de violência diferenciados aos lugares apresentados. O *Não sabe*, em pesquisa quantitativa é uma resposta previsível, mas sempre aparece como residual. Como não é este o caso, pela sua expressividade pode estar indicando que muitos jovens, ao responderem na pergunta anterior que a violência se localiza tanto “nos outros municípios da RMC” ou “em todos os lugares”, não saibam ou não queiram indicar lugares mais violentos na capital. Também pode significar que o jovem não consiga realmente estabelecer relação forte o suficiente entre lugar/violência a ponto de lhe atribuir uma nota. Outra questão importante foi a indicação de “todos os lugares”: como é uma resposta que exclui as demais, recebeu apenas 27 indicações, com a seguinte distribuição de notas: 4 casos entre zero e cinco; 3 casos entre seis e oito e 20 casos com nota dez. A sua média, em função do pequeno número de respostas e mais concentradas na nota máxima, desequilibrava o resultado, apresentando média 8,5. Nesse sentido, excluímos esta indicação dos quadros que apresentamos em seguida.

Ao trabalharmos com as médias atribuídas, verificamos que a margem de variação entre os vários lugares é bastante pequeno, aparecendo em primeiro lugar os bairros mais pobres com indicativo de 7,5 de nível de violência e por último os parques e praças com 5,0. Tais médias apontam a correlação feita pelos jovens entre violência e pobreza, ainda mais quando constatamos que 59,8% dos jovens da pesquisa pertencem aos estratos A e B. Isso corrobora a tendência várias vezes apontada que é a da localização da violência no “território” do outro. Tomando os 2/3 de respostas como base para análise, conforme tabela 10.3, verificamos que 61,2% dos jovens indicaram que *nos bairros mais pobres* o índice de violência está superior a 8, sendo que 33% atribuíram nota máxima. Mas, se os bairros pobres despontam como os lugares mais violentos, outros pontos como os *shows em espaços abertos* (36,1%),

campos de futebol (34,9%), *danceterias* (32,9%) e *bailões* (29%) são importantes referências como lugares também violentos. O que chama atenção é que há uma correlação entre eles todos como espaço de aglomeração de pessoas, provavelmente de vários grupos étnicos, de classes sociais e de cores diferentes. Mas, o que é importante destacar, dada a estrutura social brasileira, lugar de aglomeração de pessoas é um eufemismo para designar lugar de reunião de população pobre. Assim, fica mais evidente a relação entre violência/pobreza presente no imaginário dos jovens, o que é indicado por todos, independente de sua condição social ou cor.

TABELA 10.3 - ÍNDICE DE VIOLÊNCIA ATRIBUÍDO PELOS JOVENS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (MAIOR = DEZ)

LUGARES MAIS VIOLENTOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	N/ Resp.	TOTAL
Bairros mais pobres	0,7	5,0	2,1	3,8	2,1	10,0	4,7	6,9	17,6	10,6	33,0	6,5	100,0
Bairros ricos	5,1	2,1	6,2	9,6	9,4	22,6	10,1	14,4	8,9	2,9	5,1	3,4	100,0
Campos de futebol	3,4	2,8	5,6	4,1	7,3	17,7	9,0	11,3	11,8	8,8	14,3	3,8	100,0
Shows em grandes espaços	2,4	0,7	4,1	6,5	6,8	15,1	12,8	12,0	12,5	7,5	16,1	3,4	100,0
Danceterias	2,8	2,9	6,2	6,7	6,7	15,7	12,3	11,1	11,4	6,2	14,3	3,6	100,0
Bailões	5,2	2,9	4,3	7,9	9,3	15,7	11,4	10,7	9,2	6,2	13,6	3,5	100,0
Parques e praças	5,0	3,6	7,6	10,2	10,8	19,6	14,6	10,0	7,1	3,4	4,6	3,4	100,0
Todos os lugares	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,3	0,0	6,3	91,5	100,0

Se considerarmos que na cidade de Curitiba, segundo o Mapa da Pobreza (1991), 27 dos 75 bairros têm como muito crítica ou crítica a condição social do morador e são responsáveis por 24,6% da população, podemos então verificar que serão provavelmente esses os espaços territoriais considerados como “perigosos” pelos jovens. Somente com outras informações, não disponíveis nesta pesquisa, é que poderíamos afirmar sobre a correção desta representação territorial da violência, no sentido de verificar o quanto se assenta sobre dados reais e o quanto é uma construção ideológica que sataniza a pobreza.

Os espaços menos violentos, segundo os jovens, são os *bairros ricos* e os *parques e praças* que receberam, respectivamente, 23% e 26,4% das respostas que oscilaram entre zero e três. Como já analisado no início deste trabalho, são as áreas verdes os espaços que os jovens mais gostam na cidade e que em Curitiba significam os vários parques e bosques construídos e mantidos pela Prefeitura Municipal, com inúmeros equipamentos de lazer e vigilância

permanente da Polícia Florestal e/ou da Guarda Municipal. Isso significa que tais lugares são reconhecidos como espaços onde o lazer pode ser praticado sem os riscos de outros espaços de aglomeração como os bailões, danceterias e campos de futebol, o que é em grande parte verdade, pois há um esforço reiterado das sucessivas administrações municipais em preservar tais espaços longe da deterioração como acontece em outros centros urbanos, mediante uma política de vigilância e limpeza constantes, bem como do incentivo ao seu uso pela população. Além de constituir um dos principais elementos da imagem da cidade, os parques e bosques realmente são vistos positivamente pela maioria da população que usufrui de seus espaços.

Quanto aos bairros ricos, os mecanismos de proteção e vigilância privada aí presentes, desde os altos muros, sistemas inteligentes de segurança e, como se não bastasse, cães ferozes completando o cenário, formam, no imaginário da cidade o quadro (que pode corresponder, ou não à realidade) de um espaço territorial calmo, imune à violência. Na fala de um jovem, de escola particular e residente num bairro com tais características, há o relato que põe em xeque tal visão: “[...]ali no Batel, perto do shopping, tem shopping, tem monte de casa, um monte de prédio e o policiamento ali não é tão forte, porque tem o seguinte pensamento: como tem muito prédio, muita luz, prédio cheio de segurança e não sei o quê, não vai ter tanto assalto, como vai ter no centro ou na periferia. [...] já roubaram meu relógio [...] eu estava indo pro shopping e o cara chegou com a arma e tirou o relógio da minha mão [...], querendo ou não, nesses últimos dois, três anos realmente aumentou demais a violência. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

Mas não podemos esquecer que esta representação que associa espaços de moradia de pobres e/ou de aglomeração como violentos é veiculada pela mídia como tal, sendo constantes os relatos e debates na imprensa sobre as brigas de galeras em saídas de bailões e danceterias, bem como das depredações de ônibus e estações-tubo em finais de jogos de futebol. O mesmo ocorre com crimes e outras situações de violência praticados em bairros pobres. O que precisa ser problematizado é se tais fatos têm a mesma exposição quando ocorridos em boates e bares de classes altas, bem como em espaços privados como clubes que possuem todo um aparato de segurança privada que faz a contenção de situações de violência ou então as “expele” para longe de seus domínios.

Essa concentração de respostas da pesquisa quantitativa não se reflete, na mesma proporção, entre os jovens entrevistados. Vêm a violência disseminada, sem estabelecerem tão claramente a causalidade com a pobreza. Assim se manifestam: “Aqui também não dá para sair sozinho à noite”. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite). Esta frase dita por um jovem negro e pobre, estudante numa escola pública, não difere muito da proferida por uma jovem

de uma das escolas particulares mais caras, provavelmente, de condição socioeconômica elevada: *“Acho que aqui está crescendo [a violência], mas já foi melhor. Está cada vez pior”*. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Porém, verbalizações muito claras desvelam as diferenças entre as formas de violência que ocorrem em bairros ricos e em bairros pobres. Nestes últimos há uma explicitação da violência praticada pelos próprios moradores do bairro: *“Antes você podia andar, podia fazer o que quisesse. Hoje, para ir daqui até a esquina, você tem que estar armado, você tem que estar com alguma coisa, que se vem um laranja ali, te leva tudo...”* (Escola Pública/Meninos/Noite). Este relato é revelador porque ele continua descrevendo as formas como tais assaltos ocorrem no terminal de ônibus e os “mecanismos de disfarce” que os jovens têm de usar para driblar os assaltantes (jovens como ele).

Corroborando as respostas da pesquisa quantitativa que atribui nota igual ou superior a seis no índice de violência aos bairros ricos, nos grupos focais alguns jovens indicam que nem estes estão imunes. Mas, quando a violência é descrita, não é necessariamente como praticada por alguém do próprio bairro e é associada à falta da ação policial. Indica um discurso mais articulado, como se o Estado praticasse uma “discriminação positiva”, garantindo em primeiro lugar a segurança de todos (centro) e dos mais pobres (periferia).

Nos grupos focais a clivagem da cor não foi um elemento significativo para a localização territorial ou social da violência. A única fala que se destacou evidenciou a mesma tendência apontada na pesquisa quantitativa, de relacionar violência/bairro que não o da moradia: *“o Campo Comprido onde moro é bom, mas se for morar numa Trindade, numa Vila Zumbi... não é a mesma coisa que aqui.”* (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Nessa tendência, verificamos que os moradores de bairros de condição social crítica, mesmo quando descrevem um cotidiano de violência, de convivência com gangues, com assaltos e mesmo de utilizarem armas para se defender, imputando à omissão estatal e à preocupação com a divulgação da “boa imagem” da cidade, indicam a violência “lá” e não “aqui”: *“aqui, quando eles fazem aquelas propagandas, né... eles só mostram o lado bom daqui... mostram a Rua das Flores, a cidade ecológica, mostram isso, mostram aquilo... mas eles não mostram os vândalos que tem, ali pro lado do Xaxim, ali tem aquela galera do grafite.”* (Escola Pública/Meninos/Manhã)

É fundamental discutir o significado de respostas comuns para jovens de renda, cor e qualidade da moradia tão distintas. A título de hipótese, um jovem pobre quando diz que a violência se concentra nos bairros pobres – seu *habitat* –, com certeza se refere a situações vividas em seu cotidiano, de violência em sua própria casa ou seu círculo familiar, praticadas no próprio local de

moradia e dirigidas contra si, seus familiares ou praticadas por alguém de sua convivência próxima. Ao localizarem os bairros ricos como local mais violento, talvez estejam expressando outras formas de violência, como a da desigualdade social, do preconceito, das formas simbólicas de separação social dos “lugares de pobres” e dos “lugares de ricos”.

Associando a essa idéia a organização espacial de Curitiba, verificamos que a cidade caminha para a forma segregada descrita por Caldeira (1997), com a concentração da população dos estratos mais altos em condomínios fechados – horizontais ou verticais –, e em bairros exclusivos, garantidos por uma legislação urbanística razoavelmente rígida. Além de tais locais unicamente residenciais e de luxo, vive-se um “boom” de shopping centers, prédios comerciais com todos os aparatos de segurança, sendo que mesmo os espaços de entretenimento, antes espalhados no espaço da cidade, tendem a se concentrar em grandes espaços fechados, combinando cinemas, restaurantes, shows, parques de diversões, lojas e outros espaços culturais. São grandes empreendimentos que têm como característica voltarem-se para dentro, ficando de costas para a rua. Rompem, em termos arquitetônicos e sociais, um dos princípios fundamentais da modernidade, que tem na rua o espaço da convivência e do encontro.

[...] eu não gosto de Curitiba, eu sou daqui, mas eu vou mudar, eu vou sair daqui um dia. Eu acho que eles [o governo] não falam o que é, eles só mostram o bonito de Curitiba. Eles só mostram o shopping, os prédios, a classe média. Eles não mostram o que está acontecendo, que tem um monte de favela aí. [...] tá tudo embaixo, pode ver, o resto tá tudo embaixo, não mostram. Vai mostrar lá, por exemplo, onde eu morava no Itatiaia, favelona assim mesmo, vai mostrar neguinho morrendo, galera esfacando, roubo dos carros. Curitiba, tá aí...”
(Escola Pública/Meninas/Tarde)

Além dos locais físicos de maior violência, foram investigadas algumas razões da violência em Curitiba separadamente da violência da RMC, buscando verificar se apontam alguma relação significativa entre a base territorial da violência e as razões para sua ocorrência. Esse mesmo número de jovens indicou desigualdade social e a existência de impunidade como as principais razões da violência em Curitiba, conforme tabela 10.4.

TABELA 10.4 -POSICIONAMENTO DOS JOVENS SOBRE AS RAZÕES DA VIOLÊNCIA EM CURITIBA

MOTIVOS	CONCORDO		DISCORDO		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
Porque há muita desigualdade social	447	73,4	161	26,4	609
Há falta de cultura e de educação	420	69,0	186	30,5	609
Porque há falta de emprego	461	75,7	147	24,1	609
Porque existe impunidade	448	73,6	158	25,5	609
Porque há muitos migrantes	166	27,3	441	72,4	609

NOTA: No total estão incluídos os que não responderam.

O que os dados nos indicam, em primeiro lugar, é uma combinação de razões para a violência, verificada na concentração de respostas concordantes a todas as alternativas apresentadas, exceto a que vincula a presença de migrantes com a violência. É interessante comparar, dentre o alto grau de concordância, as pequenas variações, que permitem vislumbrar uma maior ocorrência das razões socioeconômicas: *falta de emprego e existência de desigualdade social* como as principais, seguidas de perto das que indicam a ausência ou de políticas públicas mais eficazes – *falta de educação e de cultura*, combinada à inoperância dos mecanismos para o funcionamento da justiça, evidenciado na afirmação da *existência de impunidade: é ser mais esperto que o outro, quer provar que é mais esperto (Escola Particular/Meninos/Manhã)* // *“O problema social é que é o responsável”*. (Jovens universitários)

Há uma gradação, na mesma discussão, sobre a responsabilidade da violência na cidade. Começam indicando desde a questão socioeconômica: *“é um problema social [...] a pessoa de baixo nível tem que ter a sobrevivência dela”*, (Escola Particular/Meninas/Manhã) até chegar à responsabilidade do próprio jovem. Indicam que o jovem, no caso de furtos, não é necessariamente o pobre que rouba, mas de qualquer classe, seja para se afirmar junto ao seu grupo, *“[...] se acha superior; se acha o mais fodão... a pessoa que tem dinheiro ela quer roubar um boné, quer roubar um boné para [dizer]: “roubei esse boné... quer ver, ó”. Tem dinheiro para comprar um igual, mas “roubei”!* (Escola Pública/Misto/Manhã), seja por outra “compulsão” qualquer. Indicam nessa gradação outras formas de furtos, praticados pelos “ricos”, como descrevem nessa cena: *“[...] as meninas também. Você vai na feirinha hippie e as “patricinhas”, aquelas meninas que têm dinheiro mesmo, roubam tudo. Batom, lápis, no Mercado Mundo Mix elas roubam tudo.”* (Escola Particular/Menino/Manhã)

Nesse sentido, a impunidade assume uma maior complexidade porque

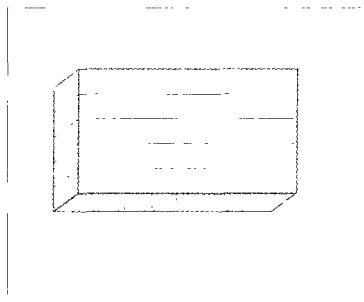
sintetiza o entrecruzamento da omissão das instituições ou sua pouca efetividade, com o desrespeito às regras e à lei, presente em todas as classes sociais.

Eu acho que é o governo, o próprio presidente, porque ele devia... se ele tem o poder para fazer qualquer lei, ele deveria retirar o armamento, não tanto das pessoas, como da própria polícia, que se eles no lugar de fazer muitas coisas, eles podiam fazer um armamento que não matasse. Eu sou contra bomba, essas coisas! (Escola Pública/Misto/Noite)

Refletir um pouco mais sobre a questão dos migrantes é necessário à medida que mais de 27% dos jovens concordam com a tese de que uma das razões da violência em Curitiba é a *existência de migrantes*. Pelas falas e respostas quantitativas já apresentadas em outros itens, podemos afirmar que existe, aqui, a recorrência de um discurso xenófobo em um grupo significativo de jovens (1 em cada 4), que imputa aos “*de fora*” as responsabilidades pelos problemas da cidade. Conforme verificado no capítulo de Cidadania e Preconceitos, tudo indica que estamos frente a um tipo definido de radicalismo, que possa passar da opinião à ação, mas com certeza, são pessoas que se sentem ameaçadas com as mudanças presentes na cidade. Isso pode representar desde uma resistência à perda das vantagens da “*cidade planejada*” tão enaltecidas pela propaganda, mas também vivenciadas pelos habitantes, até o desconforto da convivência com os diferentes. Esse “*mal-estar*” que a convivência na metrópole traz pode estar colocando em xeque valores reiteradamente veiculados da cidade européia, da arquitetura aos hábitos alimentares alemães, italianos e poloneses, constituídos por uma população branca e educada. A nova identidade curitibana que se forma, fruto das migrações internas, produz um tipo mais híbrido, geralmente nem tão brancos e nem tão europeus como o curitibano (de outrora) gostaria de ser, como também coloca questões mais materiais como a defesa de um mercado de trabalho (real ou imaginário) e de um “*estilo de vida*” mais calmo, partilhado entre os iguais. Nesse sentido, podemos afirmar que estamos perante à completude da economia de mercado, com suas amplas possibilidades, espaço por excelência da competição exigindo o exercício pleno do direito de ir e vir.

Para os jovens que responderam que a violência é maior na RMC, juntamente com aqueles que indicaram a violência em todos os lugares, foi perguntado sobre as razões da violência na RMC, num total de 85,3% do universo pesquisado. Os resultados obtidos podem ser percebidos no gráfico 10.2.

GRÁFICO 10.2 - RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA RMC, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO BAIRRO DE RESIDÊNCIA



Esses dados mostram que os jovens, ao associarem violência à pobreza, fazem-no principalmente ligando-a à ausência do Estado, que se expressa em quase 1/3 das respostas que apontam a falta de acesso à educação e à cultura as razões para a RMC ser violenta. Associado a tal leitura de um Estado ausente, a resposta seguinte é muito significativa porque indica a impunidade com 28% das respostas. Se somadas, podemos verificar que nem o Estado mínimo, tão caro ao discurso neoliberal – está presente nas falas dos jovens, porque há um sentimento de não presença nas ações fundamentais da educação e cultura, vistas pelos jovens como explicativa da violência. Tampouco o direito universal de justiça igual para todos, princípio básico do Estado moderno, tem sua manifestação percebida. O sentimento da certeza de impunidade como responsável pela violência é um eixo temático extremamente importante para se pensar as políticas públicas para a cidade e para o Paraná, pois não estamos trabalhando com manifestações de setores altamente politizados; ao contrário, nem com populações adultas que já se inseriram no mercado de trabalho. São jovens em processo de formação de sua noção (ou não) de cidadania, mas que já manifestam um alto grau de desconfiança ou de desalento para com as instituições do Estado.

Analisando tais respostas por condição social do bairro onde moram e o estrato social verificam-se alguns comportamentos interessantes. A primeira indica que, quanto maior a possibilidade de acesso à educação e à cultura (jovens mais ricos), aos serviços de consumo coletivos e à infra-estrutura urbana, maior a percepção de que a ausência desses serviços é a causa da violência: passa-se de 16,3% nos estratos D/E para 48,5% no estrato A e de 23,9% nos bairros em situação crítica para 49,1% nos de boa condição social. Tais indicações nos remetem a uma conclusão que a falta de serviços públicos não é suficiente para que se tenha consciência de seu direito. Como diz Durhan

(1984), esta consciência só ocorre pelo exercício político, em que se passa da carência, percebida como a falta, à reivindicação, exercício político para o reconhecimento do direito àquilo que falta (gráfico 10.2 e tabela 10.5).

TABELA 10.5 - RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA RMC, SEGUNDO O ESTRATO SOCIOECONÔMICO

(Em percentual)

RAZÕES DA VIOLÊNCIA	A	B	C	D/E	TOTAL
Não têm acesso à educação e cultura	48,5	29,3	27,1	16,3	32,1
Maior impunidade	20,2	33,9	29,1	25,5	27,8
São mais pobres	14,6	14,0	16,7	13,3	14,8
São mais agressivos	6,1	7,0	12,3	21,4	10,1
Os de Curitiba são mais ricos	0,0	2,1	2,0	2,0	1,5
Não sabe	10,6	13,6	12,8	21,4	13,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por condição social do bairro a situação se repete: os piores servidos visualizam a impunidade como a razão da violência (1/3 dos jovens) diminuindo para 22,6% entre os de boa condição.

A ausência do Estado ou a invisibilidade/inacessibilidade de seus serviços na esfera da Justiça é a percepção dominante entre os jovens de classe média para baixo, bem como para os residentes nos bairros de condição social crítica ou muito crítica. Isso nos indica que a função social do Estado – promoção de políticas públicas de caráter universal, buscando uma maior equidade entre os diversos segmentos sociais, ou não é promovida ou se é, não é assim percebida pelos mais pobres e que moram em piores condições. Caberia uma longa discussão sobre esta temática, buscando, através do “olhar” dos jovens sobre a cidade, apreender como esta sociedade e suas instituições lhes tratam.

Buscando ao mesmo tempo sintetizar e relativizar as respostas, em especial as que concebem Curitiba como um lugar menos violento em relação a outras cidades, é necessário lembrar que mais de 3/4 dos jovens são curitibanos. Sendo nascidos em sua maioria aqui e nunca vivido em outro lugar, suas referências espaciais são as menos cosmopolitas possíveis. Suas formas de socialização no espaço da cidade são modernas, porém seus critérios comparativos não estão sustentados em experiências de vida em outros lugares. Existiria, assim, um certo geocentrismo mais intuitivo do que apoiado no conhecimento prático do *outro* lugar. Entretanto, esse geocentrismo ou regionalismo, à medida que consideramos o papel da mídia, não é monopólio

do jovem curitibano. A tendência ao reforço do localismo por parte da mídia hoje se percebe também no âmbito planetário, como anota Giovanni Sartori,

[...] ainda lembramos dos tempos em que os noticiários de televisão eram fundamentalmente leituras de estudo. Porém depois alguém descobriu que a missão da televisão é ‘mostrar’ as coisas das quais se fala. E esta descoberta deu início à degeneração da televisão. Porque este foi o fato que “aldeanizou” a televisão num sentido completamente oposto ao que se referia McLuhm: no sentido de que limita a televisão ao próximo [às aldeias próximas] (SARTORI, 1997: 82).

De tal forma que, na era da globalização a visão planetária do jovem não vai além daquele apresentado pelas redes “globais”.

Combinando as várias respostas obtidas, podemos perceber que juntamente com a omissão do Estado e a falta de efetividade das leis, há um conjunto de respostas que sinalizam para outra questão fundamental na sociedade brasileira que é a disputa por espaços no mercado de trabalho, que conforme já analisada por inúmeros especialistas, em momentos de crise ela emerge sob a forma de preconceito. Os alvos preferenciais são sempre os grupos vulneráveis: os migrantes, os com menor grau de escolaridade, os pretos e os pobres, que são demonizados como os responsáveis pelos “defeitos” da sociedade.

10.1.2 Profissionais de Educação e a Violência na Cidade

A visão predominante entre os profissionais de educação é que a violência não tem um local específico de ocorrência, estando disseminada por todos os lugares. Três em cada quatro profissionais assim se posicionaram, estando na mesma tendência indicada na pesquisa dos jovens, embora em maior proporção (tabela 10.6). Curitiba aparece como o local de menor localização da violência, com 8%. É menor a distância que estabelecem entre a localização da violência na capital (8%) e os municípios da RMC (14,8%), se comparados aos jovens (14,7% e 32,3%).

TABELA 10.6 - ONDE SE LOCALIZA A VIOLÊNCIA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

LOCAIS	Abs.	%
Na cidade de Curitiba	32	8,0
Nos municípios da RMC	59	14,8
Em todos os lugares	309	77,3
TOTAL	400	100,0

A visão da violência disseminada se mantém quando lhes é

perguntado o lugar mais violento da cidade. Praticamente sete em cada dez profissionais indicam que não há espaço da cidade onde ela não esteja presente, numa visão ou mais realista ou mais catastrófica que a dos jovens. Como já analisado, os jovens localizam a violência preferencialmente nos bairros pobres, seguidos dos espaços de grandes aglomerações como os campos de futebol ou lugares freqüentados pelas classes populares como bailões e danceterias. É relativamente pequena a proporção de profissionais de educação que associam violência/bairros pobres, assim como os campos de futebol. Esta posição majoritária pode estar refletindo a vivência desses profissionais que vêm cotidianamente a sua manifestação na escola, nas famílias dos jovens, nos bairros onde moram, nos espaços de lazer que freqüentam (tabela 10.7).

Embora possuam uma visão que tendencialmente se aproxima da dos jovens, ela é menos romântica que a deles sobre a cidade, exatamente porque insistem na disseminação espacial da violência, indicando que a cidade é, como diz Milton Santos, o espaço que faz a intermediação entre o Indivíduo e o Mundo. Nela é que se desenvolve o sentido de pertencimento a algum lugar, mas este lugar não é o fim último, e sim uma simples base territorial para as manifestações, cada vez mais em tempo real, dos acontecimentos que perpassam o planeta.

TABELA 10.7 - LUGARES MAIS VIOLENTOS DA CIDADE PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

LUGARES	Abs.	%
Nos bairros mais pobres	45	13,2
Nos campos de futebol	28	8,2
Nos bailões	7	2,1
Em outros lugares	7	2,1
Em todos os lugares	236	69,2
Não sabe	18	5,3
TOTAL	341	100,0

As razões da violência em Curitiba⁸⁵ apontam uma concentração de resposta no quesito “porque existe impunidade” indicativo da grande desilusão nas instituições de Justiça e nos mecanismos legais de disciplinamento e punição

⁸⁵ Não é possível estabelecer uma relação direta entre as respostas dos Profissionais de Educação com a dos jovens porque aos primeiros foi solicitada a indicação da principal razão, cabendo uma única resposta. Para os jovens foi perguntado, alternativa a alternativa, se eles concordavam ou não com elas.

disponíveis na sociedade brasileira. Reflete a sensação de impotência que os professores dizem viver, ao lidarem com as diversas formas de violência na escola ou fora dela, mas que se reflete no comportamento dos seus alunos. Sentem-se desamparados pela falta de mecanismos rígidos de disciplina e conduta para os alunos, resvalando, às vezes, num saudosismo de tempos onde o “certo e errado” eram mais claros (tabela 10.8).

TABELA 10.8 - RAZÕES DA VIOLÊNCIA EM CURITIBA, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

RAZÕES DA VIOLÊNCIA	ABS	%
Porque existe impunidade	167	47,2
Porque há desigualdade social	82	23,2
Porque há falta de cultura e educação	61	17,2
Porque há falta de emprego	40	11,3
Porque há muitos migrantes	4	1,1
TOTAL	354	100,0

Se somarmos a existência de impunidade com a falta de cultura e educação, analisando-as como ações sob a responsabilidade primeira do Estado, temos que 2/3 dos profissionais de educação apontam tal omissão como as principais razões da violência na cidade. Este é um tema que dá margem a uma longa discussão, remetendo-nos ao papel da família na sociedade, que cada vez mais “cede” suas antigas funções de socialização, educação e formação profissional para o Estado. A divisão entre o que é espaço público e privado e como Família, Escola e Estado estão nesta partilha – aspectos já discutidos nos capítulos anteriores – permite afirmar que tal resposta não é nada mais que a “ponta do iceberg” dessa complexa discussão.

As questões sociais também aparecem no corpo das razões da violência, não sendo desprezíveis os mais de 28% de profissionais que associaram violência à desigualdade social e à falta de empregos.

Migração merece um tratamento à parte, porque se não é relacionada com a violência na resposta estimulada, ela será manifesta em alguns grupos focais. Não será de forma direta, mas nuançada pelas ressalvas. Há um grupo de professores que relacionam claramente o aumento da violência com o crescimento populacional e, por mais que ressalvem o papel dos migrantes como constituintes das classes trabalhadoras e o crescimento como um processo

irreversível, transparece em suas falas um temor das mudanças ocorridas. Há um discurso subscrito, que informa que a cidade, ao crescer, foge do controle e perde os seus valores.

[...] a população aumentou rapidamente, se isso é um fator que colabora para ser de Primeiro Mundo, eu acho que não, muito pelo contrário, então, na verdade está sendo um dos empecilhos até exatamente isso poder continuar tendo um bom padrão de vida, com esse avanço de população, rapidamente, drasticamente, sem que tivesse sido planejada. Só se fez uma boa divulgação da cidade na mídia, a cidade apareceu bonita, apareceu chamativa, tinha emprego pra todo mundo, e daí na verdade, isso aí não acontecia, porque o número de pessoas que ficariam seduzidas porque a mídia seduz muito bem, o marketing é ótimo, né. Então na verdade com essa sedução toda, as pessoas vieram e acabaram encontrando o quê? Encontrando não emprego, encontrando falta de condição básica para morar, para viver, isso tudo claro, em consequência, eu creio, é fundamental, que resultou numa violência maior, e acaba não sendo, a gente, corre o risco de ir para quarto mundo, se continuar esse inchaço na cidade, e aí não tem primeiro mundo que resista não. (Professores/Escola Particular)

Ainda com relação aos grupos focais, outra posição clara entre os professores é a que indica ser o Estado o agente da violência ao mascarar a realidade social mediante belas imagens da cidade e do discurso da cidade de Primeiro Mundo. Segundo alguns professores, ao divulgarem um mundo irreal, o Estado vende para “os de fora” uma imagem altamente positiva da cidade. Ao mesmo tempo, expõem, para “os de dentro”, a exclusão social a que estão submetidos. Reforçam com isso o descolamento desses grupos sociais para com as benesses da cidade. Muitos jovens assim se expressam: “*se tais benfeitorias realmente existem, por que eu não tenho acesso a elas enquanto outros têm?*” (Escola Pública/Jovem Negro/Noite). Esta separação entre duas Curitiba, a dos que têm e podem acessar o que a cidade oferece e a Curitiba dos que não têm, logo, não usufruem, é, na opinião dos professores, o germe de toda a violência vivida.

Eu tenho a impressão que essa situação de depredação do bem público, do desdém com que é público, a desconsideração com que é do outro, é parte do processo de não identidade com o coletivo, o indivíduo que não tem identidade com o coletivo, com o outro, que não se percebe no outro como parte integrante dessa coletividade, ele depreda, ele é mais violento”. (Professores Escola Pública)

Existe uma raiz, eu tenho impressão que existe uma raiz cultural muito

séria nesse processo de violência urbana em Curitiba. Porque violência sempre nós tivemos, velada ou não, explícita ou não, explicitada pela mídia, ou não. (Professores Escola Particular)

Se os professores se manifestam sobre a violência na cidade indicando que ela está em todos os lugares e a causa principal é a existência de impunidade, quando perguntado sobre as razões da violência na RMC a tendência muda. Em primeiro lugar convém lembrar que só 8% indicaram Curitiba como lugar exclusivo da violência e 14,8% indicaram a RMC. Se a violência está disseminada em todos os lugares, seria de esperar uma indicação de razões para qualquer lugar que lhes fossem perguntado. Mas, surpreendentemente não é o que ocorre! (tabela 10.9).

Quatro em cada dez professores indicaram não saber as razões da violência na RMC, pressupondo ou desconhecimento dos problemas que ocorrem fora dos limites da cidade onde vivem e trabalham, ou então “desconforto” em falar de uma realidade em que há maior pobreza, ou então o receio de manifestar “leituras impressionistas” possivelmente eivadas de conteúdos preconceituosos.

TABELA 10.9 - RAZÕES DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, SEGUNDO OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

RAZÕES DA VIOLÊNCIA	Abs.	%
Porque eles não têm acesso à educação e cultura	112	30,3
Porque lá existe maior impunidade	79	21,4
Porque eles são pobres	30	8,1
Porque seus moradores são mais agressivos	3	0,8
Não sabe	146	39,5
TOTAL	370	100,0

Para os que se manifestaram, a ausência das ações de políticas públicas de caráter social – educação e cultura - responde pela existência da violência. Pelas respostas percebe-se a indicação do caminho a ser seguido em termos de políticas sociais: como são sabidamente municípios mais pobres que a capital, com menores investimentos na área, cabe ao Estado dotá-los primeiramente com os serviços necessários para o acesso universal à educação e cultura, para, como segunda prioridade, enfrentar o problema da impunidade, nos termos já discutidos. As mensagens não verbalizadas mas expressas nesta questão e nas relativas à violência na cidade, apontando para uma relação direta entre ausência

do Estado/violência, nos fazem lembrar de uma frase de Bourdieu, em entrevista publicada pela Folha de S. Paulo de 08.02.99, “os recursos que o Estado economiza hoje, em escolas, ele gastará mais tarde em prisões”.

A indicação da necessidade de análise integrada da questão metropolitana, evitando separar a capital dos outros municípios, é expressa claramente nos grupos focais, sendo que um professor assim fala:

[...] o porte da cidade mudou muito nesses últimos anos, era uma cidade de porte médio, uma cidade até pacata e com uma vida cultural, com possibilidades que uma cidade grande tinha, ou seja, comercialmente falando, industrialmente falando. E esse inchaço de cidade, que teve nos últimos anos, é um fato extremamente negativo, isso com certeza tem gerado violência, tem gerado bolsão de miséria em toda a região metropolitana que é visível, é só a gente fazer um passeio, não dos mais agradáveis e notar os enormes bolsões de miséria e de pobreza que existem na região metropolitana em volta da cidade”. (Professores escola particular)

À guisa de conclusão, a partir das informações fornecidas pelos jovens e reiteradas pelos profissionais de educação, a violência apresenta duas características marcantes em relação ao espaço da cidade: de um lado, seu raio de ação é oblíquo no sentido de que não conhece limites territoriais, estando em todos os lugares. Em consequência, tanto jovens como os profissionais de educação abandonam o discurso romanceado da cidade embutindo um grau considerável de realismo em suas opiniões. De outro lado, a representação dessa violência que “está em todos os lugares” não é neutra em relação à cor e estrato socioeconômico dos jovens; ao contrário, ela é profundamente valorativa, refletindo no espaço da cidade as visões derivadas de sua condição social e étnica, sugerindo a existência de um “conflito silencioso” que polariza setores populares e abastados, brancos e pretos. De certa forma, estas representações e visões reforçam a hipótese de Samuel Huntington, segundo a qual nas próximas décadas o conflito entre nações e no interior das nações terá como fonte principal não a violência das armas ou o uso potencial destas, mas o choque cultural, isto é, as fontes principais da violência passarão a ser outras como a raça ou a religião. (HUNTINGTON, 1996, p.17-43)

10.2 A NATUREZA DA VIOLÊNCIA

Quem é o responsável e qual é a natureza da violência na cidade? Os jovens atribuem a violência na cidade à televisão, ao governo, à imigração de trabalhadores e bandidos, à pobreza, à corrupção, à falta de emprego, falta de

perspectiva de vida, ao crescimento da cidade, a própria sociedade, ao racismo, ou a eles mesmos, revelando, às vezes, dificuldade em identificar um responsável único por ela.

Quando perguntados se já sofreram alguma violência, os jovens **sempre** têm alguma história para contar: “*é coisa comum*”. Presenciaram ou foram vítimas de roubo, assaltos, brigas e até mesmo seqüestros. O alvo predileto dos assaltantes, quase sempre munidos de armas (revólver, faca, canivete), são skates, bonés, bicicletas, tênis, carteiras, relógios e dinheiro. Nesse sentido, 55% dos jovens curitibanos pesquisados já foram objeto de violência de algum tipo (física, assalto, no trânsito, sexual), segundo a tabela 10.10.

TABELA 10.10 - PROPORÇÃO EM QUE OS JOVENS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA

SIM		NÃO	
Abs.	%	Abs.	%
495	55	405	45

O local onde com freqüência essas situações ocorrem é no interior dos ônibus, mas não exclusivamente:

“E esses dias teve uma entrevista no Barraco MTV, com o Lula que tava lá, ele tava comentando que Curitiba tem 1.800... né, 1.800 assaltos em ônibus por dia, é bastante pra aquele que rouba cinco reais, rouba vale transporte... 1.800 por dia” (Escola Particular/Meninos)

Outros locais da cidade também são mencionados, como portas de estádio de futebol, danceteria e terminais de ônibus, principalmente os chamados “tubos”. Poderia estabelecer-se, inclusive, algum tipo de relação entre a opinião dos jovens da cidade que selecionam “o sistema de transporte público” como o que menos gostam na cidade (tabela 2.5 do item 2) com a violência presenciada ou vivenciada nos terminais e pontos de ônibus.

Quanto ao sexo, a violência é sentida entre os jovens de maneira generalizada. Como mostra a tabela 10.11, os jovens já sofreram violência de algum tipo em 69,8% dos casos, enquanto as jovens já foram vítimas da mesma violência em 41% dos casos. Isso significa que a violência atinge os jovens não de maneira localizada num dos sexos, mas de forma generalizada, jovens de ambos os gêneros sofreram atos de violência numa proporção tão grande que se chega a compreender por que muitos jovens consideram a violência como

parte da normalidade de seu cotidiano. Da mesma maneira, os dados quantitativos parecem indicar que quanto mais se vive mais se é vítima da violência cotidiana. Pela tabela 10.12 observa-se uma relação direta entre idade e vivência da violência. Quanto maior a idade, mais o jovem está exposto à violência.

TABELA 10.11 - JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO O SEXO

SEXO	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Feminino	190	41	273	59
Masculino	305	69,8	132	30,2

TABELA 10.12 - JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO A IDADE

IDADE	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
14	46	41,8	64	58,2
15	60	42,6	81	57,4
16	65	52,8	58	47,2
17	101	57,7	74	42,3
18	98	66,7	49	33,3
19	75	65,2	40	34,8

A violência na cidade vitima os jovens independente da cor, como mostra a tabela 10.13. Existe em relação a este aspecto uma espécie de universalismo perverso. Observe-se, por exemplo, que 55% dos jovens de cor branca já sofreram violência de algum tipo, enquanto 56,2% dos pardos/mulatos também já foram vitimados pelo mesmo tipo de violência.

TABELA 10.13 - JOVENS VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA, SEGUNDO A COR

(Em percentual)

COR	SIM	NÃO
Branca	55	45
Preta	46,2	53,8
Parda/Mulata	56,2	43,8
Amarela	41,7	58,3

A violência na cidade também pode ser de natureza grupal. Em relação a esse aspecto os jovens destacam o significado expressivamente violento das gangues e/ou galeras, já analisados no item 3. Quanto à função da turma ou do grupo em relação à violência da cidade, os dados quantitativos e qualitativos não coincidem muito. Assim, quando perguntados, **para que os jovens se reúnem com sua turma ou grupo?**, somente 3,1% dos entrevistados admitem que é “para brigar com outras turmas”; a grande maioria se reúne para namorar, para prestar serviço à comunidade, para torcer por time de futebol, para beber, e um número bem menos expressivo para fazer pixação e para utilizar drogas.

Entretanto, quando contrastada esta informação com a dos grupos focais, as galeras e as gangues ganham maior espaço nos seus discursos sobre a violência. Os jovens dos grupos focais se dizem vítimas de galeras e gangues, mas para manter sua segurança preferem andar justamente em galeras, isto é como um recurso de proteção. Com isso, também as brigas entre galeras se tornam rotineiras, “quase normal”. O motivo dessas brigas pode ser o futebol (o fato de pertencer ou não a torcidas organizadas), bem como morar ou não em determinados bairros. As brigas entre galeras também ocorrem com frequência entre jovens de bairros distintos, e elas costumam agredir aqueles jovens “novos” na sua área, submetendo-os a uma espécie de ritual de entrada no grupo:

Se você é novo no bairro assim, a gurizada junta todo mundo e pega você”; “Já aconteceu isso comigo. Eu era novo, eu moro aqui há quatro anos. Eu tava na porta do meu prédio, passou quatro mexendo comigo... aí eu consegui dois canivetes, chamei eles e eles falaram que queriam só amizade. (Escola Pública/Meninos/Manhã)

A tentativa de se proteger das galeras ou de enfrentar qualquer tipo de risco de violência, faz com que os jovens procurem estabelecer estratégias de sobrevivência na cidade. Além de andarem em grupos, procuram não sair de suas áreas, onde conhecem as pessoas e por elas são reconhecidos, evitam frequentar “essas partes”, como bairros pobres e as vilas da periferia. Em alguns casos os jovens também passam a se armar (com armas brancas) com a intenção de se defender e se impor.

A natureza da violência da cidade é identificada como “alguém” externo à cidade, mesmo que nela conviva. Na percepção dos jovens, o fato de a mídia ocultar a existência de problemas na cidade tem feito com que um grande número de pessoas “de fora” procurem Curitiba como refúgio e/ou perspectiva de novas oportunidades de vida. Os dados quantitativos mostram uma rejeição significativa à presença de pessoas não curitibanas no espaço da cidade, evidenciada na concordância manifesta por 41,3% dos jovens de que “os

problemas atuais de Curitiba vêm de fora". Distribuem-se entre todas as cores e classes sociais, mas há uma ligeira concentração entre os brancos e nos estratos B, C e D (tabela 7.1, item 7).

Porém, isso não significa que os jovens concordem necessariamente com a possibilidade de identificar "o migrante" como a principal fonte de violência de Curitiba. Ante a pergunta *por que há violência em Curitiba?* 75,7% dos entrevistados coincidiram em identificar o desemprego como a principal causa, seguido pela existência de impunidade com 73,6%, a desigualdade social com 73%, a falta de cultura e de educação com 69,7% e finalmente os migrantes com 27,3%. Embora alguns associem miséria à "falta de vontade de trabalhar", muitos percebem a complexidade da questão (tabela 10.4).

Eu acho, às vezes, que a falta de condições financeiras das pessoas é que leva a isso porque veja, um ladrão, às vezes, você é assaltado e você às vezes tem condições melhores que aquelas pessoas que não têm [...] é claro têm safdados que podem trabalhar, com certeza têm às vezes emprego, mas preferem roubar porque acham mais fácil, mas muitas vezes é falta de emprego, falta de verbas por parte do governo, até de recursos e tudo isso gera fome, miséria. (Escola Particular/ Meninas/Manhã).

Essa postura relativamente compreensiva que retira um pouco a responsabilidade do migrante enquanto fonte de violência na cidade, e que no mínimo sugere um discurso politicamente correto para uma boa quantidade de jovens, é um dado bastante positivo. Ressalta-se que se lembrar que, devido a problemas estruturais nas cidades, como o desemprego, a intolerância com o migrante tendeu a crescer no mundo. Basta lembrar que no caso da Europa a percepção de que o migrante é uma "ameaça" aos empregos dos nacionais levou a um crescimento eleitoral entre 12% a 15% de alguns movimentos políticos conservadores como a Frente Nacional de Jean Marie Le-Pen (França) ou a Liga Lombarda na Itália, que introduziram nas suas plataformas políticas a discussão da relação entre desemprego e migrantes, especialmente os de origem árabe. Como escreveu Huntington (1966, p.250-251), "Na Europa Ocidental, o anti-semitismo dirigido contra os judeus foi em grande parte substituído por um anti-semitismo dirigido contra os árabes". (1966, p.250-251)

No entanto, essa postura compreensiva do jovem curitibano é matizada um pouco nos grupos focais. O aumento da presença da cidade na mídia nacional com sua imagem de Primeiro Mundo torna-se problemática para os jovens curitibanos, à medida que contribui para a percepção do crescimento da violência na cidade, fazendo com que mesmo os jovens passem a produzir um discurso com relação a um outro tempo em que a cidade era melhor, mais tranqüila e

menos violenta. Assim, alguns jovens passam a estabelecer uma relação direta entre migração, desemprego e pobreza “[...] porque esse êxodo rural, chega aqui, sem trabalho. Mais favela, mais pobreza, mais desemprego, mais caos. Piora a vida.” (Escola Particular/Meninas/Manhã). Acrescente-se ainda que, para os jovens, a atração exercida pela imagem da “cidade modelo” faz com que elementos indesejados passem a compor sua nova paisagem:

[...] só que aqui é tão famosa a qualidade de vida que os criminosos estão vindo tudo para cá. [...] Aqueles bancos que foram assaltados, um monte de bancos, assim, eu me lembro que uma semana eu estava assistindo no jornal que os ladrões não tinham mais como ir assaltar lá em São Paulo ou no Rio porque eles já conheciam (eram conhecidos). (Escola Particular/Misto/Manhã)

É interessante relacionarmos esta alta proporção de concordância com a sentença proposta, com as leituras positivas feitas sobre a cidade e com o alto número de jovens que disseram não haver nada em Curitiba que eles detestem. Isso mostra um imaginário sobre a cidade como calma, agradável e harmônica, reiterado pelos que são naturais daqui, contraposto com uma cidade pouco acolhedora e fria vista pelos migrantes. O discurso não integrador está bastante presente entre os curitibanos de nascença “(...) aqui não tem todos os problemas que tem em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas já está começando a ter (...) o trânsito engarrafado, violência. O pessoal de São Paulo vem fugindo da violência, chega aqui. (Escola Particular/Meninos/Manhã). Igualmente o discurso da exclusão e da transferência das responsabilidades pelos problemas da cidade ao “outro” aparece entre os migrantes já assimilados: “mesmo eles [os migrantes] morando em Curitiba, eu sou um migrante, e mesmo eles morando em Curitiba, eles dizem que são contra a vinda de outros migrantes, são a favor do controle da vinda do migrante, uma grande parte disso”. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

A associação entre migração e violência passa a ser clara, verbalizada em muitos grupos focais, como se os moradores da cidade fossem relativamente incapazes de cometer atos ilícitos ou hediondos: “Mas essa bandidagem vem de onde? De São Paulo, Rio. A maioria vem de São Paulo”. (Torcida Organizada/Misto)

Essa mesma visão dos jovens dos grupos focais é compartilhada também pelos grupos focais de policiais. A cidade, na opinião de policiais, não é ruim para morar, porém, se continuar chegando pessoas de outros lugares do país, a cidade tenderia a ficar violenta, “Ainda tá, ainda tá bão, mas tá se tornando, porque, porque as pessoas de lá, já estão vindo prá cá”. (Polícia Militar/Soldados/Feminino)

A natureza da violência na cidade também é localizada pelo jovem neles mesmos. Na procura de responsáveis pela violência da cidade chegam a individualizar o problema retirando-o um pouco do contexto-histórico-social atual da cidade. Na percepção de alguns, são os próprios jovens os maiores responsáveis pela violência na cidade. As rixas, disputas e rivalidades entre galeras pela conquista e demarcação de territórios, “*só pra dizer que a gente manda*”, os olhares enviesados provocam com frequência atos violentos.

[...] eu acho que é por causa da gente, porque tudo começa assim, você olha pra uma pessoa e não vai com a cara dela, você já se quebra com ela, daí nisso você já arruma uma gangue e vai lá e quebra, e assim vai indo, vai indo, e quando você vê, você já tá aí matando gente, fazendo um monte... mas é como dizem, eu olhei um dia, um negócio lá na sala “massa” do peixinho lá, tá ligada, que tipo o ser humano não vive sem luta, o ser humano não vive sem disputa, porque senão é a mesma coisa... Como que a gente vai saber que a gente tá vivo, entendeu? (Escola Pública/Meninas/Tarde)

Para outros jovens, numa visão mais ampla ainda não existem culpados pela violência da cidade, pois ela estaria inserida num quadro histórico-social amplo: “*a história já traz uma história*”. (Escola Pública/Jovens Negros/Noite)

Contrastada a opinião dos jovens com a dos profissionais de educação observamos que, embora a visão destes últimos seja um pouco mais objetiva, no substancial não discordam. Para os profissionais de educação entrevistados nos questionários, a principal causa da violência da cidade de Curitiba está relacionada com a “impunidade”, a falta de justiça; nos resultados do instrumento quantitativo a eles aplicados 47,2% identificaram-na como a principal fonte da violência na cidade; outras causas abrangentes anotadas são a desigualdade social, a falta de cultura e educação, a falta de emprego e os migrantes. Aliás, este último dado não surpreende, à medida que a classe professoral é dominada pelo senso do “politicamente correto”. Poderia inferir-se também que o educador pensa que o desemprego ainda não é um problema sério na cidade e, portanto, também não é o migrante, isso poderia ser sugerido pela baixa expressividade dessas respostas: 11,3% e 1,3%, respectivamente (tabela 10.8). Ainda, note-se também o contraste entre jovens e profissionais de educação quanto ao valor que atribuem ao desemprego como fator gerador de violência na cidade.

Quando se perguntou aos educadores, nos grupos focais, sobre as causas da violência na cidade, o diagnóstico não parece ser muito diferente daquele dos jovens enquanto sinalizam também causas de dimensão ampla: a desintegração familiar, a falta de afeto, a ausência de Deus nas suas vidas, a

sociedade no conjunto, a concentração de renda e o contínuo ritmo de proletarianização da classe média. A conclusão dos educadores vai no sentido de tentar, então, compreender tanto as causas da violência entre os jovens como no sentido de justificar a intensidade cotidiana dessa violência; para os educadores a violência que *“eles sofrem é muito maior do que a que eles praticam.”* (Professores/Escolas Públicas)

No mesmo caso dos professores consegue-se distinguir outra causa de violência até agora não presente nos depoimentos do jovens ou dos policiais: o fanatismo como responsável pela violência cotidiana, mas trata-se de um fanatismo não religioso ou político, porém um fanatismo que se exprime muitas vezes na destruição do patrimônio público ou que se manifesta simbolicamente na mínima incompreensão do direito à diferença, que significa a forma de um jovem se vestir de tal ou qual maneira,

Uma das coisas que gera muita violência inclusive esta questão de apedrejaram o ônibus e etc. é o fanatismo. O fanatismo é responsável assim pelo maior número de violência que nós temos entre os adolescentes, eles não podem ir pro colégio com camiseta de uniforme porque se for ou bate ou apanha... (Professores/ Escola Particular)

Esse tipo de violência é a que Wieviorka tem chamado de irracional, expressiva ou espontânea. Um tipo de violência que opera além do conflito ou das crises próprias a cada formação social; tratando-se de um tipo de violência em que o instrumento e a finalidade se confundem, dado que ela procura a afirmação do próprio sujeito e não exatamente uma atitude de contestação do sistema ou contexto que o oprime, “nos casos extremos, ela parece autonomizar-se, tornar-se um fim em si, lúdica, puramente destruidora ou autodestruidora”. (WIEVIORKA, 1997, p.12)

As opiniões dos policiais vão no sentido de registrar a responsabilidade pela violência entre os jovens na própria natureza humana, ou seja, a violência como um fato quase natural, *“quase acredito que seja do ser humano”* relatava um oficial da Polícia Militar de Curitiba. Essa hipótese do policial coincide bastante com aquelas teorias psicológicas que sublinham a necessidade de reconhecer a existência de certa violência como um dado - positivo diga-se de passagem no que discordariam da polícia - inerente à condição humana: “[...] Se há, evidentemente, condições de violência excessiva ou destrutiva, há também, e em qualquer cultura uma prática e, atrevo-me a dizer, indispensável da violência, violência instrumental e constitutiva da subjetividade.” (FIGUEIREDO, 1998, p.54)

Já na visão dos grupos focais de pais, alguns fatores afetivos como a carência, a falta de afetividade e a falta de orientação ou também o papel da

própria mídia estão gerando um alto grau de violência entre os jovens:

E complica ainda mais se os pais vão querer punir qualquer adolescente, qualquer filho, aí ele se revolta. E essa divulgação da mídia também, tudo colabora para a violência. Agora se o jovem entrar numa situação de drogas e passou por uma violência, eu não concordo muito, não. Acho que vai mais por carência, falta de afetividade, falta de orientação (...). (Pais de Usuários de Drogas)

Porém, o principal fator de violência entre os jovens chega a ser identificado com a ausência de justiça social nas nossas sociedades; falta de justiça exprime-se de duas formas: o tratamento preconceituoso contra os setores de menor renda e o privilégio dos setores sociais mais abastados.

“(...) bom, eu acho que é violência de uma parte lá de cima, da própria justiça. Não tem justiça. O pobre, acontece qualquer coisinha ele vai em cana. Então eu acho que é uma forma de violência e com essa falta de justiça (...) o que acontece, eles aprontam, fazem o que querem, e não tem punição.” (Pais de Usuários de Drogas)

Finalmente, para alguns jovens a violência que vem da própria casa é a pior. Coerente com essa informação qualitativa, os dados apresentam um jovem que é muito sensível aos problemas familiares como fonte de violência. E tratando-se de uma cidade onde a família se organiza nuclearmente, não é de causar espécie que o jovem considere que o principal ato de violência na família seja aquele que deriva das agressões entre pai e mãe (93,3%).

Os dados quantitativos coletados em relação aos educadores confirmam o porquê da referência dos jovens à violência familiar como a “pior das violências”. A violência não estaria atingindo só a parte subjetiva e moral do jovem, mas também o atinge a frequência com que ela está acontecendo na família: 42% dos educadores entrevistados têm conhecimento de que seus alunos já se viram envolvidos em situações de violência doméstica. Talvez a importância desse dado, o que exprime uma certa positividade perversa, esteja exatamente na tendência de o aluno comunicar tal ato de violência familiar ao educador, retirando essas situações do campo da esfera privada para inseri-las cada vez com mais frequência como pontos de discussão na esfera pública. Ao menos nesse aspecto, é salutar que o privado vire público.

Desta forma, para o jovem, é quase impossível atentar para uma única causa como determinante principal da violência na cidade. O discurso do jovem quanto à natureza da violência urbana - embutido também nos dados quantitativos - é pouco simplificador, posto que se esforça em compreendê-la a partir de uma pluralidade de causas significativas. Se, de um lado, isso pode ser ruim para a análise e para o formulador de políticas, posto que o jovem produz um discurso

ambíguo do tipo “o centro está em todas partes”, de outro lado, adensa a compreensão do problema da violência na cidade quando retira a explicação de suas causas do epifenômeno meramente estrutural social-material e passa a embutir-lhe significados *micros*, porém igualmente significativos. É um mérito do jovem, portanto, descartar as hipóteses apriorísticas e unidimensionais sobre a lógica da violência na cidade. Talvez seja isso o que sugere a frase do jovem quando afirma que, “*a história já traz uma história*”.

10.3 O QUE SIGNIFICA A VIOLÊNCIA E QUANDO É LEGÍTIMA

Na percepção dos jovens, a violência é tanto física quanto moral. Violência é levar porrada, dar tiros, é agressão física que envolve socos, brigas – “*violência gera hematoma*” – e é também xingamentos, desrespeito aos direitos do cidadão, é o preconceito, o racismo. O estupro aparece na fala de alguns jovens como a pior das violências:

Sabe, violência tem em todos os seus níveis e... não quer dizer que violência é só assassinato, é só estuprar, violência vem desde o xingamento do cara... tira a moral da pessoa, sabe, interfere na vida pessoal da pessoa, chega a ser uma violência. (Escola Particular/ Meninos/Manhã)

Nessas falas está presente já a dupla dimensão da violência, sua face material ou objetiva e sua face simbólica ou subjetiva. Por violência os jovens não entendem só o instrumento que utiliza um sujeito, para agredir fisicamente a um segundo sujeito, porém também a agressão moral que se traduz em violência simbólica. Como sugere Bourdieu (1989), o constrangimento, então, se dá não só pela força física, mas também pelas elaborações histórico-culturais que supõem o conhecimento, a experiência e a apresentação que um sujeito tem de seu contexto.

Chama atenção a naturalidade com que encaram seus próprios atos de explosão violenta. Esses atos são justificáveis pelos jovens, porque são incontroláveis, aparecendo sob a forma de perda de paciência, do “*sangue esquentar*”, da raiva:

“[...] eu sou assim, eu respeito a opinião dos outros[...] mas não respeitou a minha opinião[...] Aí me subiu no sangue, isso[...] foi me subindo, foi me subindo, eu não sei, mas é uma coisa de impulso, minha mão levanta vai na cara.”; // “Eu sou mais na minha, eu fico quieta, eu vou levando, vou levando, levando[...] daí tem horas que estoura, daí quem tiver na minha frente eu vou levando, não quero nem saber, eu

sou bem sangue quente mesmo.” (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Essas falas, na verdade, não ficam muito distantes da hipótese apontada por alguns psicólogos que reconhecem uma violência natural no adolescente, ressaltando que essa violência teria, para estes, um significado positivo, “[...] Há uma violência salutar, desafiadora, intempestiva, irresponsável, lúdica e, freqüentemente transgressora que pertence por direito ao adolescente enquanto ser imaturo e em rápido processo de crescimento (FIGUEIREDO, 1998, p.54). Porém, uma compreensão a partir de Elias das mesmas reações poderia sugerir um processo civilizatório incompleto, à medida que a repressão das pulsões agressivas ainda não se realizou completamente.

Já para os profissionais de educação a definição da violência passa também por fatores subjetivos “*a primeira violência, a primeira, a maior de todas é a violência do coração*” confessa aflita uma professora. Mas também violência teria a ver com a desinformação, com o desapego familiar, com adolescente “que fica de lado” e com a rejeição tanto familiar quanto social:

No momento em que o ser humano se sentir uma coisinha fora do contexto social, fora do apego da família de uma palavra amiga de pai, mãe, tio, de avó, seja de quem for quando ele precise nesse momento aí começa a violência, dá pra frente.” (Professores Escola Pública)

Os grupos focais de policiais tentaram menos definir o que eles entendem por violência e, numa atitude um pouco defensiva, mais delimitar quando a violência se justifica no exercício de sua profissão. O uso da violência se justificaria, principalmente, em dois casos: quando uma pessoa se recusa a atender a ordem que lhe foi dada, quando uma pessoa exerce seus direitos fora dos limites estabelecidos pela lei,

(...) Por exemplo, o meu direito vai até onde começa o seu. Se eu ultrapassar isso, passar pro seu, aí já começa a violência, já começa o quê, no caso, você vai ter que, vai ter que reagir. (Polícia Militar/Soldado Feminino)

Como sustentaria Inés Izaguirre, a força dessas imagens (no caso das utilizadas pelos policiais), isto é, o uso instrumental do discurso legalista e da defesa da ordem pode levar a encobrir situações de violência freqüentes e cotidianas à medida que tal discurso oculta o verdadeiro significado das intenções do sujeito, intenções estas que passam pelo reconhecimento pelo *outro* de relações de poder, “[...] porque nelas um dos termos está localizado no lugar do poder e a autoridade, à quem o *outro* lhe deve respeito e obediência”. (IZAGUIRRE, 1998, p.7)

A definição de violência como legítima tem como principal referência

a esfera do privado, do próprio indivíduo ou do outro mais próximo - familiar, amigos e namorada (o) - e ocasionalmente o público. Tomando por base o universo de jovens em que foi aplicado o questionário, para uma esmagadora maioria é correto “agredir outra pessoa” para defesa própria; outros consideram legítimo utilizar a violência para defender familiares; neste mesmo universo de jovens, há os que acham legítimo utilizar a violência para defender amigos/colegas ou grupo. Há ainda os que pensam que a violência é legítima para reparar uma injustiça social (tabela 10.14).

TABELA 10.14 - SITUAÇÕES EM QUE É CORRETO AGREDIR OUTRA PESSOA

SITUAÇÃO	SIM		NÃO	
	Abs.	%	Abs.	%
Para defender familiares	592	65,7	308	34,2
Para defender amigos/colegas/grupos	373	41,4	527	58,5
Para defesa própria	783	86,9	117	13,0
Para defender namorada(o)	413	45,8	487	54,1
Para reparar uma injustiça	312	34,6	588	65,3
Para manter a imagem/defender honra	216	24,0	682	75,8

O que mais chama a atenção é que o item “para manter a imagem/defender honra” aparece como o mais baixo índice do que pode ser motivo de violência legítima. Isso poderia sugerir duas hipóteses: o jovem considera a questão da “imagem” como um valor artificial, sem substância, ou consideram a questão “honra” como um valor defasado em nossa sociedade, próprio de sociedades mais tradicionais e menos condizente com as sociedades modernas nos quais eles se inserem e desenvolvem seus processos de socialização. Entretanto, como anota David Lepoutre, não deve ser esquecido que “à certa altura da vida os indivíduos são em grande medida dependentes de seus parentes e ainda não podem falar de um lugar na hierarquia social global ou mesmo local, não podem depender nem de seu capital econômico, nem do status profissional nem mesmo familiar” (LEPOUTRE, 1997, p.270-271). Nessas condições, o jovem tem na reputação e na honra um capital simbólico que se exprime na “personalidade psíquica do indivíduo e de acordo com os valores e as idéias dos quais se fazem portadores os membros do grupo” (LEPOUTRE, 1997, p.271). Esse capital simbólico assume as formas de construção viril da personalidade (no caso dos homens), demonstrações de valor, uso exagerado de uma linguagem em gíria e por encenações espetaculares (*mise-en-scène*) que afirmam constantemente sua coragem e sua valia perante o grupo.

Os dados qualitativos confirmam quase perfeitamente os dados fornecidos pelo questionário. Quando se perguntou nos grupos focais em que situações é válido usar de violência, para um pequeno número de entrevistados a violência não se justifica em hipótese alguma. A maioria dos jovens considera a violência legítima quando utilizada em autodefesa em primeiro lugar e defesa de familiares e amigos, em segundo. Há também aqueles que acreditam ser justo fazer uso da violência frente a situações de injustiça social, citando como exemplo o caso dos saques ocorridos no Nordeste e também frente aquelas situações de privações extremas, do pobre que rouba para comer: seria esse um “*ato de violência por necessidade*”.

O que sugerem essas informações quantitativas e qualitativas é que violência é legítima quando instrumentalizada principalmente na esfera das relações privadas dos indivíduos, não que ela não seja importante no espaço da esfera pública, porém isso de alguma forma vem confirmar a hipótese de autores como Wievorka sobre a perda da legitimidade política ou social da violência no mundo “a ponto de significar o **mal absoluto** (...) ela é o que a sociedade, unânime, deve proscrever e combater completamente, tanto em seu interior como em seu exterior” (WIEVORKA, 1997, p.8, grifo nosso). Essa perda de legitimidade da violência política vai no sentido de confirmar, em parte, as teorias de Hannah Arendt para quem a violência, de qualquer natureza, não é legítima, mas pode se justificar em forma instrumental quando se trata da defesa da vida, “A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima [...] [porém] ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato” (ARENDDT, 1994, p.41). Esse fim é a vida.

CENAS DE VIOLÊNCIA LEGÍTIMA

Se você tá apanhando é.; A hora que você é agredido, a hora que você é agredido...; Se... você me der o primeiro tapa. Eu jamais daria o primeiro tapa, não importa se eu tiver certa ou errada, eu acho que você só deve usar a violência a partir do momento que alguém usou com você.; Mas violência gera violência.; Tipo assim, se eu tô brigando com ela, eu apanho, eu vou ficar nervosa, não vou deixar quieto. Aí eu chamo minha galera pra bater nela, aí ela chama dela...; Aí você não sabe quem é quem e vira aquela revolução. (Escola Pública/Misto/Noite)

[...] daí eu comecei a ficar nervosa, eu queria ir pra cima, daí eu, não eu vou me controlar... daí eu não me agüentei, daí ela falou... a gente já tava lá em cima também... “vai, não sei o que.” Meu Deus, vou ter que matar pra fazer ela calar a boca. (Escola Pública/Meninas)

[...] a pessoa que rouba pra poder se alimentar, e a primeira coisa a motiva é... tá desempregado, vai pro desespero e... aquele negócio... não pensa com a cabeça, pensa com o estômago, vai atrás e... vai atrás do que se alimentar. (Escola Particular/Meninos/Manhã)

10.4 QUE FAZER PARA DIMINUIR A VIOLÊNCIA?

Os jovens são pouco otimistas em relação à solução do problema da violência. Mesmo saídas louváveis como a função civilizatória da educação acabam sendo perpassadas por esse sentimento:

Veja, a gente tem que estudar quantos anos para poder entrar numa faculdade, para poder se formar? Para depois ver se acha um emprego. Imagine essas pessoas que não têm condições, analfabetos, tem milhões de analfabetos. Imagine para eles está cada vez mais restrito o mercado de trabalho, de trabalho bom, que ganhe pelo menos o salário mínimo, que a maioria das pessoas em vez de roubar, prefere ser camelô, vende bala, vende qualquer coisa que seja [trabalha] fora, catador de lixo, lixeiro, qualquer coisa. (Escola Particular/Meninas/Manhã)

Para enfrentar e tratar o problema da violência os jovens utilizam pouco os critérios objetivos. Caberia esperar que os jovens mencionassem a diminuição da desigualdade social, o incentivo à cultura e à educação, o aumento do emprego e a justiça social, a melhoria da segurança pública, fatores estes referidos pelos jovens no questionário como fonte de violência. No entanto, o que se destaca, ao menos nos grupos focais, são explicações que acabam deslocando a solução para o próprio indivíduo coincidindo, algumas vezes, com os profissionais de educação e os pais.

Para a maioria, há meios de minimizar a violência, por meio de conscientização: “*cada um por si*”; “*cada um tem que ficar na sua*”. A construção dessa conscientização passa predominantemente pelo indivíduo, mas há também uma preocupação de reestruturação de algumas instituições, tais como o Judiciário, a escola. Para outros, a solução é mais genérica: é preciso conversar, estudar, fazer serviço; ou também existem os que propõem medidas radicais, “*acabar com os policiais.*” (*Jovens em Situação de Risco/Meninos*)

A compreensão do próximo, “*ter um pouquinho mais de Deus no coração*” mais conversa, mais diálogo, diminuir o preconceito são apontados pelos jovens dos grupos focais como fatores necessários à minimização da violência. Como aspectos sociais, os jovens mencionam a necessidade de acabar com os problemas das favelas, do tráfico de drogas e a legalização de algumas (maconha) e a intensificação do trabalho de segurança pública.

Já para os policiais existe uma compreensão de que o problema da violência não é regional nem local, mas ela passa por uma compreensão mais abrangente do mesmo:

De nada nada adiantaria tentar diminuir a violência na cidade senão se diminui a violência no país “Na cidade? Tem que ser no país? se pergunta e afirma um policial”. (Polícia Militar/Oficiais/Homens)

De outro lado, coincidem com os jovens no entendimento de que o problema da violência passa por uma “conscientização”, de que o problema existe e é necessário encará-lo, sobretudo a violência que é gerada no consumo e tráfico de drogas. Neste sentido, os policiais destacam o papel importante que desenvolveria a mídia nessa conscientização da sociedade perante o problema da violência,

[...] ficar com propaganda em cima da televisão, droga faz mal, droga, a mesma coisa a violência, te que trabalhar em cima, usar de todos os meios possíveis, televisão, rádio, propaganda, panfleto, o que for necessário. (Polícia Militar/ Soldados/Feminino)

Sobre o mesmo tema, os pais parecem assumir uma atitude resignada, ou no mínimo compreensiva, de que os tempos mudaram. Intuitivamente percebem que as formas de socialização de seus filhos na cidade são bastante diferentes daquelas da época em que eles eram jovens. Os pais percebem que isso estaria se refletindo com muita força em algumas instituições como a escola, onde os valores do companheirismo e das “turminhas amigáveis” já não existem mais. A diminuição da violência deveria passar, segundo alguns pais, pela volta de antigas formas de relacionamento, consumidas hoje pelas novas formas de socialização nas quais se desenvolvem a vida de seus filhos, “Então, eu acho que tinha que ter mais... sei lá, mais companheirismo” (Pais de Jovens Usuários de Drogas), concluía saudosamente uma mãe.

Em síntese, se o diagnóstico das causas da violência pelos jovens é multidimensional, a cura recomendada, coerentemente, também tende a sê-lo. Esse remédio passa pelos critérios mais objetivos – como a justiça social, as reformas das instituições, o combate às drogas, educação etc. – até os mais radicais – “acabar com a polícia” ou os mais subjetivos que colocam a solução no próprio indivíduo. Esse diagnóstico multifacetado das causas e das soluções da violência não pode ser entendido como um mero achado eventual da pesquisa. É possível ver nele dois aspectos extremamente relevantes: primeiro, que o jovem tenta imprimir uma certa racionalidade ou lógica interna à violência de sua cidade, isto é, tenta sugerir explicações por ela existir “em todos os lugares” a partir de causas diversas *micros* e *macros* sem cair no mecanicismo estrutural

de “uma causa um efeito”. Segundo, o jovem percebe que ele é um ser múltiplo, difícil de ser encurralado nas dicotomias tradicionais e excludentes do público/privado, pobre/rico, negro/branco e assim por diante, sugerido pelo mecanicismo estrutural. O jovem assume diferentes posições e papéis como sujeito social, mesmo que esse posicionamento signifique não estar isento dos traumas e conflitos próprios de sua idade.

Do exposto, poderíamos dizer que, contemporaneamente, a violência adquire o duplo estigma de fato e representação. Como fato é vivenciado no cotidiano dos cidadãos e como representação ou se demoniza seus efeitos e seus atores ou se percebe como parte da normalidade, como inevitável e com a qual se tem que conviver com uma certa naturalidade e até indiferença. Nesse contexto se insere também o cotidiano do jovem curitibano. Galeras, gangues, violência na escola, nas danceterias, nos bairros, estádios, nos shows, violência policial... sintetizam os variados fatos que colocam em contato o jovem com a vivência da violência na sua cidade. É quase como uma capitulação ante esse fato que o jovem reconhece aflito e, com realismo, que a violência está “*em todos os lugares*”; é um fato consumado. O lado mais negativo aparece, entretanto, na representação da violência: ainda o jovem curitibano não é indiferente ou toma como um fato normal a violência, porém parece inclinado a diabolizar os sujeitos que supostamente encarnam a violência, os *outros*. Trata-se de uma representação polarizada entre setores abastados e os menos privilegiados ou entre brancos e jovens de outras cores. Ou, em todo caso, é uma diabolização polarizada na representação Curitiba/outras cidades. A consequência é que, inevitavelmente, esse tipo de representação não acaba deixando muito espaço para a alteridade ou para o processamento da diferença, alimentando o que aqui chamamos de “conflito silencioso”. Felizmente, quando atentamos para outros temas tratados pelos jovens, como, por exemplo, a identificação dos responsáveis pela violência da cidade ou formas de evitar a violência, a visão deles tende a sair dessas percepções dicotômicas.

CONCLUSÃO

*No que diz respeito às regras de um jogo,
nenhum ceticismo é possível,
pois o princípio no qual elas se assentam
é uma verdade
apresentada como imabalável.*

(Homo Ludens, Johan Huizinga)

Huizinga definiu o jogo como uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, a partir de regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria, e da consciência de ser diferente da “vida cotidiana”. Dentro de seus limites, o jogo cria ordem e é ordem. O jogo integrado à cultura estaria associado ao espírito lúdico, por requerer a ousadia e o risco. Pretendemos que estas idéias iluminem alguns pontos que aqui recolhemos e que poderiam ter por título “*Onde Estão as Regras do Jogo?*” ou talvez ainda, “*Quais São as Regras do Jogo?*”.

Frente ao imperativo de apresentar algumas recomendações a partir dos resultados encontrados, seguir as “Regras do Jogo” coloca-se como fundamental para o entendimento das falas dos jovens, dos pais, professores e policiais que foram se entrelaçando ou em uma mesma direção, ou transformando num verdadeiro “cabo de guerra” em que cada participante do jogo articula seu discurso a partir de uma verdade e autoridade, desqualificando o do Outro. A desqualificação do Outro dirigiu-se de modo recorrente ao jovem, que seria, entre outras coisas, acusado ora pelos professores, ora pelos policiais de ser “alienado” e “individualista”. Esse processo exigiu um esforço intenso de reflexão e ao mesmo tempo de recusa a soluções e esquemas totalizadores, que pudessem enquadrar de modo definitivo a imagem do que seria esse jovem curitibano em 1999.

Assim, ao longo do trabalho, procuramos apreender as diferentes percepções que os jovens têm com relação ao mundo que os cerca. Percepções que foram expressas e assinaladas tendo por referência os temas da cidadania e da violência. A oportunidade de empreender a pesquisa nos colocou em contato direto com os jovens, que se revelaram múltiplos, densos, complexos e resistentes a reconhecer-se no modelo chapado e estereotipado com o qual a mídia, por exemplo, os referencia. Muito distante das dicotomias clássicas que buscam representá-los como “do bem” ou “do mal”, do “pobre delinqüente” e “do

filhinho de papai”, os jovens aqui apresentados compartilham conosco de algumas indagações quanto ao futuro e da efetividade do exercício da cidadania. Perplexidade para alguns, indiferença para outros, o contato com a violência sob as suas mais diferentes formas coloca-os numa posição extremamente desconfortável ora como vítima, ora como vitimador - com frequência lançando-o ao turbilhão dos medos e pavores com o que a sociedade tem enfrentado a questão. Mas como a sociedade não é uma entidade abstrata, que possa ser acessada apenas pelo intelecto, dirigimos aqui um primeiro olhar sob os atores que a compõem, chegando a ela não por intermédio do jovem de hoje, mas do jovem de ontem. Do mundo dos adultos.

Os adultos-pais enfrentam hoje os mesmos dilemas e dificuldades com seus filhos que os seus pais, ou os pais dos seus pais passaram. Essas dificuldades são definidas pelo horizonte cultural de cada época, traduzidas nos empates que cada geração coloca para si, quais as lutas, os temas, os desafios e as utopias que são gestados por elas. Nesse sentido, é correto afirmar que os jovens de ontem pertencem à “geração 68”, a “*galera do 68*”, que tinha ideais, objetivos, foi literalmente à luta, enfrentou a família, a escola, a ditadura, fazendo eco às palavras de Marx do Manifesto Comunista, para um tempo em que: “*As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo que era sólido, desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade as suas relações recíprocas.*” (MARX, 1998, p.11).

Essa geração perseguiu a liberdade, a justiça, a democracia – enfim tornou-se sujeito histórico de seu tempo e iluminou o que hoje reconhecemos como a cidadania. A violência política a que alguns se lançaram, foi dada como resposta a um sistema no qual a exceção tornara-se a regra - a violência sob a forma de tortura e extermínio. E agora, que as sementes da liberdade floresceram, que as sementes da democracia deram frutos sob a forma de eleições diretas e livres, o que restou?

Pais mais ou menos “*liberais*”, que apresentaram na pesquisa a maior fonte de confiança por parte dos jovens. A instituição mais positivamente avaliada, com exceção para as situações de violência doméstica. No entanto, e apesar da violência na família, é nessa instituição que os jovens depositaram a sua confiança e o reconhecimento de seu papel formador. Mas essa família parece não ter regras muito claras com relação a algumas questões.

A família aparece como uma instância positiva aos temas de diálogo que mantém com os filhos: sexo e drogas são abertamente tratados, embora, às vezes, os pais se limitem a ter com os filhos apenas aqueles “*diálogos*”

necessários”, “o básico”. No entanto, reproduz tratamento diferenciado quanto aos seus filhos/homens e suas filhas/mulheres com relação a uma série de pontos – como os referentes à gravidez e à AIDS –, apesar de sua pretensa igualdade de tratamento, o que reforça a idéia de que “*todos são desiguais, mas simultaneamente aparecem como iguais*”.

Ela assume posições ambíguas quando deve estabelecer o que é permitido e ao que não é. Assim, boa parte dos jovens reconheceu que o álcool é uma droga e outra parte tem permissão de beber em casa, mas a maioria não tem a permissão de usar drogas em casa! Entre os que afirmaram dirigir, uma parte significativa deles o faz sem ter a carteira de habilitação e com a autorização/conhecimento da família, embora seja de conhecimento público que o maior índice de violência na cidade de Curitiba está ligado à violência no trânsito. Desse modo, vale a pergunta: quais são as regras?

Os adultos-professores dão aulas, mas não sabem o que estão fazendo na escola, pois foram incapazes de reconhecer o seu papel formador junto aos jovens. Para os jovens, a escola é a instituição mais importante em suas vidas depois da família. Embora tenham críticas à instituição, aos seus métodos, aos conteúdos distantes de sua realidade, os jovens a avaliaram de modo muito positivo. Já os professores sentem-se impotentes, consideram que o seu trabalho nada vale, posto que a família, de um lado, e a mídia, de outro, tem muito mais força e poder de formação e de transformação que eles. Em função disso parece recusarem-se a continuar jogando. Consideram “*essa juventude alienada, individualista e imediatista*”, que nada respeita, que não tem limites impostos pela família e assim por diante. Ou seja, os professores identificam fora deles e da instituição da qual fazem parte a responsabilidade de os jovens serem o que são hoje, distanciando-se assim de seu ideal moralizador e socializador fundamental.

A recusa ao jogo pode significar para os professores a assinatura de um fracasso anunciado, que eles têm hoje frente ao desafio da assimilação em sua prática pedagógica dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que impõem como temas transversais a questão da Ética e do Pluralismo Cultural, entre outros. A instituição desses parâmetros é, sem dúvida, o maior desafio que os professores têm pela frente. E esse desafio está em articular de modo efetivo os valores de Respeito e da Tolerância à Diferença, aos imperativos de preparar os jovens para o Mercado - ou seja - de uma instituição regida pelos princípios do Individualismo e da Competição. De novo, vale a pergunta: “*quais são as regras do jogo*”, ou talvez ainda, “*quem dita as regras*”?

Os adultos-policiais representam efetivamente a instituição que tem por princípio fundador a manutenção da ordem para garantir entre outras coisas a segurança dos indivíduos. Para atingir tal propósito a instituição policial tem por função a imposição de limites à liberdade do indivíduo como forma de

garantir a segurança pública, ou seja, de todos os cidadãos. De todas as instituições até aqui mencionadas, é a polícia que representa a ordem, portanto, nela as regras do jogo têm de ser claramente estabelecidas e definidas. É a hierarquia, o respeito, a disciplina. Estas são as regras que devem ser seguidas por todos, e há a exigência de que sejam manifestadas de modo ritualizado (“Continência!”, “Sentido!”, “Sim, Comandante”...).

Quanto à instituição policial, podemos considerá-la praticamente como o fiel da balança, pela nota de confiança (4,99) que recebeu dos jovens. Fomos levados a interpretar esse aspecto considerando que os jovens têm uma relação de confiança-desconfiança com a polícia. Essa dubiedade pode certamente ser explicada com relação à ação policial, que apareceu na pesquisa basicamente sob duas formas. Na primeira, manifestada como unanimidade pelos jovens estava a violência policial – física ou simbólica – aparecendo de modo generalizado entre ricos e pobres, brancos e negros e meninos e meninas.

Na segunda, os jovens apontam para uma visão negativa da polícia, que apresenta sentidos diferenciados para os das classes mais abastadas que consideram a polícia ineficaz por ela não garantir a segurança pública, e, num outro extremo, os jovens das classes populares que denunciam a discriminação que sofrem. A ação de discriminação que os jovens sofrem, dá-se por serem pobres, morarem em bairros da periferia da cidade, nas vilas, terem baixo nível educacional e, por último, “*ao olhar adestrado*” do policial que os identifica facilmente como suspeitos.

Por fim, os adultos-mídia, olham o jovem de modo distorcido, construindo-o de modo estereotipado, reforçando os preconceitos contra os pobres – jovem pobre igual “*a bandido, marginal, delinqüente*”, jovem rico – “*inconseqüente, vagabundo, filhinho de papai*”, jovem estudante – “*o idiota, o pato*”, e assim por diante. Essa mesma mídia que prega campanhas de solidariedade e cidadania, mas que explora a violência e o sexo, com vistas ao lucro fácil. Esta mesma mídia que veicula campanhas antidrogas ao mesmo tempo que passa livremente anúncios de cervejas e cigarros.

Enfim, o jovem que encontramos, longe de reconhecer-se minimamente com as imagens que a TV apresenta dele, revela-se de modo profundamente crítico. As críticas dirigidas à mídia voltam-se para a percepção que os jovens têm do papel que ela exerce ao focá-los não como cidadãos, mas como consumidores. No entanto, o fato de os jovens perceberem esse processo não cria nenhum tipo de imunidade, posto que eles efetivamente também procuram integrar-se ao sonho de consumo da modernidade, que sempre se mostra ao jovem como possibilidade, e que sempre o frustram. A mídia tem, em grande medida, ditado as regras do jogo, mas as regras de *seu* jogo são em última instância aquelas mesmas que caracterizam o Mercado. Garantia de audiência,

garantia de anunciantes, venda do produto entretenimento.

Até aqui, de todas as instituições destacadas, a família, a escola, a mídia e a polícia, é nesta última que encontramos com clareza a definição dos seus princípios de ordem e no limite de quais são as regras do jogo. Talvez isso explique porque os jovens “*odeiam*” a polícia, porque sofreram algum tipo de violência, e ao mesmo tempo reconhecem a necessidade de sua existência.

Havíamos iniciado nossas reflexões a partir do mundo adulto, dos jovens da “geração 68”, que nos parecem agora uma geração ressentida, ao projetar sobre os jovens as suas frustrações e fracassos ao considerá-los “*alienados*”, “*individualistas*” e “*imediatistas*”. Se os jovens de fato são alienados, poderíamos devolver a questão: por que não ser alienado? Por que não ser Individualista? Por que não ser Imediatista?

Resistindo a esses rótulos, o que os jovens hoje talvez estejam pedindo aos adultos, por meio de diferentes formas de expressão, que podem ser também violentas, é que se restabeleçam ou se definam com clareza quais são as regras do jogo. Que haja o consentimento dos participantes nos termos em que se coloquem e que sejam rigorosamente seguidas por todos os que estiverem envolvidos no jogo. Esse nos parece ser o clamor dos jovens. Além disso, reconhecem que, para que o jogo de fato ocorra, é fundamental que nenhum participante se utilize de trapaça para levar vantagem frente aos demais parceiros. Mas, caso a trapaça de fato ocorra, é preciso que ela não fique impune. Portanto, ao se definirem as regras do jogo, é preciso deixar claro quais são as penalidades para quem as transgrida.

O clamor do jovem pela transparência das regras é reforçado quando se atenta para a forma como é interpretado, por algumas instituições públicas, o papel do jovem frente às normas estatais que regulam o jogo. O Estatuto da Criança e do Adolescente é o maior exemplo disso. A maior parte dos jovens pouco conhece esse instrumento, e diríamos que uma boa parcela dos adultos também não. Entretanto, naquela parcela dos adultos que o conhecem, existe a visão apriorística de que o Estatuto tem para o jovem um sentido instrumental, isto é, **um meio legal no qual ele ampara suas infrações e eventuais delitos**. Os policiais se revelaram a instituição que melhor conhece o Estatuto, mas também a instituição em que é mais arraigada a concepção instrumental de tal norma. O Estatuto é caricaturizado, assim, por esta instituição, como um “*livrinho de consulta ou de cabeceira*” que indicaria ao jovem quais são as condições “ideais” em que o delito ou a infração devem ser cometidos.

A percepção dessa instituição representante do Estado frente ao Estatuto aponta para um diagnóstico duplo: esta regra é ineficaz, porque o Estado brasileiro não apresenta condições materiais ou jurídicas para fazer cumpri-lo minimamente; e é defasado de nossa realidade sociopolítica, “*é bom para a*

França”, observava um policial, porém não para o Brasil. O resultado é a deslegitimação do Estatuto enquanto mecanismo que deveria condensar as regras do jogo que regulam as relações entre Estado e os jovens cidadãos.

A aparente ausência de regras ou a fluidez com que elas têm sido colocadas nas diferentes instituições do Estado, não significa a liberdade, mas sim o seu contrário, posto que se direciona para o controle de fato exercido em nome e sob a direção da instituição do Mercado. E vale perguntar: “*quais são as regras do mercado?*” Se considerarmos as cotações das bolsas, o fluxo de capital, a cotação do dólar, os diferentes índices para inflação, crescimento econômico, PIB e outras coisas mais, podemos pensar o mercado apenas como a instância em que o jogo revela sua essência: o risco entre quem perde e quem ganha. Revela também a fluidez, o contingente, o imediato. Como tem sido diagnosticado, o Mercado hoje, longe de ser regulado pela sociedade, é a instância reguladora e que exerce o controle total sobre as demais relações da sociedade. Ou seja, quem tem ditado as regras tem sido o Mercado, e *onde está o mercado? qual a sua face?* Não existe nenhuma instância política organizada no mundo para contrapor-se a ele. Essas questões que têm preocupado o mundo dos adultos, têm também repercutido de modo negativo sobre a vida dos jovens e, sobretudo, diante de suas perspectivas de futuro.

Com relação à vida do jovem curitibano em sua cidade, pudemos identificar um ponto de tensão muito grande. De um lado, os jovens têm uma visão extremamente positiva da cidade, em que a maioria gosta de praticamente tudo que a ela lhes oferece: áreas verdes, parques, shoppings. De outro, detestam a violência e criticam o excesso de propaganda sobre a cidade, percebendo a ação do marketing na construção de uma imagem irreal da cidade que eles vivenciam cotidianamente.

Essa imagem irreal da cidade contribui para a violência, especialmente em sua forma simbólica, que, segundo a definição estabelecida por Bourdieu, é “uma violência terna, insensível, invisível até para suas próprias vítimas, e que no essencial é exercida sobretudo pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento”(BOURDIEU, in: Folha de S. Paulo, 08.09.1998, p.7). Esse processo pode facilmente ser reconhecido quando vinculado à segregação espacial existente na cidade, que demarca claramente os lugares dos ricos e os lugares dos pobres, devendo cada um ter consciência do seu lugar. Assim, se a cidadania remete a uma instância universal e igualitária, podemos concluir pelo que foi desenvolvido ao longo do trabalho é que a maior violência existente na cidade é aquela originada do preconceito em suas diferentes formas.

Existe um efeito perverso da superexposição da cidade de Primeiro Mundo na mídia. Esse efeito tende a alimentar o preconceito contra os “de

fora”, de um lado, e faz com que os jovens sejam levados a confrontar a cidade cor-de-rosa distante da real que eles vivem. Por outro lado, verifica-se nos jovens o seu sentimento de inadequação frente a uma cidade que eles amam, que foi construída como Cidade de Primeiro Mundo, e que, no entanto, não se preparou para receber um jovem cidadão em igual condição.

Ainda dentro da temática do preconceito fomos levados a concluir que os jovens manifestaram de modo recorrente um discurso extremamente progressista, mas assumem abertamente práticas sociais conservadoras. O que poderia a princípio causar surpresa deve ser interpretado numa perspectiva mais ampla, pois não podemos imputar aos jovens um aspecto de longa duração de nossa sociedade que foi capaz de assimilar um discurso liberal numa sociedade escravocrata. Assim, não é de todo inusitado que os jovens de 1999 ainda continuem a reproduzir esse tipo de situação, pois, como muito bem expressou um jovem negro: “*a história já traz uma história*”.

Finalmente, gostaríamos de esclarecer que ao enfatizar aqui a questão da existência de regras e de que elas sejam cumpridas, não queremos aqui sugerir que se criem novas leis, regulamentos ou coisas parecidas, pois isso temos em excesso e os têm conhecimento disso. Longe da idéia de que as leis existem para não serem cumpridas, que a justiça é eficaz com relação ao crime do pobre e maleável e generosa para com o rico, a vida societária precisa urgentemente recuperar seu sentido, para efetivamente afastar de seu cotidiano a violência em suas diferentes formas, mas especialmente naquela que é gestada sob a impunidade e o preconceito.

De resto, uma breve palavra a todos que têm voltado os olhos para a juventude, sejam pais, professores, policiais, autoridades, enfim – o exercício da compaixão para com eles pode ser melhor do que qualquer estatuto frente a tempos tão sombrios. Estas palavras procuram, num certo sentido, refletir um pouco da experiência da pesquisa, que às vezes nos colocou em contato com jovens guerreiros, que de súbito deixavam de lado as suas armaduras e revelavam toda sua humanidade e fragilidade, evocada pela lembrança das dores já sofridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis - punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo : Scritta/Anpocs, 1994.
- ADORNO e HORKHEIMER. A Indústria Cultural - O Iluminismo como Mistificação de Massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro : Editora Saga, 1969.
- ADORNO E HORKHEIMER. Sociologia da Família. In: **Dialética da Família**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981. p.210-223.
- ADORNO, Theodor. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo : T.A. Queiroz, 1987.
- AGACHE, Alfred. Plano de urbanização de Curitiba. In: **Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba**. A II, (12) (1943).
- ALMEIDA, Ronaldo R. M. e CHAVES, Maria de Fátima. Juventude e Filiação Religiosa no Brasil. In: **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília : CNPD, 1998. p.671-687.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Violence & Youth: Psychology's Response**. v. I: Summaru Report of the American Psychological Association Commission on Violence and Youth. Washington D.C. 1995.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro : Relume/Dumara, 1994. p.41
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro : Ed. Guanabara, 1981.
- ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro : Ediouro Publicações, 1997. p.52 (Capítulo I)
- ASSIS, Simone Gonçalves de. **Crescer sem Violência. Um desafio para educadores**. Rio de Janeiro : Fiocruz/ENSP/CLAVES, 1994.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo : Símbolo, 1978.
- BALHANA, A. P. e WESTPHALEN, C. **Formação histórica de Curitiba**. Curitiba, [s.ed.], 1963.
- BANDURA, A., ROSS, D. Imitation of fil-mediated aggressive models. **Journal of Abnormal and Social Psychology**. 19863. 66 (1), p.3-11.

- BARROS, Miriam Lins. **Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1987.
- BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. In: PAULA, Silvana (org.). **Pensando a Família no Brasil da Colônia a Modernidade**. Rio de Janeiro : Co-edição Espaço Tempo Editora da UFRJ, 1987.
- BASTOS, F. I. C.-C., Beatriz. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BECKER, D. **O que é adolescência**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- BEGA, Maria Tarcisa. **Contribuições para o debate sobre a situação social do Brasil hoje**. (mimeo). Curitiba, 1999.
- BELLI, Benoni. **Violência policial, poder e espaço público no Brasil: Uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt** (mimeo). Brasília, 1998.
- BENDIX, Reinhard. A ampliação da cidadania. In: Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins (eds.). **Política & Sociedade**. São Paulo : Editora Nacional, 1983. v.I.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, Povo e Polícia (Violência Urbana no Noticiário de Imprensa)**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1983.
- BENEVIDES, Maria Victoria. "A polícia sob controle da sociedade a que serve". **O papel da polícia no regime democrático**. São Paulo : Omega/Magerat, 1996.
- BENEVIDES, Maria Victoria. No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana. In: **Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde**. São Paulo, 1986. 2(2).
- BERTRAM, E. **Drug war politics - the price of denial**. California, EUA : University California Press, 1996.
- BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho**. Rio de Janeiro : Campus, 1988.
- BORÓN Atilio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo : Paz e Terra, 1998.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores, 1998.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis : Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo : Difel, 1989.

- BOVA, Sérgio. Polícia. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília : UnB, 1993. v.II.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assintência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Coordenação Materno-Infantil. Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente. **Violência contra a Criança e o Adolescente. Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica**. Brasília : Ministério da Saúde, 1993.
- BRITTO, S. D. **Sociologia da juventude, III - a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, Casa e Família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1990.
- C. N. T.E. **Burnout em professores**. Brasília : Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 47, mar. 1997. p.155-178.
- CALDEIRA, Tereza Pires. Direitos humanos ou «privilégios de bandidos»? In: **Novos estudos**. São Paulo : CEBRAP, julho, p.30.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba : Grafipar, 1981.
- CANEVACCI, Massimo (org). **Dialética da Família**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981.
- CARDIA, N. **A violência urbana e a escola**. 1997.
- CARDOSO, R. S., Helena. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo : Edusp, 1995.
- CARDOSO, Ruth. Participação política e democracia. In: **Novos Estudos**. São Paulo : CEBRAP, março de 1990. p.26.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário**. Petrópolis : Vozes, 1998.
- CEDEC. **Mapa de risco da violência: cidade de Curitiba**. São Paulo : CEDEC, 1996.
- CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. In: **Folha de S. Paulo**, 14 de março de 1999. (Caderno Mais!, p.5-3).
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Abril cultural : São Paulo. (1978 [1830]).

- CORRÊA, Mariza (apres). **Colcha de Retalhos - Estudo sobre a Família no Brasil**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1982.
- COSTA, Márcio. A educação em tempos de conservadorismo. In: GENTILI, P. (org). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis : Vozes, 1995.
- COULON, A. A Escola de Chigago. Papyrus : São Paulo, 1995.
- COUTO, Isabel Cristina. **A construção da metrópole: a experiência do planejamento urbano em Curitiba**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. A polícia e as garantias da liberdade. In: **O papel da polícia no regime democrático**. PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. (org.). São Paulo : Omega/mageart, 1996.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho - estudos de psicopatologia do trabalho**. São Paulo : Cortez - Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1999.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência - gangues, galeras e movimento hip-hop**. São Paulo : AnnaBlume, 1998.
- DURHAN, Eunice. **Movimentos sociais, a construção da cidadania**. In: **Novos Estudos**. São Paulo : CEBRAP, out. 1984. v.10.
- DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. São Paulo : Melhoramentos/Fename-MEC, 1978.
- ELIAS, Norbert. O Processo civilizatório. Rio de Janeiro : Zahar, 1990. v.2.
- ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
- ESCOHOTADO, A. **O livro das drogas - usos e abusos, desafios e preconceitos**. São Paulo : Dynamis Editorial, 1997.
- ESTEVE, J. M. O mal estar docente - a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru : Edusc, 1999.
- FERNÁNDEZ, Heloisa Rodriguez. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP (São Paulo), 1(2), 1989.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín. **Mujeres policía**. Madri : Siglo Veintiuno de España Editores, 1994.

- FIGUEREIDO, Luís Cláudio M. Adolescentes e violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: Adolescência pelos caminhos da violência. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1998. p.54.
- FIORE, L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis : Vozes, 1997.
- FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação - reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, P. (org). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis : Vozes, 1995.
- GARCIA, Fernanda. **Curitiba: imagem e mito. Reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Dissertação. Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ, 1993.
- GARCIA, Fernanda E. S. O City marketing de Curitiba: cultura e comunicação na construção da imagem urbana. In: V. RIO e L. OLIVEIRA (orgs.) **Percepção ambiental. A experiência brasileira**. São Paulo : Nobel; São Carlos : UFSCar, 1996.
- GAZETA MERCANTIL. Atlas do mercado brasileiro. São Paulo, Gazeta mercantil S.A., ano I, n.1, dez. 1998 (publicação anual) .
- GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Petrópolis : Vozes, 1977.
- GENTILI, P. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Vozes : Petrópolis, 1994.
- GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis : Vozes, 1998.
- GUEDES, S. L. **Jogo de corpo - um estudo de construção social de trabalho**. Niterói : EDUFF, 1997.
- GUERRA, Viviane N. Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo : Cortez Editora, 1998.
- GUIMARÃES, E. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1998.
- HABERMAS. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro : Biblioteca Tempo Universitário, 1976, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: **Dialética da Família**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981. p.223-234.
- HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. São Paulo : Vozes, 1998.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1993,
- HENMAN, A. **A guerra às drogas é uma guerra etnocida**. São Paulo : Brasiliense, 1994.

- HIGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo : Cortez, 1998.
- HIRANO, Sedi. **A metamorfose do homem brasileiro** (mimeo). Ensaio apresentado na Associação Japonesa de Estudos Luso-Brasileiros (AJELB). Tokio : Universidade de Tóquio de Estudos Estrangeiros, outubro de 1996.
- HIRANO, Sedi. As várias imagens do Brasil e do Brasileiro (mimeo). **Trabalho apresentado na Universidade de Quioto**. Japão, 16 de janeiro de 1997.
- HIRSCHMAN, Albert O. Opiniões opiniáticas e democracia. In: **Novos Estudos CEBRAP** (São Paulo), (27), (julho de 1990): 162.
- HOLSTON, James. (1993). **A cidade modernista**. São Paulo : Companhia das Letras.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1979.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro, Objetiva, 1996.
- IANNI, Octávio. **As Metamorfoses dos escravos**. São Paulo : Difel, 1962.
- IBGE. **Censos Demográficos**. 1960, 1970, 1980, 1991 e contagem de 1996.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP/MEC) - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, 1997.
- IPARDES. **As migrações e a transformação na estrutura produtiva e fundiária do Paraná**. Curitiba, 1983.
- IPARDES. **Paraná. Economia e sociedade**. Curitiba, 1982.
- IPARDES. **Os migrantes na área metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 1979.
- IPARDES. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba, 1983.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. **Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.
- IUPERJ/MINTER. **Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Rio de Janeiro : Ministério do Interior, 1974.
- IZAGUIRRE, Inés. Reflexiones sobre la violencia. In: **Violencia Social y Derechos Humanos**. Inés Izaguirre (Coord.) Buenos Aires : Editorial Universitária de Buenos Aires, 1998. p.7.
- JUNQUEIRA, C. M., Leonardo. **O processo de pauperização docente**. 1997.
- KOPP, P. **A economia da droga**. Edusc : Bauru, 1998.

- KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Alvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.30-48.
- KRUEGER, R. A. **Focus groups: a practical guide for applied research**. Califórnia/USA : Sage, 1994.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- LELIS, I. A. **O magistério como campo de contradições**. 1997.
- LEPOUTRE, David. **Coeur de banlieue. Codes, rites e langages**. Paris : Editions Odile Jacob, 1997.
- LEVI, G. S., Jean-Claude. **História dos jovens 1 - da antiguidade à era moderna**. Cia das Letras : São Paulo, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis : Vozes, 1982.
- LÉVI-STRAUSS. **A família, origem e evolução**. Porto Alegre : Editorial Villa Martha, 1980.
- LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4(10), jun. 1989.
- LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- MALINOWISKY. A Família no direito paterno e no direito materno. In: **Dialética da Família**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981. p.130-139.
- MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1983.
- MANNHEIM, K. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo : Cultrix, 1978.
- MARX, Karl; **O manifesto do partido comunista 150 anos depois**. In: MARX, Karl; ENGELS, F.; REIS, Filho Daniel Arão (org). Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo : Fundação Pérsesi A., 1998.
- MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- MAYER, A. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. Cia das Letras : São Paulo, 1987.
- MAYEUR, Jean-Marie. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto et al.

- Dicionário de Política.** 5. ed. Brasília : UnB, 1993. v. II, p.888.
- McCRACKEN, G. **Culture and consumption.** Bloomington and Indianapolis : Indiana University Press, 1990.
- McKENDRICK, Neil; BREWER, John and PLUMB, J. H. **The birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England.** Bloomington, Indiana : University Press, 1982.
- MELLO, G. N.(1998). **Cidadania e competitividade - desafios educacionais no terceiro milênio.** Vozes : Petrópolis.
- MEZAN, Renato, (1989). Esquecer? Não: in-quecer. In: FERNANDES, Heloísa Rodrigues (Org.). **Tempo do desejo: Sociologia e psicanálise.** São Paulo : Brasiliense.
- MICHAUD, Yves. **A Violência.** São Paulo : Editora Ática, 1989.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, 5 e 6, 1997, p.1445-45.
- MITSCHERLICH. A ausência do pai. In: **Dialética da Família.** São Paulo : Editora Brasiliense, 1981. p.235-243.
- MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo : Martins Fontes, 1967.
- MORAIS, R. **Violência e educação.** Campinas : Papyrus, 1995.
- MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research.** California,USA : Sage, 1988.
- MOURA, Rosa e MAGALHÃES, Marisa Valle. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 88, maio-ago., 1996.
- MURRAY, J.P. **Television and violence: 25 years of research and controversy.** Boys Town, NE : The Boys Town Center for the Study of Youth Development, 1980.
- MUXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos. In: **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, n.5 e 6, 1997.
- NORBERT, Elias. **O processo civilizatório.** Rio de Janeiro : Zahar, 1990. v.II.
- OLIEVENSTEIN, C. **A droga - drogas e toxicômanos.** São Paulo : Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Dennison. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Tese. Campinas : UNICAMP, 1995.

- OLIVEIRA, Márcio de. Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.88, maio/ago., p. 37-54, 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Urbanização e Tribalismo**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1968.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo : HUCITEC, 1981.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. In: **Dados Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 25(1) (s/d).
- PARANÁ. **Paraná atrai investimentos de R\$ 14,4 bilhões**. Curitiba : Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, 1998.
- PERROT, M. **Na França da Belle Époque, os 'Apaches', primeiros bandos de jovens**. Rio Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. In: **Temas IMESC**. São Paulo : Soc. Dir. Saúde, 2(2), 1986.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política. In: **A Violência brasileira**. M. Célia Paoli (org). São Paulo : Brasiliense, 1983.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro : Editoria Campus, 1980.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos** 3. Rio de Janeiro : Vértice, 1989. v.2, n.3, p. 3-15.
- PORTELA, A. L. Escola pública e multirrepetência: um problema superável? Salvador : Novos Toques, 1997.
- PROCÓPIO, A. **O Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis : Vozes, 1999.
- RILEY, K. J. **Relación entre la indústria colombiana de la droga y violencia política de los escuadrones de la muerte**. 1995.
- ROCHA, Sônia. **Governabilidade e pobreza: o desafio dos números**. Brasília : IPEA, 1995. (texto para discussão)
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. **Island in the street: gangs and american urban society**. California : Berkeley University, 1991.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1997.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro : Campus, 1987.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo : Duas Cidades, 1978.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A Família Como Espelho - Estudo sobre a Moral dos Pobres**. Campinas : Editora Autores Associados, 1996.
- SARTORI, Giovanni. **Homo videns - La sociedad teledirigida**. Buenos Aires : Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 1998.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - Instituto de Saúde do Estado do Paraná. **Gravidez na Adolescência**. Número de nascimentos de mães adolescentes, Paraná - Curitiba, 1995-1998.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1979, p.11-25.
- SOARES, Murilo C. Televisão e Democracia. In: MATOS, Heloisa (org.) **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo : Editora Página Aberta, 1994.
- SOUZA, Nelson Rosário de. **A Igreja Católica Progressista e a Produção do Militante - Cartografia de uma Afinidade Eletiva Político-Religiosa**. São Paulo, 1993. (Tese de Mestrado-USP) (mimeo).
- TESTONI, Saffo. Violência. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília : Universidade de Brasília. 1993. v.II, p.1291.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo : Editora Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- ULTRAMARI, Clóvis e MOURA, Rosa. **Metrópole Grande Curitiba: Teoria e prática**. Curitiba : IPARDES, 1994.
- VIANNA, H. **Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1997.
- VELHO, Gilberto. **Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- WASELFISZ, Jacobo (coord. Técnica). **Juventude, Violência e Cidadania: Os Jovens de Brasília**. São Paulo : Cortez Editora, 1998.
- WASELFISZ, Jacobo (coord. Técnica). **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro : UNESCO/Instituto Airton Senna/Garamond, 1998.
- WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1979, p.68-89.

- WEBER, S. **A desvalorização social do professor**. 1997.
- WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P. e MACHADO, B. P. (1968). Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História**. Curitiba, n.7, p.1-52.
- WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. In: **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(1).
- WOORTMANN, Klass. Casa e família operária. In: **Anuário Antropológico 80**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- WOORTMANN, Klass. Reconsiderando o Parentesco. In: **Anuário Antropológico 76**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- ZALUAR, A. **Gangues, galeras e quadrilhas**: globalização, juventude e violência. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997.
- ZALUAR, A. A criminalização das drogas e o reecantamento do mal. In: **Drogas e cidadania**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- ZALUAR, A. A Globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.
- ZALUAR, A. As Mulheres e a Direção do Consumo Doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas). In: **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1982.
- ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro : Ed. Revan, 1987.

Impressão e Acabamento



SIG/Sul Quadra 06 Lotes 2240/70
Tel.: (061) 344-1012 - Fax: 344-3949
CEP: 70610-400 - Brasília-DF